

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Carolina Paixão de Albuquerque Pinheiro

O sonhar compartilhado em análise

vicissitudes da *rêverie* no encontro analítico

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Carolina Paixão de Albuquerque Pinheiro

O sonhar compartilhado em análise

vicissitudes da *rêverie* no encontro analítico

Doutorado em Psicologia Clínica

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura, para obtenção do título de doutor em Psicologia Clínica.

Área de concentração: Tratamento e prevenção.

Orientador: Prof. Dr. Luís Claudio Mendonça
Figueiredo

São Paulo

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E A DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

P654s Pinheiro, Carolina Paixão de Albuquerque
O sonhar compartilhado em análise: vicissitudes da rêverie no encontro analítico / Carolina Paixão de Albuquerque Pinheiro. -- São Paulo: [s.n.], 2022.
239p ; cm.

Orientador: Luís Claudio Mendonça Figueiredo.
Tese (Doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica.

1. rêverie. 2. campo analítico. 3. enactment. 4. fotografia. I. Figueiredo, Luís Claudio Mendonça . II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica. III. Título.

CDD

PINHEIRO, C.P.A. **O sonhar compartilhado em análise:** vicissitudes da rêverie no encontro analítico. 2022. 239 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luís Claudio Mendonça Figueiredo
Doutor em Psicologia Experimental pela USP

Profa. Dra. Elisa Maria de Ulhôa Cintra
Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP

Profa. Dra. Adriana Pereira
Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP

Prof. Dr. Octavio Almeida de Souza
Doutor em Comunicação Social pela UFRJ

Prof. Dr. Roosevelt Cassorla
Doutor em Medicina pela UNICAMP

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Número de processo: 88887.313978/2019-00

*Aos meus analisandos
com quem tanto aprendo
em nossa jornada rumo ao desconhecido.*

AGRADECIMENTOS

Ao querido professor e orientador Luís Claudio, minha imensa gratidão. Por me receber e me acompanhar neste percurso com leitura atenta, generosa e comentários precisos, topando “revelar” junto comigo tantas facetas de “fotografias” que compõem este projeto – sua liberdade de pensamento, seu respeito pelo estilo e pela autoria me foram fundamentais para seguir sonhando e incrementando este trabalho. Obrigada por fomentar, na Universidade, vivacidade e frescor na pesquisa clínica em psicanálise, e por disponibilizar de si tantas reservas, cuja transmissão ética, clínica e teórica configuram, sem dúvida, um enorme atravessamento em minha vida.

À querida Elisa Cintra, pelo acolhimento que me ofertou quando de minha chegada na PUC-SP, por toda a dedicação e pelas contribuições feitas no exame de qualificação. Pelo aprendizado nas aulas compartilhadas no estágio docência, por sua companhia sempre doce e generosa, o meu muito obrigada.

Ao querido Octavio Souza, pelas oportunas observações no exame de qualificação, indispensáveis aos desdobramentos da tese. Pela generosidade, curiosidade e inquietação, por sempre compartilhar de seus instigantes passeios clínicos e teóricos junto às mais recentes publicações em psicanálise com seus atravessamentos plurais. Por toda a transmissão e companhia de tantos anos, minha imensa gratidão.

A Adriana Barbosa Pereira, pela pronta disponibilidade para a leitura deste trabalho e por futuras trocas a imaginar!

Ao professor Roosevelt Cassorla, pelas teorizações criativas em psicanálise e pela generosidade em compartilhar conosco os desafios experimentados na clínica de um analista implicado. Obrigada pela pronta disponibilidade para a leitura deste trabalho.

A Marina Ribeiro e Isabel Kahn, pela disponibilidade e gentileza em participarem da Banca Examinadora na condição de suplentes. Pelos futuros diálogos em nossos interesses afins.

A todos os meus analisandos, por me ensinarem dia após dia o valor do desejo e da coragem para os mergulhos profundos na complexidade da alma humana. Por me instigarem a ir além do que eu já conheço, a partir do que me solicitam por meio de nossos circuitos afetivos. Meu profundo respeito e toda a minha admiração por seus processos, agradeço por confiarem em minha companhia ao longo de suas jornadas. A vocês, meu agradecimento máximo e constante.

Aos amigos do grupo de pesquisa da PUC-SP, pelas trocas clínicas e teóricas e, sobretudo, pela amizade que construímos juntos: Adriana Gradin, Andrea Acioly, Bruno Gueldini, Carla Metzner, Celina Diaféria, Claudia Rezende, João França, Júlia Cizik, Lais Nae, Lucas Grossi, Maíra Mamud, Pedro Sang, Ricardo Cavalcante, Rodrigo Mello, Thais Siqueira, Vanessa Chreim, Victor Costa.

À querida professora Claudia Amorim Garcia, por todos os ensinamentos nos meus primeiros anos de pesquisa acadêmica, fundamentais para seguir trilhando o percurso de pesquisa e escrita. Com todo o meu carinho e gratidão, e muitas boas lembranças.

Aos queridos mestres e fotógrafos Walter Firmo, Marcos Bonisson e Marco Antônio Portela, pelo acolhimento e pelo incentivo à criação e expressão através da imagem fotográfica.

A Clarissa Luz, por nossa poesia do dia a dia, pela construção de família, por todo amor, cuidado e parceria. Pelo incentivo e paciência diante desse mergulho intenso no Doutorado, a contar ainda com o olhar dedicado da revisão final. Pelo encontro na vida, pela alegria e o prazer do riso.

Aos meus pais, pelo amor inestimável. Por toda presença, cuidado, companheirismo e total apoio em minhas escolhas e inventividades. Pela transmissão ética primordial, minha mais profunda e eterna gratidão.

A Rê e Rosa, pela acolhida calorosa em São Paulo e pela ajuda com os trâmites institucionais universitários, além de tantas boas trocas nessa vida.

A José Otávio Naves (*in memoriam*), pelos anos de escuta e transformações todas. Pelo encontro vivo com um analista que se deixava usar, pela tradição a partir da qual eu pude começar a criar.

A Luciana Pires, pela receptividade, pela criatividade e disponibilidade em sonhar junto comigo meus sonhos ainda não sonhados.

A Maria de Fátima Lobo Amin, pelo olhar clínico repleto de poesia, pela sensibilidade e atenção aos detalhes. Por estar de mãos dadas comigo junto aos casos que me são mais difíceis, por reconhecer meu estilo clínico e me convocar a exercer uma clínica na qual eu me reconheça e esteja, de fato, presente. Pela amizade e pelo carinho construídos em tantos anos de pensamento clínico.

Aos meus grandes amigos, que com carinho e alegria me convidam às inquietações e transformações que podemos alcançar em nós mesmos e no mundo ao redor. Por sustentarem minha ausência nesses anos de escrita, com a certeza do amor e da companhia no potente pulsar da vida.

Às fortes mulheres de minha família, Nilza, Zilda, Beth e Tati, que me ensinaram sobre coragem e generosidade, e hoje ressoam com amor e saudade em meu espaço de memória.

A Mônica Pereira, pela atenção e ajuda com os trâmites institucionais ao longo desses anos de PUC-SP.

À Capes, pelos auxílios concedidos.

*Difícil fotografar o silêncio.
Entretanto tentei. Eu conto:
Madrugada a minha aldeia estava morta.
Não se ouvia um barulho, ninguém passava entre as casas.
Eu estava saindo de uma festa.
Eram quase quatro da manhã.
Ia o Silêncio pela rua carregando um bêbado.
Preparei minha máquina.
O silêncio era um carregador?
Estava carregando o bêbado.
Fotografei esse carregador.
Tive outras visões naquela madrugada.
Preparei minha máquina de novo.
Tinha um perfume de jasmim no beiral de um sobrado.
Fotografei o perfume.
Vi uma lesma pregada na existência mais do que na pedra.
Fotografei a existência dela.
Vi ainda um azul-perdão no olho de um mendigo.
Fotografei o perdão.
Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa.
Fotografei o sobre.
Por fim eu enxerguei a Nuvem de calça.
Representou para mim que ela andava na aldeia de braços com Maiakovski – seu criador.
Fotografei a Nuvem de calça e o poeta.
Ninguém outro poeta no mundo faria uma roupa mais justa para cobrir a sua noiva.
A foto saiu legal.
O fotógrafo – Manoel de Barros.*

A 'rêverie' é uma errância do espírito fora dos caminhos excessivamente bem traçados da razão.

André Green.

RESUMO

PINHEIRO, C.P.A. **O sonhar compartilhado em análise:** vicissitudes da rêverie no encontro analítico. 2022. 239 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

A partir de vinhetas e casos clínicos selecionados, a pesquisa tem por objetivo compreender e justificar, em termos teóricos e metapsicológicos, a ocorrência de imagens mentais na escuta da analista. Em um primeiro momento, a tese questiona se as imagens podem ser consideradas *rêveries*, segundo o conceito originalmente proposto por Bion. Autores como Ogden, Ferro e Civitarese incrementam o reconhecimento e o entendimento do fenômeno clínico da *rêverie* nas comunicações inconscientes entre analisando e analista, com o auxílio do conceito de terceiro analítico e das formulações teórico-clínicas do campo analítico pós-bioniano. Busca-se entender em que medida as trocas intersubjetivas favorecem processos de simbolização e expansão dos trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes do analisando, por meio das imagens evocadas pelo encontro. Trata-se também de analisar, com autores como os Baranger e Cassorla, se as imagens podem contribuir para a formação de defesas e resistências compartilhadas, levando à formação de impasses, baluartes e *enactments* no campo analítico. São abordados problemas éticos e técnicos acerca da contratransferência, averiguando sua potencialidade instrumental para fins de manejo clínico, considerando contratransferência em termos de uso da analista (Bollas) e modos de presença entre implicação e reserva (Figueiredo). As reservas da analista, constituídas não somente pela formação psicanalítica, mas pelo seu cultivo junto a outros dispositivos da cultura, são aqui consideradas em termos de reservas fotográficas que incrementam a disponibilidade de mente e a atividade de *rêverie*. Considerando tais reservas, ao longo da tese são elaboradas articulações poéticas e metafóricas entre clínica psicanalítica e fotografia.

Palavras-chave: *rêverie*; terceiro analítico; campo analítico; *enactment*; fotografia.

ABSTRACT

PINHEIRO, C.P.A. **O sonhar compartilhado em análise:** vicissitudes da rêverie no encontro analítico. 2022. 239 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Based on selected clinical cases and vignettes, the research aims to understand and justify in theoretical and metapsychological terms the occurrence of mental images in the analyst's listening. At first, the thesis questions whether the images can be considered rêveries, according to the concept originally proposed by Bion. Authors such as Ogden, Ferro and Civitarese increase the recognition and understanding of the clinical phenomenon of reverie in the unconscious communications between analysand and analyst, with the concept of the analytic third and the theoretical-clinical formulations of the post-bionian analytic field. The aim is to understand in which way the intersubjective exchanges facilitate processes of symbolization and expansion of conscious and unconscious psychic work, through the images evoked by the encounter. With authors such as the Baranger and Cassorla, we also aim to analyze whether images can contribute to the formation of shared defenses and resistances, leading to the formation of impasses, *baluartes* and enactments in the analytic field. Ethical and technical problems about countertransference are addressed, verifying its instrumental potential for clinical management purposes, considering countertransference in terms of use of the analyst (Bollas) and modes of presence between implication and reserve (Figueiredo). The analyst's reserves, constituted not only by her psychoanalytic training, but by her cultivation along with other cultural devices, are in this case considered in terms of photographic reserves that increase the availability of mind and reverie activity. Considering these reserves, are elaborated throughout the thesis poetic and metaphorical articulations between psychoanalytic clinic and photography.

Keywords: rêverie; analytic third; analytic field; enactment; photography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: SONHO E IMAGEM NA SITUAÇÃO ANALISANTE	30
1.1 Contornos psicanalíticos: a situação analisante pautada no modelo do sonho.....	31
1.2 Devaneios fotográficos: trânsitos possíveis entre imagem fotográfica e imagem mental.....	43
2 ATIVAÇÕES DO SONHAR	54
2.1 Caso Clara	58
2.2 Sonhando a clínica com Thomas Ogden.....	67
2.2.1 Alguns fundamentos de uma clínica autoral	67
2.2.2 <i>Rêveries</i> no terceiro analítico	82
2.3 Discussão do Caso Clara: reservas fotográficas compartilhadas em análise.....	97
3 EXPANSÕES DO SONHAR.....	120
3.1 O campo analítico pós-bioniano	120
3.2 Caso Marina	126
3.3 Sonhando a clínica com Antonino Ferro.....	132
3.3.1 <i>Rêveries</i> , transformação em sonho e <i>working through</i>	140
3.3.2 Personagens em busca de um autor, interpretações não saturadas e derivados narrativos	152
3.4 Discussão do Caso Marina: criação e autoria no teatro dos sonhos	161
4 NAS MARGENS DO SONHAR	182
4.1 As reservas extraviadas do analista: não sonho e função antianalítica da imagem	184
4.1.1 Vinheta Júlio	186
4.1.2 Vinheta Fabiano	189
4.1.3 Vinheta Petra.....	192
4.2 Contratransferência e uso do analista	194

4.3 Impasses, baluartes e <i>enactments</i> no sonhar compartilhado em análise	198
4.3.1 Das <i>Polaroids</i> à <i>pinhole</i>	198
4.3.2 Do gesto ao sonho	208
4.3.3 Não sonho	213
4.3.4 Sementes de pensamento	218
FECHANDO O OBTURADOR.....	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224

INTRODUÇÃO

Na presente tese de doutorado, abordaremos questões e problemas relacionados à ocorrência de imagens mentais na escuta do analista, mais precisamente imagens que participam dos devaneios que podem ocorrer no contexto da situação analisante. Buscaremos mapear a natureza de tais fenômenos imagéticos, localizando-os em um campo conceitual dentro do arcabouço teórico psicanalítico, e compreender seus aspectos funcionais e disfuncionais, a depender dos efeitos e das implicações que trazem para o processo analítico.

Tal compreensão se fará pela via de investigar se as imagens que emergem na escuta do analista favorecem processos de simbolização, considerando, para isso, os seguintes indicadores: se as imagens auxiliam o analista a ter notícias e compreender o que se passa na relação transferencial-contratransferencial; se e como podem se tornar instrumental para o manejo clínico; se podem ajudar o analisando a entrar em contato com sua interioridade e metabolizar sua experiência emocional, construindo ou ampliando recursos de criatividade e elaboração psíquica; se promovem uma expansão dos trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes do analisando ou, até mesmo, do par analítico; se contribuem para evoluções e transformações no campo ao longo do processo. Quanto aos aspectos disfuncionais, por outro lado, iremos investigar se as imagens na escuta podem fomentar defesas e resistências compartilhadas – como a formação de um conluio inconsciente –, contribuindo para a instalação de impasses, paralisias e obstruções nos processos de simbolização. Analisaremos se essas disfunções poderão apontar para uma função antianalítica da imagem, capaz de ameaçar o papel terceirizante da escuta clínica.

Nosso objetivo é oferecer uma justificativa teórica e metapsicológica a tais fenômenos experimentados em nossa prática clínica, indagando as funções e os desfechos a depender dos usos e destinos oferecidos às imagens no contexto das trocas transferenciais-contratransferenciais. Relatos de casos e vinhetas extraídas de nossa própria experiência clínica serão o ponto de partida e funcionarão como disparadores para as discussões, que por sua vez vão se apoiar em um formato de elaboração de pensamento clínico tal como sugerido por André Green (2018). A seleção de casos e vinhetas não será circunscrita por categorias diagnósticas específicas ou previamente estipuladas, e consiste em recortes da clínica com adultos, no contexto de consultório particular de psicanálise na cidade do Rio de Janeiro¹. Os relatos

¹ Os casos e as vinhetas consistem em construções narrativas disfarçadas e ficcionalizadas, a contar com uma sobreposição de experiências clínicas diversas, provenientes de diferentes momentos de nossa experiência clínica.

conferem relevo às dinâmicas de escuta em diferentes processos analíticos, priorizando o que é da ordem do funcionamento mental do analista em sessão.

Mas de onde partem as inquietações que nos trazem até aqui? Se pudermos assim dizer, qual a história desta pesquisa e o que dispara as motivações para nos lançarmos em um mergulho teórico-clínico dessa ordem?²

Em meu percurso pela psicanálise, desde o início da graduação em Psicologia interessei-me por discussões sobre técnica analítica, suas potencialidades e os impasses anunciados desde os textos técnicos de Freud. Logo busquei uma ampliação da minha leitura para outros autores que contribuíram com o tema e cotejaram suas discussões junto aos novos desafios clínicos – sobretudo a clínica *borderline* ou dos estados-limite –, seguindo meus estudos com o auxílio de D. W. Winnicott, André Green e René Roussillon. Também me foram marcantes as contribuições de José Bleger (1977 [1967]), do casal Baranger (1969 [1961-62]), de Thomas Ogden (2013a) e de autores brasileiros tais como os professores Luís Claudio Figueiredo e Nelson Coelho Júnior, de modo a pensar o atravessamento de paradigmas na clínica psicanalítica contemporânea rumo a uma escuta polifônica, necessária às diversas dimensões do adoecimento psíquico e seu manejo clínico (Figueiredo & Coelho Júnior, 2008, 2018; Figueiredo, 2014b). Nesse percurso, sempre estiveram presentes a temática do enquadre analítico, da contratransferência e do papel do analista em uma clínica limítrofe.

Para o doutorado, aguardei um tema que me capturasse e despertasse o desejo de retornar à Universidade. Enquanto isso, concentrei meus esforços na prática clínica cotidiana, que acabou frutificando e trazendo novos questionamentos em função de uma maior disponibilidade interna para viver outros atravessamentos clínicos. Atentei cada vez mais para o que gira em torno da capacidade de trabalho psíquico, não somente os trabalhos psíquicos do analisando, mas também os trabalhos psíquicos do analista pelo viés da escuta, considerando a metapsicologia do analista em sessão.

No que concerne aos trabalhos psíquicos do analisando, tenho testemunhado, na maioria das vezes, um alargamento na capacidade de simbolização através de um enriquecimento dos trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes, relacionados aos processos de pensar, sonhar, brincar, rir e fazer lutos. No cerne de uma análise, a expansão dos trabalhos psíquicos está em íntima relação com a capacidade de simbolização facilitada pelo dispositivo analítico,

Foram priorizadas dinâmicas de escuta junto a analisandos que já tiveram suas análises encerradas. Foram preservados o núcleo da problemática envolvendo as imagens mentais na escuta, bem como o manejo clínico daí decorrente, ambos indispensáveis aos objetivos da pesquisa.

² A partir de agora, pedimos licença ao leitor para incluir uma escrita na primeira pessoa do singular.

incrementando recursos subjetivos, tais como: a elaboração da experiência emocional, a ampliação da criatividade e do repertório narrativo do paciente, a capacidade de pensar/sonhar, a capacidade de fazer lutos, os reposicionamentos subjetivos e as possibilidades de lidar com a dinâmica entre desligamentos (trabalhos de luto) e ligações (trabalhos criativos), promovendo transformações (Figueiredo, 2014a).

No campo nosográfico, diríamos que os pacientes que se utilizam criativamente desses recursos são aqueles que puderam contar com um certo asseguramento das fronteiras intrapsíquicas e intersubjetivas junto a um ambiente suficientemente bom, que pôde oferecer suas funções antitraumáticas em diferentes dimensões de cuidado nos primórdios da vida psíquica. São pacientes que, apesar dos conflitos intrapsíquicos e das dificuldades sempre presentes nas relações interpessoais, podem lidar de forma razoável com os percalços do pulsional e das ambivalências e, na melhor das hipóteses, desfrutar de um viver criativo e se utilizar da situação analisante como quem sonha um sonho bom (Khan, 1977 [1962]).

Por outro lado, em alguns analisandos percebo obstruções e paralisias na capacidade de efetuar trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes, sendo necessário, por vezes, percorrer até mesmo um árduo trajeto de constituição do aparelho de pensar. Pouco a pouco, a instalação ou a recuperação da capacidade de simbolização se faz através de um minucioso trabalho de alfabetização das emoções (Ferro & Basile, 2013). Nesses casos – cuja problemática repousa sobre sofrimentos narcísico-identitários e aponta para maiores engodos junto às relações objetais precoces –, a incidência do traumático prejudica a construção de representações acerca do vivido, colocando em xeque a capacidade de ligação e elaboração simbólica, demandando do analista maior implicação em termos de emprestar seu aparelho de pensar (Green, 2017 [1975]).

São indivíduos que acabam contando com saídas extrarrepresentacionais na tentativa de dar conta da dor psíquica e dos efeitos do traumático, e se mostram como pacientes barulhentos porque muito ativados em defesas e resistências que promovem um curto-circuito na capacidade de elaboração psíquica e de conferir sentido à experiência. Ou, com uma diferente tonalidade expressiva – mas não com menor sofrimento –, constituem-se como pacientes desvitalizados, apassivados, exilados em esconderijos narcísicos cujo silêncio não é menos perturbador e que, embora cheguem à análise, demonstram a necessidade de manter uma distância afetiva considerável do analista, bem como de seus próprios processos psíquicos inconscientes, sendo-lhes muito caras ou inconcebíveis as experiências de confiar e ter esperança. Em tal contexto, faria mais sentido dizer que são pacientes que sofrem de um colapso do sonhar (Gurfinkel, 2008), para os quais a situação analisante não será experimentada – pelo menos não de início – como um dispositivo capaz de favorecer um sonho bom.

Junto a esses casos, a situação analisante pautada no modelo do sonho (Khan, 1977 [1962]; Green, 2017 [1975]) precisará ser ressignificada de modo que o analista esteja muito mais atento aos seus modos de presença, já que terá de contar com os estados emocionais despertados pelo paciente como parte de seu instrumental clínico. Ao considerarmos o âmbito pré-verbal das comunicações inconscientes uma importante fonte de conhecimento sobre a relação transferencial-contratransferencial, as dimensões sensoriais e sutis do encontro servirão como bússola para o manejo clínico, a começar pelos efeitos que provocam no analista.

No que concerne aos trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes do analista em sessão, em minha experiência clínica vim percebendo com mais acuidade o trabalho que me é demandado em termos de continência e metabolização dos conteúdos trazidos pelos analisandos. Isso inclui um processamento dos elementos verbais e também os não verbais, transmitidos por modos de comunicação inconsciente. Os conteúdos verbais incluem o que é da ordem textual e discursiva, mas que demandam uma segunda mente capaz de auxiliar a desobstrução dos circuitos simbólicos e de construção de sentido, criando pontes entre o latente e o manifesto, favorecendo novos circuitos de elaboração psíquica.

Já os conteúdos não verbais são mais difíceis de serem reconhecidos, pois participam da dimensão inefável do encontro clínico. Podem, por exemplo, ganhar expressão como efeitos de identificações projetivas, fazendo sentir no analista conteúdos que são impensáveis pelo analisando, mas que são inoculados para dentro de outrem como forma de solicitar uma segunda mente capaz de metabolizar o impensável até então (Klein, 1982 [1946]; Bion, 1994 [1962a]). Nesse caso, a disponibilidade de mente do analista para receber tais conteúdos engloba a capacidade para se deixar afetar e a porosidade para se deixar invadir, acolhendo e hospedando, em seu aparelho psíquico, elementos tão desconfortáveis quanto indigestos. Esses efeitos se manifestam sob traços de afetos diversos, pensamentos estranhos, sensações corporais, podendo incluir até mesmo certas vivências de despersonalização por parte do analista.

Tornando-me mais atenta a essa dimensão do cuidado e da função clínica da continência – que diz respeito justamente ao processamento dos elementos emocionais brutos e não pensados (Bion, 1994 [1962a], 2021 [1962b]) –, passei a considerar cada vez mais os meus afetos, as sensações corporais, os sonhos noturnos e diurnos (sobretudo os devaneios dentro da sessão) como importantes fontes de informação e ferramentas clínicas. Nesse processo, conto evidentemente com minha análise pessoal e supervisão como lugares de sustentação, problematização e encontro com um segundo olhar para as experiências em questão.

Tais atravessamentos como analista, além de incrementarem a atividade reflexiva sobre minha função e participação no encontro analítico – expandindo, desde já, minha capacidade

de trabalho psíquico – lançaram-me o constante desafio sobre como usar determinadas vivências sensoriais e afetivas em prol do trabalho clínico. Percebo que esse uso se faz, em maior medida, não de forma direta pela comunicação de tais vivências para o analisando, mas quando posso delas me utilizar para melhor compreender o lugar que estou ocupando na transferência, abrindo margem para outros modos de manejo e intervenções futuras. Ou, diferentemente, se opto por devolver³ tais conteúdos em um momento oportuno, busco na melhor das hipóteses já ter feito algum trabalho de elaboração, devolvendo de forma metabolizada e com uma linguagem que aposto como assimilável pelo analisando.

Em nossa pesquisa atual, no recorte do funcionamento mental do analista em sessão, daremos prioridade àquilo que vai ganhando forma e conteúdo nas imagens mentais ocorridas nos devaneios do analista, considerando o encontro com um paciente específico, em uma sessão específica. Embora muitos autores tragam importantes contribuições para a dimensão sensorial e afetiva do encontro analítico (Ferenczi com o *tato* e o *sentir com*; Tustin, Alvarez e Roussillon por meio da clínica com crianças autistas; Winnicott, Kohut e Bolognini com a sintonia emocional e a empatia, entre outros), achamos de melhor escolha buscar em Bion, Ogden, nos Botella e nos Baranger subsídios para nossa compreensão clínica, seguido de analistas da teoria do campo pós-bioniano como Ferro e Civitarese.

Tal escolha se dá em função desses autores conferirem às dimensões do onírico, da *rêverie* e da figurabilidade importantes ferramentas de compreensão e manejo clínico a partir do que se passa no funcionamento mental do analista em sessão, e também da concepção da situação analisante como um campo intersubjetivo e dinâmico capaz de fomentar tanto fantasias quanto resistências compartilhadas entre o par analítico. Com o auxílio desses autores, lançaremos discussões sobre a experiência do sonho em vigília na situação analisante, considerando ainda momentos em que o sonhar se encontra paralisado ou com maiores dificuldades para ser utilizado com a função de promover trabalhos psíquicos e transformações.

As potencialidades e os desdobramentos do sonho em vigília serão pensados em termos de um *sonhar compartilhado em análise*, considerando as dimensões inconscientes e pré-verbais da comunicação entre analisando e analista. Como principal objeto de estudo, será investigado e problematizado o sonhar que adentra a mente do analista. Buscaremos também compreender em que medida as imagens na escuta podem ser consideradas cocriações da dupla ou neoformações a partir da comunicação inconsciente entre analisando e analista. Nesse

³ O tema da devolução dos conteúdos também será objeto de minha observação e problematização na tese, a saber, o que concerne ao manejo clínico a partir das imagens mentais que emergem na escuta/nas trocas do campo analítico.

sentido, o terceiro analítico de Ogden e a teoria do campo pós-bioniano ganharão maiores investigações ao longo da tese, em uma clínica cada vez mais voltada para a compreensão intersubjetiva das trocas do par. Nesse novo contexto, buscaremos não perder de vista o que é de responsabilidade exclusiva do analista em termos de cuidados técnicos e, sobretudo, éticos.

Para além da experiência clínica cotidiana, percebo que demais elaborações junto ao campo da cultura e das artes – sobretudo a literatura e as artes (audio)visuais – ajudam a incrementar minha escuta analítica e acabam por trazer uma vivência de maior plasticidade e criatividade no encontro com os analisandos. Acredito que isso está intimamente relacionado ao que Figueiredo (2022) recentemente nomeou como sendo o *cultivo* do analista, algo que acompanha a constituição e a constante expansão de suas reservas narcísicas (Figueiredo, 2008), tendo efeitos sobre a abrangência de sua escuta e possibilidades de abertura ao outro. A ideia de *cultivo* oferece um contraponto à mais consolidada noção de *formação*, mas que, de todo modo, ocorre em paralelo ao conjunto da análise pessoal + estudo teórico + supervisão/discussão clínica. O cultivo amplia a formação em termos de um repertório pessoal que vai se expandindo e se aprofundando à medida que o analista pode se nutrir de novas experiências e junto a outros dispositivos da cultura, incrementando sua capacidade de efetuar trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes.

No campo das Artes, a Fotografia ganha destaque para mim, já que possui uma relevância em minha história de vida e, por isso mesmo, participa do constante processo de me tornar analista, operando como importante fonte de cultivo de minha escuta. Nesse ponto, como quem sonha acordada o fazer clínico, passo a articular minha relação com a Fotografia com as imagens mentais na escuta analítica: com licença poética, penso que é como se as imagens que ocorressem em minha mente fossem como fotografias que vou encontrando-criando pelos caminhos de minha escuta. Considerando essa interseção, ocorre-me o desejo de explorar ressonâncias desse cultivo, investigando possíveis frutos de uma semente que tem em sua natureza o cruzamento entre Psicanálise e Fotografia, assumindo, a partir de então, a Fotografia como parte integrante de minhas reservas e disponibilidade de mente para acolher e efetuar trabalhos psíquicos na clínica.

Mais adiante, no Capítulo 1, tentarei melhor elaborar a articulação entre clínica psicanalítica e fotografia de modo a justificar uma relação dialética, buscando fundamentar possíveis trânsitos entre imagem fotográfica e imagem mental. Acredito que isso só será possível se considerarmos que a fotografia, embora se trate uma imagem estática, contém um potencial de movimento que aponta para além daquilo que de início se vê, animando trabalhos psíquicos para além do que ela é capaz de mostrar.

Para a construção dos possíveis trânsitos entre imagem fotográfica e imagem mental, tomarei como apoio, sobretudo, as noções de Adolfo Montejo Navas (2017) de *terceira margem da imagem* e de *fotografia transversa*. Também serão de grande valia o que Georges Didi-Huberman (2018) descreve no interessante livro *Imagens-ocasiões* em termos de *apercebenças* e de *trabalho nos traveses*, valendo extrair desde já um disparador nessa direção:

Trabalhar se diz e se pratica segundo vários sentidos, estilos ou gêneros possíveis. [...] Toda a questão é saber, nem tanto o que se está buscando, mas antes como buscá-lo. Jeito de trazer à tona a dialética entre aquilo que, num trabalho dado, põe em jogo a obtenção do resultado e aquilo que põe em obra sua própria suspensão, seu desejo, no processo inerente ao trabalho.

Haveria, então, ao menos duas dimensões no trabalho: haveria um trabalho em via direta (maior) e um trabalho em via travessadeira (menor). [...] Tudo que nos travessa, tudo que nos torce do interior, então aparece. Nunca melhor se revela seu desejo como quando se bifurca da via direta sobre uma via de través (Didi-Huberman, 2018, p. 47).

Na presente tese, cuja via principal tem por margem a experiência clínica psicanalítica, a Fotografia adquire o viés de uma “via travessadeira”, engendrando novas margens, favorecendo *insights* e outras formas de inteligibilidade e construções narrativas. Todo esse conjunto retorna à rota da clínica, cultivando uma disponibilidade de escuta viva e desejante.

Percorrendo essas outras vias que em meus caminhos perpassam a Fotografia, importante dizer que, nos últimos quinze anos, estive envolvida com grupos de estudo, prática fotográfica e reflexão crítica acerca de imagens fotográficas. Hoje percebo que, ao longo deste período, vim construindo um movimento dialético entre Psicanálise e Fotografia, realizando ensaios fotográficos que fomentavam pontes entre ambas as disciplinas. Criei e expus⁴ publicamente alguns trabalhos que carregam uma influência psicanalítica em sua dimensão conceitual, utilizando-me da imagem fotográfica como suporte para enunciar questões em torno do luto, da melancolia e do transgeracional. Desse modo, vejo que a imagem fotográfica operou não só como suporte, mas, sobretudo, como *veículo* para a construção de roteiros e narrativas para os assuntos em questão.

⁴ Exposições coletivas: ECOfoto – Escola de Comunicação da UFRJ, 2010; I Semana de Fotografia da PUC-Rio, 2011; Fragmentos da Percepção – Instituto Kreator, 2011; O futuro a Deus pertence/O Estendal – Paraty em Foco, 2011; Foto&Grafia: imagens em versos – FotoRio – Monumento Estácio de Sá, 2011; Olho de vidro – Instituto Kreator, 2012; II Mostra Livre de Fotografia – Ateliê da Imagem/RJ e Buenos Aires, 2012; Coloridos sentados, lilás em pé – Centro Cultural da Justiça Federal, 2013.

Exposições individuais: Olhares Urbanos – Bar Conversa Fiada Ipanema, 2008; Kreator Convida Carolina Pinheiro, 2012; Fotofeira – Feira de Antiguidades da Praça XV, 2013; Calendário de mesa da EBBS (Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis) – IFF/Fiocruz/Ministério da Saúde, 2013. Aproveito para agradecer aos mestres Walter Firmo, Marco Antônio Portela e Marcos Bonisson a disponibilidade e o acompanhamento nos processos de elaboração dos ensaios conceituais, os que mais me desafiaram em termos de traduzir em imagem fotográfica o que me ocorria no âmbito da emoção e da imaginação.

Na outra via do encontro entre Psicanálise e Fotografia, trouxe para minha compreensão clínica parte das trocas que tenho com os colegas fotógrafos, com quem muito aprendo sobre o lugar e a função da imagem na cultura e nos processos de subjetivação. Por exemplo, o funcionamento do aparelho fotográfico me inspira questões em torno do aparelho de pensar humano, considerando a construção de representações e os processos de simbolização; os posicionamentos éticos e técnicos tanto do fotógrafo quanto do analista me incitam a tecer associações e buscar novos aprendizados a respeito de ambos; a relação entre sujeito e imagem me desperta o desejo de pensar sobre os efeitos, os usos e as funções da imagem no interjogo fotógrafo – assunto fotografado – espectador, bem como entre o par analítico, as imagens e personagens que emergem no campo e participam das construções narrativas em análise, convidando-nos a observar situações clínicas através de um prisma múltiplo e diverso.

Considerando essa via de mão dupla entre Psicanálise e Fotografia, portanto, vim criando, em minha leitura clínica, uma compreensão lúdica para as imagens mentais que me ocorrem na clínica, entendendo-as como espécies de fotografias que capturo – ou que a mim me capturam – em um espaço virtual, mental, mas que nem por isso deixam de “se fazer ver” de diferentes modos. Nessa via de mão dupla – seja na cidade, em uma feira livre, em uma viagem turística ou testemunhando o colorido dos blocos de rua no carnaval –, mesmo quando não tenho uma câmera em mãos, posso imaginar a feitura de uma fotografia ao perceber situações que acontecem no mundo e que eu poderia muito bem ter fotografado, mas, por não contar com um aparelho (de fotografar!), acabo guardando a cena em um lugar de memória em meu aparelho de pensar e sonhar.

Didi-Huberman (2018) lança luz sobre esse tipo de experiência, a que ele chama de *apercebença* – neologismo que nos leva de volta à poesia de Manoel de Barros, contemplando o fotógrafo citado na epígrafe desta tese. Com Didi-Huberman:

Tu passavas, num relance eu te fiz apercebida. Te aperceber: te ver sem te pegar nas redes da imobilidade. Te ver sem nem mesmo querer te “ter”, sem nem saber o que eu teria visto de ti. Tua imagem, eu não a “posso” então. Mas ela fica em mim. É mesmo ela que me “possui” doravante. *Ela virou como que um fóssil em movimento que ritma meus trabalhos e meus dias.* Eu a experimento como uma espécie de “arrasto” visual que flutua e que duplica – estranho duplo fundo cuja profundidade, consistência, duração, potência, extensão, eu mesmo ignoro – meus olhares sobre o mundo doravante. Quando eu olho, faço como cada qual: pisco os olhos. Porém, no tempo tão breve em que se abaixam minhas pálpebras e me isolam no escuro, o que se dá entre dois estados do visível não é a escuridão: é antes a frágil superposição, todavia tenaz, de tua soberana *apercebença* – ela é “tua”, aliás? é “minha”? ela antes não seria nômade e regressante, livre de qualquer assinalamento, de qualquer posse e de qualquer decisão? – no mundo que percebo em torno a mim (Didi-Huberman, 2018, p. 19. Grifos nossos).

Percebo que, em minha clínica, a Fotografia se oferece, se não como um ritmo – que implica certa constância, um compasso –, certamente como um disparador de trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes a ocupar os meus dias. O desafio se torna, então, o de me perguntar sobre suas possíveis utilidades clínicas. Um questionamento que se coloca é: o que uma fotografia é capaz de animar, que processos subjetivos engendra? Poderia uma fotografia compor, *antes*, trabalhos psíquicos capazes de tomar outras rotas para além do suporte tradicional da imagem plana ou projetada sobre uma superfície? Nesse ponto, a inter-relação imagem – palavra/narrativa parece ganhar interesse especial. Como psicanalistas, de que forma nos utilizamos das imagens mentais que emergem em nossa escuta em prol do manejo e da intervenção clínica?

Dessa vez, tendo a imagem mental como ponto de partida, podemos pensar que uma fotografia se faz não somente pelo percurso inicial de ser vista/percebida e em seguida registrada, mas, por outro lado, imaginada antes da tomada da foto? Recordo agora um momento vivido em minhas incursões pela Fotografia, em que me senti decepcionada ao saber que uma foto de rua que me encantara (e um dos motivos do encantamento é porque ela parecia muito espontânea) havia sido uma imagem montada, ou seja, dirigida pelo fotógrafo antes da tomada. Trata-se da fotografia “*Le petit parisien*” (1952), de autoria do fotógrafo Willy Ronis (1910-2009). Tive contato com essa fotografia em um museu e, em seguida, comprei um livro do fotógrafo em que ele conta a história de algumas de suas imagens. Nessa expansão de narrativa para além do visual, tive notícia de que a foto que me encantara havia sido dirigida por ele para fins de reportagem local. O menino sorridente e bem parisiense da fotografia, correndo arteiro e feliz com uma baguete embaixo do braço, havia tido de correr diversas vezes por alguns metros de calçada até que o fotógrafo se contentasse com o que pudesse ter sido uma boa foto (na era analógica, contava-se com a experiência técnica e a intuição).

Pensando sobre essa situação e sobre minha afetação, coloco aqui uma questão: o resultado da foto é brilhante, mas saber que ela foi dirigida minimiza a magia da imagem e o mérito do fotógrafo ou, por outro lado, atesta seu traço criativo uma vez que, antes de ser dirigida e tomada, a foto foi imaginada, criada no aparelho de pensar antes de atravessar o aparelho fotográfico? Considerar esse tipo de processo criativo ajuda a ultrapassar a noção de fotografia como mero registro do real? A partir dessa questão que aqui serve mais como uma provocação para criarmos no capítulo seguinte a inter-relação imagem fotográfica e imagem mental, vou abrindo caminhos para mais nutrir meu pensamento clínico, utilizando-me para isso de uma rede cultural que tem muito a contribuir para o ofício do psicanalista, uma vez que diferentes dispositivos da cultura alimentam nossa condição humana na necessidade de conferir sentido à experiência.

Na clínica, percebo que as imagens mentais podem se manifestar de maneira clara, vívida, inteligível e geralmente de forma prazerosa, embora nunca devam se esgotar em si mesmas, uma vez que demandam uma faculdade de compreensão, como iremos desenvolver a partir do Capítulo 2. Podem, por outro lado, insinuar-se de maneira estranha e nebulosa, mal chegando a se constituir como uma imagem como tal, provocando no analista uma sensação de confusão, desconforto, angústia, inquietação.

Sejam elas imagens bem definidas, como as incrementadas nas artes pelas novas tecnologias em HD e seus infinitos megapixels, sejam, por outro lado, imagens sem luminosidade o bastante, com seu objeto indefinido – *ligeira ou efetivamente fora de foco*⁵ –, para todo esse conjunto de fenômenos, o percurso de tornar visível uma imagem e construir a partir dela compreensão e narrativa implicam uma gama de trabalhos psíquicos por parte do analista. Como veremos nos Capítulos 3 e 4, os trabalhos psíquicos circunscrevem também o âmbito mais complexo das quimeras psíquicas, da necessidade de *working through* a partir da *rêverie*, da perlaboração da contratransferência, do atravessamento do *enactment*, da necessidade de um segundo olhar para a saída do baluarte, incluindo o analista ter de recuperar mente própria.

Em minha experiência clínica, foi na análise de Clara que, de início, percebi as imagens mentais que me ocorriam, em cujo cerne intuía haver um instrumental clínico potencial. Era uma análise que passou a me provocar ansiedade e inquietação durante as sessões, em que mais precisamente me sentia misturada com as angústias da paciente. Atravessamos um longo período em que Clara demonstrava não encontrar caminhos de representação e associatividade, em que sua busca por roteiros preestabelecidos e protocolos para as relações já não dava mais conta de aplacar a dor psíquica. Sua angústia inundou o campo e passou a tomar como refém também minha própria capacidade de pensar, que hoje percebo ter sido reconquistada com o auxílio das imagens mentais que me ocorreram enquanto a escutava, afetada por seu discurso ou pelo que a tonalidade afetiva do campo fazia sentir em mim. Escutar tais imagens e apostar que elas poderiam nos ajudar a ultrapassar o misto de ansiedade e aridez em que nos encontrávamos produziu, entre outras coisas, um reposicionamento em meu modo de estar com Clara, e ali me vi tendo que reconstruir criativamente um modo de analisar e, sobretudo, autorizar-me a tanto.

⁵ Parafraseando Robert Capa (2010) em referência às sobreviventes fotos tremidas que ele fez no Dia D na Normandia, quando acompanhava a chegada das tropas americanas pelo mar, na praia de Omaha.

Pontalis (1991 [1990]), ao comentar um artigo de Maurice Dayan⁶, diz que uma análise só opera se o analista for capaz de *desfazer-se de si* – o que diz respeito não somente a questionar a imagem que ele tem de si ou possa querer dar de si, mas sobretudo aquilo que perpassa sua formação de analista. Tornar-se analista implica, portanto, desprover-se das teorias e técnicas que possamos estar carregando no bolso e, por conseguinte, aceitar e sustentar as incertezas, os vacilos das referências, buscando recriar ou modificar regimes de pensamento, transformando, em última instância, o próprio *ser do analista*. Só assim podemos seguir mantendo nossa função analítica, ao recriá-la diante das adversidades ou, mais sutilmente, diante do que opera como um lugar que, de tão seguro e tão conhecido, acaba por engessar o analista dentro de teorias e técnicas a serem meramente repetidas, distanciando-o de um contato clínico vivo.

O encontro com Clara, visto a intensidade e a urgência que demandavam uma mudança interna na analista – relembrando a recomendação de Green no seminal artigo de 1975 –, obrigou-me a efetuar um rearranjo em minhas posições já conhecidas, cuja elaboração inicial redundou em um trabalho apresentado e publicado⁷ anteriormente, que veicula uma reflexão inicial entre Psicanálise e Fotografia. Naquele texto, de modo mais singelo, articulei os desafios de minha escuta com os colocados por Flusser (2009 [1983]) para uma futura filosofia da fotografia, de tal maneira que tanto o psicanalista quanto o fotógrafo se veem diante da necessidade de se desvencilhar do automatismo, do mero cumprimento de regras e da pura técnica, para experimentar novas potencialidades de suas caixas pretas, seja ela o aparelho fotográfico, seja o inconsciente do analista e seu aparelho de pensar. Assim poderão, ambos, enfim, exercer seu ofício no terreno do brincar (Flusser, 2009 [1983]; Winnicott, 2019 [1971]). O Caso Clara será retomado no Capítulo 2, desta vez com um aprofundamento teórico-clínico muito maior, abrindo a série de casos e vinhetas com os quais iremos trabalhar.

Antes de apresentarmos a estrutura da tese, vale ainda integrar ao tema da articulação *imagem mental – imagem fotográfica* uma construção (*à la* Freud, 1937) elaborada em minha análise pessoal, que também teve incidências sobre os rumos desta pesquisa. Importante frisar que a exposição dessa construção em análise leva em consideração o que a tese foi engendrando ao longo do tempo: fui entendendo que, uma vez que a tese aborda um tema a respeito do

⁶ Dayan, M. *L'impossibilité de se défaire de soi*. Nouvelle Revue de Psychanalyse, n.41, 1990.

⁷ Trabalho intitulado *O universo das imagens no sonhar compartilhado em análise: aproximações entre psicanálise e fotografia*, apresentado no XI Encontro Brasileiro sobre o Pensamento de D.W. Winnicott (Porto Alegre, Setembro de 2016) e na Jornada Interna da SPID (Rio de Janeiro, Outubro de 2016). Publicado em Rabisco: Revista de Psicanálise, v.7, n.1, 2017, pp.191-200.

funcionamento mental do analista, seria necessário explorar meus atravessamentos afetivos na clínica e também ao longo da pesquisa e da tessitura do trabalho, em um movimento dialético de implicação e reserva que também comparece na própria pesquisa clínica em psicanálise e no processo de escrita que daí resulta⁸.

Inicialmente, a proposta era fazer uma articulação entre Psicanálise e Fotografia, provavelmente estabelecendo diálogos entre as duas disciplinas, construindo aproximações ou reconhecendo confrontos entre ambas as práticas e teorias. No entanto, não vislumbrei possibilidades de articulação sem que eu provavelmente incorresse em correlações um pouco rasas entre as duas vastas disciplinas. O que se mostrou mais proveitoso, por fim, foi a chance de efetuar um mergulho mais profundo em minha experiência clínica, priorizando, nesta segunda escolha, a construção de um pensamento clínico orientado pelo arcabouço teórico psicanalítico.

Em paralelo, a construção em minha análise pessoal ao longo do Doutorado incrementou a concepção de fotografia como algo para além de uma disciplina com “F” maiúsculo, mas que a mim se fez como uma espécie de matriz simbolizante que passei a carregar junto comigo, como uma função introjetada e constituinte do meu enquadre interno, assimilada como parte do meu funcionamento mental. Foi aí que a fotografia passou a ser assumida, então, em referência às reservas narcísicas que compõem meu instrumental clínico, conjunto integrante, portanto, do tornar-me analista e, se pudermos assim dizer, de uma contratransferência primordial enquanto disponibilidade e receptividade para o outro (Figueiredo, 2003, 2008).

A construção em análise se refere a dois acontecimentos em minha história de vida, que até então eram considerados sem relação aparente entre si. A construção em análise promove justamente uma associação narrativa entre esses dois momentos descritos a seguir. Momento 1: quando eu tinha quase três anos de idade, em função de acontecimentos difíceis que me escapavam ao processamento psíquico, fui acometida por um terror noturno que me despertava no meio da madrugada em um certo estado de transe. Meus pais haviam se separado, eu voltei com minha mãe para o Rio de Janeiro ao passo que meu pai seguiu em São Paulo, e então mudaram de estado também a atmosfera dos ambientes e os humores das pessoas ao meu redor. Momento 2: no ano seguinte, meu pai partiu em uma viagem de três meses, mas àquela altura já tínhamos criado um ritmo de visitas e então a saudade apertou ainda mais durante o período de sua viagem. Em seu retorno, ele me trouxe de presente algo que me abriu todo um campo de

⁸ Agradeço a Tales Ab’S’áber pelo belo livro *O sonhar restaurado: formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud* (2005), cuja Introdução me serviu de inspiração para integrar à escrita psicanalítica uma construção de cunho pessoal.

criação e apreciação muito valiosos: minha primeira câmera fotográfica. Eu estava com quatro anos de idade, e meu pai conta que precisou insistir com o vendedor, convencendo-o a vender o produto que teria como destino, sim, uma criança. Provavelmente, naquela época (1989), não havia muitas possibilidades de câmeras “infantis” que operassem a pleno direito.

Resgatando esses acontecimentos em análise, intuo que ter estado às voltas com o novo “brinquedo”, manusear o aparelho e capturar em imagens o que atravessava o meu caminho deve ter me ajudado, então, a recuperar o sonhar e o brincar (e também a capacidade de fazer lutos!) por meio da criação de novas cenas e realidades diante do que eu via e vivia – havia olhar de volta o mundo, havia o relacionar-me com as pessoas e os objetos fotografados, havia um investimento pulsional erótico nisso tudo, havia sustentar o tempo da espera, havia as revelações todas, havia se encontrar com a surpresa e os inesperados que acabavam relançando o sonho para mais e mais caminhos psíquicos não conhecidos ou até então não imaginados. Nesse interjogo complexo, acredito que a câmera operou como uma extensão ou uma espécie de prótese provisória do meu aparelho de pensar/sonhar, como uma “câmera de imaginar” que deve ter me ajudado a descongelar a vivência traumática que impossibilitava o sonho e a experiência do sonhar.

Contando com tal construção em análise e apostando valer mais a pena mergulhar nos casos clínicos dentro de uma compreensão psicanalítica – afinal, ofício ao qual me dedico todos os dias –, optei por abordar a fotografia a partir de uma esfera metafórica e transicional de sonho, brincadeira e poesia, liberando-me do plano anterior de teorizar sobre a Fotografia enquanto disciplina na realidade compartilhada. Assim me autorizo a mais adentrar a caixa preta do meu psiquismo com suas potencialidades clínicas, ou mais explorar minha “máquina de *rêverie*”, como certa vez nomeou de forma carinhosa um amigo que acompanhou as primeiras elaborações deste trabalho.

Adentrando a caixa preta do meu psiquismo, enquanto crio imagens mentais ao escutar meus analisandos e me dou conta desse “outro fazer fotográfico” que se dá em meu funcionamento mental em sessão, inquieto-me e me motiva a elaborar esta pesquisa de Doutorado, com o objetivo de construir um pensamento clínico e fundamentar em termos teóricos e metapsicológicos tais fenômenos, elucidando seus possíveis usos e circunscrevendo suas funções, salientando ainda os riscos e extravios que podem daí advir. A escolha por estabelecer o foco nos fenômenos clínicos traça, então, o seguinte plano de trabalho:

Em primeiro lugar, é necessário circunscrever melhor o objeto de estudo. De que imagens estamos falando? Em se tratando de imagens mentais que ocorrem quando da escuta analítica, achamos apropriado considerar as imagens a partir do conceito de *rêverie*, tal como formulado por Bion (1994 [1962a], 2021 [1962b]). Duvidaremos de nossa escolha com frequência, já que a

rêverie consiste em um fenômeno não observável, a partir do qual só podemos inferir sua existência através de certas manifestações. Embora Bion tenha introduzido o conceito de *rêverie*, pouco criou desenvolvimentos sobre ele (Busch, 2019), portanto autores como Ogden, Ferro e Civitarese serão estudados na tentativa de esclarecimento dos fenômenos comumente referidos à *rêverie* – conceito frequentemente mencionado na clínica psicanalítica contemporânea e, no entanto, de fronteiras imprecisas e compreensões clínicas tão ricas quanto variadas.

Questões que seguirão balizando nosso percurso são:

- a) Como podemos verificar ou inferir a ocorrência de imagens mentais em termos de uma atividade de *rêverie*?
- b) Quais funções tais imagens podem adquirir e de que modo podem produzir efeitos terapêuticos?
- c) Como instrumentalizar os possíveis usos em termos de manejo clínico a partir das imagens?
- d) Em última instância, como uma *rêverie* pode se tornar transmissível ao outro e nele promover transformações?

Nesse percurso, também estaremos atentos a alguns problemas, que conseguimos mapear, a princípio, da seguinte maneira:

- e) Poderia a produção imagética contribuir para as defesas e resistências compartilhadas, obstruindo ou paralisando as transformações, as evoluções do campo e a expansão dos trabalhos psíquicos em análise?
- f) Como entender situações em que nenhum devaneio ocorre à mente do analista, em que uma espécie de concretude parece tomar conta do processo, persistindo a ausência de atravessamento onírico entre a dupla analítica?
- g) Há fenômenos imagéticos que parecem sonhos, mas que não engendram a experiência do sonhar, isto é, não realizam processos simbólicos? Isso poderia apontar para uma função antianalítica da imagem?
- h) Como nos certificamos de que os fenômenos ocorridos na mente do analista não dizem respeito a conteúdos exclusivos do analista, e como abordar os problemas contratransferenciais frente ao que se convencionou chamar de trocas intersubjetivas do par?

Os casos e as vinhetas que despertarão tais questões ao longo da tese farão o lastro de uma certa casuística, a partir da qual buscaremos reconhecer aproximações e distanciamentos entre o que foi experimentado nos processos analíticos selecionados. Em outras palavras, tentaremos averiguar se as imagens que emergiram no campo tiveram funções parecidas entre os casos, se puderam operar transformações e de que modo o fizeram. Não pretendemos, com isso, criar teorias universalizantes, mas nos utilizarmos da pesquisa clínica em psicanálise para justificar nossa compreensão e nosso manejo clínico nas experiências relatadas, no intuito de seguir promovendo interlocuções com a comunidade psicanalítica e, na melhor das hipóteses, para além dela. A pesquisa inclui, ainda, um olhar para os usos que os analisandos puderam fazer dessas imagens ou das imagens trazidas por eles a partir de seus próprios devaneios em sessão. Sob essa ótica, buscaremos compreender e fundamentar o conjunto de fenômenos a que chamaremos de *sonhar compartilhado em análise*, atentando para o caráter funcional e disfuncional das trocas conscientes e inconscientes nas comunicações entre o par analítico.

O Capítulo 1 tem um caráter introdutório e será dividido em duas partes: no primeiro item – “Contornos psicanalíticos” – apresentaremos as bases da teoria da técnica a partir das quais iremos elaborar nosso pensamento clínico-teórico. Passaremos de forma panorâmica por conceitos e noções fundamentais para nossa exploração das imagens mentais na escuta do analista, entre os quais se encontram: identificação projetiva, *rêverie*, terceiro analítico, figurabilidade e campo analítico. Daremos destaque à construção histórica da situação analisante como um dispositivo que favorece a expansão do pensar e do sonhar, junto à necessidade intrinsecamente humana de sonhar na presença de alguém, isto é, a necessidade de termos nossos sonhos relatados a outrem como forma de testemunho e auxílio para a elaboração de traumas e turbulências psíquicas.

No segundo item – “Devaneios fotográficos” –, buscaremos fundamentar aproximações entre imagem fotográfica e imagem mental, transcendendo suportes previamente estipulados para a fotografia, construindo uma linguagem transversal capaz de articular fotografia e clínica psicanalítica de forma poética e metafórica. Nesse sentido, pensaremos um campo fotográfico a oferecer modos transicionais de construção de imagens, onde se incluem as *rêveries* (co)construídas na situação analisante e seu destino rumo à narratividade (e não necessariamente à fixação da imagem em uma superfície plana e palpável). Formularemos questões acerca do que anima uma imagem para além dela própria, favorecendo a expansão dos trabalhos psíquicos na clínica e na cultura. Com isso, ousaremos propor uma sobreposição de linguagens ou, como sugere Navas (2017), uma

contaminação dos meios entre o campo fotográfico e o dispositivo clínico psicanalítico, lançando a ambos o desafio de terem expandidos seus campos de atuação rumo a uma terceira margem da imagem e da clínica.

No Capítulo 2, apresentaremos e discutiremos o Caso Clara, com auxílio de formulações teórico-clínicas de Thomas Ogden. Após apresentação do Caso Clara, buscaremos compreender o que Ogden entende por *rêveries* e como demonstra utilizar suas *rêveries* imagéticas na clínica. Para isso, seguiremos o relato de dois casos clínicos do autor, buscando explorar como ele maneja as situações relatadas e que função suas *rêveries* tiveram junto aos casos em questão. Considerando a relevância clínica e teórica de Ogden para a psicanálise contemporânea (destacando sua criatividade perante os processos de sonhar em análise), nosso objetivo é encontrar neste autor referências e fundamentos para nossa própria experiência clínica, quando buscarmos compreender e justificar nosso próprio manejo clínico no Caso Clara. Demais autores como Winnicott, Gurfinkel, Figueiredo e Flusser também virão auxiliar a Discussão.

No Capítulo 3, apresentaremos o Caso Marina e, de modo parecido com o capítulo anterior, buscaremos fundamentar o que se passou nessa análise em termos de imagem, seus usos e suas funções. Pelo caráter do diálogo analítico no encontro com Marina, adentraremos a teoria do campo pós-bioniano de modo a aprofundar nossa compreensão das trocas intersubjetivas, passando a considerar também as *rêveries* trazidas pela própria analisanda, que nesse caso adquiriram papel primordial. As imagens e os personagens surgidos nessa análise serão pensados em termos de um teatro dos sonhos capaz de abrigar diversas vias narrativas para a elaboração da experiência emocional. Pensaremos também o manejo clínico pela via das interpretações não saturadas e dos derivados narrativos como forma de seguir sonhando a interpretação da analista. Imagem, personagem e narratividade irão se entrelaçar em uma trama complexa entre sonhos noturnos e sonhos de vigília, convidando ao palco da análise os teatros do eu. Ferro e Civitarese serão nossas principais companhias neste espetáculo de bilheteria fechada nos contornos da análise.

No Capítulo 4, abordaremos situações desafiadoras em que a construção de imagens na escuta da analista operou uma espécie de função antianalítica da imagem. Dessa vez, não discutiremos uma única construção de caso tão profundamente, mas iremos analisar três vinhetas clínicas que terão suas discussões entrelaçadas pelas dificuldades encontradas ao longo dos processos. A partir da vineta Júlio, notaremos como as imagens que se apresentavam sem cessar entre analisando e analista contribuíram para a formação de um conluio entre mentes, resultando em um modo de relação simbiótica que impossibilitava a analista de pensar com mente própria e trabalhar através da função terceirizante do campo. Com a vineta Fabiano,

retomaremos a discussão sobre a *rêverie* precisar de trabalhos psíquicos posteriores para ser compreendida como tal e poder ser utilizada para fins de manejo clínico, sem que incorra em uma atuação do analista ou uma *self-disclosure* (autorevelação), capaz de atropelar ou se misturar demasiadamente aos processos subjetivos do analisando. A partir da vinheta Petra, discutiremos a prevalência dos ataques à ligação e seus efeitos sobre a capacidade de *rêverie* da analista, não sem considerar a incidência de reações contratransferenciais despertadas por um caso difícil. A problemática da contratransferência estará sempre presente ao longo deste último capítulo, levantando questões em torno do uso que o analisando faz da situação analisante, bem como de atravessamentos pessoais do analista capazes de obstruir o andamento de um processo analítico. Contratransferência, impasses, baluartes e *enactments* serão pensados com o auxílio de autores como Racker, Cassorla e o casal Baranger.

Ao trabalho!

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: SONHO E IMAGEM NA SITUAÇÃO ANALISANTE

Como o título sugere, este primeiro capítulo tem uma função introdutória e buscará apresentar ao leitor as bases sobre as quais iremos trabalhar ao longo da tese. Somente a partir dos casos clínicos e das vinhetas selecionadas a contar do Capítulo 2, temas em torno da teoria da técnica irão adquirir corpo e relevância junto às discussões sobre a imagem na escuta do analista, quando começaremos a entrelaçar a experiência clínica com o estudo da teoria. A elaboração teórica ganhará vida e sentido ao longo do trabalho, conforme for sendo solicitada em função da demanda por compreensão clínica.

No primeiro item, “Contornos psicanalíticos”, iremos apresentar as origens do solo teórico sobre o qual iremos construir nosso pensamento clínico no decorrer da tese. Passaremos por elementos que historicamente compõem a teoria da técnica, com ênfase em alguns constructos oferecidos pela Escola Inglesa, com vistas a alcançar uma psicanálise contemporânea que tem como base o entrecruzamento do pensamento de Winnicott e Bion. Neste momento, não temos a pretensão de fazer uma discussão profunda e crítica sobre teoria da técnica em psicanálise, mas de fornecer uma apresentação panorâmica da situação analisante pautada no modelo do sonho – seja quando ela pode servir à experiência do sonhar, seja quando as dificuldades nos processos elaborativos atestam o colapso do sonhar, ensejando uma ressignificação nos modos de escuta e manejo clínico do analista.

No item seguinte, “Devaneios fotográficos”, buscaremos fundamentar nossa tentativa de conceber uma espécie de território transicional capaz de abrigar imagem fotográfica e imagem mental em possíveis trânsitos entre si, utilizando para isso as noções de Adolfo Montejo Navas (2017) de *terceira margem da imagem e fotografia transversa*. Conforme mencionado na Introdução, não mais iremos articular Fotografia e Psicanálise por meio de aproximações e confrontos entre práticas e teorias das duas disciplinas entre si. Nosso objetivo se torna, portanto, menos pretensioso no âmbito da filosofia da fotografia, uma vez que tal mudança implica utilizarmos-nos da fotografia para estabelecer correspondências poéticas com a clínica, nutrindo nossa escuta com elementos da cultura capazes de expandir nosso repertório de comunicação com nossos próprios analisandos e também com colegas curiosos ou interessados em temas afins.

Uma vez que a fotografia restará a serviço da escuta e da escrita, temas em fotografia poderão surgir ao longo da tese sem uma previsão anunciada, através de associações e devaneios que nos lançam a outros trabalhos psíquicos, reinstalando um viés de movimento à elaboração do

pensamento clínico, convidando-o a transitar por outras linguagens. A fotografia então expandirá suas margens, estabelecendo comunicações por vias travessadeiras (Didi-Huberman, 2018) com a via psicanalítica principal que, por seu turno, também acaba sendo afetada e tendo suas fronteiras expandidas no encontro com outras esquinas e novas passagens marginais.

Ao assumirmos que nossas experiências clínicas (assim como a busca por sua compreensão subsequente) podem e devem se utilizar de elementos da cultura que ultrapassam o repertório de base teórica psicanalítica, esperamos assim incrementar não só os recursos para nossa compreensão clínica e futuros *insights*, como também, com o auxílio de outras fontes, relançar as bases de nosso desejo junto a este ofício já tão difícil, deveras solitário e por vezes muito árido. A fim de não confundir o leitor, esclarecemos que, no item “Devaneios fotográficos”, faremos uma breve passagem pela filosofia da fotografia. O objetivo é fundamentar possibilidades de estabelecer, em uma linguagem poética e metafórica, trânsitos possíveis entre imagem fotográfica e imagem mental, buscando elucidar, ainda, o que anima uma imagem ou o que uma imagem é capaz de animar para além dela.

1.1 Contornos psicanalíticos: a situação analisante pautada no modelo do sonho

Em nossa prática clínica cotidiana, com frequência somos desafiados com questões fundamentais para a instalação e o prosseguimento do tratamento de nossos analisandos: como oferecer uma escuta capaz de acolher cada sofrimento em sua singularidade? Como manter o contato com as necessidades de cada analisando sem perder de vista nosso posicionamento ético e técnico? Como manejar as situações de modo a favorecer transformações?

Sabemos que mudanças se fizeram necessárias para que diferentes formas de sofrimento psíquico pudessem ser analisadas e transformadas pelo encontro analítico. Se o método analítico inaugurado por Freud para o tratamento das neuroses encontrou limitações diante de resistências mais tenazes em outras formas de subjetivação (como as neuroses narcísicas, as neuroses traumáticas e psicoses, frente às quais a psicanálise não poderia recuar), ficou a cargo de analistas posteriores as maiores contribuições para a revisão do método e a ampliação da escuta analítica, como que oferecendo à psicanálise novas formas para sonhar caminhos possíveis.

Na história da psicanálise, o advento da clínica psicanalítica pode ser entendido menos como a revelação de uma grande descoberta e mais como a realização de uma necessidade filogenética para acolher e elaborar nossa própria condição humana. Em termos bionianos, Freud criou a situação analisante como forma de realização de uma preconcepção inconsciente

que já vinha se colocando acerca disto que se convencionou chamar psicanálise. O armamento em massa e as guerras do século XX instalavam ainda mais a necessidade de um dispositivo que pudesse acolher os traumas e horrores que ameaçavam nossa existência de uma autodestruição. Nesse sentido, o dispositivo analítico ofereceu à mente humana um lugar para sonhar os sonhos e pesadelos daí decorrentes, mais precisamente os conflitos inconscientes provenientes do encontro sempre turbulento entre o psíquico e o social.

Bollas (2013) nomeia o advento da psicanálise como o “Momento Freudiano”, em que uma das maiores contribuições de Freud à sociedade ocidental foi a formalização de um espaço-tempo para o relato do sonho. A criação do processo analítico consistiu, desde sempre, em oferecer um dispositivo de escuta, testemunho e elaboração para o sonho, ambicionando assim expansões da mente a partir de uma necessidade primordial. Com Bollas:

A existência era assustadora e uma única mente não era suficiente para pensar na condição humana. Sonhar a si mesmo deve ter sido uma experiência muito poderosa. Podemos conjecturar que os sonhos frequentemente sobrecarregavam a mente, pois não se poderia pensar em seus conteúdos, mesmo com o auxílio das poderosas crenças religiosas que atuavam como continentes para a ansiedade. Ao relatar o sonho para outro ser humano, muito cedo o homem descobriu que, para sobreviver à vida mental, era essencial ter a assistência de um outro (Bollas, 2013, p. 1).

Freud, nesse sentido, foi capaz de sonhar uma teoria e um método clínico de modo a oferecer uma organização ou um enquadramento àquilo que trazia enigmas à medicina da época e se configurava, de certa maneira, nos moldes de pensamentos selvagens em busca de um pensador. O empenho de Freud para conceber e praticar psicanálise – sobretudo uma que não fosse mais “selvagem” – esteve intimamente vinculado à sua disponibilidade para se aprofundar na compreensão dos desafios clínicos da época, sobremaneira a histeria, bem como à disponibilidade interna para efetuar sua autoanálise.

Na visão de Khan (1977 [1962]), a autoanálise freudiana foi um feito heroico não porque implicasse uma solidão nessa jornada, mas em função da capacidade inaugural de Freud para adentrar certos territórios psíquicos até então desconhecidos e inexplorados. Ainda que por meio de cartas, o inventor da psicanálise tinha o médico alemão Wilhelm Fliess (1859-1928) como seu interlocutor, o que lhe permitiu desenvolver uma relação transferencial que o impelia ao trabalho analítico, expandindo o conhecimento do seu inconsciente ao sonhar na companhia de outrem.

Tomando como base a interpretação dos sonhos e a necessidade de um interlocutor para essa tarefa, partindo do particular de sua experiência para o universal da mente humana no que tange à existência de conflitos intrapsíquicos inconscientes, Freud deu início à construção da

situação analisante, cujos fundamentos repousam sobre o modelo do sonho e os trabalhos do sonhar. Na leitura de Khan:

O que permitiu que Freud transformasse sua heroica experiência subjetiva de auto-análise (“esta análise é mais difícil que qualquer outra”, 1950a) num método terapêutico foi a sua genial capacidade de abstração, que o levou a recriar, no *setting* analítico, todos os elementos vitais da situação da pessoa que sonha, de forma que, num estado consciente de vigília, quem está sendo analisado possa, psiquicamente, *re-experimentar*, por meio de neurose de transferência, os distúrbios psíquicos inconscientes e estados de enclausuramento que distorcem o seu funcionamento de ego e lhe toham a liberdade afetiva (Khan, 1977 [1962], p. 41. Grifo do autor).

Dessa maneira, a escuta do desejo e do conflito inconsciente passou a se dar em uma ambiência física e psíquica similar ao estado do sono, em que a restrição dos polos perceptivos e motores buscava favorecer o trabalho psíquico em análise tal como o trabalho do sonho, em uma espécie de sonho em vigília compartilhado e testemunhado pelo analista.

Ora, na pré-história da psicanálise, é verdade que o método catártico de Breuer já conduzia as histéricas a um estado de sono até mais explicitamente, por meio da hipnose. No entanto, a relevância da passagem do método catártico para o método analítico de Freud se dá em consideração às defesas e resistências que deveriam ser convocadas ao trabalho psíquico em vigília. Sob hipnose, as defesas e resistências acabavam sendo subtraídas em vez de trabalhadas e ultrapassadas, e somente assim uma análise poderia expandir os processos psíquicos conscientes e inconscientes de modo a alcançar resultados mais satisfatórios e duradouros.

Ao abandonar a técnica hipnótica, Freud convida os analisandos a um discurso em associação livre, ao passo que o analista deve escutar com um modo de atenção igualmente flutuante (Freud, 2010 [1912a]). Essa modalidade de escuta consiste em não se ater ao textual do discurso manifesto, não buscar por algo previamente esperado segundo as inclinações do próprio analista. Por outro lado, propõe que a trilha associativa ocorra livremente e que a escuta se mantenha suspensa a qualquer antecipação ou seleção de material, sem direcionamentos ou prescrições, de modo que algo possa surgir espontaneamente e ser escutado como uma emergência do inconsciente. Assim, evitamos a armadilha de encontrar somente aquilo que já sabemos e abrimos todo um campo de escuta para conteúdos cujo significado será conhecido posteriormente.

Para tanto, é necessário ao analista “entregar-se totalmente à sua ‘memória inconsciente’” (Freud, 2010 [1912a], p. 150) e utilizar seu próprio inconsciente como instrumento para analisar, conforme descreve Freud com a metáfora do telefone:

(...) Expresso numa fórmula: ele [o analista] deve voltar seu inconsciente, como órgão receptor, para o inconsciente emissor do doente, colocar-se ante o analisando como o receptor do telefone em relação ao microfone. Assim como o receptor transforma novamente em ondas sonoras as vibrações elétricas da linha provocadas por ondas sonoras, o inconsciente do médico está capacitado a, partindo dos derivados do inconsciente que lhe foram comunicados, reconstruir o inconsciente que determinou os pensamentos espontâneos do paciente (Freud, 2010 [1912a], p. 156).

Dessa maneira, a comunicação primordial entre analisando e analista se dá pela via do encontro entre dois inconscientes. No entanto, o analista deverá tomar cuidado com suas próprias resistências e seus pontos cegos capazes de perturbar a apreensão do que é transmitido pelo analisando. A análise pessoal é o melhor antídoto para isso, fundamental e indispensável àquele que pretende conhecer e praticar psicanálise (Freud, 2010 [1912a]).

Nesse mesmo contexto dos textos técnicos, Freud se mostra preocupado com possíveis efeitos negativos decorrentes do envolvimento afetivo do analista e, desse modo, sugere ainda dois outros modelos nos quais se inspirar: o modelo do cirurgião, que conta com uma frieza de sentimentos a fim de bem operar e alcançar os objetivos esperados; e o modelo do espelho, cuja atividade consiste em refletir somente aquilo que é mostrado. Para além das recomendações que tantas vezes consistem no que o analista *não deve fazer*, Freud reconhece que suas estratégias técnicas se adequam bastante bem à sua própria individualidade e, portanto, podem não servir a todos os que praticam psicanálise. Sugere que os analistas, por seu turno, acrescentem coisas novas ao que já está formulado, até mesmo porque

(...) a extraordinária diversidade das constelações psíquicas envolvidas, a plasticidade de todos os processos anímicos e a riqueza de fatores determinantes resistem à mecanização da técnica e permitem que um procedimento em geral correto permaneça eventualmente sem efeito, e que um outro, normalmente errado, conduza ao objetivo. Essas circunstâncias não impedem, porém, que se estabeleça uma conduta medianamente adequada para o médico (Freud, 2010 [1913], p. 164).

Sendo assim, encontramos já em Freud um convite a aprender, pensar e construir a partir de nossa própria experiência, com uma escuta criativa e não burocrática. Do legado de Freud, portanto, herdamos alertas e recomendações que circunscrevem, sobretudo, uma disposição de mente e uma postura ética na clínica, ainda que as técnicas possam variar (Figueiredo, 2008; Figueiredo & Coelho Jr., 2018). Ou seja, por mais que as técnicas adotadas e as estratégias de cura tenham se transformado ao longo da história psicanalítica de modo a acolher os novos desafios (inclusive um assunto em constante expansão e transformação até os dias atuais), é o paradigma ético sustentado pela escuta em atenção flutuante que se mantém como invariante

indispensável ao processo analítico e se manifesta nos termos de uma disponibilidade de mente para receber o que vier do analisando.

Essa ética na qual seguimos nos pautando circunscreve o que Bollas (2013) chamou de “Par Freudiano”, em referência às posições mentais que ambos os participantes, analisando e analista, são convidados a ocupar. Desse encontro de mentes em cujo cerne não se pretende controlar o que possa advir, surge um diálogo analítico que favorece a comunicação entre inconscientes e que poderá revelar, ao longo do tempo, conflitos intrapsíquicos e aspectos relevantes das relações objetais, bem como favorecer um uso criativo dos pensamentos inconscientes.

Da criação do “Momento Freudiano” e a contar com o “Par Freudiano” (Bollas, 2013), portanto, a função psicanalítica da personalidade (Bion, 2021 [1962b]) pôde começar a ser reconhecida e descrita por Freud. Desse modo, “esta arte da psicanálise” (Ogden, 2010) favoreceu a expansão da capacidade de trabalho psíquico na clínica e na cultura ou, como sugere Khan (1977 [1962]), ofereceu ao mundo um maior alcance de recursos criativos e fantasísticos, elaborações até então alcançadas quase que exclusivamente pelos “poetas, artistas e sonhadores privilegiados” (Khan, 1977 [1962], p. 51). Mas não foi sem muito trabalho e entraves que revisões teórico-clínicas se fizeram necessárias já no caminho freudiano, como esboçaremos a seguir.

Em Freud, podemos estipular dois momentos diferentes para a escuta (Figueiredo, 2014b). O primeiro está neste que mencionamos sobre a constituição do método analítico, elaborado em função das novas concepções sobre o funcionamento psíquico, considerando sobretudo o papel da resistência na manutenção dos sintomas. Sob a égide da associação livre e da escuta flutuante, em tal contexto a função do analista implica interpretar o conflito inconsciente e manejar os fenômenos da transferência e da resistência na clínica (Freud, 2010 [1912b]).

A construção do método analítico se dá no contexto da primeira tópica freudiana, que estabelece que o inconsciente engloba um vasto conjunto de representações recalçadas que ganham expressão pela via dos sintomas, dos sonhos, dos chistes e dos atos falhos. Neste que configura o primeiro momento freudiano da escuta, estamos diante de uma “clínica da representação” (Celes & Garcia, 2011), que pode ser comparada ao modelo do sonho (Khan, 1977 [1962]; Green, 2017 [1975]) e se propõe a favorecer a recordação dos conteúdos recalçados, tornando consciente o inconsciente, desfazendo a trama do recalque e dos sintomas.

Assim como o sonho é capaz de revelar o desejo inconsciente através do encadeamento onírico, a situação analisante se torna um dispositivo terapêutico que incide sobre os desejos inconscientes deslocados e condensados nos sintomas, que, por sua vez, representam um “latente desejo de sonhar” (Khan, 1977 [1962], p. 49). Em tal contexto, o processo e o

procedimento analíticos são capazes de conduzir àquilo que Khan (1977 [1962]) chamou de “sonho bom”, considerando o sonho como um indicador fundamental para os aspectos criativos do ser humano.

Não obstante, já nas primeiras décadas Freud se depara com as dificuldades colocadas pela compulsão à repetição (Freud, 2010 [1914]), cujos efeitos clínicos lhe trarão notícias de uma dinâmica intrapsíquica que opera para além do princípio do prazer (Freud, 2010 [1920]). Resistências por vezes intransponíveis, sobretudo aquelas marcadas pela reação terapêutica negativa, o luto impossível na melancolia, os pesadelos reiterados nas neuroses traumáticas e as tendências masoquistas levam à elaboração da segunda teoria pulsional freudiana, em 1920. Esta passa a considerar, no psiquismo, os prejuízos na simbolização, a destrutividade, o desligamento e a tendência ao zero, em suma, efeitos e incidências da pulsão de morte sobre o funcionamento psíquico.

Nesse momento, Freud aponta para a necessidade de ampliar a escuta do analista de modo a tratar os pacientes para os quais a prática associativa não conduz a uma atividade simbolizante, tampouco facilita a revelação do desejo inconsciente. No contexto de certos tratamentos, a clínica da representação cede lugar à “clínica da pulsão” (Celes & Garcia, 2011), e já não é mais possível propor uma analogia da situação analisante com o modelo do sonho, a não ser pelo viés de uma clínica que deflagra estados mais próximos de um colapso do sonhar (Gurfinkel, 2008).

Os limites da representação restringem tanto a rememoração do inconsciente recalcado do paciente quanto a interpretação do analista, levando Freud a lançar mão da estratégia técnica da construção como forma de reconstruir a história infantil do paciente (Freud, 2018 [1937]). Uma construção, quando apropriada, provoca a convicção do paciente e favorece efeitos terapêuticos, uma vez que vai tecendo uma rede de sentido para as experiências que não podem ser lembradas, mas para as quais se constrói uma hipótese, uma determinada compreensão a partir de fragmentos da vida anímica.

Seguido a Freud, autores como Ferenczi, Balint, Klein, Winnicott e Bion contribuíram com importantes reposicionamentos para a escuta do analista, cujas elaborações compuseram relevantes aportes teóricos a partir dos desafios clínicos instalados. Em relação ao nosso recorte nesta tese, embora haja em Ferenczi e Winnicott construções importantes acerca da implicação do analista e de uma escuta empática direcionada aos elementos não verbais do encontro clínico, no momento parece-nos relevante enfatizar a vertente de pensamento kleino-bioniana, que prossegue com autores pós-bionianos que ampliaram a noção de transferência como situação

total e campo analítico a partir de conceitos e noções fundamentais de Klein e Bion, tais como identificação projetiva, *rêverie* e transformações.

Como mencionado na Introdução, os autores por ora selecionados nos oferecem formulações teórico-clínicas importantes para pensarmos os usos e as funções das imagens mentais que ocorrem ao analista no momento de sua escuta. Ganham destaque, então: Bion com o conceito de *rêverie* e a teoria sobre o pensar; Ogden com o conceito de terceiro analítico e as dimensões do sonhar em análise; o casal Botella com explorações do conceito de figurabilidade; o casal Baranger com a concepção da situação analisante como campo dinâmico; por fim, Ferro e Civitarese com a teoria do campo pós-bioniano. Neste primeiro capítulo, encontraremos-nos com tais autores de forma panorâmica, para retomá-los com maior presença junto às discussões dos casos clínicos que virão a partir do capítulo seguinte.

Melanie Klein trouxe importantes contribuições para a técnica analítica através do brincar na clínica com crianças, da escuta das fantasias inconscientes que subjazem ao discurso manifesto, das ansiedades primitivas, da noção de posição e, sobretudo, da elaboração do conceito de identificação projetiva, que traz efeitos consideráveis para a escuta clínica (Figueiredo, 2014b). A identificação projetiva é um mecanismo de defesa contra as ansiedades primitivas que consiste em projetar partes não assimiladas do psiquismo para dentro do objeto, para fins sádicos ou de controle, de forma inconsciente e fantasiosa (Klein, 1982 [1946]). Na clínica, os efeitos são sentidos sobre a mente e o corpo do analista, trazendo o desafio de identificar se tais efeitos têm como fonte determinados conteúdos do analisando que são inacessíveis por ele próprio e, por isso mesmo, projetados para dentro do analista. Com o conceito de identificação projetiva, a escuta em análise passa a se guiar também por formas de comunicação não verbais, conduzindo-se não somente pelo que é dito, mas acima de tudo pelo que faz sentir no analista.

Klein não formula, todavia, uma proposta de escuta diferenciada para o importante fenômeno que ela reconheceu clinicamente e desenvolveu conceitualmente. É em Bion que encontramos a primeira grande contribuição para a escuta das identificações projetivas, sendo considerado, inclusive, o autor que provocou a maior mudança de paradigma no âmbito da escuta analítica desde Freud, pelo conjunto de suas inovações técnicas (Grotstein, 2010). A escuta das identificações projetivas em Bion não se restringe ao que está acontecendo no mundo interno do paciente, mas se estende para uma dimensão intersubjetiva, uma vez que passa a considerar a recepção das identificações projetivas e sua metabolização pelo analista através de suas *rêveries* (Bion, 1994 [1962a]).

No seminal texto “Uma teoria sobre o pensar” (Bion, 1994 [1962a]), Bion traz uma mudança importante para o conceito de identificação projetiva. Esta passa a ser considerada uma forma de comunicação não verbal primitiva e normal, que se torna um mecanismo de defesa patológico somente quando passa a operar de forma insidiosa e excessiva, intimamente relacionada à impossibilidade de pensar. Os pensamentos, por seu turno, são anteriores à atividade de pensar, sendo necessário o desenvolvimento de um aparelho para pensar os pensamentos que são fruto da frustração quando não é possível a experiência de satisfação (quando a expectativa do seio/pré-concepção não pode contar com a chegada do seio/realização). Quando o que há é a frustração frente à expectativa do seio, há duas saídas possíveis, dependendo da capacidade do bebê de tolerar o que se constituiu como um “não-seio, ou seio ‘ausente’ dentro dele” (Bion, 1994 [1962a], p.129): a modificação ou a fuga perante a frustração.

Se a frustração é tolerada o suficiente, o “não-seio” se transforma em um pensamento, para o qual se desenvolve um aparelho de pensar. Quando da fuga, pelo contrário, a formação do pensamento cede lugar a um objeto mau, não metabolizado, que encontra como recurso de evacuação as identificações projetivas maciças, comprometendo o desenvolvimento de um aparelho de pensar. Antes, porém, que o bebê desenvolva seu próprio aparelho para pensar os pensamentos, é preciso que ele internalize a *função alfa* a partir do aparelho de pensar materno, que converte a experiência bruta em elementos assimiláveis pelo psiquismo (Bion, 1994 [1962a]).

No início da vida psíquica, a identificação projetiva normal ou “realista” (Bion, 1994 [1962a], p.135) demanda que a mãe ofereça um sentido para a experiência emocional que o bebê vivencia, mas que projeta para dentro dela por ainda não poder contar com um aparelho de pensar capaz de transformar as impressões sensoriais brutas e as protoemoções em elementos simbólicos. É preciso que, de início, a mãe exerça essa mediação simbólica através de sua *função alfa*, transformando os conteúdos em estado bruto e sem nome que lhe foram projetados – os assim chamados *elementos beta* – em *elementos alfa*, acrescidos de qualidades simbólicas e apreensíveis pelo aparelho psíquico, entre os quais se incluem as imagens visuais (Grinberg, Sor & de Bianchedi, 1973).

A capacidade da mãe de receber, tolerar e conter as “projeções-necessidades do bebê” (Grinberg, Sor & de Bianchedi, 1973, p.78), transformando-as, sonhando-as, conferindo-lhes sentido, configura a *rêverie* materna, uma disposição de mente que pode ser transposta para a clínica como uma das formas de escuta necessárias ao analista. A *rêverie* se torna um “dispositivo de escuta” (Figueiredo, 2014b, p. 127) indispensável, sobretudo aos analisandos

que não puderam contar com a capacidade de continência do ambiente original de forma adequada, para os quais o analista terá de emprestar, ainda mais, o seu aparelho de pensar (Green, 2017 [1975]).

Ogden (2013a, 2013b) elabora uma leitura clínica da *rêverie* que fomenta formas mais complexas e criativas de escuta, acentuando ainda mais o caráter intersubjetivo presente no encontro analítico. Em sua teoria do terceiro analítico intersubjetivo (Ogden, 2013a), o autor compreende o processo analítico como uma sobreposição das *rêveries* do analisando e do analista, em um diálogo inconsciente capaz de gerar símbolos que revelam aspectos do mundo interno do analisando, até então não pensáveis ou verbalizáveis. Vastos estados psicológicos do analista configuram parte do terceiro analítico intersubjetivo cocriado pela dupla, em uma dinâmica que vai além da dicotomia transferência-contratransferência e se constitui como uma produção em conjunto no encontro de ambas as mentes.

Essa cocriação não engendra, todavia, uma completa simetria a partir dos conteúdos gerados, visto que os papéis de cada um resguardam o lugar da diferença, da alteridade e da função analítica que deve se manter presente e atuante na escuta clínica. Nesse sentido, a experiência do analista *no* e *do* terceiro analítico opera a serviço da compreensão dos conteúdos inconscientes do analisando, e deve operar manejos e possibilidades de transformação a partir daí, ainda que inspiradas pelas criações em conjunto.

Na compreensão clínica de Ogden, os estados emocionais e sensoriais do analista, as fantasias, angústias, percepções fugazes, imagens mentais e devaneios como uma espécie de sonhar acordado compõem instrumentos clínicos importantes, a partir do que é inserido ou despertado pelo analisando. O analista, ao ser capturado por vivências dessa ordem e com o desafio de atribuir-lhes um uso analítico, auxilia a construção de simbolizações ao ressoar uma dimensão do encontro que não se restringe àquilo a que se tem acesso verbalmente, que tantas vezes constitui os “sonhos não sonhados e interrompidos do paciente.” (Ogden, 2010, p. 22). Assim, o trabalho de colocar em palavras o que se aposta como sendo a experiência emocional em jogo – bem como a criação de outras intervenções a partir da compreensão do que se passa no terceiro analítico –, configuram parte da tarefa do analista nesta escuta das comunicações inconscientes.

Com o auxílio das *rêveries* que emergem do encontro de mentes, o analisando pode começar a sonhar uma experiência emocional nunca antes sonhada, inaugurando uma nova experiência que não condiz, necessariamente, com a ideia de repetição ou rememoração de um conteúdo recalcado. O dispositivo analítico torna-se, portanto, um lugar de encontro capaz de fazer mais sonhar, favorecendo expansões dos trabalhos psíquicos no cerne da função onírica.

Desse modo, Ogden incrementa a analogia da situação analisante com o modelo do sonho, valorizando o sonhar como meta a partir de um contexto intersubjetivo:

Sonhar nossa própria experiência é adquirir a posse dela no processo de sonhá-la, pensá-la e senti-la. (...). A psicanálise, desta perspectiva, é uma forma de relacionamento psicológico na qual o analista participa do sonhar os sonhos anteriormente não sonhados e interrompidos do paciente. A meta da psicanálise não é simplesmente sonhar os sonhos não sonhados e interrompidos do paciente no *setting* analítico. A participação do analista no sonhar a experiência anteriormente insonhável do paciente é um meio para um fim: o paciente desenvolver sua capacidade de sonhar sua experiência sozinho. O fim da experiência analítica é medido não tanto pelo grau de resolução do conflito intrapsíquico quanto pelo grau em que o paciente tornou-se capaz de sonhar sua experiência sozinho (Ogden, 2010, p. 45).

Botella & Botella (2002, 2005, 2016), por seu turno, dedicam-se ao estudo da figurabilidade em sessão, que ao seu ver diferem do fenômeno das *rêveries* segundo Bion ou Ogden. Em suas explorações em torno de uma clínica do irrepresentável, tomam como base o caráter regrediente dos sonhos e o trabalho de figurabilidade – que transforma pensamentos oníricos em imagens sensoriais visuais (Freud, 2019 [1900]) – para fins de uma escuta que pretende alcançar estados psíquicos não representados, seja em pacientes psicóticos, *borderlines* ou psicossomáticos, seja em núcleos psicóticos de pacientes neuróticos.

O acesso a estados não representados é favorecido por uma escuta capaz de abandonar o mundo representacional dos processos secundários e operar de modo regrediente aos processos primários, privilegiando um modo de funcionamento psíquico característico dos estados de sonhar. A disposição de mente regrediente promove uma regressão formal do pensamento, logo uma abertura para vias alucinatórias capazes de ressoar um universo arcaico que coloca em cena certos elementos inesperados, incluindo o que pode ser experimentado com algo de muito estranho ocorrendo em uma sessão.

No estado de mente regrediente, o analista pode ser tomado por qualquer conteúdo endoperceptivo – com mais frequência, um conteúdo visual, uma figura – que opera como “uma ‘cena substitutiva’ real, desencadeada pelo negativo da experiência infantil do paciente que é inacessível e sem memória” (Botella & Botella, 2016, p. 171). Assim, uma experiência emocional que o analisando não pode representar e inserir em seu campo simbólico começa a tomar “molde e forma” (p. 170) na mente do analista. Este, por seu turno, poderá dar início a uma narrativa a partir do que se dá mais como uma “criação” (p.157) do que como uma interpretação ou construção. Nesse sentido, a elaboração secundária do analista se utiliza das figuras como em um jogo, oferecendo-lhe forma e coerência, criando a partir daí uma espécie de conto, uma narrativa.

Por meio da criação de imagens pelo trabalho de figurabilidade, ou das “imagens ‘vistas’ pelo analista” (Cardoso & Monteiro, 2012, p. 144), elaborase uma narrativa em que o narrador-analista está inteiramente envolvido e que pode ajudar o analisando a apreender elementos traumáticos até então sem nome e sem forma, clivados e enquistados no psiquismo. Trata-se de um trabalho processual que vai ganhando forma e sentido através de sonhos posteriores, de novas compreensões e convicções, favorecendo um trabalho efetivo de ligação. Na clínica dos Botella, portanto, mais do que relembrar o esquecido, almeja-se construir memória. Desse modo, traumas e estados não representados podem começar a se tornar lembrança pela via do trabalho de sonho do analista, em uma abordagem cuja sensorialidade amplifica o potencial criativo e transformador da escuta analítica.

No rol de proposições que atravessam a psicanálise contemporânea, as trocas intersubjetivas serão pensadas com mais radicalidade pelos teóricos do campo pós-bioniano, que apoiam uma parte importante do seu trabalho em formulações inauguradas, na década de 1960, por Willy e Madeleine Baranger (1969 [1961-62]). Inspirados pela psicologia da Gestalt e pela filosofia de Merleau-Ponty, o casal Baranger inseriu a noção de *campo* na compreensão da situação analisante, considerando as produções do par analítico por entre fantasias ou resistências compartilhadas (conforme as mobilidades e transformações promovidas ou, por outro lado, as obstruções e paralisias suscitadas), com ênfase na formação defensiva a que chamaram de *baluarte*. Embora lançando uma importante compreensão intersubjetiva no território das trocas inconscientes do par analítico, a escuta dos Baranger demonstra ser dirigida ao fim último da interpretação e da reintrojeção dos conteúdos clivados do paciente, valorizando diretrizes psicanalíticas voltadas para o âmbito intrapsíquico. Isso atesta um modo de escuta e manejo clínico atrelado à tradição freudo-kleiniana.

Diferentemente, teóricos atuais do campo pós-bioniano somam ao legado dos Baranger as inovações trazidas por Bion a fim de balizar novas construções criativas em torno da teoria e da técnica analíticas. Para os teóricos do campo pós-bioniano, o principal objetivo da análise não está na revelação dos conteúdos, em sua interpretação e nos significados em si, mas no próprio desenvolvimento das funções ou da capacidade de operar transformações psíquicas, na capacidade de conter e metabolizar tais conteúdos, onde se incluem as possibilidades de pensar, sonhar, tecer imagens, criar sentidos, promovendo uma “alfabetização das protoemoções” (Ferro & Basile, 2013, p.20), sempre no contexto das trocas do par. Desse modo, a teoria do campo pós-bioniano tem como base metapsicológica um modelo de mente que repousa sobre: 1) a nova teoria dos sonhos, formulada sobretudo por Bion, que inclui o sonhar acordado e o sonhar do analista; 2) a função alfa, que transforma protoemoções em imagens ou pictogramas;

3) a construção de narratividade a partir dos pictogramas, que promove transformações ao colocar as imagens em palavras, contando, para isso, com a figura de linguagem da metáfora como operador importante para a construção de sentido e atribuição de valor de verdade à experiência (Ferro & Civitarese, 2015).

A teoria do campo pós-bioniano compreende que tanto o analisando quanto o analista possuem um campo psíquico próprio, individual, de modo que a conjunção do estado mental de ambos é o que constitui o campo compartilhado em seus elementos arcaicos, fragmentados, protoemocionais, protosensoriais a serem transformados junto a uma narrativa onírica, ultrapassando áreas de impensabilidade sempre presentes, em maior ou menor escala. A noção de transformação em sonhos (Ferro, 2009a) busca favorecer uma narratividade em estilo onírico em sessão; não diz respeito a um relato de sonho exatamente, mas à tentativa de escutar todo o relato clínico como se escuta um relato de sonho. Em tal contexto, as imagens que daí advêm inserem o protoemocional e o protosensorial em uma sequência narrativa ao oferecer-lhes uma “imagem-pensamento” (Ferro, 2014, p. 60), sendo a produção de imagens uma importante ferramenta clínica capaz de fomentar os processos de pensar e sonhar, ampliando a narratividade subsequente e a construção de sentido.

A transformação em sonhos conta ainda com a mediação de personagens (antropomórficos ou não) presentes no campo – seja de forma duradoura, seja em uma única sessão –, que veiculam ou representam uma experiência emocional que pode ser compreendida à luz daquele personagem específico. O interesse pelo personagem, por sua história, seu comportamento e os pontos de vista que ele suscita ajudam a compreender certas emoções do analisando em processo de serem experimentadas e assimiladas. No campo analítico, como na peça de Pirandello, há personagens em busca de um autor (Ferro & Basile, 2013), assim como pensamentos em busca de um pensador (Bion, 1994 [1962a]), e sonhos não sonhados em busca de um sonhador (Ogden, 2010).

O analista participa com uma “cooperação ao roteiro” (Ferro & Basile, 2013, p. 24), e sua escuta pode lançar mão de uma interpretação histórica ou saturada (como na tradição freudo-kleiniana), ou, como é mais característico do modo de trabalho no campo, fazer uso de interpretações a-históricas ou insaturadas, dirigidas ao aqui e agora da sessão e ao papel dos personagens – o que nos lembra o coro grego e sua função de comentar o que está acontecendo na cena (Ferro & Basile, 2013). Com pacientes mais graves, na prevalência de estados não representados ou em núcleos autísticos e psicóticos da mente, o analista se depara com um palco vazio, desprovido de personagens a se oferecerem como porta-vozes da experiência emocional em curso, um palco ou uma tela desprovida de imagens vivas, onde não será possível trabalhar

com o enredo, mas buscar “reparar o próprio dispositivo que projeta imagens na tela da mente – ou seja, a função alfa do paciente” (Civitarese, 2016, p. 297).

Na teoria do campo, portanto, a *rêverie* e a figurabilidade do analista são consideradas ferramentas indispensáveis para a construção e a expansão dos processos de pensar e sonhar, em um paradigma psicanalítico que torna cada vez mais relevante um olhar minucioso, detalhado e descritivo do encontro clínico. Na vertente psicanalítica que aqui enfatizamos e que perpassa autores como Bion, Ogden, Ferro e Civitarese, notamos que o trabalho terapêutico muitas vezes inclui a própria construção de um aparelho para pensar os pensamentos, conquistada necessariamente no bojo de uma relação intersubjetiva. Em tal contexto, a participação do analista inclui não somente sua disponibilidade para estar em contato com o analisando de forma receptiva e empática – a fim de hospedar em sua mente e metabolizar o que emergir do encontro entre inconscientes –, mas, sobremaneira, sua contribuição mental “pictograma por pictograma” (Civitarese, 2016, p. 315) para o desenvolvimento da função alfa do analisando. Dessa maneira, o analisando poderá, na melhor das hipóteses, introjetar tal função como método de transformação e expansão dos seus trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes.

1.2 Devaneios fotográficos: trânsitos possíveis entre imagem fotográfica e imagem mental

A fotografia surgiu no mundo moderno, em meados do século XIX, quando foram produzidos os primeiros aparelhos fotográficos com o objetivo de fixar, em uma superfície fotossensível, a imagem reproduzida pela câmera escura. Embora experimentos com a fixação da imagem já fossem feitos por químicos e alquimistas desde 350 a.C., a criação disso que chamamos de fotografia é atribuída aos franceses Joseph Niépce (1763-1828) e Louis Jacques Mandé Daguerre (1789-1851) e ao inglês William Henry Fox Talbot (1800-1877). No meio artístico, o objeto que consiste em uma câmera escura capaz de reproduzir o reflexo de uma cena já era algo comumente utilizado na pintura – como temos notícias pelos métodos de Da Vinci e Vermeer, por exemplo – e servia como um recurso para balizar as margens do assunto a ser pintado, sem que, no entanto, tal reflexo se fixasse em uma superfície fotossensível.

Os primeiros aparelhos fotográficos de fixação da imagem eram de difícil manejo e seu uso era restrito aos seus inventores, tendo seu alcance se estendido, de início, a entusiastas abastados e obsessivamente hábeis em querer operá-las. Com a crescente industrialização e o incremento das tecnologias, novas câmeras cada vez mais acessíveis e não tão complicadas de operar possibilitaram novos usos sociais, instalando um campo para a fotografia como profissão

e arte. Não obstante, nesse período, a fotografia enfrentou grande resistência por parte de artistas e críticos, que não reconheciam nela o seu valor estético, sendo a crítica de Baudelaire no Salão de Paris de 1859 talvez o maior exemplo de sua má recepção no campo artístico. Já no século XX, a fotografia se tornou um importante objeto de consumo de massa, praticamente indispensável para registros de família e viagens de turismo. Com isso, a fotografia adquiriu, nas últimas décadas, o estatuto de prática corriqueira e cotidiana em um mundo cada vez mais inundado por imagens criadas por meio de dispositivos simples e diversos, tais como as câmeras automáticas e digitais, os celulares e *tablets*.

Na mesma época em que a fotografia emerge nos meios sociais e artísticos, Baudelaire elabora para o Salão de 1859, no Palácio de Belas Artes de Paris, um texto crítico a respeito da novidade. Nesse texto, intitulado “O público moderno e a fotografia” (1859), sugere que a fotografia revela, em seu mau gosto, a decadência da estética francesa da época. Questiona esta que considera uma invenção da “grande loucura industrial”, subordinada ao realismo da visão, antagônica à atividade artística fundada sobre o imaginário e a fantasia. Em função de sua “absoluta precisão material”, a fotografia responderia bem à expectativa um tanto vulgar da arte como reprodução da natureza. Em tal contexto, Baudelaire questiona se seria possível à fotografia desvencilhar-se do automatismo industrial e alçar novos rumos para a Arte, ou se o caráter de reprodução realista serviria a nada além de fornecer informações, secretariar fatos e documentar acontecimentos.

Baudelaire, na visão de Didi-Huberman (2018), é “o grande mestre da *apercebença*” (p. 37), neologismo que se refere a um elemento visto, entrevisto, já perdido, mas que provoca uma ressonância interna e permanece como memória, associação, chamado ou questão. Paradoxalmente, ao menos no Salão de Paris, o poeta do *flanêur* – e da bela passante que se perde de vista e incita o desejo de pintá-la para sempre – parece não ter intuído nem o potencial expansivo tampouco o viés de melancolia frequentemente presente em uma fotografia. Tomado por uma leitura da fotografia em seu caráter unicamente industrial, autômato, reprodutivo, estático e repetitivo, sem que comporte um diferencial ou maiores ressonâncias subjetivas, Baudelaire questiona se a fotografia chegaria a ocupar um lugar no olimpo das Belas Artes. Coube a Walter Benjamin (2014 [1936]), décadas depois, deslocar explicitamente tal questão, afirmando que não se tratava de saber se era a fotografia uma arte, mas sim como a arte seria depois da fotografia.

Desde o seu surgimento, muitas discussões abordam o caráter presumivelmente objetivo e mimético da fotografia, em que a câmera é tida como reprodutora fiel da realidade. Susan Sontag (2004 [1977]), mais de um século depois do Salão de Paris de 1859, entende a crítica de Baudelaire de forma adaptada a um mundo burocrático e propõe outra leitura da própria

noção de informação, ao menos em relação à fotografia. Certamente, a industrialização favoreceu seu uso para fins burocráticos de gestão da sociedade, mas ao mesmo tempo que as fotos podem servir a inventários (também para fins de vigilância e controle), seu valor como informação não é tão distante do seu valor como ficção. Tratando-se de uma fatia fina de espaço e tempo, a fotografia vê o mundo como uma série de fragmentos, partículas suspensas e avulsas, superfícies congeladas que renegam a interconexão e a continuidade. Por isso mesmo, favorecem significações plurais.

Potencialmente fascinante, uma fotografia deflagra a todo tempo seu traço de mistério, provocando a imaginação, as sensações e a intuição para o que se encontra além da foto: “Fotos, que em si mesmas nada podem explicar, são convites inesgotáveis à dedução, à especulação e à fantasia.” (Sontag, 2004 [1977], p. 33). Apesar de sua condição de fragmento (ou até mesmo por causa disso), a fotografia ativa trabalhos psíquicos de cunho imaginativo e de recomposição de uma totalidade somente anunciada, convidando necessariamente a fantasia a entrar em cena. Nesse sentido, a fotografia não somente informa e documenta, mas opera como “estímulos para o sonho” (Sontag, 2004 [1977], p. 26).

Uma vez que se crê que aquilo que está em uma foto de fato existe – ainda que de modo mais ou menos semelhante –, essa espécie de objeto mimético traz consigo uma presunção de veracidade. Enquanto outras artes (por exemplo, a literatura) há tempos questionavam o que se entende por realidade, o caráter indicial da fotografia e sua submissão inata ao referente provocou uma confusão maior no reconhecimento de que a realidade nos escapa, inevitavelmente. É nesse sentido que a crença ingênua na superfície plana como registro do real provocou um longo atraso na crise da Fotografia (Navas, 2017).

Ora, se não podemos acessar a realidade última das coisas, como pretender tomar a fotografia como mero registro do real? Isso a que chamamos realidade não seria tanto vista quanto criada? Uma passagem de Joan Fontcuberta (2012) – artista catalão e filósofo da imagem – ajuda-nos a reconhecer nossos limites e a acolher o único caminho possível da resignação. Ao discutir o catálogo oficial do evento *Mois de la Photo de Paris*, de 2004, intitulado *Histoire, Histoires: du Document à la Fiction*, comenta que:

A criação contemporânea recorre de fato à entrevista e à reflexão sobre um imaginário prévio, e ao fazer isto fixa como material de trabalho os registros de vivências que nos precederam. Ver o mundo através de outras imagens significa antepor aos nossos olhos o filtro da memória e, de alguma maneira, priorizar o arquivo – e não a realidade a que alude – como espaço de experiência. Nesse sentido, as imagens estão a serviço de uma reflexão sobre a memória. Mas, simultaneamente, a substituição da realidade por imagens que vão constituir o novo material de trabalho nos coloca na angústia metafísica de uma realidade que se desvanece e não deixa nada além de suas

representações. Diante dessa tessitura *não é que o fotógrafo se proponha a escolher entre o documento e a ficção, porque não há escolha possível*: vivemos em uma emaranhada teia de ficções que não permite recuperar aquele ponto inicial da realidade primitiva. Em termos platônicos: ninguém pode sair da caverna, e devemos nos conformar no mundo das sombras. Isto porque, como propõe Slavoj Žižek, são precisamente as ficções o que nos permite estruturar nossa experiência do real (Fontcuberta, 2012, p. 106. Grifos nossos).

Tal passagem de Fontcuberta alude ao que nos é possível acessar somente em termos de representações acerca do mundo e de nós mesmos, a compor uma certa coleção de sentidos que vamos oferecendo às experiências vividas. Diante do real inapreensível, dimensões de experiência, memória e ficção se entrelaçam e se sobrepõem em possibilidades de construções narrativas. O fotógrafo, apesar de sua especialidade em registro de cenas, tampouco teria o privilégio de documentar a realidade última.

Cartier-Bresson (2015), a partir de sua própria experiência como fotojornalista, sustenta que “devemos desconfiar das testemunhas oculares” (p. 54):

Nada é pior do que tentar “documentar”, e eu também caí nessa armadilha. Também não quero acumular provas. É preciso ser sensível, tentar adivinhar, ser intuitivo.

[...]

Uma foto não quer dizer nada, ela não diz nada, ela não prova nada, nem mais nem menos que um quadro, ela é totalmente subjetiva. A única objetividade – e essa é a responsabilidade que sempre me impus – reside em ser honesto para consigo mesmo e seu objeto. A verdade em si não existe, ela é sempre uma relação (Cartier-Bresson, 2015, p. 53).

Paradoxalmente, a fotografia não consiste em um tipo de arte realista; talvez seja, ao contrário, uma das mais surrealistas que há (Sontag, 2004 [1997]). Isso porque, entre outras coisas, uma foto tem o caráter peculiar de tomar o mundo em duplicata, isto é, em função de seu traço mimético, coloca o objeto e a representação do objeto lado a lado de forma visualmente próxima e, no entanto, sobre uma superfície plana. Sendo assim, uma foto aponta tanto para efeitos de semelhança quanto de confusão entre o objeto e sua representação, trazendo uma ilusão de fusão entre o presente e o ausente, entre o passado e o presente.

Como nossos olhos, uma foto tampouco revela a realidade em si, ela sempre incorpora uma dúvida sobre o real: tem somente o poder de *evocar*, atém-se aos detalhes e apresenta uma visão parcial dos fenômenos. Nunca deixa de ser errante, escapa a um centro totalizante, é mais analítica do que sintética e opera por metáforas e metonímias (Navas, 2017). Tal como a situação analisante (Baranger & Baranger, 1969 [1961-62]), a fotografia comporta uma propriedade de ambiguidade essencial: “A fotografia é muito ambígua, de todo modo, é uma coisa ambígua.” (Cartier-Bresson, 2015, p. 63).

Na história da Fotografia, somente progressivamente foi sendo absorvida a noção de que existe um grau de manipulação inerente a toda fotografia, seja antes ou depois da tomada da foto. Ainda que com a mínima interação com o objeto fotografado, o “momento decisivo”⁹ não deixa de incluir alguma parcela de construção e ficção, atravessando processos subjetivos do próprio fotógrafo. Mesmo quando buscam espelhar a realidade, os fotógrafos inserem intencionalidade no jogo fotográfico, escolhem certo ângulo de perspectiva e tomada da cena no momento exato do disparo, definem o que adentrará o campo em primeiro plano e o que ficará fora da cena, escrevendo com a luz uma interpretação estética do mundo: “Fotografa-se para chegar a *outra imagem*, a uma *transfiguração*” (Navas, 2017, p. 32. Grifos nossos).

Independentemente da intencionalidade do fotógrafo, sua implicação é inerente ao uso da câmera e ao ato de fotografar, que comporta até mesmo uma parcela de agressividade por um certo viés de confronto, para além das dimensões mais abrangentes de atividade e exploração do mundo: “Embora a câmera seja um posto de observação, o ato de fotografar é mais do que uma observação passiva.” (Sontag, 2004 [1977] p. 22). A fotografia não somente representa, ela interpreta, transfigura, coloca-se entre o homem e o mundo. Por esse viés, a câmera como aparelho objetivo passa a ser suporte para produções e deslocamentos subjetivos, processos introspectivos e autorreflexivos, abordando a problemática do sujeito com seu contexto *em relação*, inteirando-se do binômio sujeito e ficção¹⁰.

Como o psicanalista, tudo indica que o fotógrafo também ocupa modos de presença que oscilam entre implicação e reserva (Figueiredo, 2008): ao mesmo tempo que participa da feitura da imagem com seus processos subjetivos, introspectivos e reflexivos, seu ofício lhe demanda um modo de presença côncavo, localizado no extraquadro¹¹, disponível para o que possa surgir de captura inesperada, promovendo deslocamentos rumo ao desconhecido e às transformações potenciais.

⁹ Expressão utilizada pelo Cardeal de Retz (1613-1679) que serviu de epígrafe ao livro *Images à la sauvette*, de Henri Cartier-Bresson. A expressão deu título à versão inglesa do livro, *The decisive moment*, e por esta razão acabou sendo atribuída ao fotógrafo. Embora Cartier-Bresson lembre, com frequência, que a expressão não é de sua autoria, este grande e clássico fotógrafo declaradamente não era afeito a grandes manipulações fotoquímicas ou mudanças de enquadramento a partir do negativo – preferia resolver a foto no instante mesmo da captura, algo inerente ao seu estilo de fotografar. Observando suas composições, de fato temos a sensação de que as fotos foram feitas nem mais nem menos do que em um instante decisivo.

¹⁰ Ao leitor/espectador interessado, sugerimos um olhar sobre o trabalho de fotógrafos como Man Ray (1890-1976), Cindy Sherman (1954-) e Francesca Woodman (1958-1981). Man Ray foi um dos pioneiros em promover inovações artísticas na fotografia, nos anos de 1920. A autorrepresentação em Cindy Sherman e Francesca Woodman, por seu turno, lança questionamentos sobre a crise da subjetividade e a dissolução do eu, esgarçando limites no que concerne ao sujeito no retrato e aos limites espaço-temporais da própria imagem. Hoje se considera que, a partir dos anos 1980, a fotografia contemporânea declaradamente conquistou e assumiu o seu caráter de ficcionalidade.

¹¹ Essa dimensão de extraquadro está presente até mesmo em trabalhos de autorrepresentação. O fotógrafo que aparece na cena é o mesmo que opera o aparelho, ocupando um território limítrofe entre o dentro e o fora.

As transformações fotográficas, para além dos processos fotoquímicos ou eletrônicos de dentro do aparelho, atravessam diferentes dimensões relacionais: a relação do fotógrafo com seu assunto/objeto, a relação do fotógrafo consigo próprio (pois, ao capturar uma cena, ele é ao mesmo tempo capturado por ela) e a relação da fotografia com o espectador, uma vez que, na melhor das hipóteses, uma exposição fotográfica favorece transformações na plateia que, ao observar uma foto feita, também pode ser capturada e transformada pelo poder (ou pela magia) da imagem. Como o dispositivo clínico psicanalítico, o dispositivo cultural fotográfico favorece a expansão dos trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes, ambos facilitando a ampliação da capacidade de pensar e sonhar, bem como a elaboração de traumas e lutos, sejam eles individuais ou coletivos (Figueiredo, 2014a).

Ao começarmos a tecer associações entre o analista e o fotógrafo, clínica e cultura, vamos nos liberando para demais devaneios incluindo fotografia e clínica psicanalítica, adentrando uma dimensão mais abstrata e metafórica da escuta junto a esta arte imagética. Trilhando desvios perante o suporte fotográfico tradicional, buscamos expansões de sua poética para além do aparelho fotográfico ou da imagem-objeto como uma superfície plana e palpável. Assim, ultrapassamos o campo visual relacionado ao aparelho perceptivo, com a intenção de oferecer um olhar para as imagens de dentro do nosso aparelho de pensar/sonhar.

Como subsídio para a articulação entre imagem fotográfica e imagem mental, no livro de Adolfo Montejo Navas intitulado *Fotografia e poesia: afinidades eletivas* (2017), encontramos duas noções interessantes que podem auxiliar a elaboração da passagem que propomos fazer. São elas: *terceira margem da imagem* e *fotografia transversa*.

Parafraseando Guimarães Rosa, a terceira margem da imagem busca explorar a potencialidade fotográfica para além da materialidade da imagem, de categorias, formas e suportes previamente estipulados, com vistas a explorar deslocamentos e transmutações junto ao âmbito visual. A terceira margem implica uma implosão dos suportes fotográficos tradicionais, promovendo um esgarçamento de suas fronteiras, adentrando outros meios materiais e simbólicos. Com o autor:

Essa tendência da visualidade a se reconhecer “entre”, abandonando as margens antes tranquilas (inclusive os maniqueísmos de fotografia-fotografia e arte-fotografia), corresponderia ao que estamos chamando de terceira margem da imagem. *Essa nova imagem fotográfica, inscrita em qualquer lugar, se deslocou para qualquer estado e posição*. Assim, das antigas placas à construção da imagem digital, há não somente evolução de recursos *como também cortes epistemológicos na maneira de entender a visualidade*. [...]. Esse novo porvir que se anuncia só pode estar *entre os interstícios da linguagem*, se não quiser se prender em algo que não tem nenhuma distância com relação à realidade (Navas, 2017, p. 67. Grifos nossos.).

A terceira margem da imagem promove uma maior contaminação dos meios e, em um salto quântico (tanto estético quanto semântico), a fotografia passa a estabelecer novas conexões com conceitos do seu próprio campo e com outros âmbitos da cultura. Ramifica para além de si própria, estabelecendo outras vias de criação, comunicação e relação com seu entorno. Nessas novas conexões, abandona o critério da verdade e da realidade rumo a uma relação menos purista e mais porosa com o mundo. Tratando-se de uma fotografia expandida, passa a ocupar ainda mais as margens dinâmicas dos territórios transicionais, com uma aposta no entremeio, nos métodos híbridos de transformação visual, valendo-se mais de uma nomenclatura em termos de imagem ou até mesmo *fotoimagem*, ambas de propriedades conceituais mais vastas e generosas.

Desse modo, as expansões da fotografia atravessam diferentes campos e abrigam experiências diversas, inscrevendo “um sortilégio de poéticas, uma razão politeísta” (Navas, 2017, p. 78), sustentando brechas e hiatos inerentes a qualquer forma de linguagem – uma *linguagem em trânsito*, mais precisamente, cujo deslocamento e atravessamento por outras vias configura modos de *fotografia transversa*, fruto da tolerância epistemológica de nossa época atual.

Como recurso para melhor sustentar nossa elaboração (ou a ousadia de nosso próprio “salto quântico”) e abrir outras margens por entre imagem fotográfica e imagem mental, pensamos diretamente com Navas:

Reflete-se aqui sobre dois pontos comunicantes: a implosão e o desvio do suporte tradicional. (...). Assim, *Fotografia transversa* procura evidenciar, no conceito de uma “*fotografia que está além da fotografia*”, *que está dentro e fora dela* – que sabe virar do avesso a sua história e se ver em outra contextualização de significados e dimensões. Ainda continua sendo fotografia, mas já é outra fotografia; tem relações de afinidade ainda com a fotografia anterior, mas *se metamorfoseia em outra coisa não canônica (nem refém de códigos pré-categorizados)*. Assim, *utiliza elementos do vocabulário fotográfico para se abrir a outras estratégias representacionais de imaginários mais livres, outros fluxos da imagem, em que os dispositivos imagéticos quebram seus limites, fazendo-os recíprocos e mais porosos uns com os outros*.

Isso explica o grande horizonte aberto pela renovada atenção *do que acontece dentro da imagem* – e não necessariamente *por fora* como outrora, quando o exterior era privilegiado (Navas, 2017, p. 74-75. Grifos nossos).

Mas o que acontece dentro da imagem, e não necessariamente por fora dela? Onde uma imagem acontece? Por que margens transita uma fotografia que está além da fotografia, que está dentro e fora dela, que se abre a outras estratégias representacionais de imaginários mais livres? Poderia a fotografia transversa dialogar com as imagens mentais em termos do que anima uma fotografia e do que uma fotografia é capaz de animar?

Navas (2017) destaca que sua leitura de fotografia ampliada se utiliza da fotografia como ponto de partida, mas não necessariamente como ponto de chegada. Isto é, tal leitura

instala uma dúvida relativa à natureza do que se vê, lançando questões quanto aos destinos da imagem. Novamente, somos convidados a pensar a imagem em termos de movimento, trânsito, deslocamento.

Junto à imagem fotográfica, nos perguntamos sobre o que ela comporta de movimento potencial, fomentando trabalhos psíquicos para além do que se vê, ou do que já vem sugerido pela imagem. Vendo imagens, nos damos conta de que há fotografias que nos levam alhures, que nos fazem muito sonhar; outras, diferentemente, parecem capturar nosso olhar de modo a paralisá-lo em um fascínio quase que hipnotizante. Nesse caso, o desafio segue sendo o de reinstalar os trabalhos psíquicos de modo a deslocar o olhar e a questão, ou justamente dar início à formulação de uma questão. Como sugere Roland Barthes (1980): “No fundo – ou no limite – para ver bem uma foto mais vale erguer a cabeça ou fechar os olhos” (p. 56).

No que tange às imagens mentais, seja quando elas ajudam a promover expansões dos trabalhos psíquicos ou, por outro lado, quando atestam dificuldades e paralisias na capacidade de pensar/sonhar – ou, mais ainda, quando simplesmente não se mostram (tornando-se imagens ausentes) –, em todo caso, elas já comportam um potencial capaz de transcender tal estado de coisas. A aposta nas transcendências e transformações se relaciona intimamente com a concepção de que o funcionamento psíquico comporta sua plasticidade, além do fato de que um trabalho psíquico, ainda que mínimo, já implica algum movimento.

Pensar em termos de movimento junto à imagem nos traz à lembrança outra passagem de Pontalis (1991) em que ele se pergunta: onde começa o sonho? Costumamos seguir o relato do sonho – bem como a associação livre – como um relato de imagens vistas como quem olha paisagens e acontecimentos da janela de um trem, e nos perguntamos o que poderá ser criado a partir disso, como o analisando seguirá sonhando o sonho quando já acordado. Mas de onde sai o trem? O que anima o trem a seguir por tais paisagens? O que anima as imagens do sonho e, de modo intimamente próximo, as imagens que emergem no vínculo transferencial-contratransferencial?

Desde Freud (2019 [1900]), compreendemos que o trabalho do sonho se faz por vias de deslocamento, condensação e figurabilidade que abrigam, integram e disfarçam as paixões infantis, tornando possível uma negociação entre a satisfação pulsional e o desprazer proveniente da dimensão traumática inerente à vida psíquica. Outras leituras destacaram menos o conteúdo do sonho e mais a função e o processo do sonhar (Bion, 1994 [1962a], 2021 [1962b]), bem como a experiência estética do sonhar (Khan, 1977 [1962]; Bollas, 2015 [1987]; Gurfinkel, 2008), tornando a ambiência vivida no sonho e a própria experiência do sonhar importantes fatores que animam a vida psíquica e que estão em estreita relação com as relações objetais precoces e os desdobramentos intersubjetivos a partir daí.

Ora, na relação analítica, se a transferência é entendida como um trânsito clínico por excelência, um deslocamento que veicula imagens projetadas sobre o analista, ela arrasta consigo, desde o início, suas margens mais antigas e familiares. Todavia, a transferência também comporta um diferencial para além do seu caráter de reprodução, repetição, mimetismo, instalando processos inaugurais em seu percurso, lançando novas margens pelas quais circular – como também podemos pensar da fotografia, partindo de uma visão tradicional rumo à fotografia expandida.

Desse modo, tanto a transferência como a produção onírica funcionam em um regime de se criar algo novo a partir de algo antigo, e assim se expandem rumo a uma terceira margem, a uma transversalidade da imagem onírica ou transferencial, tal como a fotografia ampliada de Navas. Por seu turno, também o funcionamento mental do analista comporta uma transicionalidade permanente, que inclui trabalhar nas margens da ambiguidade essencial inerente à situação analisante, margeando e sobrepondo mitos de referência com os mitos *ad hoc* construídos no aqui e agora da sessão, tendo ainda seus sonhos contratransferenciais e *rêveries* tocados por outras margens que nutrem seu pensamento clínico, sua formação e seu funcionamento psíquico em sessão.

Na fotografia nada tradicional de Navas (2017), entendemos que ele aborda a fotografia nos interstícios da arte contemporânea, ultrapassando, no entanto, as artes visuais para adentrar outros campos linguísticos, como o da poesia. Elucida possíveis usos para a fotografia considerando vastos e não usuais suportes para a imagem, em uma versatilidade formal e conceitual. De nossa parte, não conseguimos vislumbrar até onde ele poderia chegar com sua proposta de fotografia transversa (parece-nos um horizonte infinito), mas de todo modo é certamente muito além do que costuma vir à mente quando pensamos em uma imagem fotográfica.

A noção de fotografia transversa opera para nós, portanto, como um convite para sonhar nossa proposta de conceber territórios transicionais entre imagem fotográfica e imagem mental, explorando novas margens junto ao nosso fazer clínico habitual. Com o auxílio do autor:

Desde a entrada da fotografia nos conceitualismos dos anos 1960-70, a imagem já não é a mesma, para nosso campo de interesse. A impureza visual e o papel linguístico – tantas vezes metalinguístico – outorgados à fotografia ajudam a trocar parâmetros de entendimento e percepção. Ela se alia a concepções seriais, *de imagem em processo, faz outros itinerários e cumpre outras funções que não se limitam à imperiosa fotografia única, retiniana. A imagem fotográfica se interioriza para diversos fins (...)*. Produz-se então uma ampliação de campo visual, ainda mais com uma fotografia que, por um lado, é desmitificada de atributos de perfeição (pureza formalista, interpretação mimética da realidade, elementos passíveis do estrito mundo fotográfico), e, por outro, há uma *reconversão imagética* – a imagem já não é a mesma e, sobretudo, *quer atingir outra função simbólica* (Navas, 2017, p. 77).

Em nossa proposta, vamos tentando nos apropriar da noção de fotografia transversa de modo a estender ainda mais sua abrangência, seguindo um fluxo híbrido junto a uma imagem fotográfica que *se interioriza para diversos fins*, com a intenção de *atingir uma outra função simbólica*. Como o autor sugere, cada fotógrafo, em suas explorações poéticas, reinventa o olhar sobre as coisas, criando para elas uma outra relação. Assim se dá também com o analista.

Isso permite abrigar experiências perceptivas que podem estar além da planaridade, da contemplação meramente retiniana, já que a quebra do formato standard já supõe, em germe, a saída de um olhar standard, abrindo-se para outra sensorialidade mais múltipla, mais contaminada de sentidos, em que o corpo ganha outro estatuto mais pregnante, como a sinestesia implícita em toda poética de relação.

[...]

Aliás, o termo “transversa” responde a um léxico concomitante, que roteiriza uma terminologia afim que permite a hibridação visual e delata novas características: fotografia expandida, ampliada, construída, contaminada, plástica, cenográfica, cinematográfica... Todas as acepções, índices de um novo mapa estético (redefinida cartografia), em que uma fotografia mais porosa e menos purista entronca novas relações com o mundo, estabelecendo novas conexões e afinidades entre o que está de um lado e de outro da câmera, entre *o olhar e câmera; a câmera como objeto e a nova imagem que se elabora antes, durante e depois do gesto da captura*. Fica em evidência o aumento de hiatos linguístico-estéticos em relação a outra época mais tranquila esteticamente quando as sujeições funcionais da fotografia prevaleciam (Navas, 2017, p. 75,79. Grifos nossos).

Já faz um tempo a fotografia liberou-se do monoteísmo purista e da ortopedização do olhar, favorecendo aberturas para uma visualidade livre e crítica quanto aos padrões instrumentais. A partir do encontro com Navas, entendemos que o caminho segue livre para novas criações nisso que o autor reconhece como um certo devir em curso, que envolve a fotografia em linhas de fuga por outros horizontes e dispositivos. Tais dispositivos, por seu turno, poderão elucidar certas dimensões que o campo de forças da cultura fotográfica comporta, favorecendo a apropriação de signos e novas construções semânticas rumo a novas poéticas do imaginário:

Há uma liberação sem precedentes do estreito vínculo olho-câmera-realidade, no sentido de que se começa a enxergar a imagem acima de tudo como constructo, como construção.

[...]

Podemos dizer assim que a fotografia sai de seu próprio habitat, do papel e da bidimensionalidade, da temporalidade e espacialidade únicas. (...). Com isso, aumentou o “eros” da fotografia, aumentou a sua capacidade heterodoxa de linguagem, mais maleável e plástica, como uma pré-linguagem primitiva, de invenção, e sem limitações pré-categoriais. *E ficou mais reconhecido que o olhar não se baseia apenas na câmera ou na mimética realidade, mas em um “projeto de olhar” mais amplo* (sistema de signos, cosmovisão, que domestica o caos e a desordem da realidade num vocabulário artístico, *uma poética do imaginário, e negocia diversas instâncias da arte-sociedade*). (Navas, 2017, p. 80-81. Grifos nossos).

Apropriando-nos cada vez mais desse território transicional entre o que está além e aquém do gesto da captura, entre o dentro e o fora da câmera, e sobretudo entre o que anima uma imagem e o que uma imagem é capaz de animar, assumimos que uma fotografia é, antes, imaginada. Independentemente do destino que possa tomar, ela é antes animada por trabalhos psíquicos de criação. De igual modo, uma fotografia vista posteriormente em qualquer suporte segue animando trabalhos psíquicos, favorecendo processos de simbolização a partir do que é capaz de provocar em termos afetivos e associativos. Nesse ponto, vamos fundamentando nosso *projeto de olhar mais amplo* em uma cartografia da fotografia que passa a abarcar, se assim nos for possível, também as imagens de dentro do aparelho de pensar e sonhar.

Uma imagem mental, portanto, pode participar da feitura de uma imagem fotográfica ou ganhar outros destinos, inclusive no cerne de outros dispositivos da cultura. Em nossa concepção, uma fotografia potencial adentra o dispositivo clínico psicanalítico e adquire *uma outra função simbólica*, geralmente relacionada à construção de narrativas a partir da imagem, oferecendo sentido para a experiência vivida – que de um estado mais bruto pôde suscitar uma imagem ou representação a seu respeito.

Desse modo, as imagens que emergem na escuta do analista podem adquirir relevância para transformações na clínica, a depender do manejo e dos destinos oferecidos às imagens no cerne das trocas transferenciais-contratransferenciais. O manejo, de ordem sempre complexa, será investigado em detalhes e analisado criticamente nos capítulos seguintes, e nossa experiência clínica será não somente o ponto de partida, mas o processo que continuamente anima nosso modo de trabalho por entre vias principais e travessadeiras.

2 ATIVAÇÕES DO SONHAR

Em nossa clínica cotidiana, não raro recebemos analisandos que apresentam maiores dificuldades na apropriação de sua vivência subjetiva, no reconhecimento e na sustentação dos afetos, na construção de sentido e de narrativas para a experiência emocional. Como analistas, estamos familiarizados com os trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes (Figueiredo, 2014a) necessários para que possamos, de modo geral, entrar em contato com afetos e angústias, elaborar conflitos internos e metabolizar o que é despertado pelo outro. Não é preciso ir tão longe em termos de gravidade psicopatológica para, em alguns analisandos, notarmos maiores engodos em termos intrapsíquicos e intersubjetivos.

Comumente, notamos um profundo sofrimento subjacente ao que pode aparentar, de início, um bom funcionamento pessoal e social. A despeito de categorias diagnósticas específicas, situações de impasse ou perturbações podem deslanchar efeitos de inibição, retraimento e depressão, bem como apontar para saídas que se aproximam mais das defesas maníacas frente ao que é inconscientemente vivido como imutável, irreparável. Muitos desses pacientes vêm sendo descritos na literatura contemporânea como aqueles cujas queixas se referem a um vazio existencial, a estarem vivendo uma vida sem propósito e sem sentido, a sensações de impotência e inutilidade, em suma, sujeitos *cansados de serem si mesmos*¹², pacientes cuja dor de existir não parece encontrar circuitos criativos de elaboração e transformação da experiência emocional.

Pelo viés intersubjetivo, tais analisandos demonstram ser assombrados por afetos e convocações despertados pela relação eu-outro, trazendo implicações para a construção e a manutenção dos laços afetivos, amorosos e demais possibilidades de vínculos sociais. Pelo viés intrapsíquico, inferimos a preponderância de obstruções ou paralisias no âmbito das simbolizações, o que incide sobre os elos de ligação, tais como a construção de representações, a capacidade associativa e narrativa, a figurabilidade psíquica, o pensar e o sonhar – em suma, elementos e funções que mobilizam os trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes e possibilitam a elaboração da experiência emocional.

Na clínica, notamos que as obstruções e paralisias acabam por promover uma desconexão ainda maior do analisando com seu mundo interno, deixando-o distante de uma

¹² Expressão cunhada pelo sociólogo francês Alain Ehrenberg, em *La fatigue d'être soi: dépression et société* (2000). Para uma descrição dos casos difíceis na literatura psicanalítica, recomendamos os escritos de André Green, sobretudo o livro *La folie privée* (1990), traduzido para o português com o título *A loucura privada: psicanálise de casos-limite* (2017).

interioridade com a qual contar como fonte de conhecimento e instrumento para as transformações. Por conseguinte, isso ofusca o reconhecimento não só das dificuldades como também das potencialidades e dos recursos pessoais para o crescimento. Nessa conjuntura, é comum o direcionamento a uma exterioridade na busca por respostas, asseguramentos e recomendações. Nessa esteira, o analista se torna uma nova figura a ser solicitada, e é justamente aí que se inicia nossa aposta clínica, desde que o tempo da análise possa ser sustentado na contracorrente das respostas rapidamente exigidas, das angústias e defesas previamente erigidas ou até mesmo despertadas pelo encontro analítico.

Uma vez construído um pedido de análise, o analista vai progressivamente ocupando um território na interface do mundo externo com o mundo interno do analisando – lugar transferencial privilegiado a partir do qual seguirá o diálogo analítico. Evidentemente, para ocupar esse lugar deveras limítrofe, é necessário ao analista salvaguardar seu posicionamento ético e técnico nos contornos de um papel de cuidado e de compromisso profissional. Os pilares éticos e técnicos são construídos e sustentados, sobremaneira, pela análise pessoal, pelos espaços de supervisão e demais trocas teórico-clínicas, bem como pela transferência do analista com a própria psicanálise, teoria e prática.

Na psicanálise contemporânea ou, como preferimos chamar, pós-escolas ou transmatricial (Figueiredo & Coelho Jr., 2018), a participação do analista com seu funcionamento mental é considerada parte fundamental e indispensável do processo analítico. Isso não quer dizer que sua contribuição adentrará o primeiro plano, nem que o analista fará intervenções sem balizadores compartilhados ou bem fundamentados teoricamente. Muito pelo contrário: desde meados do século XX, toda uma construção teórico-clínica vem sendo elaborada por diversos autores¹³ de modo a sustentar os desafios colocados à técnica analítica no encontro com pacientes cujo funcionamento psíquico denota a prevalência de modos de ligação não simbólicas.

Uma vez que as dificuldades em associar livremente apontam para os limites da representação e da rememoração frente a um traumático inacessível, torna-se imperativo contar com outros recursos para a compreensão do mundo interno do paciente e, assim, elaborar novas estratégias terapêuticas. Como sugere Green (2017 [1975]), tais desafios clínicos acabam por convocar uma “mudança no analista” (p. 72) a partir do que ele possa vir a sentir ou imaginar.

¹³ Um apanhado dos principais autores pode ser encontrado no artigo de André Green *O analista, a simbolização e a ausência no enquadre analítico* (2017 [1975]).

No encontro com analisandos com poucos recursos simbólicos, o analista é levado a emprestar seu aparelho de pensar, lançando mão de uma participação mais implicada e de sua contratransferência como fonte de conhecimento e instrumento de trabalho a partir das trocas do par. Tal mudança, elencada por Green há quase cinquenta anos como uma das prioridades em nosso ofício, constitui objeto de estudo central para Thomas Ogden. Psicanalista estadunidense nascido em 1946 e atuante nos dias de hoje, Ogden é um autor bastante criativo e instigante, com quem buscaremos tecer um diálogo teórico-clínico neste segundo capítulo.

Influenciado sobretudo por Winnicott e Bion, Thomas Ogden – assim como André Green, René Roussillon e Anne Alvarez – é um dos analistas que mais contribuem para a construção, o aprofundamento e a transmissão de uma psicanálise independente da formação de escolas, sem que isso aponte, por outro lado, para um ecletismo por demais abrangente e inespecífico (Figueiredo & Coelho Jr., 2018). Ao acompanharmos os escritos de Ogden, vemos que suas construções são de uma criatividade ímpar. Suas inovações no solo das tradições bioniana e winnicottiana têm como ponto de partida os seguintes vértices: com Bion, a noção de identificação projetiva como comunicação no solo intersubjetivo, o papel fundamental da *rêverie* e a indispensabilidade de dois psiquismos para pensar; com Winnicott, a noção de espaço potencial, os fenômenos transicionais e a noção de uma “morte dentro” como algo universal em termos de vitalidade e desvitalização, valências que revelam importantes indicadores clínicos a depender de sua dinâmica (Figueiredo & Coelho Jr., 2018).

De suas elaborações originais, sua principal construção teórico-clínica – pelo menos até o presente momento! – refere-se ao terceiro analítico intersubjetivo (Ogden, 2013a). Essa noção diz respeito ao encontro de subjetividades entre analisando e analista, levando à criação de uma terceira subjetividade vinculada pelas trocas do par, o terceiro analítico. A noção de terceiro engloba, entre outras coisas, a contratransferência e as *rêveries* do analista, que adquirem papel privilegiado na compreensão das relações de objeto internas do analisando e do que está se passando no cerne da transferência-contratransferência. Nas descrições que Ogden faz do terceiro analítico, vemos elaborações clínicas complexas e minuciosamente detalhadas, valorizando sobremaneira diferentes formas de comunicação não verbais.

A consideração do funcionamento mental do analista em sessão adquire os mais diversos contornos em suas descrições clínicas, tais como: no que Ogden esteve pensando enquanto escutava o analisando; qual o conteúdo e também a forma de cada pensamento; quais fantasias e imagens lhe ocorreram; que sentimentos e sensações experimentou em uma sessão; se o analista se sentia disposto e bem, ou se percebia indisponibilidade ou falta de vitalidade ao estar com certo paciente num dado momento do processo analítico, e por aí vai.

Todo esse conjunto é tomado pelo autor como fenômenos *no e do* terceiro analítico, que veiculam, por sua vez, possibilidades de compreensão e manejo clínico. Em muitos casos descritos, a formação do terceiro analítico comporta *rêveries* com grande acuidade imagética, como veremos no subitem 2.2.2, a seguir, em que selecionaremos casos de Ogden que operaram transformações a partir dos usos de suas *rêveries* acompanhadas de imagens.

Antes de apreciarmos o manejo de Ogden junto a alguns de seus analisandos, será apresentado um caso proveniente de minha própria experiência clínica, o Caso Clara, que diz respeito a um encontro que me trouxe muitos desafios na época. A análise de Clara instalou a necessidade de um reposicionamento na escuta e no manejo clínico, convocando-me à criação de um instrumental ainda pouco conhecido ou pouco disponível para ser inserido clinicamente como recurso. Pouco conhecido porque, embora atravessado por algo muito familiar, estava presente timidamente, em grande medida em estado latente. Como analista, vejo que eu seguia trabalhando um tanto resguardada nos modos de fazer conhecidos em minha análise pessoal – lugar primordial de identificação e fornecimento de uma base que, acredito eu, sempre sustentará o eixo fundamental do meu corpo clínico, mas a partir de onde também aprendi a criar.

Foi no encontro com Clara que eu comecei a construir e poder me utilizar de uma linguagem clínica mais pessoal e, por conseguinte, elaborar uma reflexão a respeito disso. Sem perder de vista diretrizes éticas e técnicas, bem como referenciais teóricos já conhecidos na época, pude reconhecer e me utilizar de uma autoria possível junto ao que aquele encontro me pedia, junto às idiossincrasias da análise de Clara. Na presente tese, busco fundamentar aquilo que me ocorreu como recurso ou, em outras palavras, construir uma justificativa teórica para o que venho percebendo como um modo de escuta clínica.

Tomo como inspiração o que Green (2018) formulou como sendo a construção de um *pensamento clínico* que, nos comentários de Minerbo (2016), constitui “um pensamento que, sensibilizado pela teoria, brota inteiramente da interpretação dos dados da clínica e lhes confere alguma inteligibilidade.” (p. 107-108). Desse modo, busco justificar teoricamente o que se passou em algumas análises (que carregam o traço comum da construção de imagens no funcionamento mental da analista), tecendo reflexões clínicas que só podem ser elaboradas *a posteriori*.

Após apresentação do caso, traremos as formulações de Ogden para, em seguida, construirmos nosso pensamento clínico sobre o Caso Clara. No encontro com Ogden, traremos tanto elaborações teóricas quanto relatos clínicos desse nosso autor, no intuito de construirmos uma “casuística ogdeniana” sobre a problemática da imagem no funcionamento

mental do analista ou, já considerando a linguagem do autor, em sua atividade de *rêverie*. Acreditamos que mergulhar na clínica de Ogden nos ajudará a esclarecer algumas questões: o que Ogden entende por *rêveries*? Como ele experimenta suas *rêveries* e qual origem/natureza lhes confere? Que uso clínico ele demonstra fazer das *rêveries* e como constrói intervenções a partir das imagens?

Os casos serão observados de modo a promover uma compreensão de como Ogden se utilizou dessas *rêveries*, que funções e efeitos elas demonstraram ter sobre o processo analítico e se puderam promover – como ele gosta de chamar – uma “mudança psicológica”¹⁴ (Ogden, 2016a; Ribeiro, 2020a). A partir de observações de seus casos clínicos, poderemos compreender aproximações e/ou distanciamentos em nosso modo de escutar e manejar clinicamente. Ogden será, portanto, um balizador para compreendermos o que se passou na análise de Clara, que uso pude fazer das imagens ocorridas em minha escuta, bem como os efeitos que isso pode ter tido no processo analítico.

Após apresentação do Caso Clara (2.1) e do encontro com Ogden (2.2), construiremos a discussão do Caso Clara (2.3), já contando com os aportes teórico-clínicos de Ogden, lançando mão também de outros autores que se mostrarem relevantes para a discussão.

2.1 Caso Clara

Clara, 23 anos, procura análise quando começa a se sentir diferente do habitual: ansiosa e triste, com uma tristeza que se agrava ao ficar muito tempo sozinha, já que, em sua vivência, ficar sozinha e desocupada abre margem para pensamentos negativos. Diz ser muito difícil quando algum amigo começa a namorar, sente-se esquecida e excluída do novo par.

Está na faculdade de Comunicação e leva o curso com uma ambivalência marcada. Já repetiu em algumas disciplinas, sente-se desmotivada a ponto de achar que não irá se formar. Por outro lado, sempre busca ser monitora das disciplinas de que mais gosta, pois adora dar aulas. Isso é algo que lhe confere um lugar relevante junto aos alunos: sente-se valorizada, solicitada, além de se divertir através de um humor convidativo, que lhe é próprio, e de uma grande capacidade de fazer amizades.

¹⁴ Entendemos que, na visão de Ogden, mudança psicológica engloba fatores como: expansão das capacidades de pensar e sonhar; poder se utilizar de modos de pensamento onírico e transformador de modo a operar mudanças subjetivas e sustentar psicologicamente situações complexas; formas de crescimento psicológico a partir da elaboração da experiência emocional; tornar sonháveis e assimiláveis os sonhos não sonhados ou interrompidos, oriundos de um traumático até então impensável. O autor afirma ainda que as *rêveries* provocam mudança psicológica também no analista.

Clara está sempre cercada de amigos e gosta muito de sair nos finais de semana. Demonstra um grande orgulho por sempre ter tido autonomia e fazer várias coisas sem depender de ninguém. Ao longo das sessões, todavia, vai aparecendo um ressentimento quando ela percebe que alguns amigos se encontram sem que ela esteja presente, o que a leva a ficar muito chateada e se sentir rejeitada, excluída, em suma, totalmente esquecida. Há um medo enorme de se sentir dependente dos amigos.

Nos primeiros meses de análise, as sessões são preenchidas com relatos sobre o fim de semana, sempre bem agitados, repletos de festas. Percebo uma narrativa em *loop*, que sempre recomeça com as últimas novidades cheias de aventuras e paqueras, encontros e desencontros, gostos e também desgostos vividos nas noites longas. Como se a vida se desse de fim de semana em fim de semana, e os fatos ali ocorridos ditassem o ritmo emocional da semana seguinte. Clara tolera cada vez menos estar sem seus amigos, e se tornam marcantes os momentos em que se sente rejeitada, suscitando angústias de abandono e um sentimento de fracasso e desesperança para com as relações amorosas.

A angústia que se presentifica nas sessões ganha uma dimensão maior no campo transferencial e, em muitos momentos, é uma angústia que contamina a mim também. Clara me solicita, com enorme ansiedade, sugerindo a busca por roteiros sobre como proceder junto aos encontros amorosos. Pergunta-me coisas como: “O que eu faço agora?”, “Como agir diante disso?”, “Não quero mais passar por isso de ser esquecida, como evitar que alguém faça isso comigo?”.

Acredito que a angústia que me captura se relaciona às urgências de Clara vividas no plano do *fazer*, em um contexto hiperatual e, a princípio, em uma esfera que vem de fora dela, como coisas instaladas pelo outro, às quais ela busca encontrar melhores formas de responder. É quando tento deslocar esse âmbito do fazer e da exterioridade com uma pergunta que me vem de súbito e que opera um corte na sessão, até então recheada de lamúrias, urgências e perguntas que clamam por respostas definitivas e instantâneas. Pergunto de forma simples, porém enfaticamente: “Clara! Como era quando você era pequena?”

Ufa! Já era tempo de tentarmos compreender sua própria participação junto a tais questões, e um longo percurso se abre no encontro de Clara consigo mesma. Ela então responde, pensativa: “Ah, eu ficava muito sozinha quando eu era pequena... Será que essa ansiedade tem a ver com isso?”

Analista: Como é que isso se dava?

Clara: Meus pais saíam para trabalhar e só voltavam tarde da noite. Eu ficava o dia todo sozinha em casa. Podia ir para a casa da minha avó, ligada à minha casa por um corredor, mas eu quase não ia... Eu queria muito ter uma irmãzinha, mas quando eu era menor, para poder brincar junto com ela. Acabei ganhando uma irmã quando tinha seis anos de idade, e a princípio foi muito legal, eu adorava cuidar dela, era como uma princesinha. Depois, quando completou uns cinco anos, virou um demônio. Foi um inferno na minha vida, ela não me obedecia mais, me dava muito trabalho, e eu tinha que ficar cuidando dela.

Analista: Num momento em que você também precisava de cuidados... Você não queria ir para a casa da sua avó?

Clara: Lá tinha sempre alguém, uma tia, um primo, mas eu ia só de vez em quando. Preferia ficar em casa vendo desenho, ouvindo música. É quando eu digo que sempre tive autonomia, eu gostava de ficar tranquila em casa, sempre soube me virar sozinha.

Analista: E você esperava pela chegada dos seus pais? Como era quando eles chegavam?

Clara: No início, eu esperava mais pela chegada dos meus pais; depois, eu ia ficando no meu quarto mesmo. Já não fazia questão de recebê-los quando eles chegavam. Sabe, na minha casa nunca teve isso de almoçar ou jantar junto, nem nos fins de semana. Cada um come na sua hora, às vezes a gente nem se encontra. Na casa de agora, meus pais dormem no andar de baixo; eu e minha irmã, no andar de cima. Às vezes, passo uns dois ou três dias sem ver os meus pais.

Algumas sessões adiante, ocorre-lhe uma memória de infância: após muitas horas sozinha em casa, já no início da noite, Clara ligava para sua mãe fingindo faltar algo em casa, como leite ou pão. Na verdade, ela buscava com isso alguma notícia da mãe, saber se ela já estava vindo para casa, inventando uma pequena história de modo a evitar que seus reais sentimentos e expectativas se revelassem.

Em muitas dessas vezes, ia para debaixo da mesa da copa, como uma espécie de cabana mágica, e ficava repetindo como um mantra: “Mãe, chega logo; mãe, chega logo.” Isso havia sido sugestão da própria mãe que, certa vez, dissera para Clara lhe chamar mesmo à distância, que ela ouviria e voltaria para casa. A menina acreditara que a mãe pudesse ouvir telepaticamente o seu chamado e não se demorar mais. No entanto, a mãe não chegava no

momento dos seus pedidos, e a partir de certo ponto Clara não podia mais sustentar a súplica. Retirava-se para o quarto, e seus longos anseios iam se transformando em indiferença.

Certa vez, foi surpreendida pela chegada da mãe na hora em que ela a chamava em voz alta sob a mesa, mas não foi capaz de revelar o que fazia ali, tampouco viver a satisfação de ter o pedido enfim atendido. O que antes poderia ter sido uma magia enfim realizada revelou-se uma vivência por demais vergonhosa e descabida, e Clara fingiu procurar algo que supostamente caíra no chão.

Nas sessões seguintes, seguimos mergulhando na sua história e, embora as angústias pelo que acontecia no momento atual se mantivessem, foi possível abrir uma espécie de fenda naquele espaço-tempo hiperatual para melhor compreender e começar a integrar um pouco mais sua experiência emocional. Não foi fácil. Clara por vezes se sentia muito para baixo, era difícil haver-se com os sentimentos que ela chamava de “negativos”. Mas fomos juntas, buscando em sua própria história subsídios para a construção de sentido frente à angústia, procurando tecer um continente capaz de abarcar tantos conteúdos dispersos na memória do corpo e dos afetos.

Poucos meses depois, Clara descobre estar com uma doença autoimune que pode progredir e se tornar grave. Metaforicamente, podemos dizer que é como uma espécie de “doença do negativo”, afecção que vai criando lacunas nas terminações nervosas, comprometendo funções vitais a depender do quadro. Clara fica arrasada. Eu fico muito comovida com essa notícia. Seus dias passam a ser de idas a médicos em diferentes hospitais, exames e medicamentos por vias diversas, os quais Clara nunca deixou de sentir como muito invasivos, já que a deixavam muito mal, física e emocionalmente.

Apesar de todo o sofrimento, algo lhe foi gratificante nesse momento: Clara pôde constatar a presença preocupada de seus pais, que se assustaram com a notícia e lhe deram muita atenção, acompanharam-na por médicos e hospitais, e ela se sentiu abraçada, acalentada diante do pior. Essa companhia, todavia, não durou tanto tempo, pois após poucos meses Clara já se sentia sozinha novamente, tendo de administrar todos os medicamentos por sua conta (o que incluía uma injeção semanal em si própria), sustentar as fortes reações adversas sem conseguir chamar alguém para lhe oferecer cuidados, ir para as consultas sem ninguém para acompanhá-la.

Coloco em prática uma ideia, ou melhor, um desejo que já vinha me ocorrendo, o de convidar Clara para vir duas vezes por semana – convite que ela aceitou de pronto. Vale dizer, neste ponto, que eu constantemente levava o caso para supervisão, tendo levado também algumas vezes para seminários clínicos, os quais se constituíram como valiosos encontros que me ajudaram a refletir sobre o andamento dessa análise. Guardei dos amigos a recomendação

de *conversar* bastante com ela, sem me preocupar com interpretações. Valorizar o que a liga às pessoas, sua grande capacidade de se inserir nos grupos e fazer amizades, rir junto com ela, aproveitando seu humor afiado como fonte de ligação. Surge também a questão da construção de um corpo-Clara, um *self*-Clara, um preenchimento de si como se tivesse faltado um preenchimento-investimento em suas bonecas de pano sempre tão esvaziadas... Cheias de vazios por entre as espumas, à mercê de um outro que mal preenchia porque muito se demorava.

Passamos, então, a conversar mais. Tomando cuidado para não ser invasiva ou me adiantar ao seu discurso, percebi que uma das formas que encontrei de conversar com ela foi através das imagens mentais que me ocorriam a partir do que Clara trazia. Imagens que, apoiadas em uma relação de intimidade com meu repertório pessoal, hoje penso que se criaram como se eu fosse encontrando fotografias pelos caminhos de minha escuta. Digo *fotografias* porque, impulsionada por meu *hobby* com esta arte da imagem, diversas vezes percebo uma cena sem ter uma câmera em mãos, o que, ao meu ver, já configura uma captura fotográfica em algum grau – isso que os fotógrafos costumam chamar de *pensar fotograficamente*, a atividade de ver o mundo como fotografias potenciais. Apesar do não registro, uma cena vista é composta por elementos – como luz, enquadramento, temporalidade –, passando a existir em uma dimensão de intimidade e memória, compartilhável por outras formas de construção narrativa. Essa foto não feita adquire um lugar dentro de uma existência particular, como uma imagem interna, mas que pode ser lembrada e contada a alguém – algo muito similar à experiência do sonho e o seu relato.

Em uma das “fotografias” com Clara, imagino um mar revolto. Ela está me dizendo que “veio tudo de uma vez só: as tristezas, a doença... Veio tudo muito rápido.” A imagem que crio tem um mar irregular, cheio de ondas que surgem sem parar, onde Clara nada com muito esforço e dificuldade, onde é impossível relaxar. Digo: “É como se você estivesse em um mar com uma série de ondas, uma atrás da outra, e fosse difícil descansar, parar para respirar. Seria muito bom relaxar e ficar boiando um pouco. Mas não é um corpo morto, é um corpo vivo que repousa.”

Clara embarca na imagem que ofereço e complementa: “É muita coisa, eu olho para os lados e não sei como sair desse mar, não consigo nadar tranquilamente com tantas ondas ao mesmo tempo. Não tenho como *controlar* o mar.”

Ao pensar sobre essa imagem em um momento posterior, não compreendi por que me ocorreria falar em corpo vivo e corpo morto, frisando a relevância do repouso para um corpo vivo. Não bastaria falar de corpo?! O corpo vivo/morto que surge na descrição de minha “fotografia” causa menos estranhamento quando algo se acrescenta, poucas semanas depois:

em uma festa de família, regada a muita bebida, sua mãe já bastante alcoolizada começa a chorar e revela à filha e aos demais presentes: “E pensar que eu ia tirar essa menina!”.

Clara chega na análise devastada, dizendo: “Não é minha culpa! Eu não pedi para nascer! Como eu devo confiar nas pessoas se minha própria mãe pensou em me matar?” Escuto sua fala com um grande pesar. Clara está arrasada. Reconheço sua raiva, frustração, decepção e, em uma sessão posterior, quando o assunto retorna, acrescento:

Analista: Puxa, Clara, acho que foi mesmo muito difícil ouvir isso! Que sua mãe pensou em te abortar... Mas embora possa ser uma coisa parecida, me parece que te abortar seria um pouco diferente de te matar, você não acha? Ela pensou em evitar que você nascesse. Não sei se muda o seu sentimento, mas acho que ela também está dizendo que ainda bem que apostou em ter você, que reconhece que valeu a pena, mesmo com todas as dificuldades que você me relatou sobre seus pais serem muito jovens e imaturos naquela época...

Clara: Hoje a minha mãe fala de mim com muito orgulho. Quando eu era pequena, eu ouvia ela dizer que foi uma bênção quando eu cheguei. Acho que ela pensou no aborto só no início da gravidez. Mas pensou! Eu sei que ela me ama, mas fiquei com muita raiva! Fiquei muito chateada!

Analista: Imagino como você deve ter ficado triste e com raiva dela por causa disso. E ainda por cima ter ouvido ela falar isso na frente de todo mundo, num momento de festa.

Clara: Pois é, acabou com a minha festa!

Outras “fotografias” me surgiram ao escutar Clara. Entre elas, houve algumas mais confusas e perturbadoras, imagens que na verdade envolviam mais sensações do que cenas visuais inteligíveis, definidas. Por exemplo, certa vez me ocorreu uma imagem-sensação que sugeria algo como um campo de batalha, uma espécie de floresta com arbustos e penumbra com uma densidade de ar turva, nublada. A sensação era a de ter de se esconder, se proteger. Em função do seu grau de confusão, esta foi uma “fotografia” que não revelei. Não encontrei palavras para narrar, não encontrei uma via possível de inserção verbal entre nós.

Em um outro momento, Clara falava sobre não querer mais ficar com ninguém, sobre se defender de qualquer um que pudesse chegar e depois abandoná-la.

Clara: Será que é demais pedir um companheiro? Está muito difícil ficar com alguém, as pessoas não querem nada com nada! Eles mais cedo ou mais tarde vão embora mesmo. Eu deveria criar um escudo contra qualquer um que pudesse chegar.

Nesta sessão, imagino uma malabarista incapaz de brincar. Ela fica tão fascinada com a rede de proteção que não pode mais fazer suas acrobacias.

Analista: Clara, pensei em uma coisa... É como se você fosse uma malabarista que gosta muito dos malabarismos lá no alto, gosta de se balançar, rodopiar, mas quando você me fala desse escudo, é como se você ficasse a todo tempo tecendo a rede lá embaixo e se esquecesse de brincar. E acho que você não quer exatamente parar de brincar. É claro que você não vai subir sem nenhuma rede de proteção, mas essa rede te fascina, te atrai muito.

Clara: Preciso de uma base, de algo que me segure... Porque eu cansei desses meninos que desaparecem. (...) Quando eu estive com aquele menino que durou três meses, eu experimentei gostar de alguém. Era uma comida muito boa, que eu provei e gostei, mas quando ia continuar comendo, o prato me foi retirado. Desde então, fico querendo de novo essa comida boa. É isso que as pessoas chamam de carência?

Diante dessa pergunta, ela própria foi formulando possíveis respostas. Acha que é algo que pode estar relacionado ao seu meio familiar. Durante todo o ano, se eles almoçaram juntos umas cinco vezes, foi muito. Lembrou-se de uns amigos dos seus pais que moram em Portugal, uma família com quem ela foi passar alguns meses durante a adolescência. De início se irritava, pois a mãe desta família perguntava todos os dias como tinha sido o seu dia. Depois foi percebendo que aquilo era bom, que havia ali um interesse genuíno por ela. Outra diferença era que lá eles prezavam por almoçar e jantar todos juntos, foi quando se deu conta da raridade com que isso acontecia em sua própria família, e dos muitos alimentos com os quais a alma se alimenta...

Em uma sessão adiante, Clara comenta:

Clara: Acho que isso de se alimentar bem... Muitas vezes não como direito, eu como qualquer coisinha, faço miojo. Eu mesma não tenho paciência para fazer uma boa refeição, quero só resolver a fome logo. E sempre como na frente da TV, mas eu só vejo filmes, nunca séries! Só vejo filmes porque sei a hora que eles vão acabar, e aí

já vou saber o final. Série eu odeio, não vejo nunca, porque fica aquela coisa de um episódio atrás do outro, não consigo esperar tanto até o desfecho final. Acho que tenho muita pressa...

Neste período, que contava com aproximadamente um ano e meio de análise, Clara foi construindo uma vivência reflexiva e a possibilidade de criar narrativas para sua experiência emocional, acessando uma interioridade capaz de dar contorno e sentido às suas experiências. Pudemos deslocar a angústia inicial que buscava saídas no campo do fazer para diferentes esferas do sentir, brincar, sonhar, pensar, narrar. Poder sentir raiva da mãe, por exemplo, possibilitou que Clara ressignificasse seu posicionamento defensivo em relação às questões de autonomia, solidão e o temor desenfreado de vir a depender de alguém.

Ao entrar em contato com lembranças e emoções até então inacessíveis, Clara pôde ir descobrindo novas maneiras de estar consigo própria e com os demais, a começar por sua família. Amparada por uma construção de si que já podia carregar de outras maneiras a presença ausente do outro, o fantasma do abandono, Clara passou a sentir que os cômodos da casa – que antes abrigavam cada um em seu quarto – foram ganhando uma circulação maior. Os corredores se tornaram, então, um lugar possível de ligação e não tanto de distanciamento. A família comprou uma mesa de jantar de seis pessoas, com o total apoio de Clara, que tentava aproveitar ao máximo esses momentos inaugurais à mesa junto com eles, sonhando com o momento em que a sexta cadeira seria ocupada por um companheiro seu.

Após o período em que eu conversei bastante com ela através das imagens que me surgiam – que na verdade nunca deixaram de surgir, com mais ou menos clareza, e passaram a surgir na mente de Clara também –, creio que novos aprofundamentos se fizeram possíveis no âmbito da fantasia inconsciente. As imagens serviram não somente como metáforas para o que ela estava vivendo, mas para compreendermos seu posicionamento subjetivo em dada situação. Algumas interpretações da transferência começaram a ganhar lugar.

Certa vez, Clara estava receosa de encontrar um menino com quem começava a sair, e o menino morava em outra cidade. Na mesma semana, eu ia mudar meu consultório para outro bairro. Clara chega para a sessão com quarenta minutos de atraso e não faz nenhum comentário acerca da mudança. Fala sobre como as coisas se atrasam na cidade, do ônibus que demorou a passar, e logo engata num questionamento sobre o menino:

Clara: O quanto somos capazes de conhecer alguém, de fato? De confiar em alguém? Eu não sei se vou lá encontrar com ele... Parece que estou no alto de uma pedra querendo pular num lindo mar lá embaixo, mas ao mesmo tempo eu tenho medo. Sei lá, vai que tem um tubarão lá embaixo!

Analista: Você quer se lançar, mas tem medo que esse lindo mar esconda um tubarão que pode te morder, te engolir e te cuspir depois, te jogar fora. Da mesma maneira que, quando eu mudo de consultório e você se atrasa tanto, talvez você fique com medo de eu não estar aqui de fato, ou talvez se pergunte: que lugar é esse? Será que esse lugar esconde alguma surpresa? Será que eu posso confiar, ou eu tenho medo de que a Carolina irá me engolir e me cuspir, me abandonar depois?

Clara: Eu quero viver novidades, mas é difícil por não saber como será, tenho medo do que pode vir com as mudanças. Acho que o jeito é arriscar, porque se eu não for ao encontro, posso perder uma coisa muito boa. (...) Seria melhor se já desse para saber como vai ser o final, no que vai dar. Mas isso não existe, né?

Mantivemos duas sessões semanais até o fim da análise de Clara, tendo ela também passado a dividir suas imagens mentais comigo, como que instalando ou aprimorando sua função pensar-sonhar-brincar a partir de nossas “fotografias” compartilhadas:

Clara: Hoje eu penso. Antes, eu não pensava, não sabia pensar sobre as coisas da minha vida. Sinto que já criei um edifício meu. Ainda faltam tijolos, mas antes não tinha quase nenhum, e corria o risco de desabar a cada chuva que aparecia. Como quando aquele menino que eu gostei foi deixando de falar comigo... Eu achava que era tudo culpa minha, vinha uma nuvem de tempestade e não ia embora nunca mais. Hoje, quando a chuva vem, por mais que seja difícil, eu sei que ela vai passar.
[...]

Clara: É como aquele exame do coração, os meus sentimentos ficam indo para cima e para baixo, mas já entendo que eles têm seu ritmo. Não tem como estar só em cima, e também o que está embaixo acaba voltando para cima, ainda bem, mais cedo ou mais tarde.

Analista: Pois é, essas coisas do coração... Não há como não ter o movimento de cima e de baixo, pois o coração pararia se a linha ficasse sempre reta.

Rimos juntas.

Nesse meio tempo, Clara retomou uma atividade que sempre gostou muito: a dança. Nos últimos tempos, vinha reclamando que a irmã não dançava mais com ela, antes uma companhia importante nas aulas de dança e em algumas festas. Tornava isso um motivo de queixa constante e paralisia de seus próprios passos.

Mais para o fim da análise, todavia, foi se reencontrando com isso que ela tanto gostava e passou a sair para bailes charme e outras festas cujas músicas inspiravam sequências de passinhos. Clara criava coreografias na pista de dança, reunindo seguidores junto aos passos que criava. Ora estava no centro das atenções, em um *free style* no meio da roda, ora puxava uma massa de gente atrás de si nas sequências inventadas. Clara se sentia imensamente preenchida e feliz ao ocupar essa posição, sendo algo que também satisfazia todos ao redor. Voltou para as aulas de dança, e em seus aniversários nunca deixava faltar uma pista muito animada. Adorava comemorar a data do seu nascimento, sempre oferecendo grandes festas.

O fim da análise chegou quando Clara começou a pensar em se mudar do Rio. Foi uma construção progressiva, mas não sem ambiguidade: tentamos que fosse cuidadosa com ela em muitos aspectos de sua vida, mas havia um querer ir embora apressado, o que sugeria certa parcela de atuação junto às coisas “que não davam certo” aqui. Tinha em aberto sua questão profissional, o tratamento com os medicamentos, que, embora recebesse do governo, eram muito custosos emocionalmente... Coisas que Clara disse que procuraria retomar lá, mas foi sem saber como seguir com as duas coisas¹⁵. Dizia não se sentir doente. Por fim, estava decidida a passar um tempo com “a família de Portugal” e parecia feliz com sua escolha e seu desejo de apostar em mudanças. Em nosso último encontro, Clara me pediu um abraço, chorou pela despedida. Por alguns anos, vez ou outra me mandava mensagens dizendo que estava bem e feliz, sempre com uma pequena notícia sobre como andava sua vida em solo lusitano.

2.2 Sonhando a clínica com Thomas Ogden

2.2.1 Alguns fundamentos de uma clínica autoral

Antes de apreciarmos ilustrações clínicas de Ogden para termos notícias de suas *rêveries*, é interessante retomarmos o que entendemos por alguns fundamentos de base de seu trabalho clínico-teórico. Acreditamos que tais fundamentos oferecem subsídios para uma concepção de

¹⁵ Ou seriam três coisas? Na época, passou-me despercebida a possibilidade de Clara atuar algo ao sair também de sua análise.

clínica psicanalítica que entende o processo analítico como um encontro singular em que duas pessoas pensam juntas. No caso, o analisando procura o analista por uma necessidade de pensar seus pensamentos impensáveis e sonhar seus sonhos não sonhados ou interrompidos (Ogden, 2010). Elencamos esses fundamentos dentro dos seguintes temas: os três modos de gerar experiência e a matriz transferência-contratransferência; as três formas de pensar; o caráter intersubjetivo da identificação projetiva, levando ao conceito de terceiro analítico.

Desde os anos de 1950, o *setting* passou a ser tomado não somente como condição de base para o processo analítico, mas como continente vivo, território de trocas que abarca, em si, importantes indicadores transferenciais para além do que é comunicado verbalmente. Isso inclui o *uso* que o analisando faz da análise como um todo, compreendendo as dimensões de processo e não processo, em que este último diz respeito a elementos mais primitivos, de ordem arcaica e simbiótica, que acabam sendo silenciosamente depositados nos contornos do enquadre e do contrato (Bleger, 1977 [1967]). Dando continuidade às elaborações nesse âmbito, Ogden (1994a) elabora aquilo que entende como sendo a matriz da transferência-contratransferência, cuja base repousa sobre as noções de mãe como ambiente (Winnicott, 1983 [1963]) e de transferência como situação total (Klein, 1997 [1952]; Joseph, 1992 [1985]).

Na concepção de Winnicott (1983 [1963]), a relação do infante com a mãe como ambiente refere-se a estar em relação com o contexto de provisão ambiental, uma vez que, de início, o bebê se encontra indiscriminado do ambiente primordial. Antes de o bebê relacionar-se com a mãe como objeto, ele está em relação com o ambiente de provisão e cuidado que sustenta o seu vir-a-ser. Na clínica, o analisando se relaciona não somente com objetos internos a serem projetados para um objeto externo (analista como mãe objeto), como também se relaciona com o contexto analítico como correlato de um ambiente interno, da mãe enquanto ambiente primordial.

A noção de transferência como situação total (Klein, 1997 [1952]; Joseph, 1992 [1985]) estabelece que tudo o que o paciente traz para a análise participa da relação transferencial. Dessa maneira, em paralelo ao conteúdo que é dito, passa a se considerar o uso que o paciente faz da linguagem e do analista. Além do conteúdo transferido em termos de relações objetais, angústias e defesas, considera-se “a totalidade do impacto da experiência transferencial na/sobre a relação analítica” (Ogden, 2013b, p. 204). Assim, elementos sutis se tornam parte integrante do idioma analítico, de modo que o analista também passa a dedicar sua atenção a coisas como o tom e a atmosfera da sessão, a forma com que o analisando se coloca e o que ele percebe acontecer na relação. Em suma, o analista passa a escutar tudo aquilo que, de início, permaneceria nas adjacências do processo analítico, sem que lhes fosse conferido um estatuto de dado clínico.

Ao valorizar, ao longo de toda sua obra, o viés intersubjetivo em suas formulações clínico-teóricas, Ogden adverte que a noção kleiniana de transferência como situação total pode ser mais bem aproveitada se compreendida em termos de “transferência-contratransferência enquanto situação total” (Ogden, 2013b, p. 205). Sempre destacando o índice relacional que dá corpo à situação analisante, é sobre o solo da matriz da transferência-contratransferência que as trocas do par poderão ser apreendidas e compreendidas.

A matriz da transferência-contratransferência configura a experiência de base de um processo analítico e comporta variações em cada momento específico de uma análise. Essa matriz opera como pano de fundo a partir do qual se desenvolvem três formas distintas de gerar experiência, também consideradas posições ou modalidades de relação de objeto: autista-contígua, esquizoparanoide e depressiva¹⁶. Tais posições possuem uma dinâmica interna particular, mas permanecem ligadas entre si por movimentos dialéticos, trânsitos progressivos e regressivos, podendo até mesmo coexistir simultaneamente a depender do modo como cada situação emocional é vivida.

Em linhas gerais, a posição autista-contígua refere-se ao modo mais primitivo de geração de experiência. Isso abarca uma vivência de *self* baseada nos fenômenos sensoriais, sobretudo o sensorial da superfície da pele, em que a noção de um espaço interno pessoal configura os primórdios de seu desenvolvimento. Diz respeito a toda uma gama de elementos pré-simbólicos, aquém da linguagem verbal. A ansiedade inerente a esse modo de experiência aponta para ameaças junto a uma unidade ainda não coesa, tais como a fragmentação do psique-soma e o medo do colapso. O recurso à imitação ganha um lugar especial, mais do que os mecanismos de incorporação, identificação, introjeção.

Na posição esquizoparanoide, já podemos contar com um estado mais diferenciado eu-outro, embora os sentimentos e pensamentos ainda estejam em vias de serem experimentados como próprios ao eu. A rudimentar capacidade de pensar os pensamentos aciona mecanismos de defesa, tais como a cisão e a identificação projetiva, com efeitos de fazer sentir no outro o que é inassimilável ou ameaçador para o eu. Isso deflagra um modo imediatista de vivência das experiências, em que os impulsos evacuativos e destrutivos adquirem o tom de persecutoriedade, sem que se possa contar com recursos de concernimento e reparação do objeto e do próprio *self*. Se alguma reparação é esboçada, é somente na base da fantasia, do

¹⁶ As posições esquizoparanoide e depressiva são conceitos previamente introduzidos e desenvolvidos por Klein (1982 [1946]), ao passo que a posição autista-contígua é uma contribuição de Ogden e fundamenta um modo de gerar experiência ainda mais primitivo e autocentrado. Além de sua própria experiência clínica, o autor toma como inspiração os trabalhos de Esther Bick, Donald Meltzer e Frances Tustin para a elaboração deste conceito.

pensamento mágico e da defesa maníaca. Não se podendo contar com culpa, luto e reparação efetivos, a dinâmica entre amor e ódio acaba por manter tanto o objeto quanto o *self* cindidos entre as qualidades de bom ou mau, e a primazia das verdades absolutas mantém a história escrita de forma descontínua e onipotente.

É somente na posição depressiva que ambas as qualidades de amor e ódio poderão coexistir, e a culpa e a reparação serão favorecidas pela ambivalência. Isso possibilitará a integração tanto do *self* quanto do objeto, trazendo consigo os ganhos da construção de um espaço interno complexo, do modo de pensamento reflexivo, da consideração da historicidade, em que o passado permanece imutável, mas passível de ser resignificado.

A prevalência de um desses três modos de gerar experiência terá efeitos diferentes na instalação da matriz da transferência-contratransferência, e o pano de fundo das trocas intersubjetivas será designado pela forma com que o analisando está se relacionando. O analista, por seu turno, deverá ter em mente não só as figuras representadas na transferência, mas também a configuração da experiência de base prevalente – prevalências que podem durar minutos de sessão ou perdurar meses inteiros. O encontro de Ogden com a Srta. L., explicitado neste mesmo texto (Ogden, 1994a), ilustra um pouco do que o autor está tentando nos transmitir. Expomos aqui:

Alguns meses após iniciada a análise, Ogden percebe que a analisanda repete com frequência suas histórias, como se o analista não fosse se lembrar do que ela já havia lhe contado diversas vezes. Ele comunica isso a ela em um dado momento e, embora essa fosse uma interpretação em parte correta, sente que interpretou algo que não era o mais essencial daquela experiência. Ao longo das sessões, Ogden vai se dando conta de que eles não estão participando de um *diálogo* analítico, uma vez que a paciente parece não falar *com ele*, e sim com ela própria. As palavras da Srta. L. demonstram não carregar elementos simbólicos ou simbolizantes; é como se ela se servisse das palavras como quem conta a si própria histórias de ninar, como quem vai se enrolando em um novelo de lã, alijando-se do mundo pela via de uma ecolalia particular, o que sugere mais um modo de experiência sensorial solitária do que um meio de comunicação com o outro.

Embora somente mais tarde Ogden tenha se dado conta desse uso específico da linguagem e do analista, foi importante não ter continuado a pedir para existir enquanto tal para aquela paciente. Diferentemente, reorganizou-se para acompanhar a Srta. L. em seu isolamento, sustentando a solidão provocada nele próprio. Foi importante Ogden abster-se de interpretar o contar histórias, sustentando assim sua própria exclusão objetal sem atuar a partir de sua contratransferência. Somente quando a Srta. L. deu sinais de estar saindo desse modo autista-

contíguo de estar em análise – em que a linguagem era primordialmente utilizada como elemento sensorial excludente e envelopante – é que o analista foi inserindo um tipo de interpretação capaz de abarcar os conteúdos mais especificamente afetivos e objetivos da transferência.

Ao longo desse percurso, Srta. L. começou a inserir metáforas em sua contação de histórias, e foi nesse mesmo período que Ogden sentiu que algo estava se modificando no modo de a analisanda seguir em análise: após longo período de isolamento, Srta. L. demonstrava querer contar coisas *para ele*, trazendo-o mais para perto ou para dentro de suas tramas narrativas.

Entrar em contato com esse relato de Ogden me trouxe à recordação um rapaz de dezessete anos que atendi há alguns anos, a quem chamarei de Bruno em um pequeno trecho da análise, a seguir. Escolho inseri-lo aqui por me parecer relevante para a construção do meu pensamento clínico, no recorte das imagens nas *rêveries* em seus meandros comunicacionais.

Desde a primeira sessão, Bruno me inspirou o alerta da gravidade do caso e de sua fragilidade psíquica, a princípio por meio do relato de seus pais, e em seguida pelo relato dele próprio. Também fui impactada pela forma como Bruno se comportou na sala de análise em que, entre outras coisas, mudou móveis de lugar, quebrou uma lapiseira ao manusear com tamanha força o material que me pediu para desenhar, parecia jogar fora pequenos objetos invisíveis retirados de sua roupa, olhava a todo o tempo para as janelas. Tive a impressão de que ele poderia abrir um surto psicótico a qualquer momento. Com o passar das sessões, parece que aquela loucura inicial foi assentando em um lugar mais calmo e mais bem contornado subjetivamente, porém, ao que tudo indica, ainda nos territórios limítrofes das não neuroses ou dos estados-limites (Green, 2017 [1975]).

Nos primeiros meses, Bruno demonstrava gostar de vir, contava-me muitas coisas sobre Artes em geral, Música, Literatura, bem como o modo como experimentava tudo isso em sua vida. Tinha o desejo de estudar Arquitetura, de viajar pelo mundo, mas de seguir fazendo as coisas sozinho sem nunca mais voltar. Há alguns anos, contava com praticamente nenhum amigo, nenhum vínculo significativo além da família nuclear. Em relação a esta, havia também grandes dificuldades. Havia perdido uma irmã mais velha aos cinco anos de idade, um luto que parecia não ter sido elaborado pela família.

Certa vez, falou que sentia que cada um em sua casa vivia em seu próprio mundo, cada um em sua engrenagem sem que as peças se comunicassem dentro de um conjunto familiar. Bruno dormia todos os dias com a luz acesa, sem elaborar muito o que isso pudesse significar. Leu para mim, certa vez, uma redação que havia feito em uma época que sentiu um pavor do

mundo e das demandas da escola. Seu texto consistia no encontro de um pequeno menino com o que revelava ser um monstro enorme, esquisito e ameaçador. Fui compreendendo suas dificuldades em entregar-se ao sono e ao sonho, ao mundo desconhecido e imprevisível, não somente ao que pudesse vir do outro, mas também de dentro dele. Mantinha-se vigilante em um estado psíquico indiferenciado entre sono e vigília, sem poder sonhar. Era ainda mais ameaçadora a ideia de sonhar junto com alguém, e eu demonstrava fazer-lhe tal convite.

Desde o início, intuí que minha postura deveria ser a de conversar com ele, obviamente no ritmo de seus passos e dos assuntos por ele trazidos. Tal postura incluía o cuidado de não me manter muito silenciosa, nem de ter, por outro lado, uma postura capaz de provocar invasões. Eu evitava interpretações que confrontassem suas angústias ou pudessem ativar ainda mais suas defesas. Optava por fazer comentários, tentava ir nomeando os sentimentos, dizia como achava que ele estava se sentindo em relação a determinado assunto, muitas vezes levantando questões e hipóteses sobre o que ele pudesse estar vivendo, através do que seus relatos inspiravam pensar e sentir.

Certas vezes, uma atmosfera densa tomava conta da sessão, e nesses momentos eu tinha a sensação de que Bruno era inundado por uma agressividade contida, que não ganhava expressão. Bruno parecia comportar uma fúria sem palavras, e hoje penso que seu percurso de análise – que contou com algumas saídas e retornos no período de três anos – foi permeado por frustrações no âmbito das comunicações, assim como acontecia em sua vida de um modo geral.

No primeiro ano de análise, após longo período de conversas animadas, Bruno passou a demonstrar uma grande dificuldade de falar comigo. Não queria mais vir, sentia que poderia se tornar “transparente” em minha presença, algo apavorante e muito ameaçador. Contara-me sobre um filme em que uma família tinha que viver em silêncio pois, a qualquer sinal de barulho, uma coisa amedrontadora emergiria do subsolo. Contara também que a pérola só adquire sua beleza por meio dos mecanismos de defesa da concha onde habita. Fui percebendo que ele foi se fechando cada vez mais em uma espécie de barreira autística, barreira esta que já configurava um lugar conhecido seu, mas que vez ou outra podia se abrir um pouquinho mais, como nos movimentos de uma concha, como tivéramos a oportunidade de conhecer. Esse novo período sugeria que nossa chance de contato havia terminado ou ficado por demais escassa, a concha se fechara e eu não sabia mais como acessá-la – talvez nem ele próprio.

Nas semanas que precederam esse momento de distanciamento maior, fiz duas comunicações a partir de imagens que me ocorreram. A primeira *rêverie* dizia respeito a uma cabine telefônica. Imaginei que ele tentava telefonar, mas o telefone mal funcionava, havia um misto de ruídos e mudez no sinal. Vale dizer que um conjunto de imagens e sensações sobre

incomunicabilidades já me acompanhava há alguns meses. Acabei dizendo a ele que me parecia que ele queria muito se comunicar, fazer contatos, como dizer ao seu pai sobre aquele evento que o chateou demais. Mas era como se ele estivesse em uma cabine telefônica e quisesse telefonar, mas a ligação tinha muita dificuldade de chegar até outro telefone, era um trabalho imenso e doloroso tentar conectar fios e engrenagens.

Apesar do que permanecia incomunicável e do que Bruno vivia com desesperança, na maior parte do tempo eu já achava um ganho enorme compreendermos, por exemplo, sua chateação para com o pai. Comunicar o circuito dos afetos em seu mundo interno já era um importante caminho no estabelecimento das ligações internas. A partir de uma segunda *rêverie*, comuniquei-lhe que, quando ele passava dias fechado em seu quarto, era como se ele suspendesse o tempo e fosse para um lugar sem som, sem luz, tipo o fundo do mar, e só voltasse à superfície quando se certificasse que não haveria ondas para perturbar. A essa comunicação ele me respondeu: “Não sou Moisés para poder abrir o mar”. Seu fechamento só se estreitava e, por longo tempo, não quis mais sair de seu quarto. Não quis mais vir à análise, embora seguisse o acompanhamento psiquiátrico.

Por mais que eu tivesse desejo e investimento nessa análise, o mero convite a sonharmos juntos talvez adquirisse um tom excessivo para Bruno. Ele próprio desejara iniciar uma análise¹⁷, mas estabelecer ligações com outrem seguia sendo muito arriscado, assim como confiar e ter esperança. Se chegássemos muito perto, poderíamos falhar miseravelmente. Comunicações que eu por vezes fazia talvez fossem de difícil assimilação em forma e conteúdo. No caso das duas *rêveries* relatadas, acredito que elas não tenham ajudado muito o analisando nem o processo analítico. A segunda *rêverie* talvez comportasse, inclusive, um deslize frente ao que eu já havia compreendido antes, uma vez que ela veiculava certo confronto com suas defesas, podendo ter adquirido um tom acusatório e refreador de transformações.

A partir do texto de Ogden (1994a) sobre a matriz da transferência-contratransferência, hoje penso que talvez eu tivesse a pretensão de que eu pudesse existir para Bruno. E que pudéssemos – ainda que com anos e anos de trabalho e na melhor das hipóteses – ir construindo e favorecendo vínculos com confiança e esperança, com a aposta no potencial transformador e na expansão de uma experiência humana em íntimo contato com a verdade emocional e o viver criativo.

¹⁷ Brinholli e Coelho Jr. (2020) destacam que Ogden elabora seu corpo teórico a partir da clínica com casos graves, como esquizofrenia e demais psicoses, mas que seu princípio para conduzir uma análise é que “há sempre uma faceta da personalidade funcionando na posição depressiva, mesmo em casos muito graves e, por isso, é possível trabalhar a partir da busca por mais simbolização.” (p. 6).

No entanto, muito do que vivem nossos analisandos ultrapassa nossa boa vontade e disposição para acompanhar alguém em seu processo. Havia uma ameaça de transparência insuportável, sugerindo sentimentos de invasão, assujeitamento, desfazimento de si. Hoje penso que acabei tomando como certo que as coisas que Bruno trazia habitavam seu espaço interno, uma vez que “falávamos um ao outro”. Porém, retomando minha hipótese diagnóstica inicial, talvez fosse necessário um cuidado maior antes de se considerar a existência de um *diálogo* analítico em curso.

Winnicott aponta que ocorre “um fortalecimento das defesas contra o fato de ser descoberto, isto é, ser encontrado antes de estar lá para ser encontrado.” (Winnicott, 1983 [1963a], p. 173). Bion (2006 [1970]) alerta-nos que a noção de espaço mental pode ser tão vasta a ponto de não habitar a própria cabeça ou qualquer lugar nos contornos de si. A representação de um espaço mental interno pode ser tão precária a ponto de não comportar limites temporais e espaciais, onde acabam por flutuar fragmentos psíquicos espalhados capazes de provocar um pânico psicótico, “que o paciente pode expressá-lo por meio de um silêncio repentino e total (como se para ir o mais longe possível de uma explosão devastadora)” (Bion, 2006 [1970], p. 28-29).

Desse modo, ao não compreender muito bem que Bruno provavelmente não se comunicava comigo como objeto fora dele, é bem provável que eu tenha sido invasiva com as imagens que criei e comuniquei. Afinal, quem era essa que ousava falar-lhe? Talvez naquele período eu fosse ao mesmo tempo certo veículo de comunicação, mas também o monstro escondido no porão; talvez em grande parte eu representasse aquele que todos os silêncios trabalhavam para não despertar.

Partindo da clínica com seus inúmeros desafios, Ogden (1994a) formula, portanto, que a matriz da experiência em suas diferentes nuances traz implicações para a escuta e para a técnica analítica. Uma vez que os modos de gerar experiência junto às três posições – autista-contígua, esquizoparanoide, depressiva – implicam diferentes expressões de angústia e de construção de sentido, é imprescindível compreender e diferenciar tais modulações antes de se construir uma interpretação¹⁸.

Ogden afirma que a técnica analítica deve se adaptar a partir dessa compreensão e destaca que a intervenção do analista se direciona, antes, para o nível contextual, matricial (para a forma com o analisando fala, pensa, sente, se comporta), e somente em um segundo momento para o significado inconsciente e simbólico do que está sendo dito. Essa vertente da técnica nos

¹⁸ Ao longo do capítulo, veremos como o autor entende e prefere nomear suas intervenções como “conversa”, “comunicação”, “diálogo analítico”, “falar com o paciente”, em vez de dizer que fez uma interpretação.

lembra as análises de crianças em que o analista faz comentários e interpretações sobre os personagens da brincadeira, direcionando suas intervenções para o espaço potencial das experiências compartilhadas e não diretamente para o mundo interno da criança.

Outra referência importante no fazer clínico de Ogden é a consideração da experiência do pensar, que tem como base o legado de Bion (1994 [1962a]). No recorte que abrange os trabalhos psíquicos do pensar e do sonhar, Ogden enfatiza a forma como se pensa, mais do que o conteúdo dos pensamentos. Distingue três formas de pensar: o pensamento mágico, o pensamento onírico e o pensamento transformador (Ogden, 2016a). Esclarece que essa seleção não engloba todas as esferas do pensar – recorda haver, entre outros, o pensamento operatório, o pensamento autista e a recusa psíquica, teorizados por Michel de M'Uzan, Frances Tustin e Joyce McDougall, respectivamente. Mas por que é relevante para Ogden destacar e diferenciar essas três formas de pensar?

Pelo vértice específico do pensar, ao mudar a ênfase do conteúdo simbólico do pensamento para a forma como se pensa, Ogden elabora uma outra via a partir da qual constrói e aprimora sua abordagem clínica. As formas de pensar comportam tanto sutilezas quanto momentos de virada junto ao que é experimentado ao longo do processo analítico; não existem em estado puro, tampouco se organizam linear ou progressivamente. A forma de pensar preponderante em um dado momento está em íntima relação com o que fazemos com nossa experiência vivida e articula um uso específico da linguagem na transmissão dos afetos e pensamentos. Em função disso, assim como em relação à matriz da experiência, compreender as diferentes formas de pensar auxilia a compreensão do mundo interno do analisando e do que se passa na relação transferencial, apontando para a necessidade de uma modulação da escuta e da técnica analítica.

O pensamento mágico assenta sobre a fantasia onipotente de que é o sujeito quem cria a realidade, havendo uma recusa perante a alteridade e o que é da ordem do inesperado, das convocações do mundo. Uma vez que o reconhecimento da alteridade e da realidade compartilhada são desconsiderados ou atacados, o senso de *self* encontra-se de igual modo prejudicado, trazendo implicações na esfera intrapsíquica no que tange à diferença entre percepção e sonho/fantasia, entre dormir e acordar. Os pensamentos e sentimentos não são tomados como eventos subjetivos, mas como fatos. Impera um estado de mente psicótico, com a primazia de identificações projetivas maciças e o recurso às defesas maníacas.

Na clínica, o encontro com o analista pode se tornar tarefa árdua ou até mesmo impossível. Não obstante, apesar dos percalços, o trabalho reside na aposta de que o analisando, inconscientemente, pede ao analista uma conversa com outra pessoa que não ele próprio,

alguém que venha auxiliar a construção de um senso de privacidade, de se habitar um espaço pessoal discriminado da realidade externa.

Em um contexto transferencial permeado por identificações projetivas, ao analista é endereçada a tarefa de receber, conter e metabolizar os pensamentos mágicos, transformando-os em pensamentos oníricos. Dessa forma, o analisando pode começar a sonhar/pensar sua experiência, favorecendo o contato com a verdade emocional e os desdobramentos provenientes de uma construção de *self* que se reconhece como genuinamente subjetiva. Se, por outro lado, o funcionamento mental se mantém nessa esfera onipotente, vigora uma forma de “antipensamento” (Ogden, 2016a, p. 27) e não há mudança psicológica efetiva.

O pensamento onírico, por seu turno, é primordialmente uma atividade mental inconsciente, a forma mais profunda de pensar. Ocorre sobretudo nos processos de sonhar, mas se mantém ativo para além do sono e dos contornos do sonho, operando também na vida em vigília, em comunhão com pensamentos pré-conscientes e conscientes:

Sonhamos continuamente, tanto acordados quanto adormecidos (Bion, 1962a). Assim como a luz das estrelas no céu fica obscurecida pelo brilho do sol durante o dia, o sonhar continua enquanto estamos acordados, ainda que seja obscurecido pela luz da vida de vigília. O pensamento onírico é a forma de pensar mais abrangente, penetrante e criativa. Somos insaciáveis em nossa necessidade de sonhar nossa experiência vivida no esforço de criar significados pessoais, psicológicos (que se organizam e são representados em formas de imagens visuais, símbolos verbais, impressões organizadas de modo cinestésico, e assim por diante). (Ogden, 2016a, p. 34).

Diferentemente do pensamento mágico, o pensamento onírico promove mudança psicológica genuína, já que constitui força motriz para a elaboração da experiência emocional, favorecendo o aprender com a experiência e os reposicionamentos subjetivos. É uma forma de pensar que pode seguir se dando individualmente, porém, em um momento ou em outro de nossas vidas, precisaremos de uma segunda mente para pensar uma experiência emocional mais perturbadora.

Na clínica, as *rêveries* do analista são uma forma de pensar/sonhar junto com o analisando sua experiência perturbadora, configurando uma forma de pensamento onírico inconsciente capaz de gerar imagens pré-conscientes e conscientes. Essas imagens, muitas vezes, ajudam-nos a compreender o que está se passando na sessão, sendo até mesmo passíveis, vez ou outra, de subsidiarem uma interpretação.

Ogden frisa que uma *rêverie* traz crescimento psicológico também para o analista. O autor percebe, em seu funcionamento mental, que ele nunca é o mesmo após uma *rêverie* que trouxe *insights* significativos. O analista também cresce no vínculo com o analisando e em

relação aos próprios conteúdos “sonhados”, tantas vezes temas já familiares, mas que são ressignificados em um novo contexto. Os trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes dos analistas seguem se ampliando à medida que nos encontramos com a alteridade do analisando, à medida que nos colocamos a trabalho frente a novos desafios clínicos.

No que concerne à questão da mudança psicológica, todavia, Ogden se mostra mais pragmático ao frisar que é importante procurarmos um indicador clínico. Instiga-nos a perceber se tal forma de pensar “funciona”, se ajuda a promover transformações no analisando:

Tal como discutido antes, o problema do pensamento mágico é o fato de que ele não funciona: substitui a realidade em que a pessoa está pela realidade inventada e pelas circunstâncias emocionais em que a pessoa vive. Consequentemente, nada substancial muda na pessoa. A força do pensamento onírico está no fato de ele funcionar: dá origem ao crescimento psicológico, tal como se reflete, por exemplo, na forma como alguém, consciente ou inconscientemente, vai mudando a maneira como se relaciona com outras pessoas e com outros compromissos com o mundo externo real. (...). Uma questão fundamental relativa a qualquer forma dada de pensar é sempre este: Funciona? Contribui para o desenvolvimento do senso de alguém emocionalmente vivo, criativo e autoconsciente, baseado tanto na realidade de si quanto no mundo externo? (Ogden, 2016a, p. 35).

Até mesmo em relação ao sonho, o que lhe confere valor enquanto tal é o fato de ele promover mudança e crescimento psicológicos. Isso quer dizer que nem tudo o que parece sonho é sonho genuíno, isto é, não engendra trabalho psíquico inconsciente. Há sonhos que, mesmo incluindo imagens e narrativas, não cumprem a função de realização de desejo ou construção de sentido. Imagens e sensações que se repetem, por exemplo, como elementos de pesadelos pós-traumáticos, seguem se dando de modo contínuo e imutável – não promovem a expansão dos trabalhos psíquicos, não implicam mudanças no sonhador do ponto de vista da atividade mental.

Embora haja, na própria repetição, uma tentativa de elaboração do traumático, esse é um dos casos em que se torna indispensável uma segunda mente para pensar/sonhar os pesadelos, a fim de favorecer transformações nos circuitos psíquicos. No próximo capítulo, diferentemente, veremos que alguns sonhos da analisanda Marina já trazem consigo a própria interpretação do sonho – nesse caso, a analista não faz muito além de acompanhar o percurso de associações da paciente.

O pensamento transformador, por sua vez, é ainda uma forma de pensamento onírico, com o diferencial de promover uma mudança radical na estrutura do pensar, aproximando-se daquilo que Bion (1970) chamou de mudança catastrófica. Com um pensamento transformador, o analisando modifica o campo do sentido, os sistemas de signos e crenças

com os quais contava até então para organizar sua experiência. Os efeitos disso perpassam a construção de novas formas de relação de objeto, novas maneiras de experimentar o que é da ordem do afeto, do corpo, do pensar e do sentir, modificando fundamentalmente a cultura intrapsíquica e intersubjetiva.

Embora isso possa soar como um acontecimento no estilo *eureka!*, essa reestruturação é fruto de um trabalho lento e meticuloso, que envolve necessariamente o atravessamento de barreiras identificatórias e a própria expansão do par analítico em sua capacidade de sonhar juntos diferentes experiências não sonhadas do analisando. Essa forma de pensar sempre requer ao menos duas mentes, uma vez que uma mudança tão profunda – e tão vasta – não tem a chance de ocorrer com o indivíduo isolado, sem um contato transformador com a alteridade.

Na linha de pensamento de Ogden, notamos o que para este autor é de extrema valia e de ampla consideração em sua clínica, a saber, os modos de comunicação presentes e prevalentes em cada momento. Isso leva a pensar como o analista pode, ele próprio, elaborar suas comunicações a partir daí. Em outras palavras, Ogden busca compreender quem está falando com o analista em um dado momento e como este poderá manejar a situação ao sintonizar com o analisando em uma frequência sonora-sensorial/comunicacional possível.

A intervenção dirigida à matriz da experiência, segundo a noção de transferência-contratransferência como situação total, leva-nos a crer que os alicerces do pensamento clínico de Ogden apontam para um tipo de abordagem muito próximo ao da teoria do campo pós-bioniano, que tem como principais expoentes Ferro e Civitarese, como veremos no capítulo seguinte. Levantamos, com isso, a seguinte questão: não seria Ogden um analista do campo pós-bioniano? Ou será que, de nossa parte, recaímos na tentativa, no risco e na armadilha de agrupar representantes em determinada escola ao formular esse tipo de questão, quando nossa mente tende a buscar integrações facilitadoras? Que vantagens podemos reconhecer no fato de ser difícil agrupá-lo, provavelmente o próprio Ogden se mantendo distante de uma categoria escolástica-identitária? Onde encontramos subsídios para tentar responder tal questão?

Em excelente entrevista concedida a Luca Di Donna, Ogden (2016b) diz que o campo analítico e o terceiro analítico constituem metáforas diferentes para falar sobre o encontro de duas pessoas que pensam juntas. Embora ambas preservem aspectos similares sobre a natureza do pensar entre duas pessoas, a escolha por uma metáfora ou outra sugere experiências e interpretações distintas, redundando em conceitos com atribuições singulares. A noção de campo vem emprestada da Física e se refere ao campo de forças que habitam o espaço e o encontro analíticos, forças somáticas e psicológicas coconstruídas que ditam um modo específico de dar sentido à experiência. Como em um campo gravitacional ou eletromagnético,

as forças psíquicas invisíveis interagem entre diferentes polos do campo e atuam em graus de intensidade e influência entre analisando e analista.

O terceiro analítico, por sua vez, é uma metáfora que remete à teoria da Emergência, que engloba um conjunto de ideias desenvolvidas por teóricos das Ciências Naturais. Segundo tais teóricos, a matéria e a energia podem se combinar de modo a gerar um produto completamente distinto e imprevisível em relação aos elementos inicialmente combinados. Grosso modo, a Emergência fala sobre a formação de padrões complexos a partir de interações simples. A metáfora do terceiro analítico, nesse sentido,

(...) põe menos ênfase no campo de forças criado pela experiência consciente e inconsciente de duas pessoas e mais na criação de uma terceira mente, uma terceira subjetividade, que é irredutível à soma das duas subjetividades que participam de sua formação. O terceiro analítico é uma metáfora para a criação de uma mente que tem existência própria e que é capaz de pensar de uma maneira tal que nenhum dos contribuintes à criação do terceiro sujeito seria capaz de fazer por sua conta. (Ogden, 2016b, p. 439-440).

Ogden diz que utiliza ambos os conceitos (terceiro e campo analítico), a depender do que entende ocorrer em determinado momento ou sobre qual aspecto da experiência deseja falar. Mais ainda, percebe-se oscilando entre as duas noções de modo natural, sem estabelecer fronteiras rígidas, uma vez que ambos se sobrepõem. Acredita usar o conceito de campo analítico quando há uma situação que envolve o enquadre e as pressões inconscientemente exercidas sobre o analista nesse terreno. Já o conceito de terceiro, afirma usar quando algo diz respeito às *rêveries*¹⁹ e ao modo como elas se tornam expressão de pensamentos e sentimentos que não são exclusivos do analisando nem do analista.

Fiel às suas convicções de que ninguém detém uma autoria por completo, Ogden afirma que os autores que nos precedem operam “na condição de veículos” para o que precisamos “inventar novamente” (Brinholli & Coelho Jr., 2020, p. 3-4). Cada analista cria sua própria autoria ao construir e reconhecer sua linguagem particular e, desse modo, Ogden nos instiga a seguir pensando e construindo criativamente no solo das tradições:

(...) não gostaria que se vissem essas primeiras impressões como uma indicação do contexto *correto* no qual essas duas metáforas serão aplicadas. Cada pessoa usará as metáforas do terceiro analítico e do campo analítico da maneira que melhor funcionar para seus esforços de pensar sobre aquilo que está ocorrendo em um momento específico da experiência analítica. E, em breve, ambas as metáforas se tornarão obsoletas e outras deverão ser inventadas. (Ogden, 2016b, p. 440-441. Grifo do autor).

¹⁹ Mais precisamente no que concerne ao uso clínico das *rêveries*, Busch (2019) afirma que “não há tal coisa como uma visão pós-bioniana unificada, somente as visões de pós-bionianos.” (p. 29). Todas as citações desta obra de Busch são de nossa tradução.

Nas raízes do pensamento de Ogden, reconhecemos influências freudianas, pós-freudianas, kleinianas, norte-americanas e francesas, e de autores contemporâneos tais como Green, Bollas, Ferro e o casal Botella. No entanto, Ogden não se restringe às escolas que o formaram; diferentemente, estabelece diálogos inserindo suas próprias palavras. Seu pensamento mantém, desse modo, um caráter tanto híbrido quanto plural, “orientado pela liberdade saudável de alguém que se preocupa, na maior parte do tempo, em pensar o que está acontecendo numa sessão de análise.” (Brinholli & Coelho Jr., 2020, p. 4). Isso contribui para que, de seus esforços, desabroche um autor de pensamento original, como bem destacou Green (2002).

Em uma coletânea sobre psicanálise contemporânea na América (Cooper, 2006) – restrito à América do Norte! –, quando Ogden se apresenta, seguido do texto sobre o terceiro analítico, esclarece:

Para mim, o fio condutor de tudo o que falei é que minha posição no mundo analítico não tem sido a de um advogado de uma escola de psicanálise (ou como um adversário de escolas de psicanálise “opostas”). Tampouco me vejo como uma “voz solitária”, porque isso sugere que eu me pense como um renegado. Eu preferiria muito mais me descrever como um pensador independente. (Ogden, 2006, p. 421. Tradução nossa).

Tendo notícias vindas do próprio autor, não mais precisamos tentar incluí-lo (ou restringi-lo) a uma certa escola – seja uma escola de formação ou qualquer nova espécie de categorização –, a não ser considerá-lo um grande autor da psicanálise contemporânea, com o que esse termo melhor tem a dizer, conforme já exposto, o atravessamento de paradigmas. Ogden circula pelo conceito de campo analítico sem, no entanto, considerar-se um teórico e praticante do campo, exclusivamente. Tomamos, portanto, como sendo de enorme proveito reconhecer e desfrutar de um clínico, teórico, leitor e escritor livre e criativo, cujas elaborações atravessam até mesmo os contornos da própria psicanálise, adentrando outros campos, como os da poesia e da literatura²⁰.

Do escopo de suas “reinvenções”, seu conceito mais importante – o de terceiro analítico – pode ser considerado uma reinvenção uma vez que opera uma transformação no conceito de identificação projetiva. Segundo Ribeiro (2020a), Ogden elabora uma passagem, um deslizamento de sentido ao tratar o fenômeno da identificação projetiva. Se, na clínica, os efeitos dos pensamentos e sentimentos são, em grande parte, transmitidos pelo uso que é feito da linguagem, podemos também considerar que, no campo conceitual, as escolhas discursivas também comportam intenções distintas e uma dinâmica particular. Uma vez que Ogden entende um conceito como uma

²⁰ Além de compartilhar conosco suas leituras criativas sobre poemas e livros de literatura, Ogden publicou um romance intitulado *Meias Verdades* (no original, *The parts left out: a novel*, 2013).

metáfora, um conceito adquire novos traçados em razão dos diferentes circuitos de sentidos, das escolhas dos termos e das expressões, bem como das sutilezas presentes no discurso teórico-clínico.

Acerca do conceito de identificação projetiva, formulado por Klein em 1946, Ogden nos conta que vem evitando utilizar tal nomenclatura ao longo dos anos (Ogden, 2016b). Prefere, em vez de nomeá-lo como tal, descrever o fenômeno à sua maneira. Desconfia que kleinianos mais fiéis a Klein discordariam de sua abordagem, que se aproxima mais da leitura de Bion e de Rosenfeld, autores que incluem a dimensão intersubjetiva ao fenômeno originalmente considerado um evento intrapsíquico.

Nesse sentido, sua leitura autoral resulta na elaboração do conceito de terceiro analítico, que toma como base a identificação projetiva como um acontecimento em que a mãe pensa junto com o bebê. No entanto, desse encontro de mentes é gerado um novo elemento, uma nova mente a pensar o antes não pensado. O que a mãe devolve para o bebê não é da ordem de um espelhamento ou de um duplo, mas de uma criação inaugural que inclui os conteúdos originais do bebê e uma transformação por parte da mãe, resultando em um terceiro e novo produto desse encontro. Tanto na díade mãe-bebê quanto na díade analisando-analista, um terceiro é gerado nas esferas do pensar, sugerindo “uma forma transicional de relacionamento” (Ribeiro, 2020a, p. 61).

Winnicott, teórico *princeps* dos fenômenos transicionais (Winnicott, 2019 [1971a]), pouco se referiu à identificação projetiva, tendo ficado a cargo de Ogden – em uma interseção de suas heranças bionianas e winnicottianas – pensar sobre o caráter transicional ali presente. Embora Ogden prefira abordar o relacional e o transicional da clínica em termos de tensão dialética, e não de paradoxo – este último mais comum na tradição winnicottiana –, ao “transicionalizar” a identificação projetiva rumo ao terceiro analítico, imprime no conceito de identificação projetiva o colorido intersubjetivo em sua máxima potência. Ao estabelecer uma leitura própria do fenômeno em questão, abdica de um conceito e cria outro em seu lugar.

No item a seguir, apreciaremos em termos clínicos a elaboração do terceiro analítico de Ogden, de extrema valia para nossa pesquisa sobre o funcionamento mental do analista em sessão. Conforme mencionado anteriormente, ganharão destaque descrições que incluem *rêveries* acompanhadas por imagens. De antemão, lançamos algumas questões: as imagens que ocorrem na escuta do analista podem ser consideradas fruto das trocas intersubjetivas experimentadas no terceiro? Quais as implicações éticas e técnicas de se considerar tais fenômenos uma criação conjunta entre analista e analisando? Em que medida é possível discriminar o que porventura possa configurar uma atuação do analista (como um ponto cego) ou uma atuação em conjunto da dupla, levando a resistências compartilhadas como o *enactment* (Jacobs, 1986; Cassorla, 2016, 2017; Ribeiro, 2017) e a formação do baluarte (Baranger & Baranger, 1969 [1961-62])?

Não são questões simples, e talvez para elas não haja respostas conclusivas. São questões que, por isso mesmo, seguirão vivas ao longo de toda a tese, e nosso trabalho será o de buscar tentativas de resposta ou leituras possíveis junto a diferentes autores encontrados pelo caminho. Sigamos com Ogden, por ora, adiantando que, na visão deste autor, a contratransferência se torna parte do terceiro analítico, incluindo aí também os *enactments*, ou seja, fenômenos de defesas e resistências compartilhadas como fruto do terceiro analítico (Busch, 2019).

2.2.2 *Rêveries* no terceiro analítico

O texto de Ogden (2013a) *O terceiro analítico: trabalhando com fatos clínicos intersubjetivos* foi publicado originalmente em 1994, ano de celebração do 75º aniversário de fundação do *International Journal of Psychoanalysis*. Alinhado com as mudanças necessárias ao método analítico clássico, o autor enfatiza que o papel do analista como tela branca para as projeções do paciente configura uma ideia obsoleta do processo analítico. Assim como Green (2017 [1975]) já havia sugerido, Ogden considera o funcionamento mental do analista um elemento indispensável para a compreensão e o manejo clínicos. Mais do que concordar com a posição do psicanalista francês, Ogden nos apresenta seu modo de trabalhar ao relatar experiências clínicas de forma implicada e vivaz, levantando questões a partir do que foi experimentado por ele próprio em cada caso selecionado. Ao valorizar a participação do analista no desenrolar do processo, destaca a necessidade de considerarmos a experiência subjetiva do analisando, a experiência subjetiva do analista e a experiência intersubjetiva gerada no encontro do par, levando à experiência do terceiro analítico intersubjetivo (Ogden, 2013a).

Considerar uma nova subjetividade gerada no encontro analítico não quer dizer que analista e analisando estejam envolvidos em um processo horizontal de análise mútua; há uma assimetria mantida pelos contornos do *setting*, discriminando os papéis de cada um. A experiência do analisando é priorizada a partir dos temas inseridos por ele de forma consciente ou inconsciente, na sobreposição de sua história de vida com o que é vivido no aqui e agora da sessão. No que tange ao analista, sua experiência “no e do terceiro analítico é usada principalmente como veículo para compreender a experiência consciente e inconsciente do analisando.” (Ogden, 2013a, p. 165).

Nesse interjogo, a relação entre subjetividades e intersubjetividade é tomada por Ogden como um fato clínico central. As individualidades se mantêm ao mesmo tempo que uma intersubjetividade é criada, havendo um movimento dialético constante e, portanto, uma tensão

entre o que é cococriado e o que é experimentado individualmente: o individual e o intersubjetivo criam, negam e preservam um ao outro.

Nesse texto sobre o terceiro analítico, assim como em muitos artigos ao longo de sua obra, Ogden destaca a necessidade de explorar a interação entre subjetividades, perceber implicações para a técnica e construir desenvolvimentos conceituais a partir daí. Aponta que temas e construções que consideram as particularidades da escuta do analista seguem sendo escassas no arcabouço teórico psicanalítico. Sugere que não nos esquivemos de construir teoria a partir de achados clínicos que envolvem nossos afetos, incluindo demais elementos sentidos como incômodos ou que pareçam até mesmo esquisitos ou descabidos.

Acompanhando seus escritos, vemos que Ogden (2010; 2013a; 2013b; 2016a, entre outros) segue se dedicando a essa exploração clínica, sempre descrevendo com uma acuidade de detalhes o que apreende de cada sessão. Na maioria das vezes, isso inclui um relato minucioso de suas *rêveries*, que na visão do autor diz respeito a: um estado de mente disponível ao outro capaz de incluir sentimentos, fantasias, devaneios, pensamentos oníricos em vigília, vivências corporais e sensoriais muitas vezes sem contornos definidos, podendo incluir elementos como melodias, filmes e livros que atravessam a mente do analista, e assim por diante (Ogden, 2013a; 2013b).

Geralmente, uma *rêverie* é um acontecimento discreto e inarticulado, mas que o autor toma como uma importante “bússola emocional” (Ogden, 2013b, p. 149) para se orientar na situação analítica. No capítulo seguinte, veremos que a noção de *rêverie* para Antonino Ferro é mais restrita, não englobando, por exemplo, fenômenos somáticos. Para Ferro, tais fenômenos estariam mais próximos da evacuação de elementos beta em estado bruto, sem metabolização psíquica (Busch, 2019).

Na leitura de Busch (2019), Ogden toma o conceito de *rêverie* como um “conceito guarda-chuva” (p. 29) capaz de abarcar uma ampla variedade de estados mentais do analista, similar a um estado de sonho. Ogden (2013b), todavia, afirma que o uso clínico de uma *rêverie* é muito mais difícil do que o de um sonho, na medida em que o sonho é emoldurado pelo sono. A *rêverie*, por seu turno, pode se confundir com outros eventos psíquicos, uma vez que não tem um ponto de partida ou de término muito bem delimitados: “Seu uso pelo analista requer tolerância para a experiência de estar à deriva.” (Ogden, 2013b, p.148).

No conjunto do que Ogden entende por *rêveries*, inclusive, não é raro notar que ele revela ao leitor certas lembranças de infância ou fatos de sua vida pessoal que acredita terem tido alguma influência sobre sua escuta junto a um analisando específico. No entanto, revelar ao leitor é diferente de fazer uma revelação ao analisando – algo que nos remete à problemática

da autorevelação ou *self-disclosure*, muito bem abordada por Greenberg (1995; 2014). Nesse sentido, ao lermos atentamente os escritos de Ogden, lançamos a questão: que uso ele demonstra fazer de suas *rêveries* junto ao analisando enquanto o processo analítico está em curso? Como trabalha a partir das *rêveries*?

Uma vez que as experiências clínicas inspiram o desenvolvimento teórico/conceitual desse autor (em vez de servirem como meros exemplos ou ilustrações para uma teoria previamente construída ou emprestada), acreditamos ser de maior valia acompanharmos a elaboração do conceito de terceiro analítico e do uso das *rêveries* através dos seus relatos clínicos. No texto que escolhemos apreciar no momento, Ogden apresenta dois relatos de caso, a partir dos quais vai construindo o conceito de terceiro analítico. É importante frisar que, no âmbito do terceiro, as *rêveries* constituem uma via fundamental de acesso à experiência intersubjetiva.

As *rêveries* – que de início poderiam ser rotuladas como “formas de atividade mental que muitas vezes parecem ser nada mais do que autoabsorção narcisista, distração, ruminação compulsiva” (Ogden, 2013a, p. 145) – tornam-se, diferentemente, um modo de disponibilidade e receptividade ativa do analista ao analisando – como na visão original de Bion (1994 [1962a]; 2021 [1962b]) – e uma experiência gerada entre ambos capaz de trazer *insights* e efeitos inaugurais de transformação no processo analítico. Mas como contar com as *rêveries* para promover transformações? Elaborar um manejo clínico a partir das *rêveries* passa necessariamente pela perlaboração da contratransferência? Essa é uma outra questão que buscaremos abordar ao longo da tese e que nos acompanhará até o quarto e último capítulo. Por ora, observemos as *rêveries* no terceiro analítico de Ogden.

O primeiro caso clínico, talvez o mais conhecido de Ogden, refere-se ao encontro com o Sr. L. e tem como título “A carta roubada”. O analista descreve uma sessão em que passa a perceber de forma diferente um envelope que já estava em sua mesa há dias. Na sessão com o Sr. L., Ogden se atém a detalhes do objeto, que pela primeira vez lhe provocam um sentimento de decepção: contendo uma carta de um amigo da Itália com conteúdo delicado e sigiloso, o envelope passa de repente a lhe parecer um objeto impessoal, proveniente de uma mala direta qualquer. Percebe que os selos não estão carimbados. Nota que em um dos selos está escrito “Wolfgang Amadeus Mozart”, e tem a estranha ideia de que estas palavras são as mesmas em italiano e inglês. Desconfia da autenticidade aparentemente transmitida pela carta, sente que pode estar sendo enganado. Na sequência, tem uma série de associações fragmentadas, entre elas a lembrança de um livro de sua infância chamado *A teia de Charlotte* (*Charlotte’s Web*) e seus personagens, sobretudo o inocente porquinho Wilbur.

Nesse momento, Sr. L. está falando de um modo seu característico, demonstrando cansaço e desesperança. Ao longo dos três anos de análise, Sr. L. vinha trabalhando seu sentimento de estar sempre distante emocionalmente de si e das outras pessoas, sobre sentir-se desencaixado, apartado, como se figurasse nas fotos de família, mas não pertencesse ali, de fato. Ogden se lembra da vez que Sr. L. relatou ter chegado em sua casa como se ela fosse um lugar qualquer e ser saudado por sua família como sendo pessoas que simplesmente moravam lá. Os sonhos do Sr. L. são frequentemente preenchidos por imagens de pessoas paralisadas, prisioneiras e mudas, e quando um sonho parece vir acompanhado de intensidades e emoções, Sr. L. logo atenua os sentimentos ao acordar, destituindo seus afetos e transformando seus sonhos em relatos de memórias estéreis e sem vida.

Ogden se pergunta se o que experimentara em sua própria mente a respeito do envelope teria a ver com o Sr. L. Ihe inspirar o sentimento de ser enganado. Levanta a questão se sua experiência na sessão poderia ser considerada uma forma de identificação projetiva. Não obstante, ao tentar entender o que andou se passando entre ele e o analisando, tem a sensação de que as tentativas de compreender sua contratransferência soam forçadas, clichês, intelectualizadas, como se ele não conseguisse ultrapassar alguma barreira intransponível. Opta por não fazer intervenções por ora, uma vez que não se convence de nenhuma possibilidade profícua.

As reflexões sobre um manejo possível a partir da contratransferência são interrompidas pela lembrança de seu carro na oficina. A lembrança vem acompanhada de grande ansiedade ao pensar que tem de buscar o carro até às 18h. Deve, então, terminar a última sessão do dia até, no máximo, às 17:50 e correr para ter qualquer chance de encontrar a oficina aberta. Tal lembrança deslanha uma série de imagens, atravessamentos afetivos e sensoriais:

Em minha mente, eu tinha uma vívida imagem em que estava em frente às portas da oficina fechada, com o tráfego rugindo atrás de mim. Senti muito desamparo e raiva (além de um pouco de autopiedade) com relação à forma como o dono da oficina tinha fechado a porta precisamente às seis horas da tarde, mesmo eu tendo sido um cliente regular por anos e ele sabendo que eu preciso do meu carro. Nessa experiência fantasiada, havia um sentimento profundo e intenso de desolação e isolamento, bem como uma sensação física palpável da dureza do pavimento, do fedor da fumaça do escapamento e da textura rugosa do vidro sujo da porta da garagem.

Embora eu não estivesse plenamente consciente daquilo na época, olhando agora, consigo ver melhor que estava muito abalado por essa série de sentimentos e imagens, que tinha começado com minhas reflexões narcisistas/competitivas e terminado com as fantasias de encerrar impessoalmente a sessão do meu último paciente do dia e, em seguida, o proprietário da garagem me fechar a porta na cara. (Ogden, 2013a, p. 149-150).

Considerando esses novos devaneios, Ogden segue se perguntando se utilizará algumas dessas imagens para uma intervenção a partir do eixo transferência-contratransferência. Acredita que tais imagens constituem símbolos dos temas sobre os quais vinham falando, sobretudo o distanciamento e a solidão. Entretanto, mesmo compreendendo que suas *rêveries* comportam um alinhamento com a experiência afetiva do analisando, decide não intervir novamente. Desconfia que uma comunicação a partir da *rêverie* nesse momento não trará aprofundamentos – sente que tudo ainda permanece em um lugar superficial. Em tal contexto, acredita que esse tipo de intervenção serviria somente para confirmar o que ambos já sabiam ou, de modo similar, para o próprio analista garantir que tem algo a dizer.

Na sequência, Ogden lembra que alguém havia telefonado no início da sessão do Sr. L., e que há um recado gravado na secretária eletrônica. Ocorre-lhe um anseio para ouvir o recado, trazendo uma sensação de alívio e frescor: “Havia um componente sensorial na fantasia – eu podia sentir uma brisa fresca lavar meu rosto e entrar nos meus pulmões, aliviando o silêncio sufocante de uma sala superaquecida e mal ventilada (...)” (Ogden, 2013a, p. 150). Ele volta seu olhar novamente para o envelope e vive uma experiência diferente em relação à carta: nota que seu nome foi escrito com uma máquina de escrever. Repara na inexatidão da linha construída com as palavras. Imagina o som de cada letra sendo datilografada, acompanhada por uma voz humana que vai ditando o seu nome ao escrevê-lo – algo reconfortante porque enfim mais pessoal. As irregularidades das letras e o anseio pelo traço humano trazem a lembrança de uma vez que o Sr. L. falou que se sentia mais próximo de seu analista não quando este dizia algo que parecesse certo, mas quando se enganava ou cometia algum erro. Lembra também de o Sr. L. descrever sua mãe como uma pessoa embotada afetivamente, sem nunca demonstrar qualquer intensidade afetiva, que racionalizava tudo e lidava com as coisas de forma mecânica e burocrática, muito distante e indisponível para se dedicar às dificuldades emocionais do filho desde sua tenra infância.

Sr. L. segue suas próprias associações nessa sessão, falando coisas como a falência iminente do cunhado, o sentimento de se sentir esgotado e histórias de acidentes graves e fatais. Ogden vai costurando suas *rêveries* com momentos anteriores do processo, com lembranças da história de vida do paciente e com o momento atual da análise. Acredita que o paciente está fazendo uma tentativa inconsciente de lhe comunicar a sensação de que a análise está falida e moribunda. Ogden, por seu turno, percebe o vazio de suas tentativas de construir algo que soe real e verdadeiro; vem se sentindo confuso e frustrado em seu esforço de ser analista para o Sr. L. Nas palavras do autor:

Ele estava experimentando os rudimentos de uma sensação de que ele e eu não estávamos falando um com o outro de forma que parecesse viva; em vez disso, eu lhe parecia incapaz de ser algo além de mecânica com ele, assim como ele não conseguia ser humano comigo.

Eu disse ao paciente que achava que nosso tempo juntos deveria lhe parecer um exercício obrigatório triste, algo como um emprego em uma fábrica, onde ele bate o ponto para entrar e sair. Acrescentei que tinha a impressão de que, às vezes, ele se sentia tão desesperadamente reprimido nas horas que passava comigo que deveria parecer como se estivesse sufocando em algo que parece ar, mas é vácuo. (Ogden, 2013a, p. 151).

O analisando responde a essa comunicação com uma convicção²¹, dizendo que costuma dormir com as janelas abertas por medo de sufocar durante a noite, e com frequência acorda aterrorizado, acreditando que alguém possa colocar um saco plástico em sua cabeça, tirando-lhe o ar. Diz ainda que geralmente sente o ar quente e viciado quando entra na sala de análise e, ao perceber que nunca havia tido essa clareza nem falado sobre isso com o analista, sente-se triste e frustrado por nunca ter muita consciência sobre o que acontece dentro de si. O silêncio ao final da sessão é vivido de outro modo, que não o de costume. O que antes era vivido em forma de defesa maníaca (Ogden geralmente imaginava ele e o paciente em uma praia, mantendo freneticamente uma bola no ar), desta vez pôde ser experimentado como possibilidade de ambos ficarem em silêncio juntos, com mais tranquilidade e menos atividade mental ansiosa e desesperada por preencher espaços vazios e evitar que a análise caísse em uma falência total.

Podemos aqui notar uma sequência importante: 1) o analista tem diversas *rêveries* seguidas de recordações de outros momentos da análise e da história de vida do analisando (como sua relação com uma mãe mecânica e intelectualizante); 2) o analisando estabelece uma cadeia associativa com temas sobre esgotamento, falência, coisas graves e fatais; 3) esse percurso abre caminho para enfim uma intervenção possível, seguida da convicção do Sr. L. Neste momento, o esforço do analista foi o de construir uma comunicação viva, humana e não mecânica com o paciente. Que uso, afinal, Ogden pôde fazer de suas *rêveries*?

Notamos que velhos temas dessa análise assumiram uma coerência inaugural ao ressurgirem junto às *rêveries* do analista, tais como: o que é experimentado de forma burocrática e mecânica, o sentimento de solidão, o desespero pelo sufocamento, a desesperança e a ausência de um contato verdadeiramente humano. Ogden conta que acabou usando de algumas imagens para falar sobre esses sentimentos e sensações que lhe ocorreram, que

²¹ Como mencionado anteriormente, a construção do analista, quando elaborada de forma apropriada, é seguida da convicção do paciente (Freud, 2018 [1937]).

mantinham um paralelo com as vivências antigas e atuais do analisando. Revela, todavia, que não planejou conscientemente fazer uso dessas imagens.

Ao observarmos seu relato, notamos que as imagens escolhidas não são aquelas originalmente fantasiadas em suas *rêveries*, mas que partem daí e comportam um sentido semelhante. As imagens e sensações originais dizem respeito, sobretudo, ao envelope que inspira uma relação enganosa, mecânica e desumana, ao carro na oficina, ao horário e à porta fechando em sua cara, à sensação de sufocamento seguida de frescor. Em sua comunicação, diz que o Sr. L. tem experimentado a análise como se ele trabalhasse em uma fábrica (imagem semelhante à de uma oficina) onde somente se bate o ponto para entrar e sair (cumprir o horário de terminar a sessão e chegar a tempo na oficina), que Sr. L. sente que eles se falam de forma mecânica e desumana (como a carta impessoal que decepçiona), e o que poderia ser um ar vitalizante no encontro dos dois, é experimentado como vácuo sufocante (sufocamento desvitalizante *versus* frescor vitalizante).

Nesse ponto, levantamos algumas questões a título de discussão ou esclarecimentos: uma vez que Ogden demonstra cansaço e sente as sessões do Sr. L. de forma burocrática, desesperançosa e sufocante a ponto de querer sair correndo, será que sua intervenção poderia ser considerada uma projeção ou uma atuação a partir de sua contratransferência? Qual a posição de Ogden acerca do conceito de contratransferência? Em que medida suas *rêveries* não seriam uma defesa, um escape frente a uma análise um tanto quanto paralisada? Uma vez que Ogden relega ao Sr. L. sentimentos análogos aos seus, onde está a assimetria? Não estariam ambos mergulhados em uma resistência compartilhada?

Nesse mesmo texto, Ogden tece comentários sobre a contratransferência em uma nota de rodapé, quando falava sobre o que é vivido de forma idiossincrática no contexto da intersubjetividade analista-analisando:

O que eu disse aqui sobre os pensamentos e sentimentos do analista serem, em todos os casos, contextualizados e, portanto, alterados pela experiência com o paciente pode parecer levar à conclusão de que tudo o que o analista pensa e sente deve ser considerado contratransferência. No entanto, acredito que o uso do termo contratransferência, para se referir a tudo o que o analista pensa, sente e vivencia sensorialmente obscurece a simultaneidade da dialética de unidade e dualidade, da subjetividade individual e da intersubjetividade, que é a base da relação psicanalítica. Dizer que tudo o que o analista vivencia é contratransferência é apenas fazer a afirmação, evidente por si só, de que estamos presos cada um em sua própria subjetividade. Para que o conceito de contratransferência tenha mais sentido do que isso, devemos ressituar-lo continuamente na dialética do analista como entidade separada, e o analista como criação da intersubjetividade analítica. Nenhum desses “polos” da dialética existe na forma pura, e nossa tarefa é fazer declarações cada vez mais completas sobre a natureza específica da relação entre as experiências do sujeito e do objeto, entre contratransferência e transferência a qualquer momento. (Ogden, 2013a, p. 166).

Na visão de Ogden, entendemos que contratransferência não consiste em uma reação à transferência do analisando como causa e efeito entre polos opostos, tampouco engloba toda e qualquer coisa que o analista possa vir a experimentar. Prefere compreender o que é experimentado pelos integrantes do processo analítico em termos de *relação*, e nos convida a examinar as motivações inconscientes para algo ter sido vivido pelo analista em um momento específico. Compreende a experiência do analista como parte de um conjunto processual cujos disparadores são instalados pelo analisando, mas que seguem sendo fomentados por ambos, sempre em tensão dialética. Importa-se menos em responder à pergunta sobre quem é o autor de tal ideia/sentimento, preferindo reconhecer que *ocorre na cena analítica* tal ideia/sentimento.

Notamos que, mais uma vez, Ogden prioriza a descrição dos fenômenos e o valor da experiência. Demonstra fazer com o conceito de contratransferência o mesmo que faz com o conceito de identificação projetiva: evita tais nomenclaturas de modo a não cair em uma compreensão conceitual engessada dos fenômenos; busca encontrar um modo próprio de descrever a experiência da sessão. Talvez não seja mera casualidade que os dois conceitos abordem o que é da ordem da participação do analista, além de ambos comportarem fronteiras difusas e poderem se referir a fenômenos clínicos tão vastos quanto vagos. Evitar a nomenclatura estabelecida não configura, no entanto, uma atitude de abstenção por parte de Ogden, uma vez que ele é um dos analistas que, ao nosso ver, mais se empenham em descrever o que se passou em um encontro analítico, incluindo aí seus diversos atravessamentos afetivos. Precisamente, é em relação a esses conceitos que versam sobre a implicação do analista que Ogden demonstra se sentir ainda mais autorizado e livre para criar o seu próprio discurso teórico-clínico.

Tal liberdade ogdeniana, no entanto, parece comportar perdas e ganhos. Na esfera clínica, o autor não se abstém de nos presentear com descrições ricas e bem elaboradas, que nos ajudam a construir uma clínica reflexiva, implicada e criativa. Já no âmbito conceitual, certos fenômenos que frequentemente participam da clínica de Ogden são mantidos com fronteiras vagas na esfera teórico-conceitual (identificação projetiva e contratransferência, por exemplo, como mencionado acima).

Temos a impressão de que o autor não deseja se ater a delimitações obsessivas, preferindo incluir tais fenômenos em sua compreensão ampliada da *rêverie* e seu conceito do terceiro analítico. Como leitores interessados e entusiastas de uma clínica da intersubjetividade, mantemo-nos atentos, todavia, diante do que possa configurar certo imbróglio ou até mesmo uma armadilha de as *rêveries* e o terceiro analítico abrangerem uma ampla gama de fenômenos capazes de se tornar tão vastos quanto indiscriminados, logo irreconhecíveis em sua especificidade.

O conceito de terceiro analítico inclui, portanto, não somente uma leitura autoral da identificação projetiva, como também da contratransferência. Segundo Rocha Barros Neto & Rocha Barros (2013), as *rêveries* no terceiro englobam a noção de contratransferência, uma vez que, a partir delas, Ogden cria metáforas que dão forma à sua experiência na dimensão do encontro inconsciente com o analisando. Ogden conta que, ao falar com o analisando sobre sua experiência a partir do terceiro analítico, acaba por fazer uma “comunicação indireta da contratransferência” (Ogden, 2013a, p. 167). Por mais que uma *rêverie* possa incluir acontecimentos da vida do analista e até mesmo conflitos mal resolvidos, algo dessa *rêverie* também diz respeito a esse encontro específico – já que ocorre no contexto do encontro com determinado paciente –, vindo configurar um objeto analítico. Desse modo, elaborar uma *rêverie* e lhe conferir um uso clínico já abrange o que poderíamos chamar de perlaboração da contratransferência, tendo em mente que Ogden não estabelece limites entre uma coisa e outra.

Nesse ponto, retomamos o comentário crítico de Busch (2019) sobre o fato de Ogden se utilizar da *rêverie* como um “conceito guarda-chuva”. Enquanto certos fenômenos – angústias, sensações inomináveis, reações somáticas que atravancam o pensamento simbólico e analítico – são tomadas por Bion como elementos beta (aquém da simbolização ou representação psíquica), Ogden as toma como *rêveries*. Na formulação original de Bion (1994 [1962a]), as *rêveries* configuram uma expressão fenomênica da função alfa, de natureza simbólica e simbolizante, e desse modo não abrangem perturbações na esfera do pensamento. O mesmo ocorre com a contratransferência, já que Ogden a toma como um produto do terceiro, ao passo que Bion, de modo semelhante a Freud, considera a contratransferência uma produção exclusiva do inconsciente do analista.

No terceiro analítico de Ogden, portanto, a tarefa não é separar o que é de um ou de outro, mas compreender o que se passou na sessão em termos de uma experiência compartilhada. O analista, por seu turno, ocupa um território simultaneamente dentro e fora do terceiro analítico: experimenta o que é instalado pelo analisando – e que pode levá-lo a se encontrar, inclusive, com coisas altamente pessoais, parte de sua individualidade –, mas mantém uma capacidade analítica de observação dos fatos clínicos. É quem possui o compromisso e o instrumental para intervir de modo que a análise progrida, promovendo transformações.

Ocorre-nos agora uma imagem enquanto escrevemos sobre isso: como um mergulhador, o analista ocupa um lugar limiar. O mergulhador está dentro do mar e ainda assim se mantém respirando. Interage com o mar e seus habitantes de formas diversas – ora ágil, atento e perspicaz; ora flutuante, mais contemplativo –, sendo afetado e ao mesmo tempo afetando o seu

entorno. Não submerge a ponto de sucumbir. Na melhor das hipóteses, reencontra sempre o ar – está dentro do mar, mas conta com um *snorkel* ou cilindro para respirar.

Em uma análise, certo sentido de privacidade fica suspenso quando se está receptivo às *rêveries*, e o analista se aproxima e até mesmo mistura, em parte, sua mente com a mente do analisando. Em função disso, é de suma importância que o analista possa mergulhar na cena transferencial sem todavia submergir a ponto de não retornar; é indispensável que ele possa se diferenciar do analisando e recuperar sua capacidade de pensar (Caper, 2002 [1999]).

Outro caso utilizado por Ogden (2013a) que levou à conceituação do terceiro analítico é o da Sra. B. Desse encontro, o autor nos conta como o terceiro analítico foi experimentado, compreendido e interpretado a partir da conjunção entre ilusão somática vivida pelo analista e sensações corporais e fantasias sobre o corpo vividas pela analisanda. Ogden enfatiza que o prosseguimento dessa análise dependia de como o analista poderia reconhecer e se utilizar desse fato clínico intersubjetivo representado pelas sensações e fantasias corporais de ambos.

Sra. B. chega à análise sem uma demanda circunscrita, apontando para vagas insatisfações com sua vida, o que deixa o analista com um sentimento perturbador durante todo o primeiro ano e meio da análise, por não entender o que a paciente vem fazer em seu consultório. Ogden fica intrigado e um tanto surpreso a cada sessão que a paciente aparece, sendo que ela nunca se ausenta e raramente se atrasa.

Sra. B. tem uma fala organizada e até mesmo obsessiva, buscando sempre trazer temas “importantes”, o que, todavia, vai se esgotando com o passar do tempo, e ela tem de se esforçar cada vez mais para encontrar coisas relevantes para dizer. Começam a surgir silêncios prolongados que chegam a durar vinte minutos, causando frustração, uma vez que ela não encontra mais o que falar, gerando progressivamente uma sensação de cansaço e desespero. A paciente passa a pedir desculpas constantemente, declarando sua preocupação em estar falhando com o analista, algo que vai sendo demonstrado também por sua expressão corporal – a forma cabisbaixa de andar, ao entrar e sair das sessões, sua expressão facial, o tom de voz e o gesto de retorcer e apertar com força as mãos a ponto de elas ficarem muito vermelhas, sobretudo nos momentos de intenso silêncio ao final das sessões. No geral, uma vasta falta de vitalidade toma conta dessa análise.

Ogden se sente muito distante da Sra. B. e percebe que suas *rêveries* são extremamente esparsas durante esse período de trabalho com ela. Num dado momento, não consegue se lembrar o nome da paciente, somente seu sobrenome. Imagina-se como uma mãe que não consegue dar nome ao bebê que acaba de nascer, devido a uma grande ambivalência. Em um momento seguinte, após um episódio de gripe, Ogden percebe que é somente na presença de

Sra. B. que continua a ter sensações de mal-estar, náusea e vertigem. Começa a se achar um homem muito velho, porém este é um sentimento ambíguo que traz uma sensação ao mesmo tempo boa e ruim. Percebe também uma ansiedade pouco antes do início das sessões que o leva a fazer anotações, dar telefonemas, organizar livros, em suma, arranjar pequenas coisas para fazer a ponto de se atrasar alguns minutos para receber Sra. B.

Ao recebê-la, Ogden percebe que ela passa a olhar atentamente para ele a cada início e fim de sessão. Em um encontro específico, as associações da Sra. B. soam estéreis e altamente controladas. A paciente estava contando que levava seu filho ao médico, uma vez que vinha se preocupando com questões de concentração e problemas emocionais que o filho poderia estar vivendo. Enquanto escuta, Ogden se move como de costume para pegar o copo d'água que deixa no chão, ao seu lado. Seu movimento na poltrona desperta algo na paciente que faz com que ela se vire abruptamente no divã e olhe para ele com ansiedade, dizendo: “Eu sinto muito, eu não sabia o que estava acontecendo com você”. O virar-se repentino assusta o analista a ponto de ele viver segundos de terror, provocando a sensação de que algo catastrófico pudesse acontecer a qualquer momento.

A partir desse ocorrido um tanto quanto intenso, Ogden começa a nomear para si as sensações que vinha tendo, que nas últimas semanas tinham se desenrolado para fantasias de ter uma doença grave, ter um tumor, estar morrendo. Apesar do susto, é com alívio que o analista passa a entender que seus sintomas somáticos refletiam a dinâmica transferencial-contratransferencial em curso.

Antes, ele havia dito que a paciente se sentia preocupada e com dúvidas quanto a seu valor como mãe e como analisanda, interpretação que o analista acabou considerando equivocada ou insuficiente. Após o episódio do susto com o virar-se no divã e o olhar da paciente, Ogden se deu conta de que essa interpretação veiculava uma defesa inconsciente dele próprio, uma resistência a entrar em contato com a angústia central da análise naquele momento.

Formula então uma nova interpretação, considerando dessa vez o gesto desesperado da paciente de procurar por ele, aliado às fantasias que ele próprio andava tendo sobre desenvolver uma doença grave e estar morrendo, sobre sentir-se velho e isso ser ao mesmo tempo bom e ruim. Dessa vez, diz à paciente que ela teme que algo catastrófico esteja ocorrendo entre eles. Assim como a seu filho, ela deseja levar seu analista ao médico, não somente por temer que possa estar ocorrendo algo grave, capaz de levá-lo à morte, mas pelo pavor de que ela seja a causa direta disso tudo.

Essa intervenção abre margem para que a Sra. B. revele suas fantasias: ela conta que, ao ouvi-lo se mexendo, achou que ele pudesse estar tendo um ataque cardíaco, e que vinha achando-o pálido há algum tempo, evitando dizer-lhe qualquer coisa a respeito para não incomodar. Ogden percebe que uma importante mudança psicológica começa a ganhar lugar: é a primeira vez que Sra. B. lhe conta suas fantasias, seus sentimentos e percepções, aproximando-se do analista em seus pensamentos mais íntimos sobre o que ela vive na relação com ele – algo intocado até então.

A fantasia inconsciente compartilhada pelo par analítico refletia um conflito das relações objetais internas da paciente, que ambos reconheceram estar sendo recriada na análise. A paciente mantinha uma crença inconsciente de que deveria seguir sendo obediente, sem trazer transtornos ou “bagunçar a casa do analista”, o que implicava distanciar-se de seus desejos e temores infantis, impedindo o seu crescimento na análise e demais transformações. A catástrofe iminente teria o potencial de matar o analista ou ambos, sem uma terceira pessoa (um pai ausente) capaz de salvar a todos. A resposta de Ogden a isso (fantasias corporais, cansaço, sensação de estar distante, atraso da sessão da paciente) contribuiu para a construção de um conluio – ou formação do baluarte, retomando o casal Baranger (1969 [1961-62]) – que acabou por ofuscar sua capacidade de pensar:

Muitas vezes eu me movera na cadeira nas sessões da Sra.B., mas foi só no momento descrito acima que o barulho do meu movimento se tornou um “objeto analítico” (portador de sentido analítico gerado pela intersubjetividade) que não existia anteriormente. A capacidade da paciente e a minha própria de *pensar como indivíduos* separados havia sido *cooptada* pela intensidade do delírio fantasioso/somático inconsciente compartilhado *em que ambos fomos enredados*. (Ogden, 2013a, p. 162. Grifos nossos).

Vemos que a fantasia compartilhada é tamanha que Ogden submerge na formação de um baluarte, nisso que acaba se tornando uma resistência inconsciente compartilhada capaz de obstruir possibilidades de transformação e paralisar a análise. Não obstante, Ogden consegue sair do baluarte – desfazendo a aliança inconsciente das resistências compartilhadas – e auxiliar a paciente a construir elaborações. A saída do baluarte é impulsionada pelo susto do mover-se na cadeira, que opera um ponto de virada junto ao que poderia ter sido um simples acontecimento rotineiro – como o era, até então –, mas que ao ser escutado no encontro com essa paciente adquire o estatuto de objeto analítico ou ponto de urgência da interpretação (Baranger & Baranger, 1969 [1961-62]).

Busch (2019) observa que Ogden amplia o conceito de *rêverie* de forma um tanto indiscriminada, desconsiderando o que possa configurar, sob o extenso manto da *rêverie*,

uma resistência do analista e a necessidade de mais análise pessoal. Ao comentar um escrito posterior de Ogden (2013b) em que este parece se referir à mesma analisanda (Sra. B.), Busch nota que o autor demonstra otimismo em acreditar que quaisquer sentimentos, pensamentos e até mesmo respostas somáticas possuem qualidade de *rêveries*. Logo, são sempre transformadoras e nunca destrutivas – onde quer que haja uma resposta do analista, ela é sempre positivada. Além disso, Ogden parece crer que o simples fato de o analista ter *rêveries* já basta para promover mudanças no processo analítico e no paciente, independentemente de elas servirem a uma interpretação. A existência de *rêveries* enquanto capacidade de sonhar é vista como um indicador de saúde do processo analítico. Nas palavras do comentador:

Para Ogden, as *rêveries* do analista, *elas próprias, afetam a relação analítica e transformam o pensamento do paciente*. *Rêveries* simplesmente são. Às vezes, parece que para Ogden sua capacidade de ter *rêveries* se torna sinal de uma posição analítica saudável, enquanto o conteúdo é secundário. Além disso, o que ele chama de *rêveries* muitos chamariam de *associações*. Se alguém as considerasse *associações*, poderia pensar que elas seriam o início de um processo, e não um fim, como Ogden considera que as *rêveries* são. (Busch, 2019, p. 37. Grifos do autor. Tradução nossa).

Busch (2019) vê como um problema que Ogden sempre considere seus pensamentos e sentimentos como *rêveries*, e que estas sejam invariavelmente fruto de cocriações da dupla. Aponta para a necessidade de um trabalho constante de perlaboração da contratransferência e autoanálise a partir da *rêverie* antes que se promova uma construção de sentido.

Nota que são muito comuns, nas *rêveries* de Ogden, os conteúdos de vida e morte: com frequência, ocorrem-lhe pensamentos e sentimentos sobre situações de doença, morte e preocupações com amigos fragilizados. Para alguns analistas, isso poderia ser considerado uma contratransferência de sentimentos hostis. Busch, no entanto, repara que tais conteúdos acabam por aproximar Ogden de seus analisandos, não sem levantar a hipótese de que essa aproximação possa ser motivada por sentimentos inconscientes de culpa e movimentos reparatórios a partir de impulsos eróticos e destrutivos do analista – que Ogden pouco explora. Não sem cobrar tributo, as questões sobre vitalidade e desvitalização no processo analítico seguem sendo caras a Ogden.

Em todo caso, a *rêverie* associada a questões de vida e morte toma, com Ogden, outra direção que não somente a dos processos intrapsíquicos que a mãe/o analista devem metabolizar de modo a tornar apreensíveis simbolicamente pelo psiquismo do bebê/do analisando. É nesse ponto que a herança de Winnicott novamente se faz sentir. Na linhagem ferencziana de se considerar a possibilidade de uma morte dentro, junto à necessidade de escuta e manejo para

acolher e reavivar partes mortas do psiquismo, vemos Ogden se utilizar das *rêveries* com a função de vitalizar a análise e o analisando.

Nesse sentido, o autor promove outro deslocamento do conceito originalmente proposto por Bion (1994 [1962a]): em vez de tomar a *rêverie* em sua função de continência, processamento e transformação na esfera dos pensamentos, com Ogden a *rêverie* promove, grande parte do tempo, uma oferta de *holding*. Seu uso clínico, portanto, passa a incluir efeitos de sustentação somato-psíquica, reconhecimento, hospedagem e agasalhamento em um lastro de continuidade no tempo e no espaço.

Retomando o caso da Sra.B. (Ogden, 2013a), para além de termos encontrado um relato cujas *rêveries* incluíam imagens nítidas, a partir desta análise pudemos elaborar algumas questões acerca do estatuto e do uso que Ogden confere às *rêveries*, contando com o importante auxílio de Busch (2019). Com a Sra. B., no que diz respeito ao manejo da *rêverie* – talvez aqui possamos dizer que houve perlaboração da contratransferência²² –, Ogden compreende em retrospecto que o sentir-se velho dizia respeito a uma excessiva identificação com seu próprio analista.

Na análise da Sra. B., não era somente a paciente quem demonstrava obediência. A identificação com o analista (“o velho”) apontava para uma obediência atuada por Ogden nessa análise e que se expressava nas palavras escolhidas para usar com a paciente – palavras frequentemente utilizadas por seu próprio analista –, e até mesmo na entonação com que as frases eram comunicadas. Ogden encarnar “o velho” soava como algo ruim porque inautêntico, inorgânico, mimetizado. Por outro lado, soava como algo bom não só porque havia o conforto de se sentir acompanhado por um objeto interno bom e assegurador, mas sobretudo porque Ogden intuía, ainda sem saber, que a morte à espreita do homem velho possibilitaria, por fim, uma chance de crescimento, liberdade e transformação. Nas palavras do autor:

Minha experiência nessa fase do trabalho tinha “me obrigado” a experimentar a fantasia inconsciente de que a plena realização de mim mesmo como analista só poderia ocorrer à custa da morte de outra parte minha (a morte de um objeto interno analista/pai). Os sentimentos de conforto, ressentimento e ansiedade associados à minha fantasia de ser um velho refletiam tanto a segurança que eu sentia em ser como (estar com) meu analista/ pai quanto o desejo de estar livre dele (na fantasia, de matá-lo). O último desejo trazia consigo o medo de morrer no processo. A experiência com a Sra.B., incluindo o ato de colocar em palavras meus pensamentos, sentimentos e

²² Ao nosso ver, a perlaboração da contratransferência configura elemento indispensável não somente para a saída do baluarte, mas para a manutenção geral da assimetria do par até mesmo dentro da teoria do campo analítico, como abordaremos no Capítulo 4.

sensações, constituía uma forma especial de separação e luto da qual eu não tinha sido capaz até esse ponto. (Ogden, 2013a, p. 164-165).

Nesse ponto, Ogden nos fala sobre a possibilidade de morrer. Sobre a chance de morrer para recriar quando atravessamos lutos – esse imperativo humano delicado e ardiloso porque volta e meia esbarrando em fronteiras intransponíveis, porque sempre flertando com alguma melancolia. Imperativo penoso do qual tanto nos falam os poetas e... Os fotógrafos! Pois os fotógrafos, agentes desta arte elegíaca que é a fotografia, estão a todo tempo às voltas com objetos guardadores de instantes – as câmeras fotográficas –, que nos revelam a captura e o congelamento do instante em um objeto capaz de ser guardado. Ao mesmo tempo, tal objeto atesta a passagem inevitável do tempo, deflagrando nossa mortalidade. Pensando com Susan Sontag, grande estudiosa do assunto:

A maioria dos temas fotografados tem, justamente em virtude de serem fotografados, um toque de *páthos*. (...) Tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa (ou coisa). (...) Uma foto é tanto uma pseudopresença quanto uma prova de ausência.” (Sontag, 2004 [1977], p. 26).

Intrinsecamente filiadas às nossas (in)capacidades de morrer, as fotografias podem vir a se tornar objetos imaculados, imagens das quais não nos desvencilhamos, representação melancólica das separações impossíveis. A menos que façamos delas novos estímulos para o sonho.

Morrer, como nos conta Ogden no caso da Sra. B., é sonhar para si um novo lugar, transformando-se em um novo analista. É recriar o tornar-se analista, separado de seu próprio, separado de seu pai. No texto que acabamos de analisar (Ogden, 2013a), além de todo o aprendizado sobre as *rêveries* e seus usos clínicos dentro do terceiro analítico, somos presenteados com um belíssimo exemplo de luto em termos de transformações necessárias ao longo de nossa escuta. Mudanças essas que invariavelmente nos convocam a deixar algo para trás a fim de efetuarmos novas construções. Isso é algo que vem na esteira dos parricídios simbólicos de nossos pais e analistas, quando deles nos desidentificamos para criarmos algo subjetivamente genuíno, para nos tornarmos analistas atravessados em nossa própria carne, o que implica tanto efeitos de solidão quanto de implicação efetiva (desde Ferenczi, dizemos também *afetiva*). Como analistas em constante construção e expansão, liberamo-nos para uma escuta criativa, genuína, vívida e, sobretudo, humana.

2.3 Discussão do Caso Clara: reservas fotográficas compartilhadas em análise

Psicoterapia não é fazer interpretações perspicazes e apropriadas; em grande medida, é devolver constantemente ao paciente aquilo que ele mesmo traz. Trata-se de uma complexa derivação do rosto que reflete o que está lá para ser visto. Winnicott, 2019 [1971c]

Em meu encontro com Clara, estive às voltas com algumas questões primordiais, que não são exclusivas desse encontro analítico, mas que perpassam todo o escopo de nossa experiência clínica: como oferecer uma escuta que se proponha a acolher o sofrimento? Como reconhecer e trabalhar a partir das necessidades de cada analisando, estabelecendo uma sintonia com sua linguagem particular, podendo devolver uma comunicação assimilável e, na melhor das hipóteses, impulsionadora de transformações? E o que aprendemos com cada processo analítico e suas possíveis leituras?

Essas questões revelam, de antemão, uma compreensão do fazer clínico irrestrito a um procedimento único capaz de dar conta, indiscriminadamente, de quaisquer situações clínicas e apontar para objetivos previamente estipulados. Isso que aqui configura nosso ponto de partida já vem atravessado por discussões presentes na psicanálise contemporânea ou pós-escolas, mais precisamente em relação aos limites da analisabilidade e os necessários remanejamentos na escuta a fim de acolher e trabalhar junto a diversas e complexas formas de adoecimento psíquico (Green, 2017 [1975]; Figueiredo & Coelho Jr., 2018).

A psicanálise que atravessa paradigmas propõe, justamente, a elaboração de diálogos entre escolas e seus diferentes desenvolvimentos teórico-conceituais, a fim de incrementar a compreensão de diferentes quadros psicopatológicos, ampliando e ao mesmo tempo aprofundando nosso alcance e manejo. É importante observar que a psicanálise pós-escolas não pretende operar uma substituição no conjunto das técnicas, mas provocar um deslocamento das questões da técnica para uma compreensão fundamental acerca da ética do analista (Figueiredo, 2008, 2014b).

As técnicas em psicanálise são elaboradas para responder aos achados clínicos e manejar suas demandas (Figueiredo, 2008; Ogden, 2013b). Ao servirem a este único propósito, adquirem um “caráter elástico, criativo, singular e não plenamente codificável dos procedimentos terapêuticos da psicanálise” (Figueiredo, 2008, p. 14). As técnicas podem, portanto, ser moldadas a cada situação clínica, ao passo que o compromisso ético de base repousa sobre uma posição de receptividade, disponibilidade de escuta e confiabilidade, um estado de mente capaz de hospedar o que vem do analisando e os diversos atravessamentos que tal encontro é capaz de provocar. Nesse sentido, adotar um esquema fechado de condutas e metas a serem alcançadas insere o analista em uma postura tanto rígida quanto mecânica.

Já nos primórdios da psicanálise, Freud (2010 [1912a]) enlaça um procedimento técnico com uma postura ética quando da elaboração da escuta em atenção flutuante, fundamental à nossa prática até os dias atuais. Para além de um procedimento – o analista não se ater obsessivamente aos conteúdos da comunicação, mas esperar até que algo lhe salte aos ouvidos –, a atenção flutuante consiste, sobretudo, em uma posição ética, que diz respeito ao analista escutar prioritariamente com o seu inconsciente, favorecendo o diálogo analítico como uma comunicação *entre* inconscientes.

Com os novos aportes pós-freudianos para a psicopatologia e a metapsicologia, modalidades mais complexas de escuta foram sendo elaboradas, favorecendo uma escuta endereçada não somente ao conteúdo recalcado, mas às diversas dimensões inconscientes do sofrimento. Um dos caminhos que aventamos para a escuta dessas diferentes dimensões do inconsciente – como Green (2017 [1975]) havia sugerido, na tentativa de escutar o inaudível – alia-se à recomendação de Figueiredo (2014b) de o analista construir para si uma escuta polifônica. Isso é algo que vem na esteira de uma proposta anterior do autor brasileiro, acerca da postura ética em termos de modos de presença, a saber: o movimento dialético entre presença reservada e presença implicada (Figueiredo, 2008).

No que diz respeito à construção de uma escuta polifônica, para isso não há limites bem estabelecidos. Compreende, certamente, os três pilares indispensáveis à formação, em que o eixo do estudo da teoria deverá atravessar diferentes paradigmas a fim de favorecer, na clínica, a escuta de diferentes dimensões do inconsciente: a escuta do recalcado e seus conteúdos latentes; a escuta do cindido e seus retornos catastróficos, quase irreconhecíveis, como estrangeiros sem cidadania psíquica; a escuta dos efeitos das identificações projetivas; a escuta das falhas na constituição narcísica e seus aspectos retraídos, congelados, silenciosos; a escuta das dinâmicas inerentes às posições depressiva, esquizoparanoide, autista-contígua, e por aí vai (Figueiredo, 2014b).

Uma escuta polifônica constitui-se ainda de elementos da cultura e de experiências de vida, que incrementam o repertório do analista e podem se transformar em importantes ferramentas para o diálogo clínico. Por exemplo, o que aprendemos nos livros de ficção, na Fotografia, no Cinema, na Música e nas artes em geral, nas ruas, nos movimentos coletivos, no encontro com outras culturas, em diferentes enquadres psicanalíticos, tais como os trabalhos feitos em instituições e ONGs, em suma, uma infinidade de experiências vão fornecendo apoio e recursos para “uma escuta ampliada, diversificada, paradoxal – uma escuta verdadeiramente polifônica.” (Figueiredo, 2014b, p. 135). Esse repertório de experiências que não cessa de se expandir compõem o que Figueiredo (2008) entende como as reservas psíquicas do analista, que auxiliam a capacidade de sustentação clínica e os trânsitos necessários entre modos de presença ora reservada, ora implicada.

A presença reservada é uma espécie de presença côncava, ausência convidativa com uma “reserva de si para o outro” (Figueiredo, 2008, p. 25) que abre o campo para a emergência do vínculo transferencial, das associações, das lembranças e repetições do analisando. Opera como uma caixa de ressonância favorável às comunicações inconscientes da dupla, em que o analista também confia a si mesmo uma disponibilidade para a emergência de suas próprias “reservas anímicas e corporais” (p. 26), sem pretender controlá-las ou censurá-las. Escutar com o seu próprio inconsciente, no entanto, já supõe ao analista uma implicação pessoal – intelectual e afetiva – no processo analítico, abrindo margem para a dialética entre implicação e reserva:

(...) querendo ou não, a “pessoa real” do analista está comprometida com o processo e, em alguns casos, este comprometimento é decisivo e deve ser aceito sem disfarces. Contudo, manter-se na *reserva* não contraria, antes sustenta, a possibilidade de que, seja na oferta de holding, seja em todos os *manejos* (por exemplo, respondendo realisticamente algumas perguntas dos pacientes sem interpretá-las ou dando-lhes uma opinião honesta acerca de um assunto crítico), seja deixando-se levar pela dinâmica do campo transferencial-contratransferencial, *implicando-se*, partes mais ou menos importantes da “pessoa real” do analista sejam disponibilizadas para certos usos e invenções do paciente. (Figueiredo, 2008, p. 36-37. Grifos do autor).

Segundo Figueiredo (2008), na dinâmica de alternância entre implicação e reserva, os casos difíceis são aqueles que trazem uma demanda urgente de implicação que ameaça esgotar todas as reservas do analista, colocando em risco a função analítica de sua escuta. Exigem uma atenção constante, uma prontidão de resposta, convocando o analista para a urgência de um aqui-e-agora que ameaça subtrair do campo analítico todo o seu caráter de *ambiguidade essencial* (Baranger & Baranger, 1969 [1961-62]). Nesses momentos, sustentar a reserva na implicação faz-se mais do que necessário, o que nos traz à lembrança a figura do boneco João-bobo, já tomado como exemplo algumas vezes na psicanálise para representar o imperativo de uma flexibilidade do analista sem que, todavia, sua base firme se perca do solo (Ferenczi, 2011 [1928]; Figueiredo, 2003). Nas palavras de Figueiredo:

Creio ser possível sustentar esta posição sem ter de recorrer às regras disciplinares de um superego formalista. A posição é a da reserva: manter-se em *reserva*, manter sua atenção *reservada* (desatenta) para o irrelevante, manter seu ouvido *reservado* (o terceiro ouvido) para o inaudível, seu olhar reservado (o *segundo olhar*) para as variáveis de *background*, manter sua mente *reservada* para o devaneio (*rêverie*), manter sua fala *reservada* para interpretações surpreendentes (uma *fala acontecimento*). Tudo isso é muito difícil diante de certas demandas urgentes às quais é rigorosamente imperioso responder. Mas é só assim, sustentando a *reserva* na *implicação*, e não pela obediência a um conjunto de regras, ou ao contrário, pela entrega completa das reservas às demandas do paciente, que o processo analítico pode enfrentar os “casos difíceis”. (Figueiredo, 2008, p. 37-38. Grifos do autor).

Independentemente do quadro psicopatológico ou da situação clínica em questão, a posição ética do analista sustenta uma relação dialética entre implicação e reserva, comportando movimentos entre esses dois modos de presença, sem priorizar um polo em detrimento do outro. Esses movimentos podem compor variados desenhos e estratégias clínicas, desde que as reservas psíquicas do analista sejam preservadas ou, pelo menos, não cheguem a se esgotar. Nesse sentido, as escutas se ampliam de modo a ressoar diferentes dimensões do inconsciente. As técnicas para o manejo clínico podem e devem variar, enquanto uma base ética de função analítica é mantida.

Em nosso trabalho, a escolha do Caso Clara para dar início ao pensamento clínico se relaciona diretamente com as questões de escuta que tal caso suscitou²³. Como veremos detalhadamente a partir de então, neste processo analítico precisei buscar formas de sintonizar com Clara, modificando as captações de frequência em minha escuta. Isso me traz à lembrança aqueles antigos rádios analógicos, em que íamos girando o botãozinho entre as estações a fim de escutarmos melhor e com menos ruído a música e os enunciados. Digamos que, com Clara, precisei começar a ouvir melhor a música que acompanhava seu discurso e até mesmo os ruídos pelo caminho, esquecendo-me um pouco dos enunciados que ocupavam muito espaço porque sempre cheios de pedidos urgentes por respostas instantâneas.

Foi por esse caminho que passei a criar junto com ela não exatamente música, mas imagens que puderam oferecer alguma figurabilidade e tecer diálogos com suas vivências, que demandavam elaboração psíquica mas ainda contavam com poucas palavras para dizer. A partir desses fenômenos visuais, que de início ocorreram em minha mente, creio que pudemos associar imagens com palavras de modo a estabelecer ligações internas e começar a narrar sua experiência emocional. Sigamos, portanto, fio a fio a tessitura dessa trama complexa que é a construção de um pensamento clínico.

Clara, uma jovem que sempre se reconheceu como uma pessoa alegre e cheia de vida, chega na análise assustada, preocupada com a incidência de afetos que denomina “negativos”. Mostra-se muito assombrada por uma tristeza e pela reatividade provocada por sentimentos de frustração e de abandono, que a princípio ganham expressão quando seus amigos se encontram sem que ela esteja presente. Sua tão estimada capacidade de se virar sozinha começa a ser posta

²³ Nesse momento, peço licença ao leitor para retomar uma escrita em grande parte em primeira pessoa, em busca de fazer melhor proveito de minha experiência de escuta e minhas impressões sobre o que se passou nessa análise. Apesar desse esforço e dessa implicação junto ao texto, com Bion (2005 [1967]) lembramos que nossos resgates de memória para a escrita de um caso clínico nunca poderão ser fieis ao momento passado da sessão, sobretudo em razão do caráter inefável da experiência vivida.

à prova, e o que até então era motivo de orgulho passa a apresentar uma outra face, revelando um fundo de melancolia e ressentimento. O que Clara tanto perdia? O que ela re-sentia?

Os eventos nos finais de semana ditam seu ritmo emocional, a depender dos compassos e descompassos junto a amigos e paqueras. Demonstra ser muito difícil suportar a dinâmica e os trânsitos entre presença e ausência, e os acontecimentos parecem apontar ora para a experiência voraz de um todo gratificante, ora para um nada de caráter irremediável – duas dimensões da experiência que se opõem, não comportando nuances ou tonalidades afetivas entre si.

Os sentimentos de fracasso e desesperança se mostram em íntima relação com questões de continuidade. Por exemplo, em relação às suas amigadas, Clara está a todo tempo se perguntando se elas se mantêm firmes ou não; os ficantes e paqueras são sempre sentidos como hostis e abandonadores; a irmã não mais a acompanha nos passos de dança; as desmotivações quanto ao seu curso de graduação ganham o teor de desistência, ainda que encontre ali muitas coisas boas. Quanto aos seus pais, leva um tempo até que eles sejam incluídos nessa série das descontinuidades. A impressão que tenho é a de que os pais foram mantidos em um lugar idealizado, o de serem muito “tranquilos” e por isso terem lhe possibilitado liberdade e autonomia, algo entendido por Clara como sem prejuízos até então.

A busca por roteiros pré-estabelecidos e as queixas e demandas sobre o que fazer para menos sofrer vêm com uma urgência que declara que os dias lhe são insustentáveis, que as frustrações se sobrepõem, comportando um peso denso. Com frequência, sinto-me em uma espécie de teia, enredada em suas queixas que jamais desabrocham para uma compreensão maior acerca de sua experiência emocional. Sua urgência contamina o campo analítico, e em muitos momentos me angustio também. Torna-se difícil, para mim, sustentar nosso encontro como um lugar que convida à pensabilidade em uma temporalidade outra. Em uma tentativa de colocar essa angústia a trabalho e transcender minimamente a barreira hiperatual que nos mantém girando em círculos, lanço a súbita pergunta sobre como era em sua infância. Ao que ela responde: “Ah, eu ficava muito sozinha...”. A partir daí, todo um campo se abre para memórias pouco disponíveis até então.

Clara começa a ressignificar momentos da infância em que ficava muitas horas sozinha em casa, e tamanha autonomia vai aos poucos revelando o seu avesso. Fica cada vez mais evidente que o sentimento de orgulho por sua independência precoce possui raízes aquém do que o discurso manifesto é capaz de sustentar. Defensivamente, tal orgulho disfarça as bases dolorosas do que podemos entender como um abandono afetivo na infância, do mesmo modo que fazer mil coisas e estar sempre cercada de amigos a previne de se reencontrar com o terror de um deserto objetal onde ela se vê à mercê de si própria.

A cena da pequena menina embaixo da mesa clamando pela mágica chegada da mãe traz, na sequência, um eixo de compreensão clínica importante. Clara vai desistindo de esperar pelos pais, retirando-se para o seu quarto, em um progressivo desinvestimento da espera por um encontro que pudesse acolhê-la com amor e aplacar sua angústia – desiste que seus pais possam chegar e encontrá-la a tempo.

Como Winnicott (1983 [1963a]) enuncia a partir de sua experiência clínica, há um jogo de esconde-esconde que perpassa as relações e as comunicações humanas, em que é uma alegria estar escondido, mas um desastre não ser encontrado. A partir dessa máxima winnicottiana, utilizaremos mais longamente de contribuições desse autor para alicerçar as bases do nosso pensamento clínico.

Em sua teoria do desenvolvimento emocional primitivo, Winnicott (2000 [1945]) formula que, de início, o lactente se encontra em dependência absoluta junto ao ambiente primordial, em um estado de fusão e indiscriminação com a mãe ou o cuidador. Na melhor das hipóteses, a mãe desenvolve um estado temporário de extrema devoção e sintonia para com o bebê, conhecido como a *preocupação materna primária*, que consiste em uma adaptação ativa e quase completa às necessidades do *infans*. Tal adaptação impulsiona o gesto espontâneo e as tendências inatas ao desenvolvimento, facilitando os processos de *integração*, *personalização* e *realização*. Esses processos vão instalando o senso de *self* no bebê, delimitando pouco a pouco as fronteiras entre o dentro e o fora, objeto subjetivamente concebido e objetivamente percebido, fantasia e realidade compartilhada, sonho e vigília.

A preocupação materna primária é composta por um conjunto de cuidados que incluem o *holding*, o *handling* e a apresentação de objetos (Winnicott, 1983 [1960a], 1983 [1962a]). Tais cuidados reúnem aspectos como: o envolvimento total em um ambiente vital; a sustentação no tempo e no espaço, conferindo um senso de continuidade; o afeto, a sensibilidade e a empatia maternas; o toque, o manuseio e os cuidados corporais; a apresentação progressiva de uma realidade compartilhada.

No período inicial de fusão com o ambiente, os cuidados primordiais consistem em uma adaptação viva, ativa e quase completa às necessidades do lactente. Quando o bebê sente fome e alucina o seio, este lhe é ofertado, e nesse momento o bebê vive a ilusão de que é ele quem cria o seio ou, em outras palavras, que o seio é parte dele próprio, uma vez que a dimensão da alteridade não está instalada e reconhecida como tal. A *criatividade primária* repousa sobre esta ilusão de onipotência, que deve ser experimentada livremente pelo bebê até que ele possa ir vivendo a desadaptação gradual do seu objeto cuidador, passando pelo estado de dependência relativa, rumo à independência (Winnicott, 1983 [1960a]).

Desse modo, o bebê se relaciona, inicialmente, com um objeto subjetivamente concebido, que gradualmente poderá ser reconhecido em sua externalidade, a menos que o ambiente apresente condições adversas que interrompam o gesto espontâneo e a continuidade do ser do bebê, levando a pequena criança a ter de reagir diante do que ela experimenta como intrusões por parte do ambiente. Nesse sentido, se o padrão ambiental for o de falhas²⁴ reiteradas e significativas, ameaças de aniquilamento vividas pelo bebê irão acarretar distúrbios na relação com sua própria realidade interna e também com a realidade externa. Segundo Winnicott (1983 [1960b]), as intensas e frequentes reações à intrusão levam à instalação de um falso *self* extremado, que oculta o *self* verdadeiro e traz prejuízos ao sentir-se vivo e criativo, ofuscando o sentimento de genuinidade das experiências, de que a vida faz sentido e vale a pena ser vivida.

Quando tudo vai bem na transição do princípio do prazer para o princípio da realidade, os fenômenos transicionais auxiliam o processo de desadaptação gradual do objeto primário, favorecendo outras possibilidades de relação junto ao que era vivido, até então, como parte do escopo da ilusão de onipotência. Winnicott observa que, nesse momento de desadaptação, quando a mãe já pode se ausentar um pouco mais, o bebê cria vínculos significativos com objetos que adquirem para ele uma importância vital. Tais objetos e fenômenos são experimentados como uma primeira posse não eu, podendo ser, por exemplo, um ursinho, uma mantinha ou travesseirinho, e até mesmo coisas mais abstratas como sons e melodias que o bebê entoa na hora de dormir.

Na visão do autor, embora estejamos sempre às voltas com a questão sobre o que é pessoal ou o que é externo a nós, a vida humana não se restringe à dualidade entre o dentro e o fora, entre realidade interna e externa. Em sua acepção, devemos considerar um terceiro território, uma “área intermediária de experimentação” (Winnicott, 2019 [1971a], p. 15) que paradoxalmente reúne e separa as realidades interna e externa em uma sobreposição de ambas, configurando um território indispensável de fantasia, sonho e brincadeira que nunca deve ser posto à prova.

Os fenômenos transicionais participam dessa terceira área da experiência, entre a criatividade primária e a percepção baseada no teste de realidade. Entre a incapacidade e a capacidade progressiva de o bebê reconhecer e assimilar as dimensões da alteridade/realidade externa, os objetos transicionais vêm oferecer contorno e continuidade a uma ilusão que se

²⁴ Importante dizer que falhas são inevitáveis e, em certa medida, colaborativas para o desenvolvimento do bebê em termos de separação do objeto primário, consciência de si e reconhecimento da externalidade. Aqui nos referimos às situações em que falhas repetidas se tornam o padrão na ordem dos cuidados, trazendo prejuízos à constituição do *self*, à delimitação eu-outro e ao uso do objeto.

manterá por toda a vida, na medida em que sempre conferimos à realidade externa algum sentido pessoal. Os fenômenos transicionais permitem, portanto, um *uso* da ilusão que, a princípio, perpassa o território do brincar e que irá se dissolver por todo o campo da experiência cultural na vida adulta, contemplando a apreciação e a criação artísticas, a ciência, a religião, o humor, o sonho, o devaneio e as expressões diversas do brincar.

Considerando que essa terceira área da experiência é fundamental ao desenvolvimento humano, podemos reconhecer a existência de determinados reveses ou psicopatologias da transicionalidade (Winnicott, 2019 [1971a]). Para além de ilustrações clínicas mais evidentes, tais como os fetichismos e as toxicomanias, os prejuízos podem se mostrar de forma sutil e muitas vezes passarem despercebidos. Podem, por exemplo, incidir de forma mais ou menos intensa sobre o modo com que uma criança lida com questões de separação e perda. Isso nos remete ao caso clínico aqui esmiuçado, apontando para as seguintes questões: que uso Clara pôde fazer dos fenômenos transicionais? Será que pôde contar com tais fenômenos enquanto território de brincadeira e sonho? Para seguir com esse desenvolvimento, retomemos, antes, as condições necessárias para que a transicionalidade seja instalada e usufruída:

A complexa afirmação a seguir se faz necessária. O bebê pode utilizar um objeto transicional enquanto o objeto interno está vivo, é real e suficientemente bom (não muito persecutório). Porém, no que tange a suas qualidades, esse objeto interno depende da existência, da vivacidade e do comportamento do objeto externo. O fracasso do objeto interno em alguma função leva indiretamente à apatia ou à característica persecutória do objeto interno. Após a persistência da inadequação do objeto externo, o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê e somente então o objeto transicional também perde o sentido. (Winnicott, 2019 [1971a], p. 27).

Desse modo, quando a mãe ou o cuidador se ausentam por um período de tempo no percurso da desadaptação gradual, o bebê é capaz de contar com uma imagem interna do objeto capaz de assegurar a existência do mesmo. A mãe não morreu ou desapareceu; na melhor das hipóteses, ela irá retornar enquanto sua imagem seguir viva na mente do bebê. É nesse momento que os fenômenos transicionais são criados/encontrados, como uma espécie de primeira posse não eu que opera na interface das representações do objeto interno e do objeto externo.

Nessa interseção, o objeto ou fenômeno transicional opera como um símbolo de união entre o bebê e a mãe para fins de separação, auxiliando a pequena criança a sustentar a ausência sem que isso seja vivido como uma descontinuidade traumática, uma ruptura ou um vazio completo, em suma, sem ameaçar o próprio ser do bebê. Em outro cenário, caso a mãe se ausente por um período superior ao que se é capaz de sustentar, a memória da imagem interna se desvanece. Com Winnicott:

Vale a pena tentar formular isso em termos que deem o devido valor ao fator temporal. A sensação da existência materna dura x minutos. Se a mãe está longe há mais de x minutos, então a *imago* se desvanece e, com ela, cessa a capacidade do bebê de usar o símbolo da união. O bebê fica angustiado, mas essa angústia logo é *reparada*, já que a mãe retorna em $x + y$ minutos. Em $x + y$ minutos, o bebê não sofreu alteração. Mas em $x + y + z$ minutos ele fica *traumatizado*. Em $x + y + z$ minutos, o retorno da mãe não repara o estado alterado do bebê. O trauma implica que ele sofreu uma interrupção na continuidade da vida, de maneira que as defesas primárias se organizam agora para defendê-lo contra a repetição de uma “ansiedade impensável” ou do retorno de um estado agudo de confusão pertencente à desintegração da estrutura nascente do ego. (Winnicott, 2019 [1971b], p. 157. Grifos do autor).

Em $x + y + z$, é deflagrada uma situação não mais de angústia, mas de agonia (Figueiredo & Coelho Jr, 2018), que tem por efeito uma vivência de colapso e de aniquilamento do *self*. Nesse cenário, os fenômenos transicionais perdem o sentido, passam a ser desinvestidos, e o bebê não pode mais contar com o fenômeno transicional capaz de apaziguar ao promover ligações – perde-se a própria capacidade de brincar e sonhar. O bebê, frente ao seu desamparo e à mercê de seus próprios recursos e defesas, poderá vir a se ocupar do objeto transicional de forma ansiogênica e maníaca para fins de negação da ausência, em um tipo de ligação compulsiva e uma comunicação desesperada com o objeto. Em outra via, o bebê poderá desinvestir de qualquer possibilidade de ligação e recair em um estado de apatia e depressão infantil, a contar com escassas e restritas possibilidades de investimento em si próprio.

Winnicott (2019 [1971b]) identifica, no entanto, que a grande maioria dos bebês não chega a experimentar uma privação em termos de $x + y + z$. Se isso acontece, geralmente a mãe ou até mesmo um cuidador secundário busca construir meios para reparar tal ruptura. Para esta recuperação, é preciso um recomeço²⁵, apesar do rasgo provocado na esfera da continuidade, sendo necessário contar com “a existência de um sistema de memória e de uma organização das memórias.” (Winnicott, 2019 [1971b], p. 158). Mas de que tipo de memória Winnicott está falando?

Inferimos que o autor se refere não somente à esfera cognitiva, mas sobretudo às dimensões de memória que envolvem o campo afetivo, corporal, sensório-motor, cenestésico e rítmico, e que demandam um cuidado afetuoso, empático e perseverante no tempo-espaco para com essas diversas camadas da experiência. Nesse ponto, perguntamo-nos: no Caso Clara, o que se repetia em suas relações junto às questões de dependência/independência, separação e abandono podem ser entendidas como atualizações de uma ruptura que deixou marcas inconscientes? Podemos dizer que seu sofrimento e seus dilemas eram parte de uma memória

²⁵ Ao leitor interessado, sobre esse aspecto recomendamos a leitura de Michael Balint acerca do *new beginning*, presente no livro *A falha básica* (1968).

inconsciente e operavam uma tentativa de reparação e recuperação? A doença autoimune também poderia ser incluída nessa forma de se lembrar?

É nesse sentido que entendo a chegada de Clara na análise como um pedido de que alguém sonhasse com ela os seus sonhos não sonhados ou interrompidos (Ogden, 2010). A angústia que se mantinha atual e que pouco fomentava trabalho psíquico sugeria a dificuldade de a analisanda contar com uma interioridade cujos recursos serviriam à elaboração de sua experiência emocional. Era como se sua criatividade estivesse oculta, como se Clara não entrasse em contato com sua dimensão de sonho (Winnicott, 2019 [1971d]). Chegara a um ponto em que não conseguia pensar sozinha – ou, em termos bionianos, mal podia processar sua experiência emocional pensando os pensamentos. A criatividade oculta parecia incidir sobre as formas mais basais de trabalho psíquico, obstruindo a capacidade de pensar e sonhar. No entanto, Clara reclamava!

Se entendemos que o corpo pode encarnar uma importante via de expressão para o material inconsciente – desde o conteúdo recalcado na histeria conversiva até as saídas extra representacionais como efeito dos mecanismos de cisão e as psicossomatoses –, talvez o aparecimento da doença autoimune de Clara configurasse outro modo de reclamação – reclamação ao ambiente, comunicação e ao mesmo tempo uma tentativa incipiente de pensar e sonhar. Nesse ponto, adentrarmos especificamente o campo dos adoecimentos psicossomáticos e seu manejo clínico não constitui nosso objetivo, mas é válido ter em mente o importante trabalho feito no Instituto de Psicossomática de Paris (IPSO)²⁶.

Segundo Pierre Marty (1984), um dos fundadores do IPSO, as somatizações estão intimamente relacionadas a prejuízos no funcionamento do aparelho psíquico, em que pese sobretudo a capacidade de sonhar. O autor refere-se ao sonhar como função e não exatamente ao sonho em si, sugerindo haver uma falha na função onírica junto aos adoecimentos psicossomáticos. Diz haver pacientes somáticos que não sonham ou, se sonham, parecem não se dar conta de que possuem uma vida onírica – inclusive, na visão do autor, pacientes somáticos não se caracterizam por diagnósticos médicos específicos, mas, em uma visão psicodinâmica, possuem uma problemática intrínseca ao funcionamento mental/onírico.

Segundo Marty, as falhas na função onírica incidem sobre a atividade pré-consciente, que, em sua plena função, opera como mediador entre o inconsciente e o consciente, oferecendo uma

²⁶ O tema dos adoecimentos psicossomáticos poderá ser melhor abordado em oportunidade ulterior, inclusive considerando o Caso Clara. A tentação de observar uma experiência clínica por diversos vieses expande nosso leque de possibilidades, mas não torna possível, todavia, um aprofundamento simultâneo em todas as questões surgidas. Por ora, mantemos a prioridade no tema das imagens na escuta analítica.

espessura de representações, uma possibilidade de ligação representacional e elaboração onírica frente à exigência de trabalho psíquico colocada pela pulsão. O que frequentemente se observa junto a pacientes psicossomáticos é o pensamento de tipo operatório, que não promove ligações simbólicas, mas opera com uma aridez representacional que pouco favorece a expansão dos trabalhos psíquicos. Nesse sentido, a tarefa terapêutica consiste em promover uma reanimação do psiquismo, uma busca pela colocação em movimento das esferas do sonhar, favorecendo o espessamento do pré-consciente como um caldeirão de representações a se tornarem cada vez mais acessíveis – tarefa árdua e tantas vezes pouco gratificante diante do pensamento operatório.

Com a difícil notícia do diagnóstico médico, Clara experimenta o acompanhamento atento de seus pais, ainda que isso dure pouco tempo. Sente-se frustrada com tudo o que envolve a doença. Os períodos de solidão são muito difíceis de sustentar, surgem mágoa e ressentimento perante a ausência de seus pais. Quanto à análise, uma ideia que já vinha me ocorrendo ganha lugar: convido Clara a vir mais uma vez por semana, e ela aceita de pronto. Penso que assim poderemos melhor acolher a busca por elaboração de sua dor psíquica.

Nesse período, fomos adentrando lugares delicados com os quais se encontrar. De minha parte, se eu já não estava inclinada a fazer interpretações e confrontar suas defesas, com esse convite fomos criando um lugar de *mais conversar*. Frente a tanta dureza que ela relatava, eu precisava adquirir mais maleabilidade, me soltar um pouco mais, me enlaçar aos pontos que para ela favoreciam o vínculo, a saber: um modo de conversa mais espontâneo, o prazer do riso, um corpo presente, vívido e atento. Acabei encontrando uma disposição de mente mais aberta às dimensões do sonhar/brincar. Com cuidado para não me adiantar ao discurso de Clara, fui construindo metáforas em forma de imagens a partir do que eu escutava, como que seguindo a conversa, fazendo associações de modo a ajudar a nomear sua experiência emocional. Como Winnicott (2000 [1955-56], 1983 [1962b]) sugere, diferentemente de uma análise clássica com base na interpretação, nesse momento fui levada a fazer *uma outra coisa*.

Essa *outra coisa* a que Winnicott (2000 [1955-56], 1983 [1962b]) se refere diz respeito a uma escuta que passa a considerar o papel indispensável do analista para as funções de um *holding* clínico, sobretudo quando a experiência transferencial-contratransferencial aponta para falhas significativas nos primórdios da vida psíquica. Trata-se de uma adaptação do analista às necessidades egoicas do analisando, compreendendo necessidade egoica em termos de testemunho, reconhecimento, senso de continuidade e sobrevivência do analista, com a oferta de uma escuta acolhedora e intervenções não intrusivas. Tudo isso a fim de auxiliar a apropriação daquilo que foi vivido, mas não pôde adquirir contornos de uma historicidade

subjetiva, uma vez que, na experiência original, o eu imaturo não podia contar com meios para assimilar e inscrever tal experiência simbolicamente.

Um exemplo de experiência vivida porém não inscrita simbolicamente é o medo do colapso (Winnicott, 2005 [1963b]), que não aponta exatamente para uma ameaça do que está por vir, mas para uma vivência de colapso psíquico que já se deu e que se atualiza via compulsão à repetição, uma vez que não se pode contar com registros mnêmicos para circunscrever tal experiência, abrindo margem para possibilidades de simbolização e narratividade.

Winnicott (1983 [1962b]) nos conta que, nessas situações, mais do que sair em busca de boas interpretações, ele está preocupado em manter-se vivo e comportar-se bem. Portanto, uma “adaptação suficientemente boa do analista” (Winnicott, 2000 [1955-56], p. 396) não significa satisfazer todas as demandas que vêm do analisando. Consiste em uma disponibilidade interna para uma escuta e um manejo de forma desperta, viva e criativa, sintonizada de forma empática às necessidades que se colocam, sem abrir mão do trabalho de elaboração psíquica e análise da transferência assim que possível. Trata-se, inicialmente, de oferecer um suporte em termos de testemunho e espelhamento, ajudando a integrar subjetivamente as experiências vividas na relação transferencial em um tempo-espço possível e assimilável pelo analisando. Estima-se, com isso, a abertura de um campo propício às simbolizações subsequentes no terreno da transicionalidade, do brincar e do sonhar.

Uma vez que já podemos contar com os aportes winnicottianos, analisemos as imagens ocorridas no processo analítico de Clara. A primeira delas é a de um mar revolto. No contexto de frustrações e do surgimento da doença, a analisanda me diz que “veio tudo de uma vez só: as tristezas, a doença... Veio tudo muito rápido.” No mar revolto que imagino, Clara nada com muito esforço, sendo impossível relaxar. Digo a ela que seria muito bom poder nadar tranquilamente, descansar um pouco e até mesmo boiar, “mas não é um corpo morto, é um corpo vivo que repousa”. Clara responde dizendo que não sabe como sair desse mar, não tem como *controlar* o mar. A analisanda embarca na imagem que ofereço e o que ecoa de volta é o desejo (ou seria a necessidade?) de exercer um controle sobre o mar. Algo importante em sua fala se endereça à relação com o ambiente – se ela somente pudesse torná-lo mais adequado e satisfatório às suas necessidades e seus anseios...

Winnicott (2000 [1945]), quando fala sobre a ilusão de onipotência no contexto da dependência absoluta, enfatiza o valor inestimável de o bebê ter a ilusão de que é ele quem controla o objeto/ambiente primordial. Na experiência de Clara, inferimos que o temor manifesto e constante de se sentir dependente de alguém (dos pais e depois dos amigos) aponta para a necessidade inescapável de experimentar a plena dependência em seu valor primordial, para somente a partir

daí desfrutar da capacidade para estar só²⁷. Desse modo, seu pavor da dependência sugere um enorme desejo de poder, efetivamente, depender de alguém, revelando o avesso de uma experiência não plenamente vivida e com a qual ela passou a se relacionar de forma defensiva.

Retomando o legado que Winnicott deixou, como teria sido importante, um dia, Clara ter vivido a ilusão de *controlar* o mar e só depois se dar conta de que ele vai por si só... E tão importante quanto o ambiente oferecer a experiência da ilusão, é promover gradativamente a desilusão. A mãe de Clara, dentro de seus limites e possibilidades, sugeriu que a filha lhe chamasse em pensamento quando ela não estivesse, assim ela escutaria e voltaria para casa. Teria tal gesto mantido um fio de ilusão um tanto quanto necrosado, inviável porque tardio, já nas beiras de um pensamento mágico delirante? Quais os efeitos dessa conjuntura para a instalação e o uso da experiência transicional para Clara?

Na segunda parte de minha fala, curiosamente digo que o corpo que deseja boiar não é um corpo *morto*, mas um corpo *vivo* que repousa. Por que seria necessário frisar a existência de um corpo vivo? Pensando junto com Ogden (2013a), a formação do terceiro analítico intersubjetivo condensa elementos que atravessam a experiência transferencial-contratransferencial em diversos níveis de comunicação inconsciente. Poucas semanas após esse diálogo, Clara chega arrasada na sessão, pois ouviu de sua mãe que esta pensou em abortá-la. Será que a analisanda trazia consigo alguma marca desse segredo, e isso de algum modo se anunciou em sua análise?

Gurfinkel (2008), no início do livro *Sonhar, dormir e psicanalisar: viagens ao informe*, nos conta:

O analista é um pescador de sonhos. Ele se mantém atento e estático, ao mesmo tempo relaxado e alerta, em um delicado jogo de espera. Ele supõe e acredita que “ali tem truta”, mas não pode sabê-lo com certeza. [...]. O sonhar, como a pescaria, não está sob o controle do analista e nem mesmo do sonhador. Quando virá o sonho? Qual será sua forma, seu feitio? Em que direção ele conduzirá os processos de pensamento, e em quais aspectos contribuirá ou não com o processo analítico? Por baixo d’água, há um mundo desconhecido. Que estranhos ali se movem? O que dali irá emergir, saltando para o mundo da vigília? (Gurfinkel, 2008, p. 9).

Com Clara, será que a ambiguidade entre corpo vivo/corpo morto compunha certo cenário em seu mundo interno? Em todo caso, questões de vida e morte já se colocavam entre

²⁷ Winnicott (1983 [1958]) abordou o tema da capacidade para estar só como algo que difere dos estados de reclusão e comporta o paradoxo de estar só na presença de alguém, como a presença de um ego auxiliar materno capaz de apoiar a imaturidade egoica do bebê. Desse modo, o bebê pode começar a experimentar o estar sozinho quando ainda se tem alguém por perto. A capacidade para estar só implica a internalização do ego auxiliar como um objeto interno bom, e consiste em um fenômeno altamente sofisticado que permite ao indivíduo relaxar, devanear e transitar por estados integrados e não integrados da experiência.

nós – vínhamos nos aproximando de suas vivências de abandono, os desinvestimentos, a indiferença, os limites do corpo, bem como suas potencialidades e formas de expressão.

Na visão de Gurfinkel (2008), para além de um analista como sujeito suposto saber, a transferência se sustenta sob a égide de um *suposto sonhar*. A escuta assim ocorre através de uma abertura receptiva do analista, que envolve sua própria capacidade criativa de sonhar, contando com elementos que “recheiam” sua função onírica ou “o acervo de objetos significativos da vida subjetiva daquele que sonha.” (p. 215). A partir do que configura uma “espécie de estética da recepção no espaço de ressonância contratransferencial” (p. 322), o sonhar do analista tem por efeito a reinstauração da presença do objeto com sua capacidade de reanimar um psiquismo obstruído e paralisado em sua capacidade de sonhar. Com o autor:

Supõe-se, no próprio analista, uma capacidade de sonhar, e uma disposição para colocar este sonhar a serviço de um outro. Winnicott (1996a), ao perguntar-se: “o que vê o bebê ao olhar para o rosto de sua mãe?”, respondeu: “em geral, ele vê a si mesmo” (p.112). Podemos recolocar a pergunta nos seguintes termos: “o que vê o analisando no olhar de seu analista?”, e responder: “na melhor das hipóteses, ele vê os seus próprios sonhos.” Como uma mãe que oferece o seu rosto como espelho para um *self* emergente, o analista oferece seu olhar como um espelho, disposto a refletir o sonho do outro; e, se preciso for, refleti-lo em seu próprio olhar sonhador. (Gurfinkel, 2008, p. 323).

Uma segunda imagem me ocorre quando Clara diz não querer mais ficar com ninguém e fala sobre a necessidade de se proteger de qualquer um que pudesse chegar e em seguida abandoná-la. Durante a sessão, com engano achei que eu havia imaginado uma *malabarista*, quando na verdade imaginei uma *trapezista* – hoje dou-me conta dessa diferença. Relembrando o que ela dizia:

Clara: Será que é demais pedir um companheiro? Está muito difícil ficar com alguém, as pessoas não querem nada com nada! Eles mais cedo ou mais tarde vão embora mesmo. Eu deveria criar um escudo contra qualquer um que pudesse chegar.

Nesta sessão, imagino uma malabarista incapaz de brincar. Ela fica tão fascinada com a rede de proteção que não pode mais fazer suas acrobacias. Alertada por colegas, vejo que na realidade eu havia imaginado uma trapezista e, tanto em minha comunicação na sessão com Clara quanto no relato do caso, me utilizei da imagem chamando a protagonista de malabarista. Será que eu pretendia inconscientemente atenuar o peso da imagem? Pois uma malabarista pode deixar cair seus instrumentos de malabares, mas com uma trapezista o que está em jogo é o seu próprio corpo, e uma queda pode ser fatal.

Uma das críticas de Busch (2019) a Ogden consiste em afirmar que este analista parece entender suas *rêveries* e delas fazer uso sempre de forma otimista, como se as *rêveries* comportassem possibilidades de transformação, mas nunca fomentassem resistências do analista. Em que ponto eu não podia chegar com Clara? Do que eu me abstinha? Por mais que eu tivesse falado da rede de proteção, em algum lugar eu atenuei a ameaça à vida ao escolher inconscientemente outro significante para comunicar. Talvez essa fosse uma forma de melhor temperar a voltagem das trocas no campo (como melhor veremos com Antonino Ferro no próximo capítulo). Pois, nas sutilezas de cada encontro, o que um analisando é capaz de ouvir de seu analista? Talvez algum senso de medida se fizesse presente e não desse para expor, mais ainda, Clara com seu corpo na linha equilibrada – e ao mesmo tempo cortante – entre vida e morte.

Percebo que agi de forma parecida quando a analisanda sentiu raiva de sua mãe, quando da revelação fatídica na noite de festa. Novamente me vi atenuando voltagens. Por um lado, precisávamos considerar o desamparo de seus próprios pais, na época muito jovens quando pensaram sobre o aborto (e, ao final, como sua mãe se orgulha da escolha de ter mantido a gestação), mas, por outro lado, era indispensável reconhecer e dar lugar à raiva sentida por Clara. Apesar de minha ponderação inicial (que tendia a atenuar outros abandonos potenciais), acredito que a experiência da raiva favoreceu reposicionamentos subjetivos, pois parece que Clara pôde, em algum grau, desidealizar seus pais e começar a estabelecer com eles uma relação mais complexa, sustentando ambivalências. Através do sentimento de raiva e seu reconhecimento como tal, creio que foi possível transcender um pouco os “meninos que desaparecem” para buscar em sua trama afetiva a gênese da dor e da repetição.

Diferentemente da imagem do mar, a imagem da trapezista em minha *rêverie* incidia mais diretamente sobre suas defesas, e agora é um alívio perceber que Clara pôde suportar o confronto que tal imagem veiculava. Mas falar sobre alívio nesse momento da escrita me lança a uma nova pergunta: por onde passavam os aspectos de sua transferência negativa? Nenhuma raiva para com esta que lhe convidava a adentrar terrenos subjetivos sinuosos?

A cooperação inconsciente, segundo Winnicott (1983 [1962b]), vem necessariamente acompanhada de resistências, em função de mecanismos de defesa mais primitivos e sempre presentes nas relações humanas. A transferência possui um caráter inevitavelmente ambivalente, sendo necessário analisar as resistências a fim de favorecer a cooperação inconsciente. Muito antes, Freud (2010 [1912b]) já nos alertara para as resistências que acompanham a transferência, faces de uma mesma moeda entre motor e empecilho de uma análise.

Klein (1997 [1952]), por seu turno, enfatizara que as relações objetais estão no centro da vida emocional, e que amor, ódio, culpa, conflitos e ansiedades compõem todo o conjunto afetivo que perpassa as relações e as transferências na clínica. Nesse sentido, uma análise somente se aprofunda conforme analisamos também as transferências negativas, o ódio, a agressividade. Para Klein (1997 [1952]), não somente os conflitos intersubjetivos e intrapsíquicos comportam material inconsciente digno de consideração analítica, como também o que o analisando comunica através de suas atividades, seus comportamentos, seu estado de espírito e os relatos da vida cotidiana, constituindo o que ela chamou de transferência como situação total.

Lembro-me de alguns momentos de ambivalência mais marcada. Por volta de seis meses após o diagnóstico da doença, Clara quis recombinao nosso contrato, sugerindo voltar para uma sessão semanal. Tal pedido ocorreu durante um período em que andei tendo a fantasia de que Clara pudesse achar que eu, como tantos outros, podia abandoná-la.

Acontecia o seguinte: toda quinta-feira eu saía do consultório logo após a sessão de Clara, seguindo para minha análise pessoal. Passou a acontecer de nos encontrarmos na escada do prédio. Até que eu saísse da sala, já havia se passado alguns minutos, de modo que eu não encontraria a analisanda no prédio caso ela o deixasse assim que saísse de sua sessão. No entanto, após as sessões, Clara se sentava nas escadas do edifício e ali ficava mexendo no celular, outras vezes descia muito lentamente, desenrolando pouco a pouco o fio do fone de ouvido, ou ficava um tempo na portaria antes de deixar o estabelecimento. Algumas vezes levei essa situação para minha análise pessoal, dado o incômodo e as fantasias de que eu pudesse estar abandonando a analisanda ao sair do prédio, deixando-a sozinha, deixando-a para trás.

No momento em que Clara diz que seus pais estão com problemas financeiros e ela está pensando em deixar de vir na quinta-feira, opto por colocar a questão. Considerando certos elementos de sua história e o nosso percurso até então, ousei apostar que tal experiência poderia se tratar de uma fantasia – ou resistência – compartilhada, encenada entre nós. Não foi sem a desconfiança de que eu poderia estar, com isso, projetando uma fantasia minha, em um excesso de implicação (Figueiredo, 2008), como se relegasse à analisanda um conflito contratransferencial meu.

Lembrando Winnicott (1983 [1962b]), certamente ali eu estava bastante viva. Mas estaria me comportando bem?! Creio que, neste ponto, coloca-se todo um campo de estudo sobre as implicações clínicas da *self-disclosure*/autorevelação do analista (Greenberg, 1995). Mesmo que os efeitos de uma exposição não tragam graves prejuízos, como novamente se ocultar para bem acompanhar os processos subjetivos do analisando após uma autorevelação

do analista? Como acompanhar as expressões do objeto interno via transferência, uma vez que o objeto externo implicou-se e explicitou-se demais? Respondo a Clara:

Analista: Clara, eu posso estar equivocada, mas achei curioso. Quinta-feira é um dia que a gente tem se encontrado nas escadas do prédio. Quando você diz não querer vir justamente nesse dia, será que em algum lugar você acha que posso te abandonar também?

Clara: Não sei, nunca tinha pensado nisso... Acho que não... E meus pais estão mesmo com dificuldades financeiras... Mas não sei, talvez eu ainda possa conversar com eles e ver isso do dinheiro melhor... [Passa um tempo em silêncio]. Acho que, na verdade, eu é que estou me abandonando. Não estou me cuidando como deveria. Estou cansada dos medicamentos e não tenho tomado direito, tenho saído e bebido demais, não tenho ido na academia cuidar do meu corpo...

Analista: Que importante isso que você está dizendo. Pois agora surge um abandono de uma forma que não tinha surgido antes. É difícil e cansativo se sentir cuidando de tudo sozinha... Eu acho que mantermos nossa frequência é seguir cuidando juntas disso que te dá vontade de largar, vontade de se largar quando se sente muito sozinha.

Em outro período, uma nova expressão de ambivalência na transferência se deu quando me mudei de consultório. Na primeira sessão no novo espaço, o longo atraso de Clara foi seguido por uma narrativa sobre o desejo e o medo de encontrar com um menino com quem vinha saindo. Clara relata sua vivência com o auxílio de uma imagem, desta vez trazida por ela própria. Diz que ir ao encontro do menino é como querer mergulhar em um lindo mar, mas ao mesmo tempo temer encontrar dentro desse mar um tubarão. Nesse momento, creio que sua fantasia refletia também o que se passava entre nós: seu desejo de seguir a análise, mas ao mesmo tempo o medo de eu me mudar e não seguir sendo confiável e capaz de acolhê-la, e ela não ter certeza se sustentaríamos as mudanças.

Foi possível manter as duas sessões semanais e atravessarmos juntas as mudanças pelo caminho. Pensando com Bleger (1977 [1967]), parece-me que, em certa medida, pudemos incluir no processo analítico algumas fantasias de cunho primitivo e simbiótico que se mantêm silenciosamente depositadas nos aspectos contratuais, e que vêm à tona quando ocorre uma quebra no enquadre, sobretudo quando essa quebra é feita por parte do analista. Por exemplo, Bleger diz que no início do tratamento o analisando pode compreender muito bem e se mostrar

de acordo com os combinados sobre o horário, o valor das sessões, as férias de ambos, etc., mas reagir de forma totalmente diferente – diríamos, guiado pelo que é da ordem do infantil – quando o analista informa que irá sair de férias. Isso que configura uma quebra (e geralmente provoca turbulências) traz, no entanto, a chance de as fantasias primitivas e silenciosas adentrarem o processo de forma manifesta, tornando-se, assim, passíveis de análise.

Abordar elementos da transferência de Clara foi algo que pôde se dar quando a analisanda já contava com mais recursos de simbolização e maior apropriação subjetiva de sua experiência emocional. Quando ela disse que gostou de um menino e foi como comer uma comida boa que ela gostaria de repetir, indagando-se sobre isso configurar uma carência, ela começou a buscar suas próprias respostas para o vazio tão presente. Passou a dividir comigo as imagens que começavam a surgir também em sua mente, dizendo: “Hoje eu penso. Antes, eu não pensava, não sabia pensar sobre as coisas da minha vida. Sinto que já criei um edifício meu. Ainda faltam tijolos, mas antes não tinha quase nenhum, e corria o risco de desabar a cada chuva que aparecia. Hoje, quando a chuva vem, por mais que seja difícil, eu sei que ela vai passar (...). É como aquele exame do coração, os meus sentimentos ficam indo para cima e para baixo, mas já entendo que eles têm seu ritmo. Não tem como estar só em cima, e também o que está embaixo acaba voltando para cima, ainda bem, mais cedo ou mais tarde.”

Durante esse período da análise de Clara, creio que fomos criando um lugar de pensar e sonhar sua vivência subjetiva, inicialmente a partir do que eu espelhava através das imagens-metáforas que criávamos em conjunto através de comunicações tanto conscientes quanto inconscientes. Como “pescadora de sonhos” ou, por que não, como “analista fotógrafa”, percebo que minha reorganização em termos de um *mais conversar* através de imagens favoreceu aquela *outra coisa* descrita por Winnicott (1983 [1962a]), a saber, a oferta de *holding* pela analista.

Com Clara, o recurso às minhas reservas fotográficas foi fundamental para que eu pudesse estar com ela de forma presente, viva e não intrusiva, talvez até mais analítica do que em qualquer outro tempo. Paradoxalmente, ofereci-lhe maior hospedagem e me tornei mais analista de Clara quando pareci não estar sendo. Neste período, o percurso pela Fotografia que carrego comigo certamente foi fundamental como recurso e utilização clínica de minhas reservas psíquicas (Figueiredo, 2008). Pensar fotograficamente e revelar narrativas junto a tais imagens favoreceram a construção de um sonhar entre nós, reanimando um lugar de experiência para Clara como a que se dá entre o sono e a vigília, a arte e o brincar. Retomando Ogden:

À medida que é incapaz de sonhar sua experiência emocional, o indivíduo é incapaz de mudar, ou de crescer, ou de tornar-se diferente de quem ele tem sido. Paciente e analista engajam-se em uma experiência nos termos da situação psicanalítica desenhada com o objetivo de gerar condições para que o analisando (com a participação do analista) possa se tornar mais capaz de sonhar seus sonhos não sonhados e sonhos interrompidos [...]. Ao participar do sonhar os sonhos não sonhados e interrompidos do paciente, o analista não está simplesmente vindo a conhecer o paciente; ele e o paciente estão juntos vivendo a experiência emocional até então insonhável ou ainda-a-ser-sonhada na transferência-contratransferência. Nesta experiência, o paciente está no processo de vir a ser mais plenamente e o analista está conhecendo a pessoa que o paciente está se tornando [...]. A experiência de o analista vir a conhecer o paciente é única a cada encontro analítico, e contudo é inevitavelmente moldada pelos modos particulares que o analista tem de perceber e organizar sua experiência do que está acontecendo, isto é, é a experiência vista por meio de uma lente multifacetada e sempre em transformação instruída pelas ideias e experiência psicanalíticas do analista. (Ogden, 2010, p. 18, 25).

Ao que tudo indica, o *crescimento* e a *mudança psicológica* de Clara foram favorecidos por nosso diálogo com base nas imagens que demonstram ter operado uma função de *holding* e vitalização. Por mais que a *rêverie* remeta, originalmente com Bion (1994 [1962a], 2021 [1962b]), a uma expressão da função alfa para efeitos de continência e processamento dos pensamentos selvagens, as imagens surgidas na análise de Clara promoveram, primordialmente, efeitos de *holding* e vitalização, atravessando, desse modo, uma cartografia winnicottiana em termos clínicos e conceituais.

Como escreve Ogden (2010), considerando uma *lente multifacetada* que em minha experiência como analista também passa a incluir meu percurso pela Fotografia, busquei explorar as imagens surgidas em minha escuta a fim de transformá-las em um possível instrumental clínico. Nesse interjogo, as reservas da analista (Figueiredo, 2008) puderam adquirir um desdobramento rumo às *reservas compartilhadas em análise*.

Neste caso, as reservas fotográficas funcionaram como uma espécie de *rêverie rumo a uma terceira margem da rêverie*, uma vez que este fenômeno clínico adquiriu outra função que não sua função original. As *rêveries* com Clara operaram um entrecruzamento de paradigmas, cujos efeitos clínicos extrapolam a formulação bioniana, abraçando uma concepção clínica na esteira de Ferenczi e Winnicott. As imagens veicularam, sobremaneira, uma oferta de acolhimento, agasalhamento psíquico, continuidade no tempo-espço, em que o convite para conversar e imaginar se apresentou como uma forma de investimento libidinal e presença objetual não intrusiva. A partir daí, por entre imagens e palavras, pudemos contar com uma espécie de sustentação para que Clara pudesse, de algum modo, boiar apesar do mar revolto, contar com certa segurança quanto à queda livre, constatar a sobrevivência do objeto (e dela própria) frente às ameaças de ruptura e abandono.

Tal como a fotografia transversa de Adolfo Navas (2017) – que contamina os meios ao implodir suportes e categorias tradicionais –, com Clara as imagens que emergiram no funcionamento mental da analista se deslocaram para uma função transversalizante da *rêverie*, sobretudo ao serem compartilhadas e narradas no encontro analítico. Puderam, assim, oferecer à analisanda um suporte-tela para ser e sonhar, percorrendo margens de presença e continuidade e reanimando os trabalhos psíquicos da dupla para além do que cada imagem em si pudesse sugerir. No entanto, isso só foi possível porque a (co)construção de imagens esteve em estreita conexão com o solo sempre presente e constante das trocas transferenciais-contratransferenciais, instalando novidades a partir daí.

No que concerne à vitalização, também sobre minha contratransferência incidiram seus efeitos. Quando Ogden (2013b) nos fala sobre vitalidade e desvitalização no terceiro analítico, ele considera que sua escuta também pode estar mais ou menos vitalizada, a depender do que se passa em uma análise. Creio que minhas *rêveries* auxiliaram a arejar meu espaço psíquico, uma vez que assim pude voltar a pensar na presença de Clara sem ser invadida por sua angústia a todo tempo, como ocorrera no início do tratamento. As *rêveries* com Clara tiveram, portanto, efeitos de vitalização não somente sobre a analisanda, mas sobre minha escuta (que pôde assim se expandir em disponibilidade e qualidade) e sobre o próprio campo analítico, reinvestido em seus contornos, a despeito dos momentos de trocas mais difíceis e áridas.

Além das funções de *holding* e vitalização, as imagens criaram um território de transicionalidade onde pudemos, ao mesmo tempo, sonhar-brincar um pouco mais com os fatos tantas vezes implacáveis da realidade e com o mar de afetos e representações mais ou menos acessíveis de seu mundo interno, sem ter de necessariamente responder: quem foi que criou? Quem foi que sonhou ou devaneou esse ou aquele sonho?

Quando Gurfinkel (2008) diz que o analista enquanto “pescador de sonhos” está, ele próprio, envolvido na pescaria, acredito que criei-encontrei uma via para estar mais viva e criativa com Clara através de um recurso que, tantas vezes, favoreceu-me o sonhar. Isso que, há muito, opera dentro de uma esfera transicional em meu repertório de vida acabou por se tornar um recurso clínico que favoreceu transformações em minha escuta e na análise de Clara. Pensando com Figueiredo (2008), a construção das “fotografias” salientou um modo de presença implicado, não sem o esforço de manter medidas de presença em reserva, atentando para o limite de espelhar via imagens e narrativas os conteúdos que a própria analisanda trazia.

A partir das reservas fotográficas compartilhadas em análise, passei a refletir sobre as funções e os efeitos de uma escuta que se propõe a escutar as imagens, assimilando ainda tanto quanto pude aprender no encontro com Clara. Entre outras coisas, certamente me encontrei com

questões técnicas, mas sobretudo com o imperativo de manter o posicionamento ético para além dos meios lançados para mantermos a comunicação e o contato. Creio, no entanto, que essa análise só seguiu sendo possível porque encontramos uma maneira de pensar-sonhar-brincar, e isso me remete às elaborações tanto de Winnicott quanto de Flusser, que sugerem, respectivamente, que o analista e o fotógrafo devem exercer seu ofício no terreno do brincar.

Winnicott (2019 [1971e]) afirma que uma análise ocorre na sobreposição do brincar do analisando com o brincar do analista: “tem a ver com duas pessoas brincando juntas” (p. 69). Quando o analisando não é capaz de brincar, antes de mais nada a tarefa analítica consiste em convidá-lo a brincar, permitindo que modos de brincadeira se instalem, rumo a um brincar compartilhado.

Flusser (2009 [1983]), em *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*, conta-nos que o aparelho fotográfico é como um aparelho digestivo capaz de transformar processos em cenas, porém bastante complicado para que seja penetrado. Sua crítica para uma futura filosofia da fotografia recomenda que o fotógrafo seja experimental no uso da câmera, devendo ultrapassar o que já vem pré-programado pelos aparelhos cada vez mais avançados. É preciso, sobretudo, promover um “clareamento” da caixa preta, uma expansão de seus recursos a fim de que o fotógrafo não se torne um mero funcionário do aparelho – dominado pelo conjunto das técnicas operativas –, mas que possa, diferentemente, estabelecer com ele uma relação lúdica.

O fotógrafo brinca, então, à medida que experimenta a potencialidade da câmera para além das regras, inserindo intenções humanas no jogo, desvencilhando-se do automatismo estúpido ou da pura técnica:

O aparelho fotográfico é, por certo, objeto duro feito de plástico e aço. Mas não é isso que o torna brinquedo (...). São as virtualidades contidas nas regras (...). É o aspecto mole, impalpável e simbólico o verdadeiro portador de valor [...]. O fotógrafo manipula o aparelho, apalpa-o, olha para dentro e através dele, a fim de descobrir sempre novas potencialidades. (Flusser, 2009 [1983], p. 23, 27).

Permitindo-me brincar com a proposta fotográfica de Flusser (2009 [1983]), associando com os desafios da escuta analítica, é verdade que o analista encontra na caixa preta de seu inconsciente os maiores desafios, correndo o risco, muitas vezes, de ser dominado por seus pontos cegos. Mas é, por outro lado, onde encontra sua maior potencialidade para sonhar com o analisando os sonhos ainda não sonhados, construindo em conjunto possibilidades de simbolização seja pela via das imagens mentais ou de outras ferramentas presentes na caixa preta de cada um.

No caso de Clara comigo, as fotografias criadas e compartilhadas fizeram parte de minha maneira de lhe oferecer uma hospedagem em meu inconsciente; foi a forma que tive de sonhar junto com ela sua experiência em análise. Dessa maneira, a criatividade capaz de surgir no par analítico inclui encontrar nossos recursos e atributos de “aparelho-vivo”, “aparelho-carne” e “aparelho-lúdico” em vez de trabalhar com um aparelho “duro e frio”, e desse modo estar presente com nosso corpo e mente ajuda-nos a mais captar aquilo que realmente importa na ordem dos encontros e da experiência humana.

Ainda acerca dos efeitos das *rêveries*, com frequência me pergunto se Clara pôde, de fato, internalizar uma função simbolizante capaz de sonhar sua própria experiência emocional. É sobre isso que Ferro (2017) sinaliza quando escreve sobre a internalização do método em termos de internalização da função alfa do analista:

É esta rêverie, esta transformação afetivo-visual que eu faço a partir do seu relato, que se torna fator de crescimento. Transformo ansiedade e persecutoriedade em imagens afetivas (formo e passo a ele [ao analisando] os elementos alfa, mas especialmente o coloco em contato com o meu funcionamento – função alfa – que realiza estas transformações). Portanto, não é a metáfora como tal, mas uma metáfora viva nascida ali, naquele momento, paciente-específica, que testemunha ao paciente o funcionamento onírico da minha mente e que passa a ele o método para realizar tal operação. Em outras palavras, eu tenho um sonho da comunicação do paciente e o transmito a ele, e ao fazer isso lhe transmito, pelo menos em parte, o método com o qual eu realizo esta operação. Assim não somente eu contribuo para formar elementos alfa, mas produzo um desenvolvimento da função alfa. Com os pacientes mais graves (ou com os aspectos mais graves de cada paciente) não pode ser senão este o nível que permite o desenvolvimento da função alfa, isto é, da capacidade do paciente de sonhar, por sua vez, enquanto acordado. (Ferro, 2017, p. 14-15).

Pergunto-me se, por outro lado, Clara teria recorrido a uma espécie de mimetismo, *fazendo* como sua analista *fazia* para poder sonhar, para poder sonhá-la. De todo modo, podemos apostar que algo dessa função Clara pôde internalizar. Nossa aposta é que Clara incrementou sua capacidade de ligação e trabalho psíquico, seja para ampliar o campo representacional da experiência através dos “tijolos em seu edifício de pensamento”, seja para fazer ligações com objetos na realidade, passando a conviver melhor com a autonomia deles próprios, antes objetos ameaçadores e abandonadores, podendo sustentar um pouco mais a ambivalência entre seus aspectos bons e maus.

O fim da análise chegou meio apressado, mas as mudanças que ela gostaria de fazer indicavam, também, o que era possível nesse período de análise comigo. O que Clara experimentou através de nossa relação foi o que lhe foi possível criar-encontrar, para além de qualquer idealização que eu pudesse inventar acerca de uma análise (in)terminável – ao meu ver,

considerando a natureza infinita do inconsciente e seus processos, uma análise resguarda sempre um caráter interminável.

Para além do que pensamos-sonhamos-brincamos juntas, Clara parece ter criado-encontrado algo muito importante através de uma antiga paixão sua: a dança! Pouco tempo após descobrir a doença, depois de muito ressentimento para com os pais, os amigos e a irmã (sua antiga companheira de dança), Clara pôde ir redescobrando e criando para si um lugar de júbilo na multidão. Inclusive, levando atrás de si toda uma multidão, por meio dos passos coreografados e seguidos com entusiasmo e prazer pelos mais animados. Da ameaça de acometimento pela doença e pela incapacidade de sonhar, acredito que Clara, com muito custo e com muito trabalho, foi levando seu corpo para brincar. Foi podendo levar seus pesadelos e seus sonhos não sonhados para dançar...

3. EXPANSÕES DO SONHAR

3.1 O campo analítico pós-bioniano

Como abordamos brevemente no Capítulo 1, o campo analítico pós-bioniano possui suas raízes na combinação da noção de situação analisante como campo dinâmico segundo Willy Baranger e Madeleine Baranger (1969 [1961-62]) com a obra de Bion, em especial a teoria do pensar e a noção de transformações (Bion, 1994 [1962a], 1965). Tanto o pensamento teórico-clínico de Bion quanto a noção de campo trazida à psicanálise pelo casal Baranger colocam em perspectiva o funcionamento mental do analista em sessão, algo extremamente valorizado pelos analistas do campo pós-bioniano, que destacam com uma tinta marcada o caráter intersubjetivo de toda análise, assim como toda relação humana.

No contexto da teoria do campo pós-bioniano ou BFT (*Bionian Field Theory*), podemos afirmar que Antonino Ferro é o precursor da combinação do pensamento dos Baranger com o pensamento de Bion, gerando um modelo clínico que passa a ser acompanhado por autores como Bezoari, Basile, di Chiara, Civitarese, Rocha Barros, Cassorla, entre outros. São autores que contribuem com importantes desdobramentos e expansões do pensamento de Bion, como que conseguindo germinar boas sementes facilitadas pelo fértil solo bioniano. Um exemplo disso é a exploração que tais analistas fazem do conceito de *rêverie*, ao considerá-lo um fenômeno central na escuta analítica, oferecendo a este conceito – criado por Bion, mas mencionado por ele poucas vezes – frutíferos desenvolvimentos clínicos e teóricos, como veremos a partir de então.

No próprio Bion, encontramos o termo *field theory* em uma carta de 7 de Março de 1943 a seu primeiro analista, John Rickman (1891-1951), em que ele dizia: “Quanto mais eu olho para isso [funcionamento mental e fenômenos grupais], mais me parece que algum trabalho muito sério precisa ser feito ao longo de linhas analíticas e de teoria do campo a serem elucidadas” (Conci, 2011 *apud* Ferro & Civitarese, 2016. Tradução nossa). Desdobramentos dessa correspondência se integraram à apresentação do livro *Experiências com grupos* (1975 [1961]), escrita em colaboração com Rickman e denominada “Tensões intragrupais na terapêutica”, que Ferro e Civitarese (2016) consideram “inequivocamente uma teoria do campo” (p. 133).

No contexto de sua análise com Rickman, considerando sua experiência com grupos e até mesmo sua passagem pelas duas Guerras Mundiais (onde trabalhou com grupos no exército britânico), Bion sugeriu que uma dupla funciona como uma espécie de grupo. Em uma análise,

paciente e analista operam como um grupo cuja dinâmica é impulsionada por diferentes dimensões do psiquismo, considerando seus aspectos funcionais e disfuncionais tanto em um âmbito intrapsíquico quanto intersubjetivo. O encontro de mentes comporta, portanto, uma vasta constelação de trocas conscientes e inconscientes que incluem não somente dimensões de pensabilidade como também de pensamentos selvagens, trânsitos entre elementos beta e elementos alfa, núcleos neuróticos e psicóticos da personalidade, e por aí vai. Uma vez que o encontro de mentes é tomado como um fenômeno grupal, passa-se a investigar a mente dentro de um sistema de relações cuja totalidade dinâmica vai além da soma das partes envolvidas.

Na lógica do campo analítico, sujeito e objeto não são tidos como signos opostos, mas componentes de um sistema único, participantes de um campo inconsciente comum. Nesse sentido, transferência e contratransferência são considerados fenômenos de influências mútuas, codeterminantes das trocas no campo. É importante notar que, apesar de analisando e analista cocriarem as trocas no campo, isso não consiste em uma horizontalidade que subtrai do analista sua função analítica e seu referencial a uma função terceirizante. Sendo assim, o campo é entendido como uma neoformação ou uma espécie de terceiro, e não como um território neutro restrito a respaldar um sistema dual de operações.

Espera-se, naturalmente, que o fluxo de identificações projetivas seja maior do lado do analisando, em função das condições particulares – grosso modo, mais treinadas – da mente do analista, cuja assimetria favorece e impulsiona os processos de transformação. Por outro lado, a situação de assimetria se perde quando as identificações projetivas cruzadas aglutinam zonas de resistência capazes de estancar o processo analítico. Em nossa visão, a discussão em torno da problemática da contratransferência segue merecendo atenção, e a ela voltaremos, mais precisamente, no quarto capítulo. Buscaremos entender se é possível encontrar ainda alguma especificidade sobre a contratransferência no contexto do campo analítico – para além do que se convencionou chamar de “trocas do par” –, sobretudo em momentos em que a capacidade de pensar do analista se encontra obstruída por defesas e resistências compartilhadas, implicando neste percurso uma necessária perlaboração da contratransferência.

Com o casal Baranger (1969 [1961-62]), vimos a situação analisante estruturada como um campo bipessoal, em que a comunicação inconsciente da dupla se dá através das identificações e contraidentificações projetivas constantemente presentes e atuantes. Com forte influência de Klein e kleinianos como Susan Isaacs (considerando seu célebre artigo sobre fantasia inconsciente), os Baranger entendem que as comunicações inconscientes fomentam fantasias e resistências compartilhadas, levando à formação dos baluartes como zonas de obstrução e paralisia no processo analítico. Em tal contexto, um dos objetivos de uma análise é

desfazer essas estruturas de resistência, e para isso é preciso contar com um segundo olhar capaz de promover certa distância entre o psiquismo do analista e as partes projetadas pelo analisando. Uma vez que o analista emerge de uma resistência compartilhada e encontra o ponto de urgência da interpretação, os baluartes são desfeitos através de interpretações em momentos oportunos, capazes de devolver ao analisando seus conteúdos projetados, para fins de elaboração psíquica.

Nos comentários de Ferro (2019a), os baluartes não são uma exceção, como poderíamos imaginar como instalando um momento de crise em uma análise. Ao contrário, os baluartes enquanto obstruções, impasses e paralisias são nada menos que *uma tendência do campo*. Frente a isso, o trabalho analítico consiste em um “desembaraçar e desembaraçar-se constante do campo que [o analista] inconscientemente gera em conjunto com o paciente” (Ferro, 2021, p. 92). Como já mencionado, no contexto do campo bipessoal do casal Baranger, são as interpretações que têm o poder de desembaraçar os nós de resistência, promovendo uma reestruturação do campo e a retomada do processo analítico com seus desenvolvimentos ulteriores.

Na visão de Ferro, o método interpretativo utilizado pelo casal Baranger consiste no que o autor italiano nomeou como sendo de interpretações fortes ou saturadas, que encontram sua pauta na história de vida do paciente ou em seu mundo interno, e assentam sobre um modelo interpretativo segundo as heranças de Freud e Klein. No campo analítico pós-bioniano, as interpretações fortes ou saturadas não deixam de ser utilizadas, porém com uma frequência muito menor, e geralmente após percorrerem um trajeto indireto através de diversos elementos do campo (como veremos, por exemplo, com os personagens da sessão). Diferentemente, prioriza-se um modo de intervenção analítica que opera através das interpretações fracas ou insaturadas que, grosso modo, consistem na construção de enredos narrativos elaborados a quatro mãos, tecendo sentidos partilhados na dinâmica da sessão. Entende-se que, se o analisando inconscientemente escolhe contar *esta* história *neste* momento, isso pode, de fato, ter a ver com sua história vida e/ou seu mundo interno, mas não deixa de inserir na trama narrativa o que está acontecendo na relação transferencial ou como a situação analisante está sendo experimentada.

De acordo com Ferro & Civitarese (2015), ao mesmo tempo que o interesse na obra de Bion vem crescendo em diversos países²⁸, a teoria do campo analítico vem ganhando reconhecimento e disseminação, configurando possivelmente um novo paradigma em

²⁸ No caso da Itália e do Brasil, países para onde Bion viajou diversas vezes para oferecer seminários teóricos e supervisões clínicas, podemos dizer que seu pensamento exerce uma influência profunda. Também Ferro e Civitarese têm passagens pelo Brasil para seminários teórico-clínicos e supervisões.

psicanálise, sobretudo por sua forte inspiração no legado de Bion. Conceitos e noções bionianas como identificação projetiva como modo de comunicação inconsciente não patológica, relação conteúdo-contidente, oscilação entre as posições esquizoparanoide e depressiva (PS $\leftrightarrow$ D), *rêverie*, transformações, capacidade negativa, fato selecionado e pensamento onírico de vigília se articulam em torno de um modelo de mente que leva em consideração a necessidade de se tolerar estados de incerteza ou fragmentação, em paralelo à capacidade de se criar um continente para abarcar os conteúdos e promover transformações e construções de sentido.

Sendo assim, o próprio modelo de mente bioniano incrementa modos mais férteis de se construir teoria em psicanálise: o pensamento de Bion e sua forma de instigar o leitor a construir suas próprias explorações a partir do seu texto nos fornecem instrumentos para contínuas expansões e desdobramentos inexplorados, ainda a serem imaginados sem que o campo teórico se torne saturado de compreensões a encerrar os sentidos da experiência. Isso tem por efeito abastecer pensamentos teórico-clínicos em constante movimento.

Exemplo de leitor arguto e desbravador de mundos possíveis, Ferro volta e meia nos fala sobre o “seu Bion”, em uma “escolha de campo de um Bion não kleiniano, profundo estudioso de Freud, que faz uma cesura em relação aos modelos anteriores de mente (especialmente os de Klein)” (Ferro 2021, p. 131). Entende que a abertura para um novo paradigma em psicanálise se faz possível justamente através de um modelo completamente original trilhado por Bion, sobretudo se consideramos seu modelo de mente e suas reformulações acerca do sonho e do sonhar em um contexto relacional, aportes fundamentais para uma clínica da intersubjetividade. Frente ao pilar psicanalítico que sustenta a problemática do aparelho psíquico e a lógica do sonho – fundamentais ao pensamento clínico e metapsicológico desde 1900 –, Bion nos oferece, por exemplo, uma leitura bastante criativa.

Em seus escritos e seminários, vemos que a compreensão tradicional do sonho como via régia para o inconsciente (Freud, 2019 [1900]) adquire uma torsão. Bion sustenta, em uma lógica inversa, que os sonhos *criam* o inconsciente, nutrem um modo de funcionamento que origina e expande nosso arcabouço simbólico e nossa capacidade de sonhar e pensar. Sonhar, nesse caso, é entendido como uma forma de criar símbolos e conferir sentido pessoal à experiência, não só quando estamos dormindo, mas também acordados, através do pensamento onírico de vigília que mantém essa atividade constante. Com o auxílio de Ferro:

Bion, já em 1959, escrevia que o trabalho onírico que conhecemos é somente um aspecto do verdadeiro sonhar: esse é um processo contínuo que pertence à vida de vigília, ainda que frequentemente não possa ser observado. Enquanto Freud, com o termo “trabalho onírico”, queria significar o fato de que o material inconsciente – que, de outra forma, seria compreensível – era transformado em sonho e que era necessário

desfazer o trabalho onírico para permitir que o conteúdo do sonho, agora incompreensível, voltasse a ser compreensível (Freud, 1932), Bion, ao contrário, queria significar que o material consciente necessita ser submetido ao trabalho-do-sonho para que se torne adequado ao armazenamento e à seleção e adequado para a transformação de PS para D.

Bion continua (1965), afirmando que o sonho parece ter, na vida mental, um papel semelhante ao dos processos digestivos. (Ferro, 2021, p. 117-118).

Com Bion, a função do sonhar em seu papel de elaboração da experiência emocional é algo que remonta às metabolizações/ digestões e transmissões mais iniciais do objeto primário ao *infans* através da *rêverie* materna, em um cenário intersubjetivo por excelência. O foco do sonho e a função do sonhar se deslocam, portanto, do âmbito intrapsíquico individual para um trânsito entre duas mentes, além de tornarem-se uma atividade e uma função indispensáveis ao psiquismo tanto nos estados de sono quanto de vigília. Na opinião de Ferro (2019a, 2021), os conceitos bionianos de *pensamento onírico de vigília e transformações* (Bion, 2021 [1962b], 2004 [1965]) promovem tamanha expansão no pensamento clínico que trazem consigo o potencial para revolucionarem a teoria da técnica psicanalítica!

No contexto do campo pós-bioniano, o pensamento onírico de vigília veicula algo fundamental à compreensão da dinâmica presente nas trocas do par, pois o processo contínuo de sonhar (sonhamos não só quando estamos dormindo, mas também acordados) possibilita que o analista entre em contato com o que o analisando está dizendo ou fazendo sentir no analista, e que deverá ser sonhado através da *rêverie*, narrado e transformado por ambos ao longo do processo analítico. A noção de transformação, por seu turno, sugere que não é mais suficiente interpretar os conteúdos, e sim gerar transformações no sentido de instalar ou expandir o próprio aparelho de pensar e o aparelho de sonhar, tornando o analisando cada vez mais apto a metabolizar seus conteúdos impensáveis.

Também a proposta de Bion (2005 [1967]) sobre uma escuta sem memória, sem desejo e sem compreensão prévia é levada às últimas consequências pelos analistas do campo, que propõem a cada sessão um recomeço a partir do que não sabemos, sem nos agarrarmos a teorias previamente estipuladas. Confiam ao campo um lugar matricial de geração de significados, que vão além do que pode ser interpretado imediatamente na relação, considerando que até mesmo as incertezas e o não sentido são capazes de gerar microtransformações no campo. Além disso, a despeito das trocas conscientes e inconscientes da dupla, o analisando sempre experimenta a sessão por seu próprio vértice, o que intrinsecamente é algo desconhecido pelo analista.

Com muita acuidade para compreender o que está acontecendo ou o que se passou na sala de análise, os analistas do campo observam cada sessão em seus múltiplos filigranas, considerando cada palavra utilizada, as expressões verbais e não-verbais, os movimentos

corporais, a atmosfera do encontro e o que foi pensado ou sentido pelo analista, sobretudo a partir de suas *rêveries*. Nesse conjunto de inúmeras possibilidades, buscam explorar o que cada movimento (ou cada paralisia) do campo tem a dizer sobre como o processo analítico está se desenrolando. O analista, por seu turno, ocupa aí uma dupla posição: o de responsável por resguardar o *setting* como um dispositivo que se propõe a promover transformações, e aquele que também codetermina as trocas conscientes e inconscientes do par.

Vale dizer que as possibilidades de trocas são inúmeras, mas não são infinitas, pois além dos aspectos recalcados e cindidos do campo, o analista, ele próprio, participa não só com sua capacidade de pensar, mas também com seus limites e eventuais resistências. A relação transferencial-contratransferencial é moldada a cada instante, em uma contextualização radical dos processos de construção de sentido. O analista, todavia, deverá atentar para que seus modos de presença partam de um estado de mente côncavo e receptivo. Como sublinha Ferro:

É claro que há um limite para a deriva subjetivista, que baseia a sua ancoragem na ética do analista, na sua análise pessoal e no preparo do mesmo, e na responsabilidade do analista em relação ao de que os fatos narrados sejam aqueles que urgem, aguardando a alfabetização por parte da dupla analítica, e não outros (como a confirmação das teorias do analista ou a evitação da dor mental). É claro que uma teoria do campo, que vê o analista altamente envolvido no andamento da análise, pede ao analista uma constante vigilância e manutenção do seu principal instrumento de trabalho: o seu funcionamento mental. (Ferro, 2017, p. 262-263).

Em uma perspectiva narrativo-transformacional, a análise configura um lugar primordial de alfabetização das emoções, e funciona como uma atividade de pesquisa constante que busca não esgotar as perguntas com interpretações que operem um fechamento em uma compreensão estrita dos dados clínicos. Com vistas a uma não saturação do campo, busca-se manter sempre vivas as perguntas, o que implica uma renúncia interpretativa por parte do analista, que toma o analisando como seu melhor colega para que, juntos, consigam fazer *the best of a bad job*: “A verdade da análise não é mais alguma coisa à qual se chega, ela não pode ser fixada ou possuída; ela reside mais na experiência, ela *é* a experiência.” (Ferro & Civitarese, 2015, p.xv. Tradução nossa.).

A partir de agora veremos, mais precisamente, as elaborações de Antonino Ferro que nos fornecem subsídios para a construção de um pensamento clínico que tem como ponto de partida, novamente, nossa própria escuta clínica, dessa vez com o Caso Marina. Tomamos como iniciais as seguintes questões: Para a compreensão clínica das imagens na escuta, que contribuições encontramos junto à teoria do campo pós-bioniano? De que maneira as imagens surgidas no encontro analítico participam de uma perspectiva narrativo-transformacional, da

alfabetização das emoções, das (micro)transformações no campo e do incremento das capacidades simbólicas e funções simbolizantes? Que ferramentas encontramos na teoria do campo que possam expandir as possibilidades de escuta junto a nossos analisandos e a construção de um pensamento clínico acerca do que se passou em uma sessão ou ao longo de um processo analítico? O Caso Marina trará os disparadores para nossas questões e inquietações, e terá sua discussão elaborada após encontrarmos em Ferro novos aportes para o conceito e o uso clínico da *rêverie*.

3.2 Caso Marina

Marina vem à análise sem uma demanda muito circunscrita. Diz querer fazer análise há muito tempo, acha que seria bom pensar sobre algumas relações pessoais e questões em torno do trabalho, mas sua maior queixa reside em uma falta de criatividade, deseja reencontrar formas de se sentir criativa novamente. Traz boas lembranças de quando fazia teatro, no fim da infância/início da adolescência. Lá, o que mais gostava era ter as vivências que o teatro proporcionava, explorar as emoções e inventar para elas diferentes modos de expressão.

Logo traz o assunto das relações, com algumas questões de família: seus pais se separaram quando Marina e seus dois irmãos mais novos eram crianças, e daquela época ela recorda que os pais viviam em festas, tinham fins de semana agitados e sem hora para acabar. As crianças geralmente ficavam na casa dos avós. A separação dos pais foi repentina, e o pai acabou relegado ao lugar de vilão da família, enquanto sempre ouvia de sua mãe a narrativa de que esta se ocupava integralmente dos filhos. À medida que crescia, Marina foi percebendo que os lugares ocupados por seus pais comportavam uma complexidade maior. A partir do seu próprio ponto de vista, foi notando que a história tinha nuances diferentes do que sempre tinha ouvido falar, e passou a valorizar a construção de uma narrativa pessoal ao longo de toda a análise, bem como o reconhecimento e a importância de sua própria experiência junto às situações vividas.

Por volta dos dezesseis anos, a analisanda decide ir morar com os avós, em função das brigas que passaram a existir com sua mãe, cuja relação era permeada por sentimentos de injustiça e abandono. A mudança para a casa dos avós vem acompanhada de ressentimento e de um movimento de Marina em busca de certa sobrevivência psíquica. Em uma dada sessão, com muita emoção ela se lembra que havia uma babá que ficava com ela e seus irmãos quando seus pais ainda eram casados, e foi quem de fato cuidou dela, de seus irmãos e dos passarinhos que os pais cultivavam em um pequeno viveiro.

No início da análise, conta como ela própria se vê: uma pessoa bem tranquila, que sempre gostou de “levar alegria para as pessoas”. Diz que sempre tentou levar uma leveza para lugares com atmosferas densas. Pergunto-me a quê isso se relaciona, sua empreitada de mudar as atmosferas e alegrar os ambientes. Será que tal posicionamento pretendia buscar o olhar de pais um tanto quanto distraídos? Buscaria acalmar e harmonizar um ambiente conturbado? Esse foi um tema que atravessou todo o período de análise, e que possibilitou à analisanda não somente uma compreensão sobre sua dinâmica interna, como um reposicionamento em seus anseios por cuidar e, sobretudo, poder ser cuidada. Conta ainda que a alegria que procura levar às pessoas ganha força com sua relação com a espiritualidade, que adquire destaque quando o assunto é sobre crianças. Conta-me como se conecta com “a energia das crianças”, fala sobre os erês, a graça dos ibejis, São Cosme e Damião e tantas outras crianças que já encontrou pelo caminho.

O período inicial de análise contou com diversos momentos em que eu notava como era difícil para ela perceber e compreender os afetos que certas situações ou relações despertavam, bem como se localizar no que era parte de sua própria experiência. Isso geralmente se confundia com o que era trazido pelo outro, gerando uma espécie de desautorização. Foram muitos os momentos em que nomeei eventos como: “Acho que isso te deixou muito chateada...”, “você esperava que tal coisa acontecesse, por isso ficou muito frustrada...”, “você se sente compreendendo a todos, mas queria ser compreendida em tal necessidade sua também...”.

Essas narrativas incluíam ainda atmosferas da sessão ou afetos que eram despertados em mim – provavelmente por meio de identificações projetivas – que pareciam passar ao largo de uma experiência reconhecida e acessada por ela: “Acho que uma coisa dessas dá muita raiva, você não acha?”, eu indagava. Por vezes, minhas comunicações atravessavam questões em torno do delineamento das fronteiras egoicas, uma vez que o teste de realidade parecia prejudicado em função de uma confusão eu-outro: “Me parece que, na sua percepção, isso ocorreu da seguinte forma”, “ele te fala que para ele foi assim, mas pelo que estou entendendo você vive isso de uma outra maneira...”. Por esse caminho, fomos nomeando os sentimentos e as experiências, como que oferecendo falas a um teatro com o qual ela começava a se encontrar, desta vez o teatro interno de suas próprias emoções.

Passados alguns meses de análise, em uma sessão em que Marina dizia que sua infância acabou sendo muito desregrada nos horários e nos costumes, após alguns minutos em silêncio, Marina diz: “Engraçado, comecei agora a imaginar umas coisas... Estou vendo as coisas de cima, do céu, é um céu azul e tem algumas nuvens. Estou no céu, e tem coisas no ar que giram. A paisagem e as coisas lá embaixo também giram, eu vejo todas as coisas girando, e no meio tem um palhacinho... O palhacinho faz malabarismo, ele tem três bolinhas que não pode deixar

cair, uma de cada cor, e ele também gira enquanto faz os malabarismos.” Quando ela termina o relato da cena, eu pergunto: “E esse palhacinho?”, e ela me responde, começando a chorar: “O palhacinho sou eu”.

Algumas sessões adiante, ela demonstra bastante irritação frente a algumas situações: com o trabalho, pois embora ela o faça da melhor forma possível, para o seu chefe nunca é o bastante; com o namorado, que no fim de semana ficou nervoso por conta de uns imprevistos, e ela teve que ter paciência para ele não “estourar” com ela; com a mãe, que apareceu trazendo mais confusões de família, e Marina diz não ter o que fazer, não cabe a ela resolver uma situação que a mãe, ela própria, não quer resolver. “Me sinto fazendo malabarismo”, diz. Ao que eu respondo: “Ah! O palhacinho”.

A imagem do palhacinho, trazida pela analisanda, permitiu-nos falar a respeito de seus antigos esforços para trazer harmonia às relações, às situações que lhe afligem, mas escapam à sua onipotência e seu desejo de resolução e bem-estar, o que inclui a busca por deixar os outros alegres – verdadeiro malabarismo este de tentar a todo tempo mudar o estado de espírito de alguém. Fala das limitações de sua mãe e gostaria de poder perdoá-la por suas falhas, mas nessa altura ainda não consegue construir um lugar novo dentro de si para essa relação. Sugeriu diversas vezes que a mãe fizesse terapia, sem sucesso, e aproveitou o gancho para dizer que ela queria muito que sua mãe pudesse transformar minimamente seu modo de estar no mundo, e sugerir uma terapia também fala de como é pesado para ela pretender cuidar dessa mãe sozinha, querer mudar os seus humores, pedir o seu olhar, como deve ter feito todo o tempo em que tentava “levar alegria para as pessoas e harmonizar os ambientes”. Ao longo da análise, vemos que Marina vai podendo aos poucos transformar seu posicionamento diante dessa mãe interna, para além de a mãe externa, ela própria, operar qualquer mudança em seu modo de estar no mundo.

As relações com alguns namorados tiveram períodos conturbados e de muita ambivalência. Ela foi se dando conta que, na maior parte do tempo, eles não respeitavam seus desejos, seu gosto, seu tempo, seu modo de pensar, apontando para uma frequente atmosfera de ameaça e vivências de perseguição. Era muito difícil contar com suas próprias percepções a fim de atestar o grau de opressão e violência presentes nessas relações. Sobre esses momentos, Marina chegou a dizer algumas vezes em sessão: “Nessas horas mais difíceis com ele [o namorado na ocasião] eu não sei discriminar, não consigo mais pensar, ele me culpa por toda e qualquer coisa, mas não sei entender o que é meu e o que não é. Me dá um branco no pensamento!”. Acontecimentos similares chegaram até mesmo a ocorrer em sessão, quando pensávamos sobre essas situações, mas logo em seguida Marina dizia que “estava dando um branco”, “um nó na cabeça”, e não conseguia pensar em mais nada.

Curiosamente, aconteceu em um de nossos encontros algo que eu não me lembro ter vivido outra vez na vida: Marina estava sentada no divã e, enquanto eu a escutava, vivi a estranha impressão de que tudo havia sido pausado por alguns segundos, deixando o tempo-espaço em suspenso. Ocorreu-me uma imagem-pensamento em seguida a isso: pensei que parecia uma televisão quando o sinal é interrompido, parecia que a cena vista e ouvida tinha sido paralisada. Fui capturada por uma sensação de estranhamento físico e mental, por conta do caráter esquisito e peculiar da experiência que estava me ocorrendo. Até mesmo enquanto escrevo agora, sinto-me procurando palavras para circunscrever e transmitir essa vivência que me desperta um estranhamento até hoje. Estaríamos nos encontrando com áreas de defesas e resistências compartilhadas?

Em um dado momento da análise, Marina decide partir sozinha em uma viagem de alguns meses. Opta por manter as sessões *on-line* e é um período muito rico de reflexões e elaborações alavancadas por novos encontros em um lugar estrangeiro, porém junto a uma solidão introspectiva de quem somente encontra e reconhece a língua materna dentro de si própria.

Nesse lugar estrangeiro que leva a uma alteridade mais radical, menos capaz de confundir porque menos invasiva, Marina parece enfim ter encontrado dentro de si um espaço côncavo, desocupado de solicitações externas que fazem face a um objeto interno intrusivo, a contar com maiores recursos para o aprimoramento de um enquadre interno, uma estrutura para pensar seus próprios pensamentos²⁹. Pensa sobre seu corpo e sua feminilidade, certos preconceitos do namorado, o olhar que ela não encontra, a relação ambivalente e confusa com a mãe. Volta-se para a natureza, para as crianças, para sua espiritualidade, percebendo delicadezas em cada flor do jardim por onde caminha, criando paralelos com o que ela busca encontrar dentro dela: o feminino, o amor compartilhado, um olhar generoso do outro, as crianças, o brincar, a criatividade e a arte. Pensa em fazer um curso de Fotografia. A partir desse momento *on-line* e em seguida nas sessões presenciais, fica evidente o seu desejo de voltar a sonhar. Marina passa a trazer para a análise diversos sonhos que acabam se entrelaçando com devaneios nos contornos de um sonhar acordado.

Em um sonho dormindo, Marina está sendo levada por um golfinho a um passeio maravilhoso pelo mar, e o golfinho não só navega sobre as águas, como vai levando-a para o fundo do mar. Ao ser levada para o fundo, a princípio ela fica com muito medo e preocupada

²⁹ Ao leitor interessado, o tema da estrutura enquadrante é abordado por Green em textos dos anos 1970 e 1980 sobre o duplo limite, o trabalho do negativo e a problemática dos casos-limite, sendo retomado no enciclopédico livro *Idées directrices pour une psychanalyse contemporaine* – Paris: PUF, 2002.

sobre como irá conseguir respirar. Logo percebe que não encontra problemas, uma vez que consegue respirar, então o passeio volta a ser bom. É lindo lá no fundo e é uma delícia ser levada por esse golfinho. Por poder respirar, conclui ser ela uma sereia, e quando olha para trás vê que de fato possui uma cauda. Decide soltar-se do golfinho e nadar por conta própria. Vai nadando, nadando, curtindo ser sereia, e mais ao fundo encontra uma espécie de jaula com uma menina dentro. Fica muito assustada com a menina presa, abre a grade a fim de soltá-la. Vê que menina na jaula consegue respirar, então também é uma sereia. Ao relatar o sonho em análise, elabora que a menina presa não é uma outra pessoa – é ela presa ali também.

Alguns meses depois, conta-me uma experiência que viveu enquanto fazia uma sessão de acupuntura: “Uma amiga me aplicou uma sessão de acupuntura, eu estava muito relaxada e vi um elefante.” Pergunto como foi esse “ver”, e ela esclarece que era como um sonho, mas não estava dormindo. Certamente estava acordada, imaginando aquilo tudo. Eu digo: “ah, como um sonho acordado”. Ela conta que o elefante, no caso, “era mulher”. A elefanta a levava para um passeio, e ela era tão grande que Marina até se deitava em seu dorso enquanto aquela seguia seu caminhar. Até que elas chegavam em um laguinho, e neste lugar havia muitas crianças brincando, e a elefanta abraçava todas as crianças com sua “trompa” (sic). Destaco seu ato falho, permito-me associar junto com ela:

Analista: “Trompa! Esse feminino que abraça crianças... A trompa da mulher, a trompa da mãe, a tromba da elefanta que abraça crianças e o abraço da sua mãe, que você me conta que pouco abraça as crianças...”

Marina se surpreende com seu ato falho. Emociona-se ao constatar que um abraço disponível e acolhedor de sua mãe sempre foi algo muito desejado por ela. De minha parte, não foi sem questão me dar conta que eu havia feito tal intervenção. Perguntei-me se eu havia atropelado sua fala, não somente ao sinalizar o ato falho, mas tecendo comentários sobre ele. Marina, por seu turno, pôde seguir com o relato do devaneio.

Marina: Além da elefanta, tinha depois um leão, já numa praia, e nele eu passeava um pouco, mas logo mandava-o embora, não o queria mais. Como eu estava ali na praia, entrei no mar e fiquei em cima de uma prancha, para poder boiar. Tinha um pouco de medo do fundo do mar, de um tubarão me pegar, mas tentava relaxar na prancha, não dar ouvidos a esses medos. Nisso, o cachorro latiu (de fato era o cachorro da casa onde ela fazia a tal acupuntura), e eu aproveitei e trouxe-o para dentro do que estava imaginando. Chamei-o para cima da prancha comigo, abracei e dei beijinhos nele, e ficamos ali, relaxando. Depois eu me cansei da prancha e lembrei daquele golfinho lá do sonho do fundo do mar. Pensei: ah, por que não pegar uma carona com o golfinho? Ele me pegou e fomos de novo passear no fundo do mar...

No mês seguinte, fala sobre um fim de semana que passou com o pai e os irmãos, e logo no início da viagem houve um acontecimento que experimentou com injustiça, em que o pai julgou-lhe mal, chegando a gritar com ela. Lembra-se da infância, sobre como seu humor mudava quando acontecia algo dessa ordem, um humor que às vezes levava dias para se transformar – realegrar a si mesma também era uma tarefa e tanto. O pai, por sua vez, tampouco ajudava, pois chegava a zombar da situação ao vê-la ainda chateada. Na mesma sessão, Marina traz mais sonhos encadeados: conta que estava experimentando aulas de dança contemporânea e as posições finais sugeriam algo como morrer, depois fazer uma posição fetal e então (re)nascer. Em um desses momentos na dança, ela teve outra “visão”: viu uma criança em um laguinho pequeno, e aí apareceu aquela mesma elefanta. Pergunta-me, com entusiasmo: “Você se lembra da elefanta?”. Digo: “É claro que me lembro da elefanta!”.

Ao escrever o caso, penso que a elefanta torna-se uma boa representante da situação analisante, incluindo o campo das trocas e a analista. A elefanta vai se tornando uma facilitadora de processos, de circuitos afetivos, de convite à conversa, e acima de tudo ajuda Marina a se encontrar com sua criança interna, favorecendo a integração de Marina adulta com Marina criança, como veremos a seguir.

Nessa nova “visão” da elefanta, Marina era uma mulher adulta e parecia indiana, por conta das roupas e adereços que vestia. Andava junto com a elefanta, sentada sobre seu dorso. Caminhavam em direção ao laguinho e, ao ver a criança junto à água, escorregava pela tromba da elefanta e Marina e a criança começavam a conversar. A criança dizia que estava triste, pois as pessoas achavam que ela sabia de tudo, mas ela não sabia de nada. De súbito, a criança se lembra do sonho que Marina havia tido naquela noite, e diz: “Se você não tivesse me salvado na piscina, eu teria morrido, porque achavam que eu sabia nadar, mas eu não sei nadar e quase me afoguei. Tem um lado meu, o lado esquerdo, que é uma máscara, que parece saber nadar, mas o meu outro lado não sabe de nada, e precisa que você me salve”.

Nesse sonho dormindo, o do afogamento na piscina (sonho noturno que Marina havia tido e a criança do devaneio lhe trazia à lembrança), havia alguns adultos conhecidos ao redor da piscina, e cada um acompanhava e cuidava de uma criança específica. Marina havia deixado “a sua criança” dentro da piscina, e quando voltou para buscá-la ficou assustada, pois a criança estava quase morrendo afogada. Ela salvou a criança e perguntou, muito alarmada: “Ué, mas você não sabia nadar? Eu achei que você soubesse nadar!”.

Tal encadeamento de sonhos me leva a querer interpretar o encontro com a criança que ela carrega dentro dela, sobre como tentou salvar seus pais em sua infância e também ela própria: salvar-se do desalento que vivia, de como precisava, desde muito nova, ter de saber

muitas coisas a fim de exercer essa árdua e invertida tarefa. Todavia, me abstenho desta vez de uma nova interpretação. Percebo que sua forma de relatar o sonho já comporta uma compreensão sobre seus próprios conteúdos e posicionamentos subjetivos. Aposto que vamos acompanhando juntas e compartilhando da ideia de que seus sonhos e devaneios encenam vivências de seu mundo interno, de sua história de vida, dos afetos pouco acessados até então, traçados com as narrativas criadas em análise.

Escolho, naquele fim de sessão, convidá-la a seguir falando desses sonhos na próxima sessão. Um convite a seguir sonhando como forma de trabalho psíquico e, de qualquer forma, nenhuma interpretação está perdida. Assim como lhe disse “É claro que me lembro da elefanta!”, acontecimentos da análise poderão ser novamente trazidos ou provocar novos e futuros acontecimentos, através de sonhos e devaneios em uma trama que vai tendo sua continuidade compartilhada. Naquele momento, pensei: quando o sonho já é praticamente a interpretação do sonho; quando o sonho faz todo o seu trabalho. E agora penso que a análise de Marina se dá, sobretudo, através dos seus sonhos repletos de imagens vívidas, não importa se dormindo ou acordada. Assim seus sonhos vão se tornando sonhos compartilhados em análise, e a escuta analítica favorece, por sua vez, a expansão dos trabalhos do sonhar.

3.3 Sonhando a clínica com Antonino Ferro

Desse ponto em diante, começaremos a tecer subsídios teóricos para a elaboração do pensamento clínico sobre o Caso Marina.

Nascido em Palermo/Sicília em 1947, Antonino Ferro fez sua formação na Sociedade Psicanalítica Italiana, é supervisor e analista didata filiado à IPA (International Psychoanalytical Association, fundada por Freud em 1910) e atua como psiquiatra e psicanalista de crianças, adolescentes e adultos em seu consultório em Pavia/Lombardia. Descreve sua formação como sendo kleiniana, com grande influência do pensamento de Bion, Winnicott e do casal Baranger. Especialmente com uma leitura pessoal das implicações clínicas do pensamento de Bion, a forma com que Ferro se utiliza das teorias – sempre a serviço da experiência clínica –, torna-o um exemplo significativo de autor que exerce o pensamento clínico tal como sugerido por Green (Rocha Barros, 2021). Ao iniciarmos nosso encontro com Ferro e investigarmos a elaboração de seu pensamento clínico – sobretudo no que concerne às *rêveries* no campo analítico –, vale a pena acompanharmos a construção do seu percurso rumo a um modo de trabalho no campo.

No livro publicado originalmente em 1996 intitulado *Na sala de análise: emoções, relatos, transformações* (2019a), Ferro empreende uma retrospectiva a fim de nos contar como ele próprio foi se modificando como analista, passando de uma escuta direcionada aos modos de transferência baseados na história de vida ou no mundo interno do paciente, rumo a uma compreensão do encontro analítico dentro de uma dinâmica intersubjetiva do campo. A partir deste que configura seu segundo livro (seguido do primeiro, de 1995, *A técnica na psicanálise infantil: a criança e o analista da relação ao campo emocional*), Ferro passa a nos mostrar, mais precisamente, o funcionamento do seu modelo teórico em sessão, algo que seguirá nos oferecendo na maior parte de seus escritos posteriores, sempre se utilizando de pequenas vinhetas que atestam uma notável criatividade clínica e uma transmissão teórico-clínica de forma rica e vivaz.

Com frequência, Ferro distingue três modelos teóricos em psicanálise (Ferro, 1995, 2014, 2016, 2019a, 2019b). Nos artigos examinados, vemos que o autor destaca as modalidades de escuta vinculadas aos respectivos modelos teóricos, embora não retome de forma aprofundada as questões metapsicológicas que fundamentam as elaborações sobre técnica no primeiro e no segundo modelo. Quanto ao terceiro modelo, do qual ele participa de forma autoral, Ferro lhe confere uma atenção constante em termos de elaboração e transmissão, sempre se ocupando de nos contar as especificidades do paradigma do campo e seu modo de funcionamento.

O primeiro modelo ou primeiro eixo teórico está pautado na escuta dos conteúdos inconscientes reprimidos e sua decodificação pelo analista, de modo a torná-los conscientes. Diz respeito ao que Ferro chama de eixo histórico, evidentemente considerando o atravessamento subjetivo da vivência e da apropriação dos “fatos históricos” que, ao serem relatados, expressam a dinâmica singular de envolvimento emocional e conflitivo do analisando. Nesse modelo, o analista é tido como uma reprodução de objetos do ponto de vista histórico da vida do analisando, por exemplo as figuras parentais, segundo a concepção clássica da transferência enquanto deslocamento ou falsa conexão (Freud, 2016 [1893-1895]). Deste lugar, o analista trabalha, sobretudo, como um intérprete dos conteúdos inconscientes que são relembrados ou atualizados pela via da transferência e das resistências surgidas no processo.

O segundo modelo, que Ferro entende como o do eixo fantasmático, encena o funcionamento do mundo interno do paciente e se apoia sobre o âmbito das fantasias inconscientes. Fatos relatados adquirem a expressão e o colorido de uma trama intrapsíquica e fantasmagórica a todo tempo subjacente ao discurso manifesto. O analista, que aqui também opera como um intérprete, desta vez volta sua escuta para as motivações, os impulsos e as

fantasias inconscientes junto aos fatos relatados, como se buscasse revelar o avesso sempre presente em um bordado. A escuta se dirige, portanto, à trama pulsional e afetiva frente aos objetos internos.

Os dois primeiros modelos são formados, respectivamente, a partir das obras de Freud e Klein. Nesse ponto, não devemos confundir as obras desses grandes autores com uma certa formatação em seus respectivos modelos, uma vez que os referenciais extraídos de suas formulações e as práticas advindas daí resultam de leituras e, em grande medida, formatações feitas por autores pós-freudianos e pós-kleinianos³⁰. A obra de Freud, sobretudo, mantém-se até hoje como uma obra complexa, rica, contraditória e, por isso mesmo, aberta a novas (re)construções e inspirações frente aos desafios atuais³¹. O terceiro modelo, por seu turno, traz sua maior inspiração no pensamento de Bion, mantendo-se ainda como um campo de estudo e pesquisa clínica aberto a novas contribuições e, na melhor das hipóteses, em constante transformação.

Antes de adentrarmos esse último modelo que será nosso objeto de observação nas próximas páginas, vale destacar que, curiosamente, Ferro não explicita autores como Ferenczi, Balint e Winnicott formando um outro modelo ou vértice a ser elucidado, tal como fazem Figueiredo e Coelho Jr. (2018) ao considerarem as especificidades teórico-clínicas da matriz ferencziana. Ferro nos conta que leva em consideração diversos conceitos de Winnicott em seu fazer clínico cotidiano, mas, para além de poucas referências ao espaço potencial e ao brincar (Ferro, 2019a; França & Petriccioni, 2003), parece que isso se dá de forma bastante implícita, talvez nos subterrâneos de sua escuta ou, mais provavelmente, pouco se explicitando em sua transmissão escrita.

No segundo seminário clínico presente no livro *O pensamento clínico de Antonino Ferro: conferências e seminários* (França & Petriccioni, 2003), encontramos uma passagem na qual Ferro afirma que Winnicott foi o primeiro analista a tornar operativo o conceito de campo através do jogo do rabisco, sem, no entanto, conceituá-lo. Em outro diálogo com a plateia, dessa vez no terceiro seminário deste mesmo livro, Ferro sugere que os ensinamentos de Winnicott nos ajudam no trabalho de alfabetizar as emoções, sobretudo no encontro com pacientes graves:

³⁰ Comunicação de Fernando Urribarri em seminário online proferido no dia 20/08/2021 via EPSI, em que ele aponta que não devemos confundir o conjunto da obra de um autor com o modelo clínico que daí advém. O modelo é construído com os usos que podemos fazer da obra do autor.

³¹ André Green (1990) dizia que, se lhe perguntassem o que havia de novo em psicanálise, responderia: “Freud!”. Acreditamos que a obra freudiana continua inspirando debates frente aos desafios clínicos, sociais e políticos em 2022.

Dr. Ferro: Eu penso que cada analista deve, nesses casos, tentar despertar o Winnicott que esperamos exista em cada um de nós. E penso que, em situações assim graves, tantas coisas não passam pela palavra, ou então passam por palavras de uma simplicidade enorme, de coisas que para nós parecem absolutamente óbvias e sem significado, sem valor, mas que para um paciente desse tipo representa realmente a possibilidade de poder estruturar essa gramática emocional de base. Como se a gente, com esses pacientes, tivesse que começar justamente pelas vogais. (França & Petriccioni, 2003, p. 106).

Sem por ora instalarmos uma discussão sobre um Winnicott capaz de existir (meio que magicamente?!) em cada um de nós, no que tange à elucidação dos modelos, concordamos com Figueiredo e Coelho Jr. (2018) quando consideram a matriz ferencziana um modelo de escuta impossível de não ser explicitado no pensamento clínico contemporâneo – ela possui um edifício teórico-clínico mais do que consolidado e de enorme valia para a promoção de estratégias de cura e acolhimento do sofrimento psíquico de pacientes severamente traumatizados.

A clínica de matriz ferencziana, que leva em conta as dimensões da morte dentro, do vazio e do negativo, é justamente uma clínica que convoca maiores participações do analista e uma escuta voltada menos para as interpretações e as decodificações de conteúdo do que para as transformações e até mesmo a própria instalação da capacidade simbolizante. Na presente pesquisa, certos elementos da matriz ferencziana emergem no encontro com alguns casos clínicos, como aconteceu na discussão do Caso Clara. Não obstante, acreditamos ser de grande valia se um futuro estudo puder se debruçar, de forma mais esquematizada, sobre questões clínicas e metapsicológicas sustentadas pela matriz ferencziana, em um entrecruzamento com o modelo de trabalho clínico no campo.

Para adentrarmos o território do terceiro modelo com Ferro, utilizaremos de um capítulo presente no livro *Na sala de análise: emoções, relatos, transformações* (2019a), chamado “Exercícios de estilo”. A partir de vinhetas clínicas, o autor ali descreve as modificações em seu modo de trabalhar, circunscrito em um percurso que vai da interpretação da transferência e das fantasias inconscientes do paciente às transformações narrativas dentro do paradigma do campo. As vinhetas são recolhidas de antigos cadernos pessoais de anotações clínicas, em que Ferro revisita seus comentários feitos na época (notas sobre como experimentou ou manejou aquelas situações), elaborando novas reflexões a partir desse reencontro, anos depois. São sessões que perpassam seus tempos de formação e seu desenvolvimento como analista.

As vinhetas iniciais demonstram um método de trabalho que se utiliza do que Ferro passa a chamar de interpretações fortes ou saturadas. Nesse modo de escuta e intervenção, o analista entende que há uma parte da história de vida reproduzida no encontro com o analista e

uma fantasia inconsciente subjacente ao discurso manifesto do paciente. As interpretações buscam alcançar as fantasias inconscientes a fim de revelar e traduzir os conteúdos reprimidos, e o que surge na sessão independe do instante relacional: junto à vinheta Annalisa, por exemplo, naquela época Ferro entendia que as fantasias inconscientes eram “...como inscritas em um filme que pertencia somente à paciente, e que a transferência permitia que fossem externadas...” (Ferro, 2019a, p.64).

Nessa leitura, os acontecimentos da sessão são como a projeção de um filme facilitado pela transferência como suporte para lançar luz sobre a tela, mas um filme escrito e dirigido unicamente pelo analisando. Trabalhando unicamente dessa maneira, geralmente “o analista encontra o que sabe que está procurando” (Ferro, 2019a, p.65), e desse modo a escuta das fantasias inconscientes pode se tornar persecutória e, embora uma interpretação forte geralmente esteja correta, muitas vezes é sentida como decepcionante, incompreensiva ou pouco acolhedora. Pelo seu grau de saturação, esse modo interpretativo é capaz de chapar uma compreensão, não favorecendo maiores desenvolvimentos narrativos imprevisíveis e transformadores.

Entre os dois primeiros modelos (história de vida; fantasia inconsciente) e o modelo do campo, há uma passagem pelo “mito da relação e da interpretação de transferência” (Ferro, 2019a, p.65) que deve ser elucidado. Pedimos licença ao leitor para, nos parágrafos seguintes, utilizarmos de algumas citações consecutivas de Ferro, de modo que o próprio autor venha em nosso auxílio na tentativa de destacar diferenças sutis ou que possam passar despercebidas, mas que operam um ponto de corte entre uma perspectiva relacional de interpretação da transferência e o paradigma do campo pós-bioniano.

Na visão de Ferro, a relação é entendida como “algo de específico, novo, criativo que se desenvolve ali na sala de análise e transforma os acontecimentos da transferência (seja como repetição ou como fantasmática) por meio da interpretação no aqui e agora daquilo que o paciente diz.” (Ferro, 2019a, p.65). A realidade relacional é valorizada na perspectiva do campo, porém a escuta de forma alguma se restringe ao fim último da interpretação de um aqui e agora relacional, sendo esta dimensão somente o ponto de partida para incidências sobre o intrapsíquico, a vida fantasmática e possíveis reposicionamentos subjetivos quanto à história de vida do paciente.

A noção de campo abarca, mais extensamente, uma compreensão transferencial-contratransferencial mais próxima do que Klein (1997 [1952]) e Joseph (1992 [1985]) desenvolveram em termos de transferência como situação total, considerando ainda o funcionamento intrapsíquico de cada um ali presente e suas transformações indispensáveis, em

uma abordagem mais complexa do que se poderia pensar de uma prática interacionista ou horizontalizante. Diferente de um contexto pautado em trocas dualistas, a noção de campo pós-bioniano outorga ao campo uma função terceirizante e simbolizante, visando transformações no âmbito intrapsíquico do analisando.

Outra diferença entre uma abordagem do aqui e agora relacional e o trabalho no campo é aquilo que também discrimina o modelo do campo pós-bioniano do modelo interpretativo kleiniano que, como vimos, busca encontrar nas fantasias inconscientes a sorte de qualquer interpretação analítica. Tanto a compulsão do analista em interpretar a transferência no aqui e agora quanto uma decifração constante das fantasias inconscientes provocam saturações no processo analítico. Retomando o percurso de Ferro rumo a um trabalho no campo, em ambos os casos...

(...) ainda não há espaços para a insaturação, para a abertura em direção a espaços desconhecidos ou mundos possíveis, nem as capacidades negativas do analista (Bion, 1970) permitem a capacidade de tolerar a dúvida e de esperar uma configuração não saturada do “fato selecionado” (Bion, 1962). (Ferro, 2019a, p. 74).

Em texto posterior³² sobre o mesmo tema, Ferro acrescenta:

Nele [conceito de campo], a escuta não está muito distante de como podemos imaginá-la em uma teoria relacional muito forte, mas é muito diferente o modo de interpretar do analista que não tem mais urgência em interpretar tudo continuamente em termos de transferência (ou “na transferência”, na forma relacional mais atenuada) (Gibeault, 1991), mas mantendo firmemente na mente a ideia de que não há comunicação, personagem, narração ou turbulência que não seja pertinente ao campo, pode fazer intervenções muito mais insaturadas e está sempre pronto a captar a resposta do paciente à interpretação como sinal da movimentação do campo. (Ferro, 2009a, p. 92).

Nesse percurso, ao dar-se conta de certas interpretações construídas como interpretações “de escola”, que possuem intensa qualidade teórica e já vêm “pré-cozidas” (Ferro, 2019a, p.70), Ferro destaca a importância da capacidade negativa que sustenta um não saber fundamental às transformações, e paralelamente passa a observar o modo como o analisando recebe e comunica o teor das intervenções do analista. Percebe que interpretar a todo tempo a relação implica um estilo não suficientemente receptivo, demasiadamente ativo e interacionista, capaz de despertar maiores transferências negativas e angústias psicóticas. Entende que a exatidão da interpretação não basta frente ao imperativo de o analista encontrar

³² Relembrando que a citação anterior consta no livro publicado originalmente em 1996.

uma sintonia emocional com o paciente, e de constantemente promover aberturas necessárias aos processos transformativos.

Atento à natureza afetiva das respostas dos analisandos após suas intervenções, Ferro vai construindo dentro de si um indicador do grau de saturação do campo, que ele carinhosamente chama de “meu laboratório analítico das respostas dadas pelos meus pacientes” (Ferro, 2019b, p.31). A partir desse dispositivo de escuta dos ecos em seus analisandos e as formas de expressão daí advindas – que veremos mais adiante como sendo os *derivados narrativos* –, Ferro vai construindo seu modelo de campo, que veicula mudanças teórico-técnicas importantes para o papel do analista, entre elas: o pensamento onírico de vigília e as *rêveries* como forma de sintonizar com o paciente e metabolizar o não pensado; a construção de elenco dos personagens que emergem na sessão como agregadores da história de vida, do mundo interno e também sinalizadores da atmosfera afetiva do campo; o uso de interpretações narrativas, fracas ou insaturadas; a prioridade do desenvolvimento da capacidade de pensar/sonhar através do incremento da função alfa como atividade transformadora e expansiva do psiquismo. Nesse sentido, o campo funciona como:

A relação, ou melhor, o campo, não é entendido como algo que deva ser interpretado continuamente, mas como o meio que permite operações transformadoras, narrativas e pequenos insights sucessivos, que não necessitam ser interpretados, mas que precedem outras mudanças: é justamente o campo que, à medida que é explorado, amplia-se continuamente (Bion, 1970), tornando-se matriz de histórias possíveis, muitas das quais são deixadas “em depósito”, à espera de poderem “brotar”. Há uma atenção contínua para com as capacidades de receber do paciente e para não colocar à prova sua função α , e o seu aparelho para pensar os pensamentos, mais do que possa suportar, o que causaria somente perseguição que seria imediatamente sinalizada no texto. O paciente não é acusado, ou questionado, é verdadeiramente “o melhor colega” (Bion, 1978) com o qual podem ser construídos percursos imprevisíveis; a renúncia à explicitação imediata da transferência permite “semear” percursos futuros que poderão, no momento oportuno, ser desenvolvidos, com a confiança absoluta de que mesmo o que não é interpretado imediatamente “permanece” como fio e textura do próprio campo. (Ferro, 2019a, p. 85).

Sendo assim, ao percorrer seus próprios escritos e se reencontrar com seu percurso de formação como analista, Ferro formula que no campo de intervenções insaturadas o analista respeita o atual instrumento para pensar de que o paciente dispõe, e percebe que o analista é notificado quando deve ir mais devagar com certos modos de interpretação. Em sua experiência, considera o vértice de escuta do campo um ponto de partida privilegiado para encontrar o paciente onde ele estiver, mapeando o que ele é capaz de receber como intervenção clínica. A partir desse vértice, secundariamente o processo vai abrindo espaço para narrativas que dizem

respeito à história de vida, às fantasias inconscientes do mundo interno e ao aqui e agora relacional, o que instala uma oscilação entre os diferentes vértices de escuta.

Eu penso que é fundamental perceber como a sala de análise torna-se o lugar onde acontecem as transformações, mas a partir de tudo aquilo que chega à sala através do mundo interno do paciente e da sua história, isto é, não é um aqui e agora e ponto, mas é um aqui e agora que continuamente recebe combustível através do mundo interno e da história do paciente. O ponto principal é como tudo isso é transformado na sessão e como esses personagens transformados vão reabitar, de forma diferente, o mundo interno e a história do paciente. (Ferro, 2003a, p. 41).

Nesse sentido, uma clínica que não leve em consideração a história de vida e a fantasia inconsciente tampouco se sustenta: Ferro não recomenda que o analista trabalhe somente com interpretações insaturadas e narrativas do campo (o que tornaria o trabalho analítico um circuito narrativo muito fechado em si mesmo, além de as interpretações saturadas terem o importante papel de incidirem sobre as angústias e defesas, como veremos no subitem 3.3.2. abaixo), mas adquira plasticidade para trabalhar com um contínuo balanço entre os diferentes vértices de escuta.

Na visão de Busch (2019), Ferro inclusive demonstra fazer interpretações de transferência com frequência, o que deflagraria uma inconsistência teórica e técnica por parte do autor italiano. Ao nosso ver, a oscilação entre diferentes vértices de escuta com suas respectivas intervenções configura justamente o alcance de trânsitos possíveis junto aos desafios clínicos de nosso tempo, configurando uma clínica indispensavelmente heterogênea. Desse modo, tornam-se presentes no campo as análises dos elementos da história, do mundo interno, das fantasias inconscientes e da relação transferencial-contratransferencial no âmbito das trocas conscientes e inconscientes do par.

Para escutar as trocas no campo, portanto, Ferro recomenda uma escuta dialética ou, como vimos com Figueiredo (2014b), uma escuta verdadeiramente polifônica, antenada com as formas plurais de expressão provenientes das diferentes dimensões do inconsciente. É preciso dosar, todavia, os modos de intervenção, sintonizando com a voltagem afetiva que o campo é capaz de suportar, considerando ainda que a dupla sempre irá se encontrar com certas zonas de impensabilidade e resistências compartilhadas a serem superadas.

O “romance” novo e imprevisível irá ganhar vida a partir do acasalamento, na sessão, dos dois conarradores, que terão continuamente que se haver com quanto do recalado, do cindido e do impensável entrará na atualidade do campo e com quanto a partir de tudo isso (nesse “transformado” derivado da interação entre as mentes), voltará a habitar o mundo interno e a história do paciente, sem nunca pôr a palavra ‘fim’ a essa tessitura narrativa e transformadora. A história também será um lugar “mítico” do campo e, de qualquer modo, mais do que conhecer qualquer história,

será importante aprender a ler e produzir novas línguas e novos alfabetos: ou seja, vamos nos deslocar de uma psicanálise de conteúdos e memórias para uma psicanálise que privilegia o desenvolvimento dos aparatos para sonhar, sentir, pensar. (Ferro, 2009a, p. 93).

Mas como funciona a mente do analista segundo esse modelo de escuta e como ele se posiciona de um ponto de vista ético e técnico enquanto conarrador? Como Ferro entende o uso das *rêveries* e suas imagens junto às tramas narrativas no campo?

3.3.1 *Rêveries*, transformação em sonho e *working through*

Percorrendo os textos de Antonino Ferro, encontramos a definição de *rêverie* segundo uma dupla função de base: 1. disponibilidade de mente ou condição inicial para os trabalhos psíquicos e as evoluções do campo analítico; 2. atividade de transformação dos elementos beta em elementos alfa no psiquismo, em que a *rêverie* é ao mesmo tempo parte integrante e expressão da função alfa, responsável por transformar os conteúdos emocionais brutos em elementos simbólicos, assimiláveis pela experiência subjetiva (Ferro, 2008). Nota-se, ainda, que Ferro (2017) menciona também as *rêveries* negativas (**-R**), mas estas seriam formas de disfunções ou situações limítrofes da *rêverie*, que vão desde obstruções e paralisias até situações em que a mente que deveria acolher e metabolizar acaba por projetar de volta os conteúdos impensáveis. Neste último caso, o que está em jogo é ainda a evacuação de elementos beta.

De início, encontramos um Ferro vinculado à concepção original de Bion sobre a *rêverie* enquanto disponibilidade de mente e fator de metabolização das identificações projetivas projetadas para dentro do objeto (Bion, 1994 [1962a], 2021 [1962b]). Vale lembrar que, nas poucas vezes que falou sobre *rêverie*, Bion pouco se debruçou sobre seu uso clínico, tendo vinculado tal conceito ao conjunto do amor materno, o que envolve toda uma esfera somatopsíquica no contato direto com o bebê em suas necessidades primordiais, logo algo muito distinto da *rêverie* analítica experimentada com o analisando em sessão.

Apesar de Ferro não abandonar as concepções originais da *rêverie*, mantendo-se assim vinculado a uma tradição freudo-kleino-bioniana, sua filiação não impõe inibições quanto aos usos clínicos e à fenomenologia que Ferro é capaz de descrever a partir do seu próprio funcionamento mental em sessão. Tampouco coloca restrições aos interessantes aportes que nos oferece em termos clínicos e metapsicológicos de dentro de sua perspectiva do campo.

No Capítulo 2, vimos que Ogden, diferentemente, efetua um atravessamento de paradigmas ao colocar a *rêverie* a serviço da vitalização do analisando e do terceiro analítico

(incluindo aí o próprio analista), como forma de insuflar vida em pacientes moribundos ou em uma espécie de campo analítico adormecido, paralisado, adoecido, disfuncional. A *rêverie* com Ogden torna-se, portanto, um conceito proveniente da matriz freudo-kleino-bioniana para fins de manejo clínico tal como enfatizado pelos analistas da matriz ferencziana, já que adquire a função de vitalizar pacientes apassivados e esvaziados, em um evidente entrecruzamento de paradigmas.

Ferro, por seu turno, compreende basicamente a *rêverie* em seu caráter de disponibilidade de mente em um estado de trabalho constante, e de transformação das protoemoções e dos protopensamentos (como ele prefere nomear os elementos beta) em emoções, sonhos e pensamentos capazes de adentrar o circuito psíquico, promovendo demais transformações e expansões no psiquismo. Sendo assim, a *rêverie* com Ferro opera menos como um “conceito guarda-chuva” do que com Ogden³³, seja em relação ao que a *rêverie* é capaz de abarcar no rol de fenômenos experimentados pelo analista, seja em seu alcance clínico no que tange às possibilidades de transformação no analisando a partir da *rêverie* do analista (Busch, 2019).

Mas o que há de novidade com Antonino Ferro que nos leva a procurar neste autor um enriquecimento de nosso pensamento clínico? Que contribuições o conceito de *rêverie* adquire quando em contato com o campo analítico pós-bioniano? De antemão, sugerimos que, embora com Ferro o conceito não seja tão estendido em termos de abrangência de fenômenos ou finalidades clínicas diversas, encontramos, de outro modo, toda uma elaboração e um preenchimento criativo do conceito de *rêverie*. Tal preenchimento no cerne do conceito merece nossa atenção tanto em relação à descrição clínica quanto à teoria daí decorrente, sobretudo no que diz respeito ao papel da imagem em sua interface clínica e metapsicológica.

Retomando com Ferro alguns dos problemas com os quais nós, analistas, nos deparamos, encontramos aqueles sobre como verificar e discriminar uma atividade de *rêverie*, como instrumentalizar seus possíveis usos e onde reside sua eficácia terapêutica. Tratando-se de um fenômeno psíquico inobservável, como podemos inferir a existência da *rêverie*, conferir-lhe tal estatuto, reconhecer suas possíveis expressões, depreender sua função e averiguar sua utilidade clínica? Em última instância, como uma *rêverie* pode se tornar transmissível ao outro e nele promover transformações?

Ao se deparar com tais problemas, o autor italiano busca respondê-los com a elaboração de seu modelo teórico e técnico de campo analítico, isto é, Ferro acaba relegando os

³³ Relembrando o leitor sobre a posição de Ogden: ao seu ver, a *rêverie* abrange inúmeros fenômenos como pensamentos e estados afetivos quaisquer, associações e memórias do analista, reações contratransferenciais, experiências sensoriais e somáticas diversas.

desdobramentos de tais questões ao próprio funcionamento do campo: entendido como um lugar de forças e trocas conscientes e inconscientes, circuitos compartilhados de identificações e contraidentificações projetivas, as comunicações inconscientes adentram o campo e são metabolizadas e transformadas no cerne desse território inconsciente comum, até certo ponto indiscriminado entre analisando e analista. No contexto das trocas no campo, a *rêverie* participa de modo fundamental do trabalho analítico intrapsíquico e intersubjetivo, e nesse ponto extrapola até mesmo os contornos do analista, passando a incluir as *rêveries* do próprio analisando (Ferro, 2008).

Ora, se havíamos pensado que Ferro pouco estende o conceito de *rêverie* para além de seus contornos iniciais, falar de *rêveries do analisando* não implica uma abertura talvez demasiada do conceito, rumo a uma espécie de “conceito guarda-chuva” também em Ferro? Não obstante, o autor toma a *rêverie* menos como uma técnica analítica do que como uma função psíquica mais ou menos desenvolvida e disponível, seja no analista, seja no analisando. Ou seja, vemos que Ferro não fala em *rêverie* somente como uma função técnica específica do analista (ou da maternagem original), mas como uma atividade inerente ao funcionamento psíquico humano, presente em maior ou menor grau em cada um de nós.

Evidentemente, estamos no campo dos encontros humanos e contamos com recursos em constante construção e expansão, e o próprio analista não conta com nada de extraordinário além de suas reservas constantemente nutridas e expandidas, seus recursos de sonho e pensamento, muito trabalho psíquico e, espera-se, uma boa análise pessoal. Nesse sentido, Ferro traz a *rêverie* como uma função a ser aprendida com a experiência, introjetada a partir do contato com um outro capaz de metabolizar e em seguida favorecer a instalação ou a expansão dessa mesma função dentro de si.

Então fica claro que, se o paciente em alguma medida pode contar com suas próprias *rêveries* para metabolizar sua experiência emocional, é isso que está em jogo nos momentos em que o autor menciona as *rêveries* do analisando. É também segundo este fundamento que Ferro irá afirmar que o objetivo da análise consiste no fim último da *introjeção do método* (Ferro, 2017), um método transformacional que comporta a capacidade de *rêverie* como exercício da função alfa, de modo que o analisando possa metabolizar cada vez mais e melhor os estímulos internos e externos, sonhar e pensar cada vez mais seus pensamentos impensáveis.

Nas primeiras páginas do livro *Técnica e criatividade: o trabalho analítico* (Ferro, 2008), lemos a seguinte passagem:

Do meu ponto de vista, há uma constante *atividade de rêverie de base*, que é a maneira com a qual a mente do analista continuamente acolhe, metaboliza e transforma o “quanto” chega do paciente como estimulação verbal, paraverbal, não-verbal. A mesma atividade de rêverie opera no paciente, em resposta a toda estimulação, interpretativa ou não, proveniente do analista. O objetivo da análise é, em primeiro lugar, desenvolver esta capacidade de tecer imagens (que permanecem não passíveis de serem conhecidas diretamente). O acesso a tais imagens pode ser indireto, através dos “derivados narrativos” do pensamento onírico de vigília, como veremos mais adiante. Esta atividade de rêverie de base é o fulcro de nossa vida mental, e de seu funcionamento/ disfuncionamento dependem a saúde, a doença ou o sofrimento psíquico.

O mesmo vale para a existência de uma contínua atividade de identificações projetivas de base, que são o indispensável disparador de qualquer atividade de *rêverie*. Há situações nas quais estão presentes manifestações de *rêverie* explícitas e significativas, mais frequentemente no registro visual, mas naturalmente não somente neste. (Ferro, 2008, p. 11-12. Grifos do autor)³⁴.

Retomando nossos antigos problemas, no contexto das trocas do campo ficam praticamente resolvidas as questões sobre o estatuto da *rêverie* (constante atividade mental de base), o que está na origem desse fenômeno (as identificações projetivas de base) e a sua função (continuamente acolher, metabolizar e transformar). Como contexto facilitador, o campo exerce uma espécie de força de atração sobre os conteúdos inconscientes e favorece o trânsito das identificações projetivas, cuja metabolização será feita, antes, pela capacidade de pensar/sonhar do analista, que vai oferecendo figurabilidade e sentido, imagens e palavras ao que até então se encontrava no terreno das protoemoções e dos protopensamentos. Quanto à observação ou verificação da *rêverie*, podemos somente inferi-la a partir de certos fenômenos manifestados.

Por mais que os cinco sentidos (ao menos os que até agora pudemos nomear!) nos auxiliem na metabolização constante do que está a todo o tempo nos ocorrendo e por esta razão se integrem aos fenômenos das *rêveries*, para Ferro o caráter visual e pictográfico adquire aí um lugar primordial, uma vez que é mais comum imaginarmos, fantasiarmos, criarmos cenas visuais, contando com a figurabilidade para a construção de um sonho ou pensamento. Antes de narrarmos em palavras, pensamos com imagens, e aí reside um dos grandes interesses da teoria do campo de Ferro, qual seja, o desafio de nos utilizarmos das *rêveries* que emergem nas trocas do campo como forma de promover transformações clínicas, como instrumento para ampliar a capacidade de pensar e sonhar. Com isso relembramos a outra questão colocada: como a *rêverie* é transmitida e se torna capaz de promover transformações no analisando? De que maneira as imagens nas *rêveries* expandem a capacidade de trabalho psíquico? Ao

³⁴ Na tradução para o inglês, também encontramos menção às *rêveries* do analisando nesse mesmo trecho: “The same reverie activity operates in the patient in response to any interpretative or non-interpretative stimulus from the analyst.” (Ferro, 2009b, p. 1).

percorreremos agora os demais aportes de Ferro sobre o conceito de *rêverie*, esperamos estar mais seguros para tentar responder essas outras questões.

Além de configurar uma disponibilidade de mente e operar transformações segundo o exercício da função alfa, para Ferro a *rêverie* é um dos raros fenômenos que nos colocam em contato direto com os elementos alfa (Ferro, 2021; França & Petriccioni, 2003). Estes estão presentes no sonho da noite como “uma ‘cultura’ pura de elementos α ” (França & Petriccioni, 2003, p.86), mas também constituem o pensamento onírico de vigília, aquela espécie de sonhar diurno que mencionamos anteriormente:

Outro ponto-chave é, como eu dizia no início, postular a existência de um pensamento onírico (formado pela sequência de elementos α) também na vigília. Portanto, o discurso do sonho se alarga enormemente: há um onírico na vigília e um onírico no sono. O onírico de vigília é um processo que acontece continuamente, e isso nos dá uma justificativa, inclusive teórica, para a observação de que, de um certo ponto de vista, o paciente narra na sessão o que acontece na própria sessão. O pensamento onírico de vigília permanece inatingível para nós, *a não ser pela rêverie* (aquelas fantasias vivas, sonhos de olhos abertos, que às vezes a mente do analista produz a partir das identificações projetivas do paciente) *e pelos assim chamados flashes visuais* (nos quais um fotograma da película do pensamento onírico, sempre em formação, é projetado e “visto” no exterior). *Podemos, ao contrário, conhecer os “derivados narrativos” dessa película de elementos α .* (Ferro, 2021, p. 119-120. Grifos nossos).

Ao nosso ver, aqui tem sequência o “preenchimento” do conceito de *rêverie* segundo as concepções mais criativas de Ferro. Em seus escritos, vemos o autor se utilizar de inúmeras metáforas tanto para construir teoria quanto para descrever acontecimentos clínicos. Em suas formulações metapsicológicas, Ferro lança mão de uma metáfora cinematográfica para descrever a dinâmica intrapsíquica do conjunto elementos alfa/ função alfa/ *rêverie*/ transformações.

Sugere que, em nosso funcionamento mental, os estímulos sensoriais e protoemocionais são transformados em *pictogramas*³⁵ ou *fotogramas* que consistem em subunidades do pensamento onírico de vigília. O que temos é uma certa bagunça de pictogramas criados a todo tempo, mas que, a partir de associações entre si, vão formando o pensamento onírico de vigília, dando contorno e lugar aos estímulos endógenos e exógenos. São como que fotografias mentais, imagens fugazes que vão oferecendo uma figurabilidade mínima à representação da experiência emocional. Na leitura de Rocha Barros (2000), são *pictogramas afetivos* porque carregados de afetos que mobilizam fantasias inconscientes criadas em torno de núcleos significativos da

³⁵ Conforme mencionado anteriormente, a natureza desses elementos está relacionada aos cinco sentidos, podendo ser também olfatogramas, audiogramas, etc., porém Ferro sublinha a todo tempo o que provém das imagens.

experiência. Inicialmente, são imagens em forma não discursiva, porém tocam afetivamente na medida em que têm o “enorme poder de *evocar* vivências” ou contêm “poderosos elementos expressivos-evocativos” (Rocha Barros, 2000, p. 59, 63. Grifo do autor).

Ferro descreve esse aspecto do funcionamento mental como uma espécie de “*cameraman*” que tudo filma ao longo do dia, apreendendo e construindo pictogramas a princípio sem maior nível de elaboração psíquica. Nesse ponto, estamos às voltas com as imagens que adentram o espaço mental, sem contar ainda com um posterior trabalho psíquico a partir daquilo que elas possam suscitar. No sonho da noite é onde começa o trabalho do “diretor” e do “montador”, isto é, tudo o que o “*cameraman*” filmou em termos de experiência consciente vivida se torna disponível para o trabalho inconsciente do sonho, em um segundo nível de elaboração dos elementos armazenados ao longo do dia, que passa a incluir a digestão e a transformação das experiências sensoriais e emocionais, bem como o sequenciamento em uma narrativa onírica inicial. Com o autor:

Outro ponto de vista poderia ser o de postular a existência, ao lado do “aparelho para pensar os pensamentos”, de um “aparelho para sonhar os sonhos”. Usarei a metáfora do operador de câmera e do montador-diretor para falar do sonho da noite. O operador de câmera filmou o dia todo (elementos α), e durante a noite entra em jogo uma função de montagem-direção que junta as sequências de elementos α . Há duas criações de poesia: a primeira, a meu ver mais complexa e genial, é, portanto, a formação de cada um dos elementos α – quando o protoemocional e o protossensorial são transformados em imagens (uma outra metáfora poderia ser a do pintor com uma tela). A segunda corresponde ao momento em que as telas são colocadas em sequência (somente algumas, outras são postas de lado) e é organizada “a exposição”, isto é, o sonho da noite.

Esses momentos poéticos podem ser “assassinados” pela interpretação-decodificação do sonho segundo uma determinada técnica ou grade de leitura; por outro lado, podem ser valorizados por uma *rêverie*, leitura sonhante que permite uma progressiva expansão de sentido. É como se, estando diante de uma pipa, tivéssemos duas opções: a primeira, ver como é feita e, portanto, “desmontá-la” (um ataque à criatividade); a segunda, fazê-la voar. (Ferro, 2021, p. 121-122).

O valor atribuído ao sonho noturno e ao pensamento onírico de vigília está intimamente relacionado à forma com que o sonhar enquanto função simbolizante pode ser acolhido em análise. Isto é, se junto à ética do analista está incluída uma disponibilidade de mente capaz de favorecer que os sonhos sigam sendo sonhados, priorizando a expansão da função alfa mais do que, exatamente, a decodificação dos conteúdos. A “leitura sonhante” como um elemento da técnica tem como veículo principal a mente do analista com suas *rêveries* que, além de darem início à transformação dos conteúdos impensáveis pelo analisando, possibilitam o alargamento do espectro do onírico enquanto tecido vital para a saúde psíquica.

Desse modo, o sonhar compartilhado em análise repousa não somente sobre um conjunto de técnicas, mas especialmente sobre uma ética de escuta capaz de manter, como na imagem ofertada por Ferro, pipas em voo.

Já no âmbito fenomenológico, Ferro descreve diferentes tipos de *rêverie*, elencadas em quatro em nossa leitura: 1. *rêveries* de base inconsciente, subliminar e contínua (são as *rêveries* de base, como descrevemos alguns parágrafos acima); 2. *rêveries em flash* ou curta-metragem; 3. *rêveries* em longa metragem; 4. atividades de transformação em sonho. As três primeiras ele chama de “naturais” ou “verdadeiros fenômenos de *rêverie*” (Ferro, 2017, p. 206, 211), ao passo que a última é condicionada pelo treinamento analítico.

A *rêverie em flash* consiste em uma única imagem que emerge com um caráter instantâneo e é experimentada como se fosse meio que projetada para fora da mente. Apesar de indicar que a *rêverie em flash* implica uma certa fragilidade no continente psíquico (Ferro, 2003a, p.35), não se trata de uma alucinação, mas de uma imagem com alto grau de valor simbólico que surge abrupta e inesperadamente junto a uma sensação de estar sendo vista. Ferro evoca uma memória pessoal na tentativa de explicar melhor tal fenômeno: lembra-se de alguns cinemas no Sul da Itália cujos tetos retráteis são abertos no verão, de modo que a plateia vê o céu acima da tela. Ele diz que uma *rêverie em flash* é como se o filme fosse projetado não na tela do cinema, mas para além dela, extravasando os limites oferecidos pela tela. Com o auxílio do autor:

O *flash* visual é como se a imagem da película em vez de estar na tela (dentro da mente), saísse para fora pelo teto, e a gente a visse no prédio ao lado do cinema (portanto, fora da mente).

A situação de alucinação é bem diferente: é como se houvesse uma bomba no aparelho de projeção cinematográfico, há uma explosão e são projetados pedaços de película, pedaços de uma novela, pedaços de lente, etc. Ao passo que no flash visual podemos ver qual é o fotograma, na alucinação nós temos uma evacuação tão violenta que o significado se perde, a não ser aquele de que há uma evacuação em ato. (Ferro, 2003a, p. 49).

Em um exemplo clínico:

Eu escrevi num livro, mas é um exemplo que para mim está sempre muito vivo, o que aconteceu com aquela paciente à qual eu havia pedido um aumento de honorários a partir do novo ano. A paciente teve um momento de susto, e depois, olhando para a parede em frente ao divã, disse: Estou vendo um frango que está sendo depenado! Portanto, não é uma fantasia, não é uma lembrança, é uma imagem que sincretiza o estado emocional que a paciente está vivendo naquele momento. (Ferro, 2003a, p. 35).

A *rêverie em longa metragem*, por seu turno, não ocorre através de uma única imagem, mas de uma sequência de imagens que vão se formando na mente do analista, trazendo

subsídios para a elaboração de uma narrativa, veiculando uma construção interpretativa através dessa série de imagens vinculadas entre si. Nesse sentido, o analista funciona como um “analista-enzima” (Ferro, 2021) cujas *rêveries* vão facilitando e acelerando a metabolização das experiências emocionais e a dissolução das defesas compartilhadas, fazendo evoluir o próprio campo. No cerne dessa “cozinha analítica” (Ferro, 2021, p. 54), o analista vai “cozinando o prato” antes que ele possa ser servido, contando com processos de transformação da matéria-prima bruta, reunindo os ingredientes, inserindo os temperos, cuidando da temperatura das panelas e do tempo do cozimento. Só a partir de um dado momento poderá ser oferecido (ou em certa medida devolvido) ao paciente um prato nem cru, nem passado, de propriedades nutritivas e transformadoras.

Vale ainda destacar que Ferro distingue uma *rêverie em longa metragem* das associações livres, e aqui vemos claramente outra diferença entre a concepção de *rêverie* para Ferro e Ogden, no que concerne ao risco de tornar a *rêverie* um “conceito guarda-chuva”:

Na minha opinião, há uma grande diferença entre as “associações livres” e as *rêveries*: estas últimas se caracterizam pelo contato direto com uma imagem (que, naturalmente, não será comunicável – a não ser excepcionalmente – ao paciente e nesse caso cairia na *self-disclosure*). As associações livres acontecem entre os que eu chamei de “derivados narrativos” (Ferro, 2002a, 2006b), ao passo que as *rêveries* têm a ver com um contato direto com os pictogramas que constituem o pensamento onírico de vigília. (Ferro, 2017, p. 152).

Não obstante, no que diz respeito ao quarto e último tipo de *rêverie*, Ferro estende o conceito muito além dos termos de uma atividade metabolizante de base ou um fenômeno imagético que nos coloca em contato direto com o elemento alfa. Afirmar que a *transformação em sonho* provém da experiência e do treinamento analíticos, e opera como “uma espécie de filtro mágico” (Ferro & Basile, 2013), p.18) que consiste em escutar o paciente como se, antes de qualquer fala, ele dissesse: “Eu sonhei que...”. Tal abordagem tem por intuito considerar ao máximo a sessão como uma forma de sonho – guiada pelo pensamento onírico de vigília –, de modo a favorecer uma desconstrução, uma desconcretização ainda maior da fala do paciente, facilitando o alcance de um ressonar (e ressoar) compartilhado.

Em resumo, eu diria que cada sessão torna-se um sonho compartilhado co-narrado, co-pensado (Widlöcher, 1996), co-agido, que prescinde de uma verdade real ou histórica em favor de uma verdade emocional-narrativa na qual ganham vida histórias, transformações, *insight*, especialmente atitudes, quero dizer atitudes para sonhar, para transformar em *rêverie*, em imagens o queurgia como sensorialidade e protoemoções. (Ferro, 2017, p. 261-262).

Em se tratando de uma clínica que valoriza as manifestações do sonho de inúmeras formas, o processo rumo à construção ou à expansão da função do sonhar também se depara com seu vértice oposto, qual seja, o da perturbação proveniente dos pesadelos e das formas de não sonho, instalando desafios, impasses e paralisias no campo. Nesse ponto, relembremos um dado importante: Ferro toma como base para o seu modelo de campo e modelo de mente o seminal artigo do casal Baranger (1969 [1961-62]), cujo ponto alto reside na formulação teórico-clínica do baluarte como um conglomerado inconsciente de defesas e resistências compartilhadas. Nos comentários de Figueiredo³⁶, nesse sentido Ferro navega num mar muito menos favorável que o mar de Ogden, uma vez que o mar de Ferro necessariamente tem de lidar com esses impasses. Retomando Ferro:

(...) mas a situação analítica é muito mais complexa, porque temos a formação de um texto linguístico-emocional-afetivo que não somente é gerado pela interação das duas mentes, mas tem a extraordinária capacidade de sinalizar continuamente por si mesmo as narcotizações, as supressões, as rotas de fuga: *no fundo as defesas que o campo coloca continuamente em ato e que deverão estar em oscilação com a formação de significado, do contrário haverá o impasse ou a reação terapêutica negativa ou outros sinais de mau funcionamento.* (Ferro, 2019a, p. 100. Grifos do autor).

No que tange aos desafios colocados à transformação em sonho como filtro mágico para uma escuta ou “leitura sonhante”, nesses momentos de narcotização o analista poderá ser tomado por transformações em alucinação, que inverte o funcionamento onírico, fomentando certezas e bloqueios no campo. Nesse sentido, “não existem só forças construtivas” (Ferro & Basile, 2013), pois

(...) quanto mais “objetiva”, “real” e “dramática” for a situação narrada pelo paciente, mais o analista corre o risco de perder o encantamento mágico. O campo, então, é permeado por turbulências, por turbilhões e, às vezes, por *tsunamis* de elementos beta, que encontram, no processo de transformação em sonhos, o continente de transformação que leva de potencialidades desorganizadas a formas possíveis de representação. (Ferro & Basile, 2013, p. 18).

A *transformação em sonho*, portanto, configura um elemento central no modelo de campo analítico de Antonino Ferro. Importante recurso que baliza a escuta do analista em sessão, destaca a realidade psíquica em seu caráter de ficção e virtualidade e opera como um primeiro continente possível para as turbulências emocionais. Não obstante, apesar de Ferro lhe conferir o estatuto de *rêverie*, a *transformação em sonho* não exprime um funcionamento de *rêverie* como metabolização de identificações projetivas, tampouco sugere maiores criações

³⁶ Aula proferida na pós-graduação da PUC-SP em 29/04/2020, em Seminário intitulado *A mente do analista*.

provenientes do encontro de mentes. Restringe-se ao âmbito da disponibilidade de mente, e seu “filtro mágico” sugere apenas que o analista deverá escutar dessa maneira: como se escuta um relato de sonho. Nesse ponto, será que novamente nos deparamos com o risco de esgarçamento da *rêverie* rumo a um “conceito guarda-chuva”?

Em artigo recente, o próprio Ferro (2019c) comenta a complexidade da *rêverie* e seu esgarçamento rumo a um conceito guarda-chuva, assim como acontece com a identificação projetiva, ao seu ver outro conceito que incorre nesse tipo de má sorte. Considera que podemos chamar as fantasias do analista em sessão de *rêveries*, porém “o conceito de *rêverie* de modo autêntico” (p. 590) deriva da teoria do pensar de Bion e implica um processo transformativo de elementos beta em elementos alfa.

Em todo caso, é preciso levarmos em conta que certos conceitos ocupam territórios limítrofes entre nossas tentativas de delimitação e extravasamentos inevitáveis, algo geralmente acompanhado das melhores intenções de compreensão clínica e evolução das potencialidades do saber, sendo que as incertezas inspiram e instigam reflexões e questionamentos constantes. Não por acaso, tanto a *rêverie* quanto a identificação projetiva são conceitos que buscam explicar a ocorrência das transmissões e comunicações inconscientes entre um emissor e um receptor.

Ora, aí reside um dos mistérios da clínica, quando as transmissões mais parecem apontar para uma espécie de telepatia, ou quando as comunicações não são claras, mas as afetações operam a todo vapor, provocando enigmas provavelmente vinculados à dimensão do arcaico, do infantil, em grande medida inapreensível pela consciência verbal. Com ambos os conceitos estamos, sem dúvida, circundando o campo do inefável, reunindo esforços para circunscrever e nomear o que a todo tempo escapa à palavra, e que nos dá notícias em momentos fugazes, perturbadores ou até mesmo epifânicos.

A despeito do traço um tanto inominável da *rêverie*, frente a imagens por vezes incompreensíveis que emergem na mente do analista como efeito das afetações clínicas, seguimos percorrendo tais fenômenos em prol de uma compreensão disso que nos solicita por meio da intuição. Acompanhando nosso autor, acerca dos *usos* da *rêverie*, como Ferro demonstra se utilizar deste fenômeno em sessão? Em uma passagem sobre os “verdadeiros fenômenos de *rêverie*” (que não a “artificial” *transformação em sonho*), Ferro declara:

Temos depois os verdadeiros fenômenos de *rêverie*, aqueles em que *estamos conscientes da imagem* que se forma na nossa mente *em resposta* à evacuação da sensorialidade por parte do paciente. (Ferro, 2017, p. 206. Grifos nossos).

Apesar de Ferro afirmar que a “autêntica *rêverie*” comporta necessariamente transformações de elementos β em elementos α , na leitura de Busch (2019), Ferro muitas vezes anuncia que, quando lhe ocorre uma imagem no pensamento, isso é uma *rêverie*. Busch questiona se isso não configura, antes, uma *rêverie em potencial*, uma vez que a *rêverie* é o início de um processo transformativo, em grande parte inconsciente. Busch afirma que nem toda imagem deveria ser considerada evidentemente uma *rêverie*, pois determinar que uma imagem configura um fenômeno de *rêverie* demanda maior trabalho autoanalítico do que simplesmente reconhecer conscientemente uma imagem no pensamento – em uma linguagem não bioniana, provavelmente essas imagens seriam consideradas meras associações do analista.

Ao levantar essa questão, Busch (2019) destaca que o uso das *rêveries* por Ferro aponta para um trabalho feito a partir do que está disponível no *Preconsciente*: “(...) Ferro soa como outros analistas contemporâneos que usam suas *rêveries* para escutar o que está disponível preconscientemente, e interpretar para o preconsciente (como notado em Busch, 2014).” (Busch, 2019, p. 49. Tradução nossa).

De modo parecido com Ogden, Ferro muitas vezes demonstra ficar em dúvida sobre como proceder a partir de uma *rêverie* no encontro com o analisando: se fala ou não fala da *rêverie*, se constrói uma interpretação a partir da *rêverie*, se cria metáforas e narrativas a partir da *rêverie*, mas, de todo modo, faz com que ela possa transitar no campo, ser passível de inspirar modos de intervenção clínica.

Busch (2019) observa ainda que, para Ferro, compartilhar suas *rêveries* é o mesmo que fazer uma *self-disclosure*. O desafio, nesse sentido, seria o de não recorrer a um “sincericídio” sobre o que está ocorrendo na mente do analista, mas se utilizar da *rêverie* para processar informações, contê-las e devolvê-las em momento oportuno, de forma compreensível e suportável pelo analisando. Desse modo, o analisando não só recebe elementos processados que auxiliam a entrada do antes não pensado no campo do sentido, como também recebe um método de trabalho que fomenta o desenvolvimento e o crescimento psíquicos.

Aqui então chegamos à nossa antiga e última questão colocada: como promover transformações no analisando a partir da *rêverie*? Para tal feito, Ferro afirma ser necessário, antes, um processo de transformação dentro do próprio analista: “...o lugar que dá início a toda transformação é a mente do analista.” (Ferro, 2019a, p.143). Trata-se do que alguns autores chamam de *working through* (Ferro, 2006, 2019a; Rocha Barros, 2002), que consiste em um trabalho psíquico de processamento e perlaboração. Na descrição de Ferro:

O locus da assimetria, a tão enfatizada dependência do paciente, ocorre em função do *working-through* do analista (Brenman Pick 1985) e seu trabalho contínuo. Este trabalho consiste em receber, transformar e ‘marcar’ [labelling] as identificações projetivas do paciente, modular as interpretações, escutar a forma como as observações do analista são recebidas (Langs 1978; Nissim Momigliano, 1984; Joseph, 1985; Molinari Negrini 1985), atentar para os personagens que entram na sessão sob o disfarce das respostas do paciente e assumir a responsabilidade pelo que acontece no campo, incluindo a contratransferência. A meu ver, o analista ‘depende’ do funcionamento mental do paciente e deve fornecer-lhe os elementos de crescimento ‘processados’ de um modo tal que o paciente possa recebê-los. O paciente, por outro lado, depende da capacidade do analista de *reverie* e *working through*. (Ferro, 2006, p. 158-159. Tradução nossa).

Desse ponto de vista, é imprescindível que se exerça a atividade de *working through* como uma espécie de perlaboração da *rêverie*, isto é, que o analista seja capaz de metabolizar os acontecimentos em sua mente recorrendo a mais trabalho psíquico, de modo a compreender melhor e se utilizar de um fenômeno de *rêverie* a serviço da análise. Ou seja, na visão do autor italiano, a *rêverie* por si só não basta, a *rêverie* pela *rêverie* não promove transformações. É neste sentido que o analista também cresce e expande sua capacidade de pensar/sonhar a cada analisando que recebe em seu consultório, uma vez que um analisando sempre pode nos suscitar qualquer coisa impensada até então, a partir da qual teremos necessariamente de nos colocar a trabalho.

No capítulo anterior, vimos com Ogden que a ocorrência de *rêveries* em um atendimento clínico já pressupõe aspectos salutareis, vitalizados e transformativos em um processo analítico. Em Ferro, novamente encontramos um posicionamento que pode ser considerado menos otimista do que aquele do autor americano. Para Ferro, o simples fato de o analista ter *rêveries* com determinado analisando não sugere que a análise esteja seguindo bem em seus processos transformativos. É certo que as *rêveries* podem ajudar o analista a se localizar na trama transferencial-contratransferencial, ter notícias do que se passa em um determinado momento da análise mas, para além de uma compreensão do cenário transferencial, é preciso que o analista trabalhe mais *a partir* e *através* das *rêveries* para que elas venham a operar transformações.

Mais próximo do pensamento de Ferro do que de Ogden, para o autor brasileiro Elias M. da Rocha Barros (2000), é de fato necessário o *working through* para maiores perlorações e transformações a partir da *rêverie* do analista. Rocha Barros toma como herança o pensamento de Klein e Bion sem participar, por exemplo, do que ele reconhece como uma corrente pós-bioniana que postula que o sonho nunca precisa ser interpretado pelo analista. Ao seu ver, tal postulação diverge da concepção metapsicológica de aparelho psíquico segundo a qual o sonho também comporta seus disfarces e resistências. Do seu ponto de vista, são indispensáveis tanto o *working through* a partir da *rêverie* quanto a interpretação como a maneira principal de tornar acessível ao paciente aquilo que ele não consegue acessar ou transpor sozinho:

É verdade que a produção do sonho representa um primeiro passo rumo à pensabilidade de uma experiência. Parte do significado já está esboçado no trabalho onírico de transformação de conteúdos emocionais que levou à constituição das imagens do sonho (Rocha Barros, 1997). Mas acredito que a produção do sonho seja apenas o começo do processo de elaboração emocional, ainda que este passo seja gigantesco.

[...].

A interpretação opera o que os linguistas denominam transmutação de base simbólica. Algo expresso no plano evocativo, compactado numa imagem, é transformado em linguagem verbal de explicitação de significado. Esta operação amplia o campo da consciência, abrindo a experiência para novas conexões e novos campos pulsionais. Toda linguagem tem seus limites de figurabilidade, e por isso é necessário transpor o que esta expressa por meio de imagens para um universo expressivo mais amplo constituído em torno da palavra. (Rocha Barros, 2000, p. 66).

De igual modo, Ferro postula que é somente com a colocação em palavras, através de uma construção narrativa após o *working through*, que se pode apostar em uma outra utilidade clínica para a *rêverie* – diferente da *rêverie* enquanto disponibilidade de mente e condição de base. Em uma perspectiva narrativo-transformacional do campo, para Ferro a construção de narrativas a partir das imagens promove transformações e maiores aberturas de significado, expandindo o sonhar e o pensar via compartilhamento não somente do conteúdo simbólico da imagem, mas sobretudo do seu potencial simbolizante. Isto que é capaz de animar demais trabalhos psíquicos a partir das imagens ressurgem nesse ponto de nossa pesquisa, instigando a investigação das vicissitudes da *rêverie* no encontro analítico.

Veremos, a seguir, como a perspectiva narrativo-transformacional do campo conta com o auxílio dos personagens, dos derivados narrativos e das interpretações não saturadas no contexto de um *sonhar compartilhado em análise*.

3.3.2 Personagens em busca de um autor, interpretações não saturadas e derivados narrativos

No percurso de transformação dos elementos β em elementos α e da expansão da capacidade de pensar/sonhar, os personagens surgidos na sessão operam como veículos de transformação e modos de contar aquilo que o campo precisa expressar. Compõem a representação da experiência emocional vivida em um dado momento, e ao mesmo tempo são fruto de operações mentais realizadas por analisando e analista no circuito das trocas no campo.

Os personagens configuram uma espécie de holograma afetivo do funcionamento mental da dupla, como uma imagem em 3D criada a partir de focos de luz vindos de diferentes

direções, provenientes dos vértices de experiência e observação de ambos os participantes, fruto de suas grupariedades internas. Emergem na cena analítica como figuras presentes no discurso manifesto e nas histórias trazidas, nos relatos de sonhos, desenhos e brincadeiras, importando menos por qual porta adentram a sessão e mais pela função que empreendem, qual seja, a de transmitir emoções a serem processadas através dos seus papéis.

Os personagens ajudam a compreender e transformar a experiência emocional em processo de ser metabolizada e assimilada, na medida em que a dupla abre margem para que sejam exploradas suas histórias, seus comportamentos, suas qualidades, os pontos de vista e enredos capazes de suscitar. Ocupam o lugar de protagonistas, coadjuvantes e figurantes a depender do seu grau de importância e permanência dentro do campo. Não se restringem a uma natureza antropomórfica ou animada, e são caracterizados por sua extrema mobilidade, podendo transformar-se, transfigurar-se, além de terem a liberdade de ir e vir, isto é, do mesmo modo que adentram a sessão, dela podem sair a qualquer instante, transitando por entre palcos e coxias da cena analítica. Nesse sentido, pertencem a uma dimensão transicional, lúdica e paradoxal.

Em uma escuta balizada pela transformação em sonho, isto é, que busca “onirizar” ao máximo o discurso manifesto a fim de valorizar a realidade psíquica, podemos dizer que os personagens ocupam um lugar no teatro dos sonhos da análise (Ferro, 2006). No teatro dos sonhos, as imagens e as palavras se integram aos personagens, que por sua vez oferecem matéria, forma, cor, figura, corpo e voz aos enredos narrativos. Assim, atuam representando sentimentos e emoções, tecendo narrativas, participando da construção de um léxico familiar e de mitos *ad hoc* que vão metabolizando a experiência emocional vivida a cada instante e ao longo do processo analítico.

Em muitos casos, um personagem mal terá se constituído ou ainda não poderá ser utilizado como meio de transformação simbólica, e o teatro da análise terá de se guiar por uma espécie de coro grego, na maior parte do tempo tomando o analista como porta voz de uma narrativa mais generalista acerca do que está se passando. Nesses casos, mais do que a transmissão de conteúdos, é um certo envoltório da comunicação que se torna vetor principal do diálogo analítico, pegando carona no tom de voz do analista, na qualidade emocional de cada palavra na tentativa de dar contorno, figura e nome a zonas mudas ou inexprimíveis do psiquismo.

Tomando como inspiração a peça de Luigi Pirandello (1867-1936) *Seis personagens à procura de um autor* (1921), Ferro & Basile (2013) sustentam que os personagens vão

adentrando a cena analítica à medida que se constrói o próprio autor ou, melhor dizendo, o pensador/sonhador capaz de alfabetizar as protoemoções através dos personagens:

O campo se torna “hora e lugar” de promoção de histórias e narrações que são resultado do processo de alfabetização das protoemoções presentes no par.

[...].

As transformações do campo são mediadas por um processo contínuo de conarração entre analista e paciente, que se tornam “dois autores em busca de personagens” (Ferro, 1992, 2002), alfabetizando as protoemoções e facilitando a sua constante evolução. (Ferro & Basile, 2013, p. 20).

O analista, por seu turno, participa com uma “cooperação ao roteiro” (Ferro & Basile, 2013, p.24), cujos personagens agregam valor a um nível inicial de simbolização compartilhada, uma vez que comportam uma trama de afetos e sentidos cada vez mais elaborados através do diálogo analítico. Desse modo, acompanhado de imagens e narrativas, os personagens da sessão se tonam *agregados funcionais* (Ferro, 2019a) capazes de promover transformações sucessivas, encarnando situações que movimentam o campo e expandem as possibilidades de trabalho psíquico.

Enquanto sinalizadores do que se passa em uma análise, os personagens também podem assinalar microfraturas da comunicação analítica ou até mesmo condensar estruturas defensivas provenientes de turbulências emocionais e das identificações projetivas cruzadas. Os personagens, portanto, habitam o campo sinalizando o funcionamento mental da dupla em suas diferentes qualidades. Nesse cenário, o analista deve estar atento a tal função sinalizadora, cabendo-lhe a tarefa de se utilizar desses dados para elaborar elementos de sua contratransferência em prol da manutenção da assimetria da relação e das evoluções do campo.

Vale a pena destacar que a “escolha do elenco” é, ainda, uma escolha estética. Isso quer dizer que um personagem não necessariamente se impõe. Ele pode ser selecionado de dentro do conjunto de relatos, sonhos e *rêveries*, ou valorizado em algum traço específico, desde que acompanhado de uma aposta na promoção de expansões de sentido, desenvolvimentos e transformações. Com Ferro:

Assim, por tentativa e erro, através de montagens sucessivamente interrompidas, o sonho da sessão ganha vida, com um personagem escolhido pelo sonho do paciente, um outro cuja escolha para o elenco é derivada de uma *rêverie*, um outro que é trazido diretamente pelo paciente. Na verdade, precisamos primeiro fazer as compras (escolher o elenco) e depois cozinhar, ou seja, realizar o sonho da sessão. (Ferro, 2014, p. 73-74).

Em excelente artigo de Civitarese (2016), encontramos um caso clínico bastante difícil e delicado, cuja análise se desenvolveu através dos personagens surgidos na sessão e nas *rêveries* do analista. Antes da ampliação do diálogo analítico por meio das *rêveries* e dos personagens, a paciente (que o autor chama de A.), chegava a passar sessões inteiras em silêncio, provocando uma situação de impasse na análise, ao mesmo tempo sugerindo a existência de um sofrimento intenso, inacessível, inominável. A barreira autística na qual a paciente se envolvia apontava para um cenário desértico, que o analista sentia como sendo de um extremo vazio, miséria afetiva e falta de contato objetal, provocando nele próprio uma sensação de opressão. Era como se o tempo precisasse ficar parado.

Em um dado momento, entregando-se menos tensamente ao silêncio da sessão, Civitarese gradualmente passa a entrar em maior sintonia com seu corpo, sua postura e o que está ao alcance de seu campo visual, como se A. chamasse sua atenção para níveis mais primitivos de não integração somatopsíquica. A partir desse estado de mente que conta com uma importante capacidade negativa, o analista tem uma *rêverie* seguida de associações: imagina-se em uma piscina com A., que por sua vez ainda não tem vontade de entrar na água.

A partir dessa imagem, o analista relembra uma viagem que fizera certa vez, em que estava diante de um mar belíssimo, porém logo se deu conta que o mar estava repleto de águas-vivas. Tal lembrança faz o analista pensar que A. não entra na água porque está paralisada pelo medo. Pergunta-se se A. pode ver algo que ele próprio não consegue ver, e então pensa em tubarões – será que a paciente os sente ou pode vê-los? Na sequência, lembra de outro paciente que uma vez lhe dissera, jocosamente, que havia nadado com tubarões, mas se manteve tranquilo pois sabia que os mesmos já tinham sido alimentados.

Por meio desse conjunto de *rêveries* e associações, o analista reformula a situação com A.: a questão analítica passa a ser, naquele momento, como alimentar tubarões de modo a torná-los menos perigosos. O primeiro efeito disso é o analista sentir que o relógio é recolocado em movimento – é possível voltar a ter esperanças.

Civitarese começa a perceber de um outro modo os pertences que a analisanda costuma trazer para as sessões. A. tem na bolsa e nos sapatos imagens e palavras que passam a ser notadas pelo analista de uma nova maneira, e que são integradas ao fluxo de *rêveries* e associações, servindo para compor um roteiro com personagens e narrativas inaugurais. Repentinamente, causa-lhe surpresa o nome “Puma”, e entende que a ferocidade dos tubarões na verdade diz respeito aos personagens puma, ao pensar que, em função da história de vida de A., há algo feroz e primitivo que desperta muita raiva, talvez daí sua necessidade de manter-se sempre muito quieta, tantas vezes “fingida de morta” quando confrontada com o terror.

O analista entende que essa é a maneira que A. criou para se defender internamente das disruptivas “emoções-puma”. Do outro lado da bolsa, o analista nota o desenho de dois coelhinhos se afagando, personagens que também começam a adentrar a cena analítica de modo a incluir temas sobre ambivalência, amor e ódio. Seguindo o (co)autor:

Dificuldades à parte, apesar de nosso silêncio quase total, estamos começando a escrever um roteiro, que já começa a ter um pequeno elenco. A “distribuição dos papéis” (Civitarese, 2013) já começou, enquanto tentamos encontrar atores suficientemente bons para representar o papel das (proto-)emoções que ainda não encontraram seu lugar na cena da análise.

[...].

É assim que a turbulência produzida pelo meu contato com A. começa a despertar minha função-alfa para começar a formular e estruturar um dispositivo psíquico que lhe permitirá representar (e possivelmente furar) a “bolha” de tristeza em que ela vive há tanto tempo. Através de uma narrativa que se desenvolve sem palavras, ela agora é capaz de colocar uma série de fragmentos de si mesma e de sua vida no palco que a análise lhe oferece. (Civitarese, 2016, p. 308).

Por meio de outras bolsas que a paciente passa a trazer e que incrementam os circuitos narrativos, torna-se possível começar a brincar, e por vezes as sessões se iniciam como uma espécie de jogo: “Qual é a bolsa de hoje?!” , o analista pergunta e a paciente sorri. Essa possibilidade de experimentar a análise de uma forma, a princípio, despretensiosa, passou a incluir discussões sobre diversos livros e filmes relatados pela paciente, incluindo um em que ela conta que o protagonista se transforma em um gato, e em seguida diz ao analista: “Tipo o que deve estar acontecendo aqui.”. Seguindo novamente o (co)narrador:

Devido às minhas/nossas constantes tentativas de criar sonhos, parece que o puma está lentamente se transformando em um gato domesticado! O que quero dizer com isso é que emoções violentas, incontroláveis, estavam agora a ponto de se transformar em pensamentos. Continuo a escutar por novas imagens para surfar, provenientes de A. ou de mim mesmo, que poderiam – ou não – confirmar após *coup* que estávamos em contato. (Civitarese, 2016, p. 311).

Desse modo, a capacidade negativa e a *rêverie* (Bion, 1994 [1962a], 2021 [1962b], 2006 [1970]), bem como o estado de regrediência e a figurabilidade do analista (Botella & Botella, 2002, 2005, 2016) passam a oferecer representabilidade a elementos não simbólicos veiculados pela expressão corporal e pelas perturbações no *setting*, sendo que tanto o corpo quanto o dispositivo analítico comportam uma forma de comunicação semiótica. Nesse contexto, o trabalho analítico que inclui capacidade negativa, identificação projetiva, *rêverie*, figurabilidade, escolha dos personagens, construções e interpretações narrativas favorece o contato afetivo com zonas mudas do psiquismo, possibilitando a construção de uma linguagem capaz de adentrar o campo do sentido e nomear a experiência emocional.

Ainda algumas palavras de Civitarese que elucidam seu pensamento clínico sobre a análise de A.:

Nas áreas autistas e psicóticas da mente, a questão principal que devemos abordar é a difícil tarefa de como traduzir os dados protossensoriais (elementos beta) da experiência em imagens. [...]. Para criar um significado para o paciente e com o paciente, estaremos em uma posição de construí-lo, pictograma por pictograma, e assim desenvolver uma função de “figurabilidade básica”, ao invés de tornar explícitos seus níveis mais complexos. Com efeito, é impossível a princípio para esses pacientes e diádes analíticas “filmar” a realidade – em cenários favoráveis, depois de um longo tempo gravando filme de curta-metragem, isso pode tornar-se possível. Inicialmente, as imagens só podem ser feitas uma por vez: inicialmente elas ficarão fora de foco e em tons de cinza, depois mais claras e mais coloridas.

Foi o que tentei fazer com A., utilizando as noções de identificação projetiva, rêverie, além da oscilação entre capacidade negativa e fato selecionado. Eu me envolvi com ela, em primeiro lugar, permitindo que meu pensamento operasse de modo regressivo e, em seguida, “reconstruindo” a cena ficcional do setting, restaurando a sua natureza rigorosamente inclusiva. Assim, de modo lento, consegui “introduzir personagens” progressivamente no campo analítico. É fundamental ressaltar que, ao fazer isso, não segui um procedimento pré-estabelecido ou mecânico. Eu simplesmente “esperava que eles aparecessem para escalá-los”. Ou seja, em um estado de capacidade negativa, rêverie e atenção flutuante, coloquei minha fé na minha intuição analítica e espontaneidade, apenas verificando se cada “personagem” era adequado – tinha bastante talento, por exemplo – para desempenhar certo papel. Essa abordagem permitiu-me acessar as “lágrimas traumáticas” no tecido do inconsciente inacessível não reprimido do paciente. (Civitarese, 2016, p. 315-316. Grifos do autor).

Na perspectiva narrativo-transformacional, o método interpretativo pega carona nas *rêveries*, nos personagens e na construção de narrativas para atuar, especialmente, em forma de interpretações fracas ou não saturadas (Ferro, 2019a). No contexto do campo pós-bioniano, o estilo interpretativo clássico sofre mudanças, atuando menos como decodificação dos conteúdos inconscientes e interpretação da transferência para priorizar uma potencialidade semântica mais ampla, mantendo a compreensão analítica sempre com aberturas possíveis ao inesperado e às expansões de sentido. Não busca extrair um significado do discurso do analisando, mas ir tecendo uma construção de sentidos compartilhados que vão dando contorno e lugar à experiência emocional não elaborada. Nesse caso, uma interpretação nunca é exaustiva, pois está constantemente tomando forma junto a um halo semântico ampliado; está a todo tempo se construindo e se refazendo a quatro mãos, favorecendo a continuidade da capacidade narrativa do paciente e a internalização da qualidade transformadora da interpretação.

As interpretações não saturadas podem adquirir o tom de conversações, de comentários e narrativas sobre o que está se passando em uma sessão. Utilizam-se, muitas vezes, da função mediadora dos personagens de modo a intervir sobre algo que o campo tenta comunicar. Podem

ser entendidas como intervenções mais sutis, em certo grau dissolvidas no campo, mas que nem por isso deixam de incidir sobre as produções do inconsciente em suas diferentes formas expressivas, incluindo aí as expressões transferenciais, sempre presentes nos circuitos do campo.

Utilizam-se também do léxico familiar e dos mitos *ad hoc* criados em análise, de modo a alcançar o mesmo nível de comunicação gerado pelo paciente, considerando que o pré-requisito para qualquer simbolização é a alfabetização dos elementos *beta* em vias de serem elaborados e assimilados, construindo e expandindo o repertório simbólico. Isso porque, com muitos pacientes, contamos somente com fragmentos de protoemoções, que devem ser recolhidos e processados até que possam começar a nomear uma experiência. Por exemplo, por um longo período, pode ser possível unicamente captar a emoção presente em uma comunicação e começar a nomear coisas como “raiva”, “ressentimento”, “desorientação”, antes de adentrarmos as interpretações de conteúdo. Nesse sentido, as narrações tomam corpo a partir das unidades de significantes, considerando que nem sempre há, de antemão, um texto pronto para ser encontrado, traduzido, interpretado, mas que justamente precisará, antes de mais nada, ser alfabetizado.

A despeito de o trabalho no campo enfatizar as interpretações fracas ou insaturadas, as interpretações fortes/saturadas podem e devem operar de acordo com uma oscilação entre os diferentes vértices de escuta e intervenção. De fato, as interpretações fortes têm um papel indispensável quando se faz necessário um confronto com as defesas e resistências, de forma ativa, pontual e unívoca por parte do analista, promovendo uma reorganização do campo, ajudando a recolocar a análise em movimento. No entanto, antes de se tornar uma interpretação transferencial clássica, muitas vezes a interpretação precisa empreender uma longa viagem:

(...) poderíamos dizer que uma interpretação viaja desde interpretação insaturada no campo a interpretação insaturada do campo até interpretação insaturada na transferência e a interpretação saturada de transferência. (Ferro, 2017, p. 265).

O percurso de uma interpretação, em todo caso, precisa respeitar o texto do paciente (Ferro, 2019a). Isso pressupõe um cuidado para que a interpretação não se guie por uma linguagem exclusiva do analista, tampouco por um método aplicado das teorias de sua preferência. É preciso, antes, contar com suas capacidades negativas e de *rêveries*, e com o que emerge no campo em termos de verdade emocional da relação transferencial-contratransferencial.

Tal leitura de Ferro, evidentemente inspirada em Bion, pretende decompor uma certa compulsão interpretativa que tantas vezes se instala e se propaga nas práticas psicanalíticas. Isto é, o analista pode até ser um ótimo intérprete dos conteúdos a serem decodificados, mas

pouco terá a oferecer em termos de transformação da experiência emocional se não estiver disponível e permeável a estados emocionais profundos. É importante que o analista possa participar e intervir de dentro da cena analítica, ocupando verdadeiramente o lugar de um interlocutor que se afeta e que coopera com as construções em conjunto, no cerne de um espaço potencial compartilhado:

Estas observações estão ligadas a um tema de caráter mais geral, que concerne o respeito pelo “texto do paciente”, ou seja, a necessidade do paciente de ter um interlocutor que divida com ele as suas narrações (inserindo-se nelas com uma contribuição própria e participando, assim, da sua evolução), em vez de um analista que extraia significados e substitua o texto do paciente com a “versão oficial da verdade psicanalítica”.

[...].

Trata-se, portanto, de interagir com o texto do paciente, num encontro que respeite toda a sua riqueza semântica potencial, que coloque em movimento um processo de alfabetização dos elementos β , que permita a experiência comum de áreas emocionais antes subtraídas à pensabilidade, que organize pouco a pouco narrações compartilhadas e compartilháveis, sempre amplamente não saturadas, construídas a duas vozes e fruto da relação. (Ferro, 2019a, p. 189-190).

Na visão do campo, é importante atentar para o que o paciente comunica após uma interpretação. Podemos ter notícias sobre como o paciente processou tal intervenção, se pôde sonhar a interpretação e o que emerge a partir daí em termos de um novo potencial dialógico. A resposta do paciente à interpretação poderá modular novas interpretações conforme a voltagem suportada pelo campo, uma vez que a comunicação do analisando participa com os derivados narrativos de sua função alfa em atividade. Os ecos de uma interpretação empreendem, portanto, um percurso através da função alfa ativada pela interpretação do analista, utilizando-se dos pictogramas recentemente formados no pensamento onírico de vigília.

Como dissemos no item anterior, temos acesso à função alfa de modo direto através dos sonhos (quando dormindo) e das *rêveries* (quando acordados), e de modo indireto através dos derivados narrativos da função alfa. Os derivados narrativos ganham expressão por variadas vias ou gêneros narrativos, entre eles: através de uma lembrança de infância, do relato de filmes e livros, do relato de um fato testemunhado ou um relato de sonho, podendo também ganhar forma através de derivados lúdicos (brincadeiras), derivados gráficos (desenhos), derivados sensoriais (frio, calor, tosse ansiogênica, etc.) e derivados motores (expressão corporal, gestos e atos). Os derivados narrativos são assim considerados, geralmente, a partir de uma interpretação feita pelo analista ou pelo que o analista, ele próprio, desperta no paciente, uma vez que o analista não deixa de ser uma fonte de estímulos para o paciente.

Por exemplo, se a interpretação provoca a formação de pictogramas de elementos alfa que remetem à dor e violência, os derivados narrativos poderão se expressar através de relatos como: a lembrança de um pai que certa vez provocou dor e humilhação, a lembrança de um filme em que o protagonista era um *serial killer*, a lembrança de um dia o paciente ter testemunhado um acidente de carro, um sonho em que uma divindade grega perseguia o paciente, tentando atingi-lo com lanças, e por aí vai. Esses exemplos poderiam configurar diferentes gêneros narrativos no texto manifesto do paciente, a partir de uma interpretação que remetia à dor e violência. Vale dizer que novos personagens também poderão surgir nesse conjunto derivativo, e poderão ser utilizados para futuros nós narrativos, servindo a demais transformações e evoluções do campo.

Tendo como inspiração a Narratologia difundida por Umberto Eco, Ferro acrescenta à teoria da técnica o modo narrativo de escuta e interpretação, entendendo as transformações narrativas a nível de um onírico recíproco. Tanto o analista quanto o paciente se engajam em uma modalidade narrativa que aposta na capacidade mitopoiética do campo para promover (micro)transformações através de um (re)sonhar contínuo no encontro de mentes. A clínica do campo de Antonino Ferro torna-se, portanto, uma clínica de muitas metáforas, muitas construções poéticas, pegando carona em elementos da cultura quando se aposta que estes podem ampliar a trama do sentido e promover transformações subjetivas. Ainda que a interpretação comporte seus limites, as leituras são plurais e um texto é potencialmente sem fim. Nesse sentido, podemos entender um texto – e uma análise – sempre como uma obra aberta.

Com frequência, as associações de Ferro com a literatura, o teatro, o cinema, bem como sua escrita criativa nos incentivam a seguir tecendo associações com dispositivos da cultura que incrementam a trama simbólica que nos humaniza. Ora, se desde Freud a situação analisante constitui-se como um dispositivo facilitador para sonharmos os sonhos não sonhados junto a outrem e assim termos testemunhados e elaborados nossos traumas e nossa dor de existir, com Ferro encontramos uma verdadeira honraria a essa necessidade demasiadamente humana e essa forma primordial de busca em cada encontro humano.

Como uma garrafa lançada ao mar – esperando e sonhando com futuros interlocutores –, nesse ponto de nossa elaboração já contamos com o embasamento de Ferro acerca do tema das *rêveries* e da dimensão onírica presente na teoria e na técnica do campo analítico pós-bioniano. Seguimos, então, a construção do pensamento clínico com uma escuta cada vez mais voltada para a dimensão do sonhar compartilhado em análise, finalmente com a discussão do caso clínico apresentado no início do capítulo.

3.4 Discussão do Caso Marina: criação e autoria no teatro dos sonhos

Que aconteceu ao morador da verdade desses textos perdidos e desses roteiros esquecidos? Digamos que essa verdade esteja para ser construída no teatro psicanalítico dentro da dialética da lembrança, da fantasia e da ilusão. [...]. A análise pode ser para alguns o único jeito capaz de liberá-los dos papéis escritos com antecedência, e nos quais se repetem de maneira lancinante as mortes e a dor psíquica.

McDougall, 2015 [1986].

Na Discussão do Caso Marina, construiremos o pensamento clínico a partir do reconhecimento de dois momentos distintos de *rêverie* ao longo do processo analítico. O primeiro conta com as *rêveries* da analista no início do tratamento, ao passo que o segundo momento conta com o encadeamento de sonhos e *rêveries* da própria analisanda. Buscaremos nomear o sonhar compartilhado em análise no entrecruzamento de sonhos e *rêveries* da dupla analítica, na tentativa de mapear possíveis processos transformativos e expansões dos trabalhos psíquicos no cerne das trocas transferenciais-contratransferenciais, especialmente no que diz respeito ao incremento das capacidades de pensar e sonhar.

A teoria do campo pós-bioniano, tal como abordada nos itens anteriores deste capítulo, servirá de base para nossa fundamentação teórico-clínica, e além disso contaremos com interessantes formulações de Figueiredo (2009, 2014c), de M'Uzan (1977 [1976], 1995 [1978]), McDougall (2015 [1986]) e Bollas (2015 [1987]) encontradas nos caminhos da pesquisa, a fim de melhor compreendermos o lugar das imagens no processo analítico de Marina.

Na esteira do que aprendemos com Bion e Ferro, nós todos nos ocupamos com algo de um protomental que faz uma exigência de trabalho para vir a se tornar um conteúdo pensado, sonhado, elaborado psiquicamente com propriedades simbólicas. Embora essa exigência se torne maior em momentos críticos da vida, a todo tempo somos invadidos por estímulos internos e externos e dispomos de instrumentos apenas relativamente capazes de metabolizar os elementos brutos sensoriais e emocionais pela via dos trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes. O que está na esfera do protomental tenderá a tomar saídas extrarepresentacionais e evacuativas a menos que, através da função alfa que transforma os elementos beta em elementos alfa, possa se tornar um conteúdo nutritivo e expansivo para a vida anímica. Isto é, se não criarmos maiores defesas contra os estados emocionais brutos, poderemos transformá-los pela via dos sonhos, das construções narrativas, das elaborações em análise, dos chistes e brincadeiras, de produções artísticas diversas, e por aí vai, percorrendo

essa espiral que nos lança a um trabalho psíquico constante e nunca de todo finalizado em torno da apreensão simbólica da experiência humana.

Nesse sentido, em reiterados momentos ao longo da vida precisamos de alguém que opere junto a nós essas transformações psíquicas através de sua própria função alfa, ajudando-nos a pensar o impensável, oferecendo sentido, por entre imagens e palavras, à nossa experiência emocional vivida, mas ainda não pensada. Essa segunda mente auxilia a expandir ou até mesmo a constituir, em casos mais graves, a capacidade de pensar e sonhar, sobretudo quando esse auxílio não pôde ser tão bem concedido ou não ter encontrado meios favoráveis para que fosse desfrutado nos primórdios da vida psíquica. Contar com a capacidade de *rêverie* e continência de um outro alguém acaba por promover um alívio emocional e um apaziguamento das turbulências mentais, favorecendo a (re)instalação dos trabalhos psíquicos intimamente relacionados com a criatividade. No caso clínico que agora discutimos, logo no início da análise de Marina estive às voltas com esse tema, o qual foi ganhando mais força ao longo do processo analítico com seus desdobramentos subsequentes.

Na primeira sessão, Marina enumera coisas que não vão muito bem em sua vida, mas sua queixa principal é a de querer lidar com elas de forma mais satisfatória e criativa, como quem busca encontrar na análise, de fato, um dispositivo facilitador para que suas perturbações possam ser atenuadas por uma criatividade que ela reconhece em si própria, mas que tem andado adormecida. Entendo que seu pedido de análise não se refere a um tema circunscrito como família, relacionamento amoroso ou trabalho, por exemplo, mas justamente à *forma* com que pretende lidar com qualquer conteúdo capaz de provocar turbulências. Marina de algum modo me diz que espera (re)encontrar isso que, justamente, nos é tão vital: despertar os aspectos criativos do psiquismo, algo fundamental para pensarmos os pensamentos e sonharmos nossos sonhos ainda não sonhados.

Ao longo do processo, vou me dando conta que Marina carrega consigo esses instrumentos para pensar e sonhar, mas que no momento inicial da análise eles não se encontram tão “à mão”, tão disponíveis para animarem os circuitos simbólicos de elaboração psíquica e serem utilizados de forma transformadora. Em muitos desses momentos, minha posição é a de devolver, de forma metabolizada, os conteúdos turbulentos que ela vem trazendo e que parecem encontrar dificuldades no trajeto de serem compreendidos e adquirirem algum sentido, incluindo o reconhecimento das experiências emocionais em curso e seus efeitos diversos. Vou com ela buscando uma forma de simbolizar os conteúdos que soam distantes de sua apreensão subjetiva, emprestando meu aparelho de pensar (Green, 2017 [1975]) ao espelhar e nomear certos estados afetivos: “Acho que isso te deixou muito chateada...”; “Você esperava

que tal coisa acontecesse, por isso ficou muito frustrada...”; “Você se sente compreendendo a todos, mas queria ser compreendida em tal necessidade sua também...”.

Ora, aqui já temos alguma notícia de como as *rêveries* da analista ocorreram e puderam ser utilizadas neste que localizo como o primeiro momento da análise. Acredito que o espelhamento e a nomeação da experiência emocional operaram através de *rêveries* em termos de receptividade e atividade de base capaz de transformar os elementos beta em elementos alfa, isto é, segundo a formulação original de Bion (1994 [1962a], 2021 [1962b]) de *rêverie* enquanto disponibilidade de mente e metabolização dos elementos brutos projetados para dentro do objeto por meio de identificações projetivas. Nesse sentido, meu funcionamento mental não contou necessariamente com aquela gama de fenômenos que criam *rêveries* em sua qualidade mais expressiva (matrizes narrativas através de imagens, devaneios do analista, ideias vagas, lembranças...), muito utilizadas por Ogden e mais próximas do que havia ocorrido no Caso Clara, em que as imagens que emergiram em minha escuta possibilitaram um maior contato afetivo e foram determinantes para as construções narrativas ao serem ativamente ofertadas à analisanda.

Como vimos no capítulo anterior, no Caso Clara as *rêveries* operaram, especialmente, para fins de *holding* e vitalização diante da necessidade de uma presença implicada, com maior elaboração imaginativa por parte da analista. Naquele caso, as imagens em minha escuta ajudaram não somente a digerir e devolver a experiência emocional de Clara, como também a manter-me viva e desperta, com uma postura participativa e conectada à analisanda, e de igual modo mantendo vivo o terceiro analítico e a própria análise. É provável que as *rêveries* também tenham ativado a capacidade de pensar/sonhar de Clara, no entanto a função de continência teve um efeito secundário diante da urgência de *holding* em termos de sustentação e continuidade no tempo e no espaço, de agasalhamento psíquico e delineamento das fronteiras egoicas. Em suma, com Clara estavam em jogo questões em torno da própria constituição do *self*, da continuidade do ser e da experiência de sentir-se viva no mundo.

No mar de Clara, era impossível boiar; era preciso, antes, viver a ilusão de controlar o mar, a fim de não sucumbir ao desalento de um mar revolto, e somente em seguida ir criando meios para atravessar o mau tempo, contando com algumas redes de segurança pelo caminho. No mar de Marina, como veremos, é possível não somente boiar, mas também entregar-se ao fundo do mar com suas belezas e aventuras e, ainda que algum temor se instale, é possível reativar recursos oníricos que contornam os desafios pelo caminho, como reconhecer uma cauda de sereia que permite nadar e respirar, como encontrar uma chave capaz de destrancar a menina presa no fundo do mar.

Também o aspecto circense surgido em ambos os casos se anuncia com Marina de forma menos ameaçadora: com Clara, qualquer movimento da menina trapezista ameaçava sua integridade física e mental (como na *rêverie* em que, ao ser narrada, confundi trapezista com malabarista, uma substituição que atenuava o terror diante do qual nos encontrávamos). Com Marina, o personagem não corre o risco de cair da linha equilibrista ele próprio; desta vez, o palhacinho imaginado pela analisanda é de fato um malabarista e, ainda que ele esteja girando de forma inebriada, a ameaça de queda diz respeito somente às coisas que ele carrega, isto é, ele pode até perder uma parte de si através das bolinhas coloridas do seu malabarismo, porém outra parte restará preservada.

Assim como precisamos, às vezes mais, às vezes menos, de um auxílio junto à nossa capacidade de pensar, ninguém está a salvo de novas demandas de *holding*, especialmente em momentos mais críticos da vida, quando a oferta se faz mais do que bem-vinda. Tanto o *holding* quanto a continência e a *rêverie* constituem funções antitraumáticas do objeto primário (Cintra, 2003) e são fundamentais para a constituição do psiquismo. Cabe relembrar brevemente suas especificidades a fim de fundamentar nosso pensamento clínico (que desta vez envereda pela função continente da *rêverie*), evitando assim maiores confusões entre os conceitos e suas respectivas funções. Contamos para isso com o auxílio de Ogden:

Vejo o *holding* de Winnicott como um conceito ontológico relacionado antes de mais nada com o ser e sua relação com o tempo. Inicialmente, a mãe protege a continuidade do ser do bebê, em parte isolando-o do aspecto “não eu” do tempo. A maturação envolve a gradual internalização pelo bebê do *holding* materno da continuidade de ser do bebê ao longo do tempo e de seu fluxo emocional.

Por contraste, o conceito continente-contido de Bion está fundamentalmente relacionado com o processamento (sonhar) de pensamentos derivados da experiência emocional vivida. A ideia de continente-contido trata da interação dinâmica entre pensamentos predominantemente inconscientes (o contido) e a capacidade de sonhar e pensar estes pensamentos (o continente). (Ogden, 2010, p. 121).

O *holding* materno, portanto, reduz a cesura do nascimento por meio de uma sintonia rítmica e de uma afinação emocional junto às necessidades físicas e psicológicas do *infans*. Tal função será progressivamente internalizada pelo bebê, abrindo margem para a experiência dos fenômenos transicionais e da capacidade para estar só. A função de continência, por seu turno, ocupa-se mais especificamente do processamento e da transformação da experiência emocional inconsciente, cuja forma primordial se dá através dos processos de pensar e sonhar, em uma interação dinâmica entre continente-contido, em que o contido diz respeito aos pensamentos e o continente à capacidade de pensar e sonhar. Tanto o continente quanto o contido são processos vivos que, na melhor das hipóteses, estão sempre se expandindo e se transformando:

O “continente” não é uma coisa, mas um processo. É a capacidade para o trabalho psicológico de sonhar, operando em conjunção com a capacidade de pensamento pré-consciente semelhante ao sonho (devaneio), e a capacidade para pensamento de processo secundário plenamente consciente. [...].

Quando o relacionamento de continente (a capacidade de sonhar, tanto no sono quanto na vigília) e contido (pensamentos inconscientes derivados da experiência emocional vivida) é de “mútuo benefício e sem dano a nenhum dos dois” (Bion, 1962a, p. 91), o crescimento ocorre tanto no continente quanto no contido. Em relação ao continente, o crescimento envolve um aumento da capacidade de sonhar a própria experiência, isto é, a capacidade de realizar trabalho psicológico (predominantemente inconsciente). A expansão da capacidade de continência no setting analítico pode ocorrer na forma de o paciente começar a lembrar de sonhos aos quais ele e o analista fazem associações – associações que parecem reais e expressivas do que está acontecendo inconscientemente no relacionamento analítico. [...]

O crescimento do contido se reflete na expansão da extensão e profundidade dos pensamentos e sentimentos que somos capazes de derivar de nossa experiência emocional. Este crescimento envolve um aumento na “penetrabilidade” (Bion, 1962a, p.93) de nossos pensamentos, isto é, uma tolerância “para suportar incertezas, mistérios, sem uma busca irritável por fato e razão” (Keats, 1817, citado por Bion, 1970, p.125). Em outras palavras, o contido cresce ao tornar-se mais capaz de abarcar a plena complexidade da situação emocional da qual ele deriva. Uma forma da experiência de crescimento do contido envolve a descoberta pelo paciente de que uma experiência passada adquire um significado emocional que não tinha anteriormente. (Ogden, 2010, p. 129; 131-132. Grifos do autor).

No Caso Marina, o *holding* clínico se apresenta, sobretudo, segundo a chance de a analisanda se reencontrar com sua criança – aliás, muito viva e presente, ainda que relegada à própria sorte –, desta vez sem o imperativo de ter de cuidar dos adultos, podendo então, ela própria, passar a ser cuidada (a isso voltaremos mais adiante, retomando outros pontos importantes sobre o surgimento dessa criança na análise).

Com Figueiredo (2009, 2014c), entendemos que o *holding* se faz presente segundo todo o conjunto de sustentação clínica que permite que outros processos transformativos possam se dar. No livro *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea* (2009), Figueiredo entende o *setting* analítico como um dispositivo da cultura incluído entre as chamadas “práticas de recepção”, que oferecem ao indivíduo determinadas funções de cuidado e a possibilidade de construção de sentido diante das vicissitudes da vida e de sua existência ao longo do tempo. De início, encontramos as dimensões do cuidado junto ao objeto primário e, em seguida, nos demais encontros individuais e nas coletividades das quais participamos dentro de uma vida em sociedade. No dispositivo analítico, o papel do analista engloba não somente as funções de *holding* e continência, como também de reconhecimento/espelhamento (segundo Winnicott e Kohut) e interpelação/convocação (segundo Laplanche e Alvarez), tornando o analista um agente cuidador que virá representar essas diversas figuras da alteridade com suas respectivas funções, todas elas igualmente necessárias ao desenvolvimento psíquico e à atividade de fazer sentido.

Ao mesmo tempo que as dimensões do cuidado comportam diferenças e especificidades, elas se atravessam e se complementam umas às outras. Em trabalho posterior, Figueiredo (2014c) vem até mesmo considerar uma dupla qualidade na função continente, em que a “continência ativa” pressupõe uma “continência passiva”. Isto é, para que os processos metabólicos da mente possam operar, é preciso contar necessariamente com uma qualidade de sustentação, como uma espécie de lastro de *holding* entrelaçado com a função continente:

Convém agora assinalar a dupla dimensão do continente: a continência precisa ser porosa, elástica, receptiva, compreensiva e transformadora; e ao mesmo tempo ela requer uma grande capacidade de contenção para funcionar como suporte e barreira, não permitindo que os conteúdos acolhidos ‘vazem’ ou ‘transbordem’ de forma indiscriminada ou, pior, retornem imediatamente à sua origem, os sujeitos angustiados, antes do trabalho de *rêverie* e antes que aqueles tenham adquirido alguma capacidade de, por sua vez, contê-los novamente. Nesta medida, embora seja possível diferenciar entre o *containing* de Bion e o *holding* de Winnicott (cf. Ogden, 2004), a tarefa de ‘continência ativa’ (os processos metabólicos da mente, como a *rêverie*, implicando a elaboração, interpretação e devolução dos elementos projetados) pressupõe a ‘continência passiva’, a simples, mas segura e essencial, sustentação. (Figueiredo, 2014c, p. 131).

Uma vez que as dimensões do cuidado se atravessam mutuamente, ao considerarmos um conjunto de *rêveries* e tentarmos diferenciar qual função lhe foi mais relevante ao construirmos nosso pensamento clínico, não estaríamos incorrendo em uma categorização demasiada dos cuidados, segmentando excessivamente nossas funções clínicas? Lembramos, no entanto, que desde o início da tese viemos tentando circunscrever o fenômeno e o conceito de *rêverie* considerando importantes formulações teórico-clínicas, e que embora nossas ofertas terapêuticas se sobreponham, a heterogeneidade dos cuidados e a escuta polifônica devem se precaver de um ecletismo esterilizante.

Se no capítulo anterior as *rêveries* com Clara sugeriram uma função de *holding*, sustentação e continuidade no tempo-espço, atravessando paradigmas entre as escolas de psicanálise, no Caso Marina as *rêveries* parecem ter operado uma função diferente, e é isto o que tentamos compreender agora. Além disso, a pesquisa no *a posteriori* da clínica e a construção teórica em psicanálise buscam, justamente, oferecer inteligibilidade para os fenômenos experimentados, possibilitando não somente a transmissão entre pares sobre o que parece ter ocorrido em um determinado encontro clínico, como a compreensão para o analista acerca do que se passou na cena em que ele próprio esteve presente. Nesse percurso sinuoso, perscrutamos conceitos, levantamos e descartamos hipóteses, de início contando com a barafunda de nossa memória acerca do que se passou em uma análise, mas tendo como combustível o nosso desejo de saber e a curiosidade pelos fenômenos inconscientes.

No Caso Marina, portanto, apesar de minha hospitalidade e sustentação abrangerem propriedades de cuidado tais como *holding*, espelhamento e testemunho, seguimos com a hipótese de que minhas *rêveries* no início da análise tiveram, sobretudo, uma função de continência, isto é, de processamento dos pensamentos e elaboração da experiência emocional rumo à construção de sentido. A *rêverie* enquanto disponibilidade de mente e atividade psíquica de base me permitiram entrar em contato com o que me era possível acessar ou inferir da experiência emocional em curso, metabolizando os pensamentos selvagens e oferecendo-os de volta com qualidades simbólicas e de forma assimilável pela analisanda, como em um processo digestivo capaz de processar e absorver gamas de sentido a partir da experiência relatada.

Segundo Figueiredo (2009), a atividade de fazer sentido equivale a uma experiência de integração e implica dar forma, sequência e inteligibilidade, estabelecendo ligações e atravessando turbulências emocionais e ameaças de loucura, ativando os processos criativos. No âmbito da continência, a atividade de fazer sentido leva o analisando a (mais) sonhar, ou seja, a capacidade de transformação do analista auxilia o analisando a tornar seus conteúdos reconhecíveis, toleráveis e interpretáveis, “...ajudando a sonhar, ajudando a dar forma, colorido, palavra e voz aos estratos mais profundos do psiquismo.” (Figueiredo, 2009, p. 137). Isso se relaciona intimamente com a criatividade em sua potencialidade infinita de promover leituras autorais acerca do vivido, incluindo aí outros desdobramentos de experiências e atividades estéticas no âmbito das produções culturais e das obras de arte.

Com Marina, em vários momentos eu buscava nomear a qualidade afetiva que acompanhava um acontecimento, por vezes me utilizando do que seu discurso fazia sentir em mim, mas que parecia distante da experiência emocional acessada por ela. Acredito que, nesses momentos, estavam em jogo *rêveries* a partir de identificações projetivas inoculadas para dentro da analista, de modo que uma segunda mente pudesse pensar o impensável até então. Não sem me questionar se o que eu sentia era parte do que ela tentava comunicar, algumas vezes eu apostava, dizendo: “Acho que uma coisa dessas dá muita raiva, você não acha?”. Entendendo que minhas *rêveries* com Marina se ativeram à função de continência como processamento da experiência emocional, elas mantiveram-se, portanto, atreladas à matriz de pensamento freudo-kleino-bioniana. Como sugere Ferro (2021), estive presente como uma analista-enzima, cujas *rêveries* facilitaram e aceleraram a metabolização das experiências emocionais, fazendo evoluir o campo analítico.

Podemos pensar que o campo evolui à medida que Marina tem seus elementos “*balfa*” processados, favorecendo a instalação do segundo momento da análise. Segundo Ferro (2017, 2021), os *balfa* são elementos já não tão brutos ou bizarros que, ao invés de tomarem vias evacuativas, são conservados como fatos não digeridos, aguardando possibilidades de

acolhimento e transformação. Encontram-se em trânsito entre os elementos *beta* e *alfa* e estão parcialmente alfabetizados, como se aguardassem um “empurrãozinho” de um dispositivo facilitador para logo encontrarem vias de maior processamento psíquico.

No segundo momento da análise, Marina passa a trazer seus sonhos e *rêveries* de modo tal que sugere estar em curso uma reativação de sua criatividade, considerando a ativação dos dois *locus* de criatividade na mente, como proposto por Ferro (2016): o primeiro consiste na transformação de elementos *beta* em *alfa* através da função *alfa*. O segundo *locus* de criatividade diz respeito à construção de narratividade a partir da sequência de pictogramas do pensamento onírico de vigília, incluindo os derivados narrativos de quando essas imagens são projetadas para fora – sem, no entanto, perderem sua qualidade onírica –, como que vistas em um *flash* visual. O uso que Marina pode fazer dos sonhos e devaneios durante a sessão revela que tais conteúdos se tornam desfrutáveis e gratificantes, facilitando a apropriação simbólica das experiências passadas e incrementando o repertório disponível para experiências futuras. Como sugere Ogden em seu mais recente trabalho: “A experiência do paciente de ser criativo no ato de comunicar é parte essencial do processo de ‘sonhar a si mesmo mais plenamente na existência’, em um vir-a-ser de uma forma que é unicamente sua.” (Ogden, 2022, p.58).

Acredito que o reencontro com sua criatividade se vinculou, ainda, a um importante registro de memória que Marina trazia consigo e que representava sua potencialidade criativa: o teatro! No relato clínico, encontramos o seguinte trecho: “Por esse caminho [início de pensabilidade e narratividade], fomos nomeando os sentimentos e as experiências, como que oferecendo falas a um teatro com o qual ela começava a se encontrar, desta vez o teatro interno de suas próprias emoções.” É nesse sentido que Marina foi construindo toda a sua análise em torno de um teatro dos sonhos, só que dessa vez oferecendo voz e narrativa à experiência emocional dela própria, a contar com os personagens que ia encontrando-criando pelo caminho ou, em outras palavras, personagens que emergiam no campo em busca de um autor que pudesse, enfim, pensá-los.

Marina começa a criar essa autoria contando com um primeiro personagem que emerge no campo: o palhacinho. Em uma sessão em que ela recorda aspectos desregrados de sua infância (hábitos familiares que geravam confusão em sua noção de tempo e espaço), o palhacinho surge a partir de um *flash* visual (Ferro, 2003a, 2017, 2021), em um fenômeno quase alucinatório experimentado dentro da sessão. Mantendo os olhos abertos, Marina diz que começa a *imaginar*, e logo em seguida diz que começa a *ver* coisas que giram, entre elas um palhacinho que faz malabarismos, e que tenta a todo custo não deixar as bolinhas caírem. Quando demonstro interesse pelo palhacinho, ela acrescenta, emocionada: “O palhacinho sou eu”.

Com o auxílio desse personagem, Marina começa a elaborar sua posição no seio familiar, de sempre ter sido aquela que tentava cuidar do ambiente e das relações, levando alegria para as pessoas, tentando harmonizar um ambiente confuso ou de humores complicados, que pouco se disponibilizava às necessidades das crianças. Vamos nos encontrando com sentimentos de abandono e injustiça, e nesse compasso vou compreendendo que as tentativas de reanimar o ambiente, harmonizar e alegrar configuravam uma defesa da pequena Marina contra a depressão. As posições de cuidado se invertiam: Marina havia sido uma criança levada a cuidar das turbulências dos adultos, e contava com pouca continência por parte do ambiente que auxiliasse a elaboração de sua própria experiência emocional.

Parecido com o Caso Clara, também no Caso Marina encontramos vestígios de um abandono afetivo na infância, já que ambos os casos ilustram situações de crianças que precisaram cuidar muito cedo de si próprias ou que tiveram, de algum modo, de cuidar do ambiente ao seu redor. Ogden (2022) nos conta sobre casos em que o paciente precisou criar um certo método para proteger sua sanidade mental e preservar a vida em sua tenra infância, algo que desperta no autor um imenso respeito e até mesmo sua mais terna admiração. Na vida adulta, no entanto, o paciente segue limitado em aprender com a experiência e se engajar em relações maduras com objetos externos e internos e, em última instância, tornar-se si próprio de modo original e satisfatório. Ogden percebe que uma frequente “inabilidade” para fazer análise pode estar relacionada com a manutenção daquele antigo método de sobrevivência e, no entanto, a dor psíquica que acompanha essas limitações é o que levará o paciente à análise, com a esperança de encontrar auxílio para construir meios mais favoráveis para lidar com os sentimentos aterrorizantes.

Para além das elaborações em análise (a elas voltaremos mais adiante), o processo analítico de Marina contou com idas e vindas entre evoluções e paralisias no campo. Em suas relações amorosas, era comum Marina (re)viver situações de opressão ou violências que se davam de forma sutil ou disfarçada, frente às quais ela encontrava dificuldades em se certificar de suas percepções. Ou seja, estava em questão se ela pensava com mente própria ou se seus pensamentos se confundiam com o que vinha do outro; se algo de fato estava acontecendo ou se ela inventava uma situação³⁷.

Em meio às elaborações durante as sessões, não raro Marina experimentava um branco no pensamento, “um nó na cabeça” que interrompia o curso elaborativo. Nas trocas do campo,

³⁷ Figueiredo (2009) aponta que, se as dimensões dos cuidados primordiais adquirem o tom de falhas relevantes, isso terá incidências sobre a auto estima, a autoimagem e até mesmo o teste de realidade.

acabei tendo eu mesma uma forte vivência de paralisia no pensamento, quando da ocasião em que o tempo-espaço me pareceu suspenso por alguns segundos, provocando um estranhamento inclusive somático. Naquele instante, a única coisa que pude criar sobre o que ocorrera se deu através de uma imagem, quando pensei que aquela vivência parecia uma situação de quando o sinal da televisão é pausado e a cena fica congelada. Com a diferença que, ali, éramos nós duas dentro daquela espécie de televisão ou, melhor dizendo, certa câmara de ressonância cuja cena não é exatamente vista por mim, mas experimentada em 360 graus com todo o meu corpo, uma vez que eu me sentia paralisada junto ao que via e ouvia. Como podemos compreender tal situação?

Se nos apoiarmos em Ogden (2013a), conforme visto no capítulo anterior, é provável que tomaremos tal vivência como uma *rêverie*, ao seu ver capaz de abranger sensações nebulosas com efeitos perturbadores e fenômenos psicossomáticos. Se nos apoiarmos em Ferro, poderemos considerar a ocorrência de *rêveries* negativas ou **-R** (Ferro, 2017), que podem incluir desde obstruções ou paralisias na *rêverie* até situações limítrofes, em que a segunda mente que deveria acolher e transformar acaba por projetar de volta os conteúdos que a mente inicial precisou evacuar.

Nesse caso, pelo menos de início não teríamos uma *rêverie* com qualidades transformadoras, mas sim uma analista inundada por elementos *beta* da analisanda, em que a crueza do material projetado pode provocar turbulências e colocar em xeque as fronteiras egoicas da própria analista, antes que o conteúdo possa ser metabolizado. Se buscarmos outras inspirações para fenômenos estranhos que ocorrem durante a sessão, encontraremos em Michel de M'Uzan (1977 [1976], 1995 [1978]) sua interessante formulação sobre as quimeras psíquicas.

Michel de M'Uzan (1921-2018) foi cofundador do IPSO e trabalhou com casos graves, psicossomáticos e terminais, tendo escrito sobre os trabalhos psíquicos do morrer e os trabalhos criativos, dedicando-se também ao tema do funcionamento mental do analista em sessão que, ao seu ver, ultrapassa o âmbito da contratransferência. Utiliza o termo *rêverie* de modo coloquial e sem se ater à formulação conceitual bioniana, referindo-se mais amplamente a devaneios que participam do funcionamento mental humano e, portanto, se apresentam na clínica tanto no analista quanto no analisando. No texto *Contre-transfert et système paradoxal* (1976), de M'Uzan descreve um fenômeno singular que acompanha nossa prática clínica, presente em momentos em que o analista percebe uma atividade psíquica diferente e incomum em si próprio:

Bruscamente surgem representações estranhas, frases inesperadas e gramaticalmente construídas, fórmulas abstratas, imagens coloridas, devaneios mais ou menos elaborados, a lista não é exaustiva, mas o que importa acima de tudo é a falta de conexão compreensível com o que está ocorrendo atualmente na sessão. [...] Coisa notável, elas [as representações estranhas] não suscitam nem angústia nem desprazer, quaisquer que sejam seus conteúdos. O analista está sobretudo surpreso [...]. O que ele experimenta então é uma sutil mudança de estado, algo como uma leve oscilação que, paradoxalmente, não é acompanhada por uma queda de atenção. A relação dessa experiência com certos estados brandos de despersonalização é evidente. (de M'Uzan, 1977 [1976], p. 165. Tradução nossa).

A posteriori, quando o analista pode pensar sobre esses estados a princípio incompreensíveis, nota-se que ocorreu uma alteração em seu próprio sentimento de identidade, como se os limites do seu mundo interno tivessem sido borrados, provocando uma sensação de alienação momentânea. Segundo de M'Uzan (1977 [1976]), os encontros humanos se desenrolam em um interjogo de identidades espectrais, isto é, a identidade participa de uma individualidade, mas ao mesmo tempo engloba uma parte do outro com o qual está em relação. Assim, as identidades não configuram entidades fixas, elas vacilam, sobretudo quando se trata de um analista disposto a criar uma hospedagem em seu inconsciente e deixar-se invadir por cada analisando dentro das particularidades do encontro.

A porosidade do aparelho psíquico do analista propicia uma maior abertura para novas atividades fantasmáticas, e nessa dinâmica têm lugar os pensamentos paradoxais, como se uma pessoa pensasse no lugar da outra. No caso, o analista começa a pensar os pensamentos potenciais do analisando que ainda não adquiriram vias de simbolização, mas que não deixam de ser transmitidos por uma comunicação entre inconscientes. Dentro desse sistema paradoxal, as quimeras são criações experimentadas em um estado quase ou definitivamente alucinatório, especialmente quando deflagram uma vivência de despersonalização do analista. De M'Uzan entende que tais momentos são amostras de uma situação atravessada pelo não simbolizado, e é justamente através desses fenômenos estranhos que a mente do analista se colocará a serviço da simbolização.

As quimeras podem abrigar imagens hipnagógicas como que surgidas de um estado entre o sono e a vigília, pensamentos esquisitos e enigmáticos, sensações ameaçadoras difíceis de serem decifradas, certo enlouquecimento provisório. Emergem no encontro analítico como criaturas mais ou menos monstruosas que o dispositivo analítico, por sua própria natureza, convida a virem à tona. Formam-se na complexa interseção entre os inconscientes e os pré-conscientes da dupla, como uma neoformação parecida com o terceiro analítico de Ogden, porém como que vistas por um lado mais macabro.

Em tal contexto, o analista funciona como uma espécie de antena-escudo: antena de modo a captar a transmissão inconsciente, e escudo como forma de resistência à desagregação, como uma proteção para seguir pensando com mente própria (de M'Uzan, 1995 [1978]). As quimeras que se formam na mente do analista demandam um trabalho psíquico criativo ao mesmo tempo que já comportam em sua própria natureza uma dimensão de criatividade: ainda que de forma incipiente, as quimeras resultam da conjugação dos trabalhos psíquicos da dupla, abrindo margem para outras ideias, imagens e fantasias em uma mistura fértil, uma espécie de caldeirada psíquica compartilhada na cozinha analítica. Desse caldeirão, analista e analisando poderão encontrar demais ingredientes nutritivos para seguirem expandindo os trabalhos psíquicos em análise.

Não estou certa do que pude fazer, enfim, com a estranha experiência de sentir a situação analisante paralisada como uma televisão sem sinal. Creio, todavia, que me foi possível acessar um pouco os “nós na cabeça”, o “branco no pensamento” que Marina relatava, dessa vez em um modo de comunicação que me fazia *sentir junto com ela* a dificuldade de contar com suas percepções para acessar a verdade de sua experiência emocional. A interrupção da continuidade e a sensação vertiginosa ampliavam o caráter de confusão no tempo-espaço, algo que ela relatava desde o início da análise também através de alguns sonhos e devaneios, como o do palhacinho, cujo traço inebriado não deixou de participar da elaboração psíquica.

Compreendo que minha vivência pôde representar (ou melhor, nossa vivência compartilhada pôde *apresentar*, não *in absentia* ou *in effigie*, mas *in loco!*) as idas e vindas inerentes ao próprio trabalho de simbolização, cujos processos de ligação são sempre, em algum grau, atravessados por ameaças de desligamento ou interrupções nos processos de pensar. E, nesse sentido, a noção de campo analítico nos ajuda a reconhecer os circuitos que vão se formando dentro do campo com sua força de atração, capaz de comportar múltiplas dimensões de identificações e contraidentificações projetivas no aqui e agora da relação transferencial-contratransferencial.

Como aponta Gurfinkel (2008), o sonho ou o colapso do sonhar são psicodramatizados no espaço da análise, de onde concluímos a importância da dimensão estética da análise. Dando continuidade à citação feita no capítulo anterior acerca da estética da recepção da escuta do analista, aqui acrescentamos que “o ‘teatro de transferência’ ganha no espaço onírico de ressonância contratransferencial do analista um complemento imprescindível.” (Gurfinkel, 2008, p. 322). Assim sendo, no teatro dos sonhos da análise, o analista é convocado a contracenar com o analisando a dimensão intersubjetiva de sua vida anímica.

Na cena analisada, estivemos às voltas com a incapacidade de sonhar a experiência emocional, em um instante não de sonhar compartilhado, mas de colapso do sonhar (Gurfinkel, 2008), mais próximo de uma resistência compartilhada. Relembrando de M'Uzan com a questão das quimeras, a comunicação inconsciente não se dá apesar das resistências, ela se dá sobretudo através delas, e sua inquietante estranheza nos leva a produzir, na melhor das hipóteses, mais e mais trabalho psíquico.

Demais elaborações psíquicas se deram através de sonhos e devaneios que Marina foi relatando ao longo do processo. O palhacinho, personagem inaugural do seu teatro dos sonhos, manteve-se em um lugar especial na coxia da análise, tendo se tornado parte de nosso léxico familiar, sempre disponível para voltar à cena quando o assunto era ter de fazer malabarismos para cuidar de mil coisas ao redor. A partir desse “Primeiro Ato”, novos personagens passaram a compor nossa escolha de elenco (Ferro, 2014), servindo de base para novas elaborações em análise.

Quando Marina parte em uma viagem para um lugar estrangeiro, longe do contexto familiar, demonstra acessar um espaço mais côncavo dentro de si, menos invadido pelo outro, mais disponível ao seu mundo interno com seus próprios conteúdos. No primeiro sonho trazido para a análise, surgem alguns personagens, entre eles: o golfinho, a menina sereia e outra menina sereia presa no fundo do mar. O golfinho leva a menina sereia não só para uma linda e surpreendente viagem, mas a um encontro com ela mesma junto a seu mar, opa, seu mundo interno. É lindo de se ver, mas há temores pelo caminho: será possível respirar?³⁸

Debaixo d'água tudo era mais bonito
Mais azul mais colorido
Só faltava respirar
Mas tinha que respirar

O temor de sufocar logo se esvai quando percebe que sim, consegue respirar! Por isso mesmo, conclui ser ela uma sereia, que então pode prescindir da ajuda do golfinho e nadar por conta própria, constatando a existência de uma bela cauda como um novo e bem-vindo recurso. Passada a angústia, é um deleite nadar, nadar e nadar, desbravar mares em um passeio que volta a ser bom.

³⁸ Convido o leitor a embarcar em um devaneio que me ocorre enquanto discuto este novo “Ato” do teatro dos sonhos de Marina. Enquanto escrevo, o devaneio é o de que surge um coro para narrar tal “Ato”, que entoia na voz de Maria Bethânia os poemas de Arnaldo Antunes intitulados *Debaixo d'água/ Agora*, presentes no álbum *Mar de Sophia*.

Debaixo d'água ficaria para sempre
 Ficaria contente, longe de toda gente
 Para sempre no fundo do mar
 Mas tinha que respirar

Até que se encontra com algo aterrorizante: há uma menina presa em uma jaula no fundo do mar!

Agora que agora é nunca,
 Agora posso recuar,
 Agora sinto minha tumba
 Agora o peito a retumbar

A menina sereia empenha-se em abrir a grade a fim de soltar a menina presa que, como ela, é uma sereia, já que pode respirar. Ao trazer o sonho para a análise, Marina elabora que a menina presa não era outra pessoa que não ela ali também.

Agora tenho mais memória
 Agora tenho o que foi meu
 Agora passa a paisagem
 Agora não me despedi
 Agora compro uma passagem
 Agora ainda estou aqui
 [...]

 Agora a mão de quem me trouxe
 Agora é só meu corpo nu
 Agora eu nasço lá de fora
 Agora minha mãe é o ar
 Agora eu vivo na barriga
 Agora eu brigo pra voltar
 Agora

Com esse sonho de Marina, é interessante notar como os personagens constituem meios para que as experiências emocionais possam ser narradas, compreendendo ainda o relato do sonho como um importante derivado narrativo da função alfa em andamento, promovendo mais associações e elaborações psíquicas (Ferro, 2021).

Como bem destaca Gurfinkel (2008), “a poesia do sonho torna a prosa da vigília mais viva” (p.308), e a construção narrativa junto aos personagens favorece a elaboração dos posicionamentos subjetivos geralmente ocupados desde a tenra infância, uma vez que os personagens também podem representar partes do *self* do analisando. É nesse sentido que Joyce McDougall (2015 [1986]) confere à situação analisante uma espécie de palco onde poderão ser encenados os Teatros do Eu.

McDougall frisa que, no encontro com a alteridade, a pequena criança tem de negociar com os sentimentos de amor e ódio, com os anseios de destruir e agradar, buscando uma

possível solução para seus desejos primitivos e os conflitos daí provenientes, em uma formação de compromisso entre satisfazer a si mesmo mantendo o outro preservado. Aí começam os Teatros do Eu, em que o Eu responde ao mundo externo ao mesmo tempo que abriga um teatro íntimo, de bilheteria fechada, onde personagens diversos se agitam e anseiam por entrar em cena. O Eu configura a instância que faz a mediação entre o mundo interno e o externo, mas, além disso, comporta outras facetas cujos protagonismos poderão ser acessados e analisados no teatro da análise. Com McDougall:

O Eu de cada indivíduo ajusta suas contas com o passado de modo contínuo e assim reproduz, incansavelmente, os mesmos dramas; justamente aqueles que o Eu de outrora, ainda criança, vivera em sua vontade de sobreviver psiquicamente em meio a um mundo de adultos. [...]. Ignorando sua própria criatividade, o autor dessas peças privadas as experimenta, na maior parte do tempo, como produções em que ele tem um papel a desempenhar, em que ele deve fazer gestos e enunciar réplicas que, contudo, são postas em cena em outro lugar, dirigidas por outros. [...].

Retomados ao teatro psicanalítico, todos os personagens da vida psíquica – partes de si ou do outro, objetos externos e internos, amados e odiados – põem-se a reconstituir seu texto, a procurar suas réplicas; eles entram pelo lado direito com a esperança de voltarem a sair, pelo lado esquerdo, com uma história, um desejo próprio e um lugar definido na genealogia. [...]. Assim, abre-se diante do Eu do analisando um novo cenário para que nele faça evoluir seu teatro secreto, e um novo teatro no qual poderiam fazer-se ouvir essas vozes perdidas. Experiência inaugural em que os personagens internos vão finalmente poder interpretar o indivíduo e obrigá-lo a retomar o fio de um discurso interrompido quando ele era criança. O que se dirá, então, em contraponto às misérias do corpo e do espírito, será ouvido pelo Eu pela primeira vez, em suas próprias associações, como uma revelação. Um discurso dele desconhecido. (McDougall, 2015 [1986], p. 14; 17-18).

Nos Teatros do Eu, ganham destaque a questão da autoria, da possibilidade de uma análise lançar luz sobre o protagonismo do analisando, cuja construção e apropriação discursiva deve advir ao centro do palco, para além do discurso instaurado pelo outro, perante o qual o Eu foi se adaptando como parte de uma negociação inevitável. Espera-se, com isso, que o Eu possa ocupar papéis novos ou mais originais, expandindo sua criatividade e autonomia.

Os Teatros do Eu seguiram de vento em popa no palco onírico dos sonhos e devaneios de Marina, e é com máximo respeito e gratidão que fui adentrando e me interessando cada vez mais por este seu teatro íntimo de bilheteria fechada. No Capítulo seguinte, iremos problematizar o fascínio que pode ocorrer no encontro com as bilheterias fechadas de nossos analisandos, particularmente a partir de um relato de caso em que as imagens surgidas no campo comprometeram minha função analítica, quando por um longo período topei, inconscientemente através de nossos sonhos sem fim, o convite a contracenar com o analisando certos aspectos de suas relações objetais precoces.

O acontecimento seguinte na análise de Marina foi através do relato de um devaneio que ela teve enquanto fazia uma sessão de acupuntura. Conta que “viu” um elefante, me esclarecendo que era como um sonho, mas ela não dormia, e sim imaginava toda a cena e seus vários desdobramentos. Era um elefante fêmea que a levava para um passeio. No dorso da “elefanta”, era possível deitar e relaxar enquanto Marina era transportada até um laguinho onde crianças brincavam.

Como o golfinho, penso, a elefanta era uma espécie de veículo, e ambos levavam Marina para passear e acessar partes de si: sua parte presa, sua parte criança. Surge um ato falho em seu relato do devaneio em que, no lugar de “tromba”, Marina diz que a elefanta abraçava as crianças no laguinho com sua “trompa”. Ao redigir o caso, digo que naquele momento da sessão “permiti-me associar junto com ela”, porém agora, nesse novo momento de elaboração e construção do pensamento clínico, acredito ser importante problematizar tal situação. Relembrando minha fala: “Trompa! Esse feminino que abraça crianças... A trompa da mulher, a trompa da mãe, a tromba da elefanta que abraça crianças e o abraço da sua mãe, que você me conta que pouco abraça as crianças...”.

Não mais entendo que tal intervenção tenha sido uma mera associação. A partir do encontro com Ferro (2019a), acredito que naquele momento eu lancei mão de uma interpretação forte, saturada, deflagrando o inesperado em seu discurso, me utilizando para isso de elementos de sua história de vida. No diálogo analítico, tantas vezes as associações de analisando e analista se sobrepõem e se complementam, porém o mais relevante a destacar aqui é a intencionalidade presente em minha fala. Ofereci relevo ao traço feminino e maternal da elefanta, todavia deslizando minha própria associatividade para os aspectos de ausência e abandono que Marina tanto me falara. Não que não fizesse sentido, porém na sequência lidei com o risco de ter cortado o “voo da pipa”, como Ferro sublinha ser importante manter “no ar” o diálogo analítico junto aos pensamentos oníricos de sonho e de vigília, sem que se operem cortes bruscos capazes de desiludirem o analisando, obstruindo as esferas transicionais, oníricas e lúdicas do seu discurso.

Naquele momento, minha escuta se distanciou da transformação em sonho, enfatizando realidades já sabidas ao invés de manter a escuta da sessão como um relato de sonho (Ferro & Basile, 2013). Era, inclusive, um relato de devaneio, mas frente ao qual eu me adiantei com uma oferta de decodificação de conteúdo. Vale a pena retomar a passagem de Ferro que nos leva a analisar tal situação:

Esses momentos poéticos podem ser “assassinados” pela interpretação-decodificação do sonho segundo uma determinada técnica ou grade de leitura; por outro lado, podem ser valorizados por uma *rêverie*, leitura sonhante que permite uma progressiva expansão de sentido. É como se, estando diante de uma pipa, tivéssemos duas opções: a primeira, ver como é feita e, portanto, “desmontá-la” (um ataque à criatividade); a segunda, fazê-la voar. (Ferro, 2021, p. 121-122).

O analista, no entanto, está presente. Sua escuta faz relevo e sua espontaneidade também participa da cena. A construção do pensamento clínico *a posteriori* não concede passagem livre a tudo permitir em sessão, tampouco deve fomentar idealizações que só cabem a uma imaginação de fora da sessão. No instante seguinte à interpretação saturada, Marina emociona-se com o que parece fazer sentido, enquanto vou tentando entender meu movimento. Por que eu construía ali uma interpretação tão colada à realidade, ao menos a realidade histórica tal como Marina me contava (ou tal como eu era capaz de entender)? Como Ferro sublinha, estaria eu me utilizando de uma típica fala “de escola”, que geralmente está correta, porém “o analista encontra o que sabe que está procurando” (Ferro, 2019a, p.65)?

Para nossa sorte, o que eu temi como um corte no voo da pipa ou uma refeição “crua” – ou melhor, “passada” – oferecida à paciente, não lhe causou indigestão, provavelmente por se relacionar com algo que já estava entre nós há bastante tempo: o ter de cuidar-se sozinha, não contar com objetos primordiais a bem agasalhar e conter. Parece-me, todavia, que além de eu sinalizar o ato falho, não quis perder a oportunidade de desdobrar minhas lembranças acerca de suas antigas elaborações. Entendo que no momento coloco em pauta, portanto, a busca por uma negociação entre sustentar uma escuta cada vez mais guiada pelas pegadas do onírico, em uma clínica capaz de abarcar também elementos da “verdade histórica” e manejar conflitos intrapsíquicos utilizando-me para isso de interpretações saturadas, acolhendo o desafio de oscilar entre diferentes graus das modalidades de escuta e intervenção.

Foi me aproximando da teoria do campo pós-bioniano que encontrei outros subsídios para ampliar um pouco mais minha escuta junto aos aspectos atuais e oníricos do discurso, expandindo as transformações em sonho de modo a sonhar minha própria clínica um pouco mais. Com a criatividade que demonstrava se (re)encontrar, Marina foi me ensinando a ser mais criativa também, instigando-me a ser uma analista com outros papéis e demais reservas, a ponto de me aventurar nesta Discussão por outros campos das artes para além da Fotografia, espiando com um olhar curioso a magia e os mistérios do Teatro, esgarçando o que estava previsto no início desta pesquisa³⁹.

³⁹ Ocorre-me ainda a lembrança de outro processo analítico, em que a analisanda que fazia Cinema questionou-me sobre as estruturas da psicanálise e do método psicanalítico, desejando explicações a fim de entender o que

A despeito do meu conflito pós-interpretação, foi possível para Marina suportar a voltagem das trocas no campo. Ela logo seguiu suas associações, mantendo vivo o sonhar junto ao relato do devaneio, cuja cena muda para um mar onde é possível boiar sobre uma prancha, desfrutando da companhia do cachorrinho que late na casa onde ela está, mas que ela logo traz para dentro do devaneio. Ufa! O que faz barulho e ameaça acordar do sonho pode acabar sendo a ele integrado. Nesse sentido, o cachorrinho que late, mas ainda se mantém como uma boa companhia, quem sabe opere também como um derivado narrativo da minha interpretação forte, isto é, talvez seja parte do eco que provocou em Marina ou como ela pôde sonhar minha interpretação. Nesse mar, ela reencontra o golfinho do sonho anterior, e ele novamente a leva para passear no fundo do mar.

Em uma sessão mais à frente, Marina entrelaça elementos desse devaneio com uma nova “visão” que teve ao final da aula de dança contemporânea e, mais ainda, com um sonho noturno que a analisanda recupera ao narrar em análise todo esse conjunto. A aula de dança sugeria movimentos corporais como morrer e renascer a partir de uma posição fetal. A “visão” incluía aquela mesma elefanta do devaneio anterior, sendo que desta vez Marina descia da elefanta para conversar com uma criança que estava novamente no laguinho ao qual a elefanta se encaminhava.

Marina frisa que ela mesma era uma mulher adulta, e a criança lhe dizia: “A criança dizia que estava triste, pois as pessoas achavam que ela sabia de tudo, mas ela não sabia de nada”. Esta criança do devaneio de repente recorda o sonho que Marina havia tido, de fato, naquela noite. A criança do devaneio também estava presente no sonho da noite, e no devaneio se reporta a Marina: “Se você não tivesse me salvado na piscina [no sonho noturno], eu teria morrido, porque achavam que eu sabia nadar, mas eu não sei nadar e quase me afoguei. Tem um lado meu, o lado esquerdo, que é uma máscara, que parece saber nadar, mas o meu outro lado não sabe de nada, e precisa que você me salve”.

É através dessa fala da criança que Marina se recorda do sonho que teve, em que ela era responsável pela criança que tinha deixado nadando sozinha na piscina. O susto foi muito grande quando Marina se reencontrou com a criança sozinha que, àquela altura, quase morria afogada: “Ué, mas você não sabia nadar? Eu achei que você soubesse nadar!”. A resposta da

fazíamos ali. Esse foi um encontro que também reforçou minha compreensão sobre nuances que não são explicáveis ou compreensíveis intelectualmente acerca de um processo analítico, a não ser atravessando a própria experiência de análise. Como o Cinema, uma análise também comporta uma certa magia. Nesse sentido, certos encontros clínicos despertam-me o desejo de estender minhas reflexões para relações possíveis entre clínica psicanalítica e Cinema, imagens sequenciais de fato postas em um suporte de movimento, algo que espero realizar em oportunidade futura.

criança à Marina adulta revela um disfarce, em que uma máscara posta do lado esquerdo finge saber nadar, enquanto o outro lado não esconde o desamparo e se encarrega de pedir ajuda, em uma evidente cisão do Eu.

Nos Teatros do Eu, McDougall (2015 [1986]) observa que “a análise será o local desse confronto entre o Eu adulto e o Eu infantil” (p.18). No momento em que Marina adulta se encontra com Marina criança, agora já capaz de pedir ajuda e ser cuidada por uma adulta – ainda que ela própria, porém desta vez acompanhada por outra adulta em um dispositivo de cuidado –, Marina pode recordar ao encenar, no teatro dos sonhos e da análise, o que Bollas (2015 [1987]) nomeia como a dinâmica interna do *self* como objeto.

Bollas (2015 [1987]) entende que a estrutura egoica é o vestígio de uma relação. Sugere que nos perguntemos como o analisando se relaciona consigo mesmo a partir do que experimentou e assimilou de suas relações objetais precoces, e isso é algo que aparece nos sonhos não só pelo que o texto do sonho veicula, mas especialmente em tudo o que tem a ver com a *experiência do sonhar*. O autor enfatiza a *função estética do sonhar*, tomando o sonho não só como uma atividade intrapsíquica, mas antes de mais nada relacionada ao âmbito intersubjetivo que nos constitui como sujeitos sonhantes. A experiência do sonhar abrange a atmosfera do sonho, sua densidade, os afetos e as sensações despertadas, os eventos e personagens que representam partes do *self*, a forma como o sujeito do sonho é tratado pelo sonhador, em suma, engloba toda a experiência estética relacionada à forma com que o paciente vive o sonho. A experiência do sonhar inclui também a dramaturgia noturna que, por seu turno, é constituída por “uma irônica relação de objeto” (Bollas, 2015 [1987], p. 114).

A contar com uma escuta clínica apurada, Bollas entende que o analisando carrega uma memória inconsciente do que foi vivido nas relações objetais precoces, e a internalização dessas relações e dos cuidados ali presentes serão reencenados via identificação com o objeto cuidador. Sendo assim, por vezes o sujeito toma seu próprio *self* como objeto, reproduzindo consigo próprio um modo de relação antes vivido com outrem:

As pessoas guardam lembranças de como é ter sido objeto do pai e da mãe na estrutura egoica e no decorrer das relações objetais de uma pessoa, esta representa várias posições no teatro histórico das experiências vividas entre os elementos da mãe, do pai e de seu *self* bebê-criança. Um idioma de representação é a relação da pessoa com o *self* como objeto, uma relação objetual na qual o indivíduo pode identificar, imaginar, analisar e lidar com o *self* por meio da identificação com os primeiros “outros” que estiveram envolvidos nessa tarefa. (Bollas, 2015 [1987], p. 77).

Através dos sonhos e devaneios em análise, Marina se encontra com sua criança que, por mais que não perca de todo a brincadeira, está relegada à própria sorte. A criança trata de mascarar seu desalento fingindo saber se cuidar sozinha, ao custo alto de uma sabedoria forjada que implica perda ou morte de partes de si. É como se Marina, agora adulta, pudesse acertar as contas com sua criança negligenciada e por tal razão empenhada em cuidar de tudo e todos ao redor, em uma defesa maníaca que pretende evitar seguir perdendo mais e mais. O acerto de contas busca encontrar, assim apostamos nós, possibilidades de inventar para si um destino menos doloroso em função das repetições todas, contando para isso com a elaboração de novas narrativas capazes de ressignificar o antigo enredo.

Segundo Bollas, o sonho é justamente um contexto privilegiado para a encenação da tomada do *self* como objeto, sobretudo através do que vai compondo a experiência estética do sonhar:

A maneira de o ego lidar com o *self* do sonhador – sua estética – herda suas estruturas, agora internalizadas, da forma como o *self* experimentou o ambiente precoce, e passa isso para o contexto onírico pelo modo como o ego lida com o sujeito. Esta não é uma memória, no sentido próprio do termo, uma lembrança cognitiva que se torna disponível para a recuperação psíquica ou temática do sujeito, mas uma memória existencial, uma lembrança do ser, que é internalizada na estrutura do ego e se manifesta no sonho no estilo do ego, ou na maneira como o *self* significa a fenomenologia do seu estilo, na estética. (Bollas, 2015 [1987], p. 111).

Também pode ocorrer de forma semelhante com os devaneios ou sonhos de vigília:

Os devaneios repousam em algum lugar entre o sonhar propriamente dito e a relação intrassubjetiva e são ocasiões nas quais o sujeito pode localizar uma porção objetivada de si mesmo no enredo. Nestas fantasias conscientes, podemos mais uma vez perguntar como a pessoa lida consigo mesma como seu próprio objeto. Que tipos de experiências são fornecidas? Qual é a natureza do *self* como relação objetual? (Bollas, 2015 [1987], p. 83).

No contexto clínico, trabalhar essa questão de tomada do *self* como objeto geralmente demanda um percurso de elaboração psíquica árduo e muitas vezes vagaroso, cheio de idas e vindas, até que o analisando possa se reconhecer como agente e objeto de uma dramatização no teatro de si próprio, pautado em identificações longínquas e reproduções de relações objetais viciadas.

No teatro dos sonhos transportados para a análise, Marina pôde encenar seu *self* como objeto e ir se apropriando do seu discurso a partir do interjogo relacional dos primórdios, narrando seus sonhos e devaneios em um dispositivo de escuta privilegiado. É importante destacar que foi possível a ela se utilizar do contexto onírico também como um ambiente de

holding, que colocava em cena a temática de suas necessidades primordiais, em uma ficção dramática que reunia a experiência estética do sonho com o texto e o trabalho do sonho para fins de elaboração psíquica.

Acompanhando o relato da análise de Marina sob a perspectiva narrativo-transformacional do campo, os inúmeros personagens surgiram como porta-vozes da experiência emocional a ser narrada e transformada, desta vez ocupando o teatro interno de suas próprias emoções, expandindo as possibilidades de trabalho psíquico neste sonhar compartilhado em análise. A contar com tantos sonhos e devaneios que compunham o percurso de sua elaboração psíquica, fui podendo ocupar como analista outros papéis no teatro da análise – talvez agora como iluminadora ou operadora de som –, me abstendo um pouco mais diante de tantos sentidos que Marina já trazia através de sua própria experiência, à qual ela demonstrava estar vinculada e ter cada vez mais ciência.

Considerar as realizações do Eu junto à função criativa do sonho implica valorizar um modo diferente de interpretação dos sonhos, reconhecendo as transformações feitas pelo Eu em termos de narrativa e experiência estética do sonhar, isto é, considerando não somente a dinâmica entre os conteúdos latentes e manifestos, mas sobretudo o estilo do sonho e o idioma específico do Eu do sonhador. Conforme menciono ao fim do relato daquele período da análise de Marina, coube-me entender que seus sonhos e devaneios já operavam transformações junto a uma experiência estética muito vívida para ela, e que o mergulho em seu teatro íntimo reacendia uma criatividade capaz de se utilizar de suas próprias palavras para narrar. Restou-me seguir convidando-a a mais sonhar.

4 NAS MARGENS DO SONHAR

Entre o fotógrafo e seu tema, tem de haver distância.
Susan Sontag, 2004 [1977].

No quarto e último capítulo, tomamos como ponto de partida situações clínicas que se apresentam no que dessa vez nomeamos como “as margens do sonhar”. A partir de vinhetas clínicas selecionadas, abordaremos temas em torno de impasses, obstruções e paralisias nas esferas do sonhar, incluindo extravios na própria capacidade de sonhar do analista.

Daremos ênfase às três maiores dificuldades encontradas em nosso percurso: 1) quando a atividade de *rêverie* parece operar constantemente, tanto no analista quanto no analisando, mas não promove transformações, e sim obstruções no processo analítico, sugerindo que as imagens contribuem com defesas e resistências compartilhadas; 2) quando a atividade de *rêverie* está presente na mente do analista, porém tem de se haver com outras dificuldades, tais como a presença de um superego técnico, que atravanca o uso da *rêverie* e fomenta situações de paralisia e *enactment*; 3) quando prevalecem as resistências incoercíveis e os ataques à ligação, e o analista tem suas reservas esgotadas e suas *rêveries* se tornam praticamente nulas, impossibilitando a atividade de sonhar a experiência emocional em curso. Essas são situações que mapeamos como entraves no âmbito da *rêverie* e que foram experimentadas, respectivamente, junto aos casos Júlio, Fabiano e Petra, cujas vinhetas serão apresentadas a seguir.

Nos capítulos anteriores, nota-se que as discussões dos casos Clara e Marina foram embaladas pela possibilidade crescente de ir sonhando os casos, construindo para eles um lugar de inteligibilidade em forma de pensamento clínico-teórico. Apesar das dificuldades que um caso clínico é capaz de suscitar, os limites encontrados puderam ser atravessados, seja nas situações clínicas relatadas, seja nas elaborações teóricas. Quando uma questão mais complicada se colocava e não sabíamos de antemão como superá-la, foi possível seguir apostando por entre caminhos e vias travessadeiras de uma elaboração.

Sentimo-nos, portanto, até então motivados pelas potencialidades criativas que tais discussões acionavam. Seu efeito de promover mais e mais trabalho psíquico se fez notar em termos de expansão da rede simbólica e da associatividade com elementos da cultura e das artes, de construção de novos enredos narrativos para as situações experimentadas, bem como novas possibilidades de sonhar o próprio fazer clínico psicanalítico.

No presente capítulo, traremos problemas que levantam questões difíceis de serem respondidas, frente às quais precisaremos lidar ainda mais com as imprecisões e os limites de nosso entendimento, já que tantas vezes os mistérios da alma humana e o caráter imprevisível dos encontros oferecem a chance de uma construção de mais singela compreensão. Apesar dos pesares, a partir das dificuldades que se tornam motor para a continuidade da pesquisa, seguiremos empenhados em lançar luz sobre as questões, buscando oferecer desdobramentos para os problemas levantados e apontamentos por onde possa continuar se guiando nosso pensamento clínico e teórico.

Esse último capítulo, portanto, não tem a intenção de promover um fechamento da tese; ao contrário, intenta justamente não encerrar o trabalho depois de construídas tantas linhas de elaboração, a contar com uma criatividade expandida. Dessa vez, retornaremos a um núcleo mais espinhoso para, a partir daí, tentarmos expandir ainda mais nosso pensamento clínico, em uma construção que se nos mostra mais complexa e desafiadora. A intenção é não perder o fio dos desafios a fim de manter o campo aberto para futuros desenvolvimentos e soluções não imaginadas, apostando que novas trocas poderão se dar com interlocutores que ainda não tivemos o privilégio de conhecer ou, por conta dos limites de cada elaboração, terão nos escapado até a conclusão deste trabalho.

É provável que esse capítulo adquira, com maior frequência e até mesmo junto à elaboração teórica, o tom de um relato em primeira pessoa, implicando a analista que pudemos ser nas idiossincrasias de cada encontro clínico. Isso porque todo o processo de escrita se vincula intimamente à forma com que fomos compreendendo as situações clínicas vividas, em que a elaboração teórica oferece um aprendizado que vai sendo assimilado gradualmente e ganhando corpo em uma dinâmica própria, percorrendo diferentes estágios de compreensão. Agradecemos ao leitor a paciência.

Os próximos relatos clínicos, todos elencados no item 4.1, serão menores e terão suas discussões iniciadas no item 4.2 e aprofundadas no item 4.3, em conjunto com as formulações teóricas que virão auxiliar o pensamento clínico. Tentaremos manter o foco nos problemas encontrados, e as questões suscitadas pelas vinhetas irão se atravessar horizontalmente, portanto não será feito um longo mergulho em cada caso, conforme feito nos capítulos anteriores.

Dessa maneira, acreditamos que as dificuldades vividas junto a um caso poderão auxiliar a compreensão do caso seguinte, e assim por diante. No entanto, estaremos atentos para não promovermos uma compreensão totalizante das dificuldades que podem ser experimentadas nas esferas do sonhar. Sem dúvida, os desafios encontrados pelos analistas

nesse âmbito são muitos e podem adquirir os mais variados tons – do mais barulhento pesadelo ao mais silencioso *não sonhar*.

Considerando os problemas elencados no primeiro parágrafo, de partida entendemos que será importante abordarmos a problemática da contratransferência, buscando sinalizações sobre o uso que o analisando está fazendo do analista em determinado momento da análise, segundo suas inclinações junto às relações de objeto. Em tal contexto, a perlaboração da contratransferência e a necessidade de *working through* a partir da *rêverie* se tornam parte fundamental para compreender o que se passa no campo, ajudando no atravessamento das defesas e resistências que obstruem ou paralisam o processo analítico.

Reconhecendo que viemos adentrando, progressivamente, um modo de trabalho e um pensamento clínico que têm como referência o campo analítico pós-bioniano, antes de prosseguirmos com a análise das vinhetas selecionadas, levantaremos algumas questões e inquietações que nos ocorrem acerca da nossa posição como uma analista trabalhando com o modelo do campo.

4.1 As reservas extraviadas do analista: não sonho e função antianalítica da imagem

Como pontapé para a apresentação das vinhetas e da discussão sobre os impasses e extravios relacionados à imagem na escuta do analista e nas trocas do par, trazemos um breve disparador de questões vinculadas à imagem fotográfica, nossa antiga companheira de percurso. Dessa vez, iremos considerar outros efeitos que as imagens podem provocar, bem como certos usos que delas podemos fazer.

Para além da atribuição de facilitar processos de simbolização e expandir trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes, uma imagem também comporta um poder autorreferente e retentivo. Tal poder tem por efeito chapar uma compreensão em determinada realidade, sem que se possa ir além daquilo que se vê, daquilo que uma imagem é capaz de mostrar junto a um recorte específico, privilegiado e sempre manipulado em algum grau. Por esse viés, o que poderia configurar a magia da imagem se aproxima mais de um feitiço, restringindo possibilidades de movimento, valendo-se de uma imagem que não anima, tornando-se, em algum grau, imagem des-animada. Fascinante e hipnotizante, uma imagem pode nos capturar e aprisionar tanto pelo belo quanto pelo horror.

Considerando determinado uso, podemos nos ligar a uma imagem tornando-a imaculada em forma de amuleto ou de objeto fetiche, diferentemente do objeto transicional, que engendra o sonhar e o brincar. Nesse tom, a imagem adquire um grau de saturação que ameaça esgotar

as próprias reservas ofertadas pelos objetos da cultura, que podem ser usados de inúmeras maneiras na promoção de diversos circuitos afetivos e criativos, a depender do sujeito e da ocasião. Como antes nos falara Sontag (2004 [1977]), desse modo não tiramos melhor proveito do que uma fotografia é capaz de abrigar em sua dimensão de ausência e estímulo para o sonho.

Se vincularmos esses outros usos da imagem com o que aqui chamamos de *função antianalítica da imagem na situação analisante*, tal correspondência se fará em razão de considerarmos determinados fenômenos que poderiam se constituir enquanto *rêveries* e promoverem transformações, mas que, se olharmos bem – ou além –, não cumprem uma função analítica. Isto é, não fomentam processos de simbolização e transformação, mas, por outro lado, contribuem com a formação de baluartes, situações de impasses, obstruções e paralisias que incidem diretamente sobre as possibilidades de mudança e crescimento. Com isso, a situação analisante se torna cega (ou surda) para certos eventos que escamoteiam o processo.

Em uma situação de impasse ou paralisia, certo estado de coisas é mantido, geralmente de modo a evitar que elementos cindidos no psiquismo adentrem o processo analítico e se tornem analisáveis, que ganhem movimento, trilhando rumos de integração e apropriação subjetiva. Nesse sentido, vias travessadeiras se encontram interditadas, dificultando o alcance de terceiras margens possíveis. Em termos emocionais, ficam prejudicados o processamento da experiência emocional bruta, o chacoalhar das certezas irrefutáveis, a sustentação de ambivalências e o aprender da experiência, minimizando o potencial de enriquecimento psíquico frente ao desconhecido, frente a tudo aquilo que ainda não conseguimos imaginar, pensar, sonhar. É novamente como ver uma fotografia somente através daquilo que ela é capaz de *mostrar*, sem tirarmos proveito de tudo o que ela é capaz de *evocar*.

Em tal contexto de impasses e paralisias na situação analisante, estamos às voltas com a inexistência do sonho ou com momentos em que o sonho parece estar lá, mas não abriga a experiência do sonhar. O analista corre o sério risco de ter suas reservas ameaçadas, extraviadas, esgotadas, o que acaba por saturar sua capacidade de escuta e receptividade ao outro, bem como sua disponibilidade para deixar-se usar de maneiras diversas pelo analisando.

Nesse ponto, reencontramo-nos com o antigo problema dos aspectos negativos da contratransferência, capazes de obstruir a escuta, retirando o analista de sua posição. Ou será que, de outro ponto de vista, tais situações englobariam determinado uso que o analisando está podendo fazer do analista, provocando, em última instância, paralisias e obstruções? Nesse sentido, como podemos discriminar certos efeitos a partir do envolvimento e da implicação do analista no bojo de uma perspectiva intersubjetiva? Como compreender e atravessar os prejuízos na capacidade de sonhar em um paradigma clínico voltado para as trocas do par?

Em nosso caso, veremos como e se foi possível atravessar as situações descritas nas vinhetas seguintes, tentando mapear os limites e as potencialidades das trocas do par junto a uma analista enfeitiçada, paralisada, curto-circuitada em seu aparelho de pensar e sonhar, um tanto quanto cega em sua máquina de *rêverie*, cujas reservas fotográficas sofreram uma torsão e se mostraram extraviadas ou esgotadas.

4.1.1 Vinheta Júlio

A vinheta se refere ao primeiro ano da análise de Júlio, que chega com a demanda de se entender melhor. Em casa, acha que seus familiares não o compreendem, pois sente que seus pais sempre desejam algo por ele ou para ele. Júlio tem dificuldades em entender para onde aponta o seu próprio desejo e, no entanto, imagina-se um dia podendo bancá-lo frente a todos. As questões perpassam, sobretudo, a escolha profissional e sua orientação sexual, o que acaba acirrando os conflitos com os pais.

Júlio vem se considerando bissexual, assunto que ganha uma dimensão conflituosa perante seus pais e irmãos, causando no analisando uma confusão sobre seu desejo e suas escolhas. Fala de seu pai como um homem a princípio tranquilo, mas muito sério, ativo e calado. Ele sempre sentiu que seu pai adquiria um grande poder pelo fato de saber tantas coisas, já que é professor em uma instituição importante. Sente que a mãe não se permite exercer um protagonismo na família, em função de sempre se apoiar nas determinações do marido.

Na análise, Júlio se mostra um rapaz criativo, trazendo muitos sonhos e uma associatividade tremenda. Seus sonhos noturnos parecem se estender à vida em vigília, pois através de tanta associatividade em análise, seu discurso conta com devaneios que chegam a soar infinitos.

Certa vez, no início da análise, ao acompanhar sua associatividade sempre muito interessante, penso: “Ele se dá o luxo de fazer análise”. Creio que essa frase me ocorreu porque Júlio parecia pouco se preocupar em trazer problemas ou alguma espécie de sofrimento para tratar; qualquer preocupação parecia ter ficado lá atrás, nas primeiras entrevistas. Parecia viver suas sessões como quem se dá um presente, como quem vive o espaço-tempo da análise pelo puro prazer de falar sem amarras, como quem vai sonhando um sonho bom junto a alguém. Tamanho investimento em um trabalho onírico geralmente indicava, sim, bastante trabalho psíquico. Porém, às vezes, eu tinha a sensação de estar ocorrendo algo demasiadamente despretensioso entre nós.

Júlio demonstrava não somente muito sonhar ao dormir (sonhos vívidos e com tramas mirabolantes), mas também sonhar acordado através dos encadeamentos que surgiam a partir de um pensamento, uma lembrança, uma música, uma imagem. Fui percebendo, todavia, que tais encadeamentos por vezes produziam um efeito hipnotizante, não raro provocando em mim a sensação de confusão e nebulosidade sobre onde estávamos nos embrenhando por toda aquela trilha infinita. Em um momento como esses, tive nova impressão acerca de seu funcionamento psíquico e do nosso encontro. Pensei: “É um labirinto”.

Com a ajuda de uma segunda mente pensando comigo em supervisão, fui percebendo que grande parte do sonhar de Júlio em análise tinha por efeito “me colocar para dormir”. Assim, eu sonhava seus sonhos junto com ele, sem oferecer oposição, diferença, questionamento. Pelos primeiros meses de análise em que “andei dormindo”, vivia a surpresa e o encantamento frente à sintonia e à sincronicidade entre nossos pensamentos e associações, que se apresentavam de diversas maneiras. Vejamos alguns exemplos:

- i. Às vezes me ocorriam devaneios com imagens, e eu não necessariamente comunicava, mas logo em seguida ele falava algo usando as mesmas imagens ou muito semelhantes.
- ii. Certa vez, indo para o consultório atender Júlio pensei tê-lo visto na rua segurando um bebê junto a um grupo de pessoas, e quando ele chegou entendi que não era ele quem eu tinha visto pelo caminho, mas nessa mesma sessão ele falou sobre uma relação que havia ficado complicada com um grande amigo, pois o amigo acabara de ter um filho e Júlio não sabia mais como se relacionar com o amigo em função da novidade.
- iii. No início da análise, fiz um comentário/interpretação em que lancei mão de uma analogia com determinado objeto sobre o qual nunca havíamos falado, e no mesmo instante Júlio retira vários desses mesmos objetos da mochila para me mostrar, que ele passou a considerar amuletos da sorte e carrega sempre consigo, o que instalou um certo ar de magia pela coincidência despertada.
- iv. Havia comentários que eu fazia que iam incrementando uma linha de pensamento trazida por ele e que alimentava um rico interjogo associativo, mas que talvez inflasse demais o campo já bastante habitado por imagens vindas de todos os lados...

Em suma, são situações em que o sonhar compartilhado acabou adquirindo uma dimensão mágica, em que o mais importante a notar é o efeito que tudo aquilo ia tendo sobre mim: um efeito de encantamento e torpor estimulado pela atmosfera onírica que nos circundava, especialmente a contar com imagens fascinantes que acompanhavam todos os sonhos, nos quais eu ia embarcando junto.

Novamente em supervisão, fui me dando conta de que o conjunto onírico que me enredava parecia me colocar no lugar de uma analista versada nas magias e telepatias, ou até mesmo capaz de tudo entender. Nesse sentido, o sonhar tão próximo a Júlio apontava para uma dimensão de excesso e negação da diferença, de uma compreensão demasiada que praticamente nos tornava uma mente só.

Elaborar o processo de me aproximar demais de Júlio e, em seguida, ir retomando minha capacidade de pensar com mente própria foi um processo longo e de manejo clínico difícil. Muitas vezes, sentia que Júlio me invadia de outras formas, e que isso passava não somente pela via dos sonhos bons, mas também por modos de pesadelo que começaram a surgir na cena analítica, elementos que o perseguiam de dentro e que Júlio buscava inconscientemente inocular para dentro de mim.

Em minha compreensão, fui construindo que essa dinâmica instalada tinha a ver com um temor de Júlio pelo que o outro podia lhe causar – algo intimamente relacionado a um poder capaz de engrandecer o outro à medida que o inferiorizava, como o poder paterno que se instalava de forma silenciosa, mas que despertava em Júlio uma vivência de humilhação, que o deixava pequenininho, menino perdido em sua confusão interna, sem instrumentos para fazer valer seu desejo e seu discurso.

Na cena analítica, Júlio precisava se proteger do lugar de saber/poder que outorgava a mim também. Estabelecia-se, portanto, uma espécie de batalha interna em que era necessário se proteger das amarras do objeto paterno e, ao mesmo tempo, tentar fundar para si uma posição diferente da ocupada pelo objeto materno. Para isso, era preciso controlar o outro de dentro para que Júlio não permanecesse à mercê do desejo alheio.

Em sua dinâmica interna, era como se, caso eu não caminhasse tão perto dele sonhando os mesmos sonhos, eu pudesse adquirir o caráter de um objeto interno capaz de impor sua posição no mundo, o que lhe provocava uma vivência paranoide. Foi somente com muito trabalho de perlaboração contratransferencial, em análise e em supervisão, que pude ir emergindo do conluio em vez de seguir com ele em uma orgia imagética, onde pouca ou nenhuma transformação subjetiva poderia se dar.

Foi também com muito trabalho de compreensão de suas relações objetais precoces que pude ir “acordando de volta” e recuperando mente própria, como uma pescadora de sonhos que pôde ir retornando à superfície após um mergulho profundo e envolvente. Dessa forma, a partir de uma mudança em minha própria função como objeto na cena analítica, pude ajudá-lo a ressignificar certos aspectos de sua posição no teatro de suas relações de objeto.

4.1.2 Vinheta Fabiano

Com Fabiano, remeto ao episódio em que pude enfim fazer um uso clínico de uma *rêverie*, à medida que fui me desvencilhando de um superego técnico que impossibilitava minha espontaneidade para com esse paciente. Nomeio como falta de espontaneidade a sensação de ter sido difícil, em diversos momentos, sentir-me à vontade para fazer intervenções ou comunicações sem que me ocorresse uma vigilância interna. Com frequência, sentia-me retraída ou séria demais, medindo as palavras, questionando se eu estava falando coisas relevantes ou se, por outro lado, elas soariam como bobagens, coisas supérfluas e sem valor.

Sua história de vida remetia a uma infância feliz, mas depois de sofrer *bullying* na escola aos 11 anos, em que era chamado, entre outras coisas, de gordinho e de maricas pelos colegas, deixou de brincar livremente e sem preocupações. Tornou-se uma criança muito alerta, preocupada, fechada, a sós com seus livros preferidos e vigilante quando na presença de terceiros. Na fase adulta, dizia ter muitas dificuldades para viver um amor. Em seu trabalho no ramo editorial, Fabiano era conhecido como um rapaz muito sério, de poucas brincadeiras em um ambiente que contava com diversos jovens como ele. Ele dizia achar tudo uma bobagem, que as pessoas gastavam tempo com brincadeirinhas sem graça.

Na análise, eu sentia que havia uma espécie de barreira invisível que não permitia que nos aproximássemos afetivamente, a despeito dos anos de trabalho e de tantas elaborações psíquicas importantes em seu processo analítico. Essas elaborações, por seu turno, geravam reconhecimento e gratificação pelas conquistas no processo, mas era evidente o grande incômodo relacionado a determinados elementos do *setting* e de nossos combinados: Fabiano sempre vinha às sessões, nunca atrasava o pagamento, mas nossa ritualística o incomodava demais.

O fato de falar a alguém no contexto de um dispositivo que convida à escuta do inconsciente sempre lhe fora muito angustiante – esse contorno que colocava duas pessoas em um estado de intimidade emocional lhe era tantas vezes insuportável. Acredito que isso tinha a ver com a dificuldade de que certos elementos silenciosos ou silenciados de seu mundo interno

entrassem em cena, o que implicava confiar a alguém aspectos privados ou inexplorados de seu psiquismo e de sua experiência emocional.

Sentia-se enrijecido em minha presença, tinha dificuldades para começar a falar, por vezes ficava longos minutos em silêncio. Reclamava dizendo que devia ser o método psicanalítico que não o ajudava. Já havia experimentado outros tipos de psicoterapia, sem que, todavia, esse sentimento se modificasse. Dizia não conseguir acessar uma dimensão de relaxamento mental e corporal, de criatividade e alegria. Em busca desse encontro consigo mesmo, havia se inscrito em atividades como teatro e dança de rua, mas também ao exercer essas atividades se sentia distante de uma apropriação corporal e uma integração subjetiva. Sentia-se participando de tais atividades de forma mecânica e fria. Era como se, afetivamente, não estivesse lá.

Na relação analítica, eu sentia que ele se aproximava de mim, mas em seguida era necessário se afastar e, por conseguinte, eu me sentia me afastando dele também. Percebi certa frequência nessa dinâmica, como um dia em que, logo ao recebê-lo, me senti um tanto indiferente, fora de contato, como se fosse inútil ou fora de propósito estar ali junto com ele (eu estranhava esses sentimentos pois, apesar das dificuldades, sempre gostei muito dele e de atendê-lo). Isso aconteceu no encontro seguinte a uma sessão em que ele, ao final, disse ter sido “uma sessão muito boa”.

Nessa sessão seguinte, nossa comunicação soava um tanto quanto gelada, mecânica, burocrática. Fui percebendo que essa atmosfera do campo era instalada por uma distância que ele novamente ia cavando entre nós, logo após uma aproximação afetiva mais acalorada. O campo transferencial era experimentado, portanto, com muitas restrições nas esferas do brincar, sonhar, viver entregas afetivas e espontaneidades da ordem do jogo, do humor e do prazer compartilhado. Uma atmosfera densa era comum em nossos encontros e comunicações. Fabiano reconhecia isso e associava tal vivência à sua dificuldade de se aproximar afetivamente das pessoas.

Passados alguns anos de análise, depois que Fabiano havia diversas vezes questionado “o meu método”, passei a ter uma *rêverie* que se repetia com frequência: imaginava nós dois brincando juntos no chão da sala, usando os brinquedos e jogos para atendimento infantil. Com essa *rêverie*, eu era capturada pela vontade de que brincássemos juntos, e o que vinha também com isso era o anseio por uma nova ordem das coisas do enquadre, algo que possibilitasse um modo de encontro mais relaxado e criativo, em lugar de um contorno que soava tão sério e vigil. Fora da sessão, eu chegava a fantasiar meios de inventar para nós um novo enquadre. Por exemplo, tendo em vista seus longos silêncios quando não encontrava o

que dizer em sessão, pensei: e se ele viesse sem hora marcada? Levando o caso para supervisão, víamos que a questão não era por aí, e que qualquer novo combinado manteria, invariavelmente, algo da ordem do sintoma.

Após muito pensar em análise e supervisão sobre isso que ocorria em minha mente, creio que acabei por negociar a *rêverie* de brincarmos juntos com algo possível a ser ofertado na sessão com Fabiano. Não sugeri que brincássemos juntos no chão da sala, conforme eu havia devaneado. De outro modo, em um fim de sessão, ofereci-lhe um jogo que continha diversas cartas com imagens enigmáticas e com imenso potencial simbólico, um jogo que inclusive já havia provocado desdobramentos em outras análises de crianças e adultos. Não falei nada além de sugerir que ele escolhesse e levasse consigo algumas daquelas cartas. Ele ficou um pouco desconcertado, perguntando o que exatamente deveria fazer com elas. Respondi, em tom de brincadeira, em outra língua conhecida por ele, que havia passado dois anos trabalhando na Espanha: “*¡No hay reglas!*”

Levou meses para que Fabiano trouxesse algo sobre as cartas (eu não sabia quais imagens ele havia escolhido), até que ele quis me mostrar uma carta e dizer o que havia escrito e desenhado a partir dela. Vivia um período difícil de temor e solidão. Entre tantas palavras criadas com coragem e honestidade para consigo próprio, seus escritos atestavam temores que revelavam uma imensa vontade de se entregar ao outro, de ser aceito, poder amar e confiar em alguém.

A partir dos desenhos que fez, inspirado pelas cartas do jogo, criou narrativas para falar sobre como a solidão e o medo de ser rechaçado suprimiam sua criatividade. Ao longo da vida, acessar a criatividade se tornara algo muito perigoso, e foi com muita angústia que me revelava tantas coisas que ele mal conseguia acessar. Dizia que falar comigo era, de fato, um suplício, mas que sabia que somente se abrindo um pouco mais poderia alcançar o que também se mantinha muito distante de sua experiência: o lugar escondido da criatividade, da espontaneidade, da brincadeira, da alegria e do riso sem preocupações.

Durante os meses em que seguiu falando sobre seus escritos e seus desenhos, Fabiano sonhou conosco três vezes. Em todos os sonhos, sonhou que nos encontrávamos em lugares distintos, e em vários momentos o encontro se dava de forma descontraída, havia um clima despretenso, dávamos risada. Apesar da atmosfera mais leve, em seus sonhos nossos encontros eram ainda sessões de análise. E fosse na praia, na rua ou em uma biblioteca que conheceria no interior da Espanha, era um alívio que nossos encontros seguissem sendo análise. Só o enquadre que era diferente.

4.1.3 Vinheta Petra

Após inúmeras tentativas de escrever essa vinheta, me dei conta de que minha dificuldade maior em traduzir essa experiência clínica para o papel tinha a ver, essencialmente, com um só elemento, que por seu turno atravessava a todo tempo o nosso encontro: Petra me colocava em contato constante com a temática da morte.

Ao longo de todos os anos de análise, a iminência da morte não saía de cena. Petra dizia que não merecia viver, que só machucava as pessoas e era um fardo para todos ao seu redor. Não podia crer em nenhuma possibilidade de perdão. Não havia reparação possível frente ao que ela entendia como coisas imperdoáveis que acreditava ter cometido contra todos aqueles que amava. Queria desistir de viver.

Em nosso percurso, fui entendendo que tal dinâmica correspondia a um modo de aliança inconsciente com um objeto interno subjugador. Petra havia se livrado de uma situação real de maus tratos, e no entanto a face interna do objeto seguia presente de forma ensurdecedora, tendo se tornado um objeto inesquecível, como os objetos maus muito bem descritos por Green quando da impossibilidade de efetuar o trabalho do negativo – os que não se deixam esquecer, um tipo de objeto que é mau, mas é bom que exista (Green, 2010 [1993], 2017 [1975]).

Um luto propriamente não parecia ter sido percorrido. De modo oposto, Petra demonstrava ter conservado dentro de si um objeto violento e abandonador, que só podia ser relembrado por sua dinâmica de maus tratos, algo que, por sua vez, se tornava uma lembrança agida, encenada pela analisanda com objetos substitutos tóxicos e abusivos.

A dificuldade maior que foi me tomando ao longo do processo é que, com o tempo de análise, eu sentia que tal objeto interno se tornava cada vez mais presente e no entanto putrefato, uma vez que Petra, apesar de algumas elaborações importantes, tinha muita dificuldade de deixá-lo ir embora. Isso se desenrolava por uma tenacidade em agarrar, com unhas e dentes, a certeza de que nada ia mudar. Minha impressão era de que, apesar de nossos esforços, Petra estava piorando, e o que começava a ser posto em xeque era minha própria esperança de poder ajudá-la com qualquer transformação mínima possível.

Evidentemente, a todo tempo eu me perguntava o que quer dizer *piorar* ou *melhorar* em análise. Qual função essas designações cumprem, considerando que um processo analítico comporta dinâmicas de movimento, idas e vindas por entre repetições e mudanças subjetivas? Mas era justamente a recusa ao movimento o que me mais me impressionava e mantinha qualquer possibilidade de transformação paralisada. Em tal contexto, sentia que minhas reservas iam se esgotando cada vez mais.

Durante os anos de análise, com Petra eu sempre havia oscilado entre momentos de esperança e momentos de exaustão. Vivia a esperança quando ela demonstrava maior criatividade para com suas questões e podia se nutrir de bons alimentos do mundo, quando queria mais compreender e se perguntava como viver de um jeito diferente a partir de tudo o que ela já sabia sobre si mesma. Já os momentos de exaustão, sobretudo os mais recentes, vinham quando qualquer tentativa de compreensão que eu oferecia era logo recusada. Minha dificuldade ficou maior quando constatei não conseguir sonhar um mínimo sonho junto a essa paciente, nem que fosse sonhar *por ela* os sonhos que ela estava distante de poder sonhar.

Simplesmente as possibilidades de sonho e criatividade pareciam ter sido mitigadas pela destrutividade crescente. Um discurso demasiadamente concreto e pleno de certezas, sem espaço para dúvidas ou questões tomava conta das sessões, e era impossível inserir ou recuperar qualquer possibilidade de sonho, brincadeira, humor capaz de fazer ligação. A atmosfera das sessões havia adquirido uma só cor: cinzenta, ao mesmo tempo perturbada e triste, e eu não conseguia vislumbrar uma luz no fim do túnel.

Em um dos poucos sonhos que havia podido sonhar na transferência, eu imaginava uma criança pequena precisando de colo, precisando que alguém velasse o seu sono. Pois uma vez que Petra não sonhava, também não podia dormir, tampouco acordar e diferenciar as realidades interna e externa. Fosse pelo vazio ou pelo terror, sua sensação era a de ter uma mente por demais barulhenta a habitar um corpo frágil e vulnerável.

Incrementando tal cenário, o flerte com a morte real se mantinha sempre presente. A fantasia de Petra de causar danos irreparáveis ao outro lhe facultava o papel de potencial homicida. Mais criticamente, várias atitudes suas que envolviam uma exposição a perigos reais provocavam em mim a fantasia de que Petra poderia conseguir realizar seus anseios em um deixar-se morrer “acidental”. Eu tinha a todo tempo que manejar minha contratransferência de modo a compreender de que lugar (inter)subjetivo Petra estava me falando, qual diálogo inconsciente travava comigo, ao mesmo tempo que sustentando uma disponibilidade de mente que nutrisse minhas possibilidades de escuta.

Ao longo do processo, o cansaço foi ganhando tons de indisponibilidade quando fui atravessada por outros sentimentos e fantasias: passei a me sentir congelada, sem afeto, sem feição, sem reação possível, carregando uma indiferença fria, tendo nada ou muito pouco a dar. Como Petra, eu também passara a me recusar? Outras vezes, me sentia presa com ela dentro de sua cabeça, era um sentimento claustrofóbico que me fazia querer sair correndo. Eu não conseguia encontrar um espaço de mente mais ventilado que pudesse ir me salvando e me

cuidando temporariamente enquanto escutava Petra durante as sessões. Sentia que tudo já estava tomado.

Passei a me perguntar sobre a qualidade de minha escuta, se ainda restava algo a lhe oferecer, já que sentia minhas reservas esgotadas. Sentia não somente meu funcionamento psíquico ameaçado, mas nossas possibilidades de criação atacadas nas trincheiras de um pulsional obstinado e mortífero. Quais eram os efeitos da violência e da morte que ela suscitava em mim? Quais os limites da análise junto a uma dupla específica? Onde residem os limites da analisabilidade?

4.2 Contratransferência e uso do analista

No percurso de construção do pensamento clínico das situações acima relatadas, fui me dando conta de algo que, antes que eu pudesse elaborar teoricamente, começava a se colocar se não em minha forma de pensar, ao menos em minha intuição clínica, especialmente acerca do papel do analista. Até os momentos iniciais de construção deste capítulo, a intenção era retomar a problemática da contratransferência, valorizando a indispensabilidade desse conceito e o reconhecimento das implicações clínicas diante do que é de responsabilidade exclusiva do analista, ainda que em uma escuta cada vez mais voltada para a compreensão intersubjetiva dos acontecimentos clínicos. Estava em jogo, desde já – ou desde sempre – uma preocupação com a questão do manejo, envolvendo a responsabilidade técnica e sobretudo ética do analista para o bom prosseguimento de uma análise.

Ao adentrar cada vez mais a teoria do campo analítico pós-bioniano, algumas questões e inquietações passaram a me ocorrer em relação ao papel do analista. No paradigma do campo, falamos a todo tempo sobre trocas do par, cocriações da dupla, fenômenos e acontecimentos que se desenrolam na interseção transferencial e contratransferencial. Como vimos nos capítulos anteriores, os teóricos do campo pós-bioniano valorizam e muito se utilizam da função instrumental da contratransferência, considerando o binômio transferência-contratransferência em termos de situação total. De minha parte, apesar de me aproximar cada vez mais deste paradigma, seguia acreditando ser necessário retomar a dimensão contratransferencial para análise exclusiva, separando, por vezes, a contratransferência do binômio. Ou seja, eu não abria mão de atribuir ao conceito e fenômeno clínico da contratransferência um valor diferencial, fundamentalmente corroborando a necessidade de o analista investigar a si próprio a partir das reações contratransferenciais despertadas pelo encontro analítico.

Não me libero totalmente dessa posição, tampouco entendo que os analistas do campo se liberem da autorreflexão acerca de uma participação às vezes mais, às vezes menos pessoal nas trocas do par, capaz de trazer efeitos negativos à disponibilidade de mente e à atenção flutuante. Não obstante, algo ainda me incomodava em um ponto, aquele que pudesse (con)fundir demasiadamente paciente e analista: não correríamos o risco, em um modo de trabalho no campo, de acabar atribuindo todo e qualquer evento a uma cocriação da dupla?

Busch (2019) destaca que Ferro, diferentemente de Ogden, costuma distinguir *rêverie* de contratransferência. No entanto, observa que o percurso de Ferro rumo ao modelo de trabalho no campo tornou menos relevante a consideração exclusiva de suas reações contratransferenciais, a não ser quando o campo adquire um tom “mudo”, de silêncios extremados e impasses similares. Na visão de Ferro, antes que um problema contratransferencial se torne proeminente, as manifestações do campo já terão sinalizado situações emocionais mais complicadas, sugerindo que algo não vai bem. Nesse sentido, a escuta do campo como um todo irá se voltar tanto para as evoluções quanto para as paralisias que o campo é capaz de abrigar junto às trocas do par. Desse modo, o caráter funcional ou disfuncional da contratransferência se torna parte de uma conjuntura geral.

A retomada do conceito de contratransferência de minha parte viria, na melhor das intenções, como uma tentativa de evitar maiores excessos no que se convencionou chamar de trocas do par, no sentido de me ajudar a reconhecer uma espécie de linha de corte entre as cocriações da dupla e um conteúdo do analista que mereceria melhor análise. Todavia, estando já tão atravessada pelo modo de trabalho no paradigma do campo, por que eu me preocuparia tanto em desvendar onde isso ou aquilo começou ou se expressou – se no paciente ou no analista? Não seria, ao fim e ao cabo, sempre uma questão de *manejo*? E, para tal finalidade, o campo não deveria ser a todo tempo observado e elaborado, incluindo aí o próprio analista? Se este mantiver acesa uma postura autoreflexiva e autocrítica, ou, como sublinha Bollas (2015 [1987]), “enquanto o analista for criterioso e clinicamente responsável” (p. 241), já teremos encontrado algum Norte possível.

Foi novamente no encontro com Bollas (2015 [1987], 2021), em textos nos quais ele aborda questões técnicas (especialmente a Parte III do livro *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*, dedicada à contratransferência), que encontrei meios para melhor compreender e elucidar a metapsicologia das relações objetais no interjogo transferencial-contratransferencial, por meio do *uso* do analista. Em texto mais recente (Bollas, 2021), encontramos passagens esclarecedoras sobre a contratransferência na visão do autor:

Se compreendermos que transferência e contratransferência estão sempre vinculadas uma à outra – que um ato transferencial evoca um estado contratransferencial –, então é possível observar como a transferência sempre representa o uso particular de um objeto, e como a contratransferência registra sempre esse uso. No entanto, para que o uso intencional de um objeto se torne disponível na análise, o analista deve ser receptivo aos registros contratransferenciais, e essa compreensão é semelhante ao desenvolvimento de uma capacidade mental (Bollas, 1987) que permita o surgimento desse uso transferencial.

[...]

Com o interesse contínuo pela transferência e contratransferência, nós, psicanalistas, estamos agora mais conscientes, não apenas sobre como somos usados tais quais objetos, mas também sobre como podemos compreender e facilitar esse uso. Alguns anos atrás, teria parecido uma violação da neutralidade do analista um clínico facilitar ao paciente o uso de sua própria personalidade: o sentir prazer, tristeza, alegria, raiva, frustração, agressão, etc. – para experienciar totalmente o uso que o paciente fazia de si próprio. (Bollas, 2021, p. 129-130).

Bollas (2015 [1987], 2021) relembra que o espírito da psicanálise consiste em uma forma de interação humana que se propõe a conhecer a vida inconsciente daquele que nos fala. Para que isso ocorra, em conjunto com a atenção flutuante e uma escuta sem ressalvas, faz-se necessário uma *prontidão para a contratransferência*, que tem a ver com o cultivo de uma sensibilidade capaz de registrar em nós a intenção emocional do paciente e se manifesta pelo que é *evocado* no analista pela via da intuição, das imagens e fantasias, dos sentimentos e das interpretações imaginadas.

A partir do desenvolvimento clínico do conceito winnicottiano de verdadeiro *self*, Bollas (2015 [1987], 2021) busca entender o uso que o analisando faz do analista e da situação analisante como meios de facilitação para que o paciente se relacione cada vez mais consigo mesmo e com o mundo com base no verdadeiro *self*, na apropriação e na expressão de seu idioma pessoal. O analista, ao se deixar usar, é convidado a desempenhar representações de diferentes objetos (bem como de aspectos do *self* ou das instâncias psíquicas do analisando) em uma trama objetal comumente relacionada ao conhecido não pensado, que se manifesta em termos experienciais e relacionais, mas ainda não adquiriu meios para ser pensado.

Nesse sentido, pensa-se a experiência do paciente a partir do uso que ele está fazendo do analista, provocando respostas contratransferenciais específicas. O uso do analista se faz notar, precisamente, pelos *efeitos* desse uso, e assim a vida interior do analista se torna “o objeto do pedido intersubjetivo do analisando” (Bollas, 2015 [1987], p. 231). Importante frisar que o uso pode se servir de diferentes traços da personalidade do analista, o que demanda um manejo complexo para que possa ser metabolizado, devolvido e integrado pelo analisando com qualidades simbólicas e favoráveis ao seu crescimento. Por esse viés, para encontrarmos o paciente, é preciso olhar para o paciente que passa a habitar dentro de nós.

Com Bollas, portanto, me reencontrei com aquilo que eu só conseguia intuir, que diz respeito a valorizar na contratransferência o uso que está sendo feito de nós – que inclui o paciente captar e se utilizar de traços de personalidade e de certas disposições pessoais do analista –, sem desconsiderar que as reações contratransferenciais podem obstruir a disponibilidade de mente e a capacidade de escuta. Desse modo, pude reconhecer a coexistência desses dois vieses, provável efeito de uma maior sustentação ambivalente entre pontos positivos e negativos da contratransferência.

Como bons efeitos dessa sustentação, acredito que venho podendo pensar melhor o que se passou em uma análise em termos de relação de objeto interno, sem me liberar do compromisso com a autorreflexão e a busca por um segundo olhar para entender como me comportei com dado paciente, em que lugares subjetivos tal encontro me capturou e como reagi a isso. Então, sobre nossa antiga questão de averiguar se algo foi instalado pelo paciente e inoculado para dentro do analista, ou se, por outro lado, o analista teve sua escuta prejudicada por qualquer outra razão, reconhecemos que não há respostas conclusivas, a não ser analisando os encontros clínicos caso a caso. Como veremos na discussão da vinheta Petra, a situação instalada pela paciente esbarrou em um momento delicado que eu atravessava em minha vida pessoal, e minhas reações contratransferenciais trouxeram consequências irremediáveis ao processo analítico.

Antes de adentrarmos a discussão das vinhetas acima apresentadas, vale lembrar que a literatura sobre contratransferência é vasta, e diversos autores seguem escrevendo sobre contratransferência como instrumento e estando intimamente vinculada ao enredo complexo das relações objetais. Em nosso percurso clínico-teórico, fomos assumindo que não se trata de elaborarmos, por ora, um inventário histórico do conceito de contratransferência, mas tentarmos fazer um uso criativo de autores que nos ajudarão diretamente a pensar as vinhetas clínicas selecionadas.

O destaque oferecido a Bollas se deve a uma transferência de trabalho que veio se consolidando desde a leitura da situação analisante em termos de Momento Freudiano e Par Freudiano (Bollas, 2013), e no grande auxílio que tal autor nos prestou quando da discussão do Caso Marina. Além de todo o refinamento de seu pensamento metapsicológico com uma linguagem clara e precisa, tal autor simplesmente nos facilitou o *insight* no assunto da contratransferência.

No encontro com Bollas, nossas questões frente a essa problemática parecem ter ganhado movimento, direcionando o conceito de contratransferência para uma leitura metapsicológica, que fomenta novos matizes de compreensão clínica, facilitando o desenrolar

de nossas tentativas prévias de demarcação – o que provavelmente incorreria em rigidez de nossa parte. Certamente, não só Bollas mas outros autores incrementarão nosso repertório para a construção de uma geografia clínica por entre vias principais e travessadeiras, em constante articulação com as solicitações clínicas, primordialmente transferenciais e contratransferências.

Nesse ponto, a principal questão que irá balizar nossa discussão será: que uso o paciente esteve fazendo de nós? E ainda: como pudemos participar dessa empreitada? Para tanto, será necessário analisar de que forma atravessamos os desafios instalados, evidentemente em um recorte que prioriza o fenômeno das *rêveries*.

4.3 Impasses, baluartes e *enactments* no sonhar compartilhado em análise

4.3.1 Das *Polaroids* à *pinhole*

Começamos pelo caso Júlio. Este foi um encontro analítico em que precisei ultrapassar um momento de confusão ou até mesmo uma espécie de fusão simbiótica que passou a existir entre nós dois. Era uma análise que demonstrava se desenrolar em um curso muito interessante de associatividade e, por isso mesmo, parecia engendrar trabalhos psíquicos que apontariam para conquistas no terreno das elaborações psíquicas e dos reposicionamentos subjetivos. Meu prazer em acompanhar Júlio em seu curso associativo e as interações que isso suscitava também sugeriam que a análise caminhava em um solo bastante criativo. Todavia, meu crescente envolvimento afetivo contribuía para ocultar elementos que se mantinham fora do processo, ao mesmo tempo que trazia consigo potencial para revelar aspectos importantes da dinâmica interna de Júlio.

Com auxílio de supervisão, fui percebendo que minha primeira impressão – “ele se dá o luxo de fazer análise” – abarcava uma dimensão por demais despretensiosa em relação ao que fazíamos ali. Com alguma frequência, notamos que certos analisandos vêm à análise como quem se dá um presente, deixando-se guiar por uma curiosidade crescente sobre seu mundo interno – o que não ocorre sem angústia, mas o percurso também revela prazer e gratificação pelas conquistas ao longo do caminho. Com Júlio, no entanto, o “luxo” apontava para uma direção bem distinta: um “labirinto”, capaz de disfarçar e confundir o desenrolar do processo.

Como destacado pelo casal Baranger em novo artigo com Mom (2002 [1982]) e mais tarde reafirmado por Antonino Ferro (2019a), a formação dos baluartes como defesas e resistências compartilhadas não configuram uma exceção, e sim uma tendência do campo, fenômeno inerente à própria estrutura da situação analisante. Em uma concepção intrapsíquica

e intersubjetiva do encontro analítico, o analisando tende a convocar partes do funcionamento mental do analista a serviço de suas resistências e dificuldades em seguir o curso elaborativo, com tudo o que isso demanda de trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes.

Nesse sentido, o analisando inconscientemente demanda do analista um conluio entre mentes, de modo que uma parte importante dos conteúdos analisáveis permaneça fora do processo analítico, restando, enquanto isso, não analisados. A tarefa do analista, em momentos como esse, será a de buscar um segundo olhar (Baranger & Baranger, 1969 [1961-62]; Baranger, Baranger & Mom, 2002 [1982]) que o ajude a compreender sua colaboração para com esses elementos que se mantêm silenciados e alijados do processo, buscando desfazer os nós das fantasias e das resistências compartilhadas.

Com Júlio, o trabalho associativo parecia se dar de vento em popa, isto é, os conteúdos que adentravam o processo pareciam estabelecer muitas outras ligações, e a forma com que trabalhávamos sugeria um encontro de mentes muito vivo, rico e prazeroso. O conjunto de infinitas *rêveries* me levava a crer que trabalhávamos, e muito! No entanto, a profusão de fenômenos repletos de imagens vivas havia adquirido outra função que não a de promover transformações: tais manifestações incrementavam, por outro lado, a formação de baluartes como zonas de defesas e resistências compartilhadas que impossibilitavam a mudança psíquica. Com o auxílio de Baranger, Baranger e Mom:

Chamamos essa estrutura de “baluarte”.

Ela se caracteriza por não aparecer nunca diretamente na consciência de ambos participantes, manifestando-se tão somente por efeitos indiretos: provém de uma cumplicidade entre ambos protagonistas na inconsciência e no silêncio para proteger um engate que não deve ser desvelado. Isso desemboca numa cristalização parcial do campo, numa *neoformação constituída ao redor de uma montagem fantasmática dividida que implica zonas importantes da história pessoal de ambos participantes, e que atribui a cada um, um rol imaginário estereotipado*.

Às vezes o baluarte fica como um corpo estranho estático, enquanto o processo segue aparentemente seu curso. Em outras situações, invade completamente o campo e restando toda funcionalidade ao processo, transforma o campo, em sua totalidade, num campo patológico. (Baranger, Baranger & Mom, 2002 [1982], p. 115-116. Grifos nossos).

Enquanto estive mergulhada nas trocas do par, passava ao largo de minha compreensão a discriminação entre elementos do processo e eventuais elementos de ordem simbiótica depositados no não processo, disfarçados de um bom cumprimento do método analítico (Bleger, 1977 [1967]; Baranger, Baranger & Mom, 2002 [1982]). Foi somente com o auxílio de um segundo olhar, com uma segunda mente capaz de pensar junto comigo o que estava se dando nos contornos e nos trânsitos do campo, que passei a perceber que esta análise, que parecia

caminhar tão bem, na verdade enredava nós dois em uma espécie de pseudoanálise. Seguindo com o valioso auxílio dos autores:

Algumas manifestações do não-processo analítico são mais complexas de se descobrir que as do próprio processo: afora as múltiplas formas de impedimento, o não-processo se manifesta pela aparência de todos os indicadores positivos do processo, utilizados para dissimular sua inexistência. O não-processo vale como disfarce de todos os indicadores positivos do processo (colaboração que na realidade é submissão, *insight* que é *pseudo-insight*, circulação de lágrimas de crocodilo, etc.), com o qual o analisando pensa “conformar” o analista evitando perigos maiores.

Estes disfarces denunciam a si mesmos como tais por seu *caráter estereotipado, com o qual convergem com os indicadores do não-processo*. O perigo intrínseco de todo tratamento psicanalítico é a estereotipia (do relato, dos sentimentos, dos papéis específicos, das interpretações). Quando esta *estereotipia se disfarça de movimento*, algo fica estereotipado: o tipo de angústia que se vem manifestando ou encobrindo. *Em sua forma mais simples e evidente a estereotipia se revela em certos momentos dos tratamentos nos quais o processo se transformou num tipo de movimento circular [...]*.

No analista o sinal de alarme pode ser que “este tratamento anda demasiado bem”, juntamente com o sentimento de que “aqui não acontece nada”. (Baranger, Baranger & Mom, 2002 [1982], p. 128. Grifos nossos).

Ao atentar para o tipo de troca em que Júlio e eu estávamos envolvidos, em que muito parecia acontecer sem que a análise evoluísse, fui compreendendo o percurso que nos levava do luxo ao labirinto no embalo das mil e uma imagens fascinantes. Havíamos adquirido o tom de trocas estereotipadas que nos mantinha girando em círculos, em uma paralisia disfarçada de movimento. As imagens encerravam uma compreensão em si mesmas, trazendo a sensação de que tudo se tornava claro e entendido, fomentando pouco ou nenhum movimento para além do que elas já eram capazes de *mostrar*.

Essa espécie de clarividência que ocorria entre nós dois obstruía grande parte do que uma *rêverie* poderia *evocar*, a começar por uma obstrução de minha própria capacidade de pensar, já que minha porosidade se expandira a tal ponto que meu funcionamento psíquico se mesclara com o de Júlio por bons longos meses. Quando comecei a me dar conta do emaranhado presente naquela orgia imagética, passei a considerar os efeitos de uma *função antianalítica da imagem*.

Mas como podemos compreender a função antianalítica da imagem na situação instalada por Júlio? Que uso ele precisava fazer da analista? E como posso compreender minha própria colaboração na manutenção de tal situação? Os grifos oferecidos às citações acima buscam destacar o caráter das estereotipias que tomavam não só a Júlio – que lançou mão de uma sedução onírica de modo a me manter “dormindo”, sem oferecer oposição –, como a mim mesma, analista-fotógrafa afeita às imagens.

Na vinheta do caso, já havíamos elencado parte de nossa compreensão sobre a dinâmica interna de Júlio, considerando algumas marcas de suas relações objetais, certos elementos de sua história de vida e de suas fantasias inconscientes. No contexto analítico, ao instalar uma paralisia no processo, transferencialmente Júlio buscava escapar do que vivia no conjunto das relações objetais precoces e de sua trama edípica, em que me foi designado um lugar objeto combinado entre as figuras materna e paterna. Em sua vivência transferencial, era preciso ultrapassar um pai que impunha seu modo de ser e pensar, não deixando espaço para os desejos, as escolhas e as descobertas do filho. Ao mesmo tempo, era preciso deixar o outro submisso para que uma autoria pessoal pudesse advir, e assim eu me aproximava do lugar de sua mãe, submissa aos desígnios paternos. Nessa empreitada subjetiva, Júlio estava solitário e sem lugar, buscando construir para si uma posição no mundo. Todavia, seus recursos para tanto eram escassos e ainda se encontravam restritos às formas de paralisação de si ou do outro.

Na cena analítica, as inúmeras produções imagéticas adquiriram a função de exercer uma sedução e um fascínio sobre mim de modo a me paralisar, evitar que eu oferecesse uma oposição e demarcasse uma diferença na esfera do pensamento, com vistas a minimizar justamente o exercício do que eu mais teria a lhe oferecer: meu pensamento analítico. Em função desse percurso pessoal de Júlio em seu meio familiar, na cena analítica era preciso silenciar o que era temido como o meu saber – capaz de adquirir a face de um saber-poder tal como o saber-poder paterno –, e ao mesmo tempo se desvencilhar de uma submissão total ao objeto, submetendo o outro através de suas armas secretas. Dessa combinação, Júlio encontrou uma maneira perspicaz de exercer um domínio sobre mim, pela via da captura de uma parte importante de minha personalidade: a paixão pelos sonhos e pelas imagens.

Gurfinkel (2008), no mesmo livro em que destaca o lugar de um suposto sonhar para o analista (distinto de um suposto saber), sublinha o caráter de alienação que nosso envolvimento com a temática dos sonhos pode abarcar: “Bem: o psicanalista mantém, historicamente, uma relação muito singular com o objeto-sonho. Uma relação certamente ambígua, na qual uma grande paixão comporta também o risco da alienação.” (p. 10). Ora, se Júlio demonstrava tanto sonhar e associar em análise, frente aos olhos de analistas que desde 1900 valorizam a interpretação dos sonhos, não seria ele um analisando exemplar? Com a situação instalada por Júlio e de minha parte agraciada, estava posto o encanto. Como eu poderia acordar de tal feitiço?

Primeiramente, foi necessário compreender o que esse estado de coisas engendrava. Uma vez compreendida a dinâmica interna de Júlio, restava a mim compreender o papel que passei a ocupar nessa análise, investigando minhas próprias motivações inconscientes para a

formação de um *enactment crônico* (Cassorla, 2016, 2017), no bojo de uma contratransferência complementar (Racker, 1981).

Retomando o que viemos pensando com Bollas (2021), o analisando faz um *uso seletivo* de partes da personalidade do analista em seu percurso de desenvolvimento do verdadeiro *self*. Analisandos “necessariamente manipulam o analista por meio do uso do objeto, para que assumam diferentes funções e papéis” (Bollas, 2015 [1987], p.260), geralmente de modo a reencenar (*re-enact*) as primeiras relações objetais. Com Júlio, fui convocada a ocupar o lugar daquele que precisava ser adormecido como parte de seu percurso para acessar seu verdadeiro *self* e expressar seu idioma pessoal, sem que ele próprio se mantivesse em uma posição submissa. Meu estado de atenção flutuante entre um pouco adormecida/um pouco desperta pôde entregar-se à dimensão sonhante do encontro. No entanto, era preciso seguir observando a qualidade daquele sonhar compartilhado em análise, com uma vigilância um pouco maior.

Bollas (2015 [1987]) sublinha que tão importante quanto o analista emprestar-se ao uso e entregar-se à experiência à qual o analisando lhe convida é o analista manter, simultaneamente, uma espécie de posto de observação interna, a fim de salvaguardar sua capacidade de compreensão, manejo clínico e oferta de interpretação no momento oportuno. Racker (1981), muito antes, já havia demonstrado o uso que o analisando faz do analista, destacando a existência de uma “vida dupla” ou uma “dissociação sã” (p. 98) da parte de quem escuta: isso necessariamente comporta a oscilação entre um eu vivencial/irracional diante da situação instalada, e um eu observador/racional capaz de compreender o que está se passando na cena transferencial-contratransferencial.

Embora não seja considerado um teórico do campo, antes mesmo da publicação do importante artigo dos Baranger (1969 [1961-62]), Racker (1981) já considerava transferência e contratransferência como dois componentes de uma mesma unidade, “dando-se vida mutuamente e criando a relação interpessoal da situação analítica.” (p. 95). Na visão deste autor, a contratransferência opera a partir de dois vértices principais: a contratransferência concordante e a contratransferência complementar. Vale dizer que ambas estão intimamente entrelaçadas, porém uma discriminação – de certa forma artificial e pedagógica – auxilia a compreender nosso papel na transferência e o manejo que empreenderemos a partir daí.

Na contratransferência concordante ou homóloga, o analista se identifica com o eu (ou demais instâncias psíquicas) do analisando, e sua posição se volta para formas empáticas de escuta e manejo clínico. Se lembrarmos os capítulos anteriores da tese, podemos pensar que, nos casos Clara e Marina, andei ocupando uma posição mais próxima da contratransferência concordante, metabolizando e devolvendo conteúdos a partir de uma

empatia para com as vivências de *self* das analisandas. Na contratransferência complementar, diferentemente, as reações contratransferenciais estão em consonância com o lugar ocupado pelo objeto, e o analista passa a responder a partir da forma com que o analisando experiencia seu objeto interno.

Com Júlio, seu “pedido intersubjetivo” atravessou a necessidade de que eu ocupasse o lugar de suas figuras parentais, oscilando entre estes objetos de modo a manter qualquer ameaça persecutória congelada, a contar com suas empreitadas de controle e domínio. Considerando minha responsividade à profusão de imagens que foram se criando entre nós (o que configurou um interjogo de trocas mimetizadas), compreendo minhas respostas contratransferenciais também pela via do *enactment*, que consiste em uma colocação em cena do mundo interno do analisando, com a participação do analista desta vez no mesmo palco do teatro da análise.

O conceito de *enactment* foi anunciado nesses termos pela primeira vez por Jacobs (1986), que vincula o fenômeno a memórias do analista evocadas/relembradas no encontro com o analisando. Nas situações clínicas descritas pelo autor, ele apresenta vivências contratransferenciais acompanhadas de lembranças de sua história de vida e entende que seu comportamento para com o analisando se torna intimamente relacionado às experiências pessoais que ele tivera anteriormente. Sublinha que as memórias evocadas podem esclarecer suas reações contratransferenciais, porém, formas sutis de *enactment* também podem configurar dificuldades contratransferenciais e interpretativas. Para Jacobs, em termos gerais, o fenômeno do *enactment* se torna a encenação de algo junto ao analisando, despertado por este, mas vinculado à história de vida e às vivências passadas do analista, restritas à sua própria experiência pessoal.

Vários analistas descrevem uma série de situações clínicas que hoje poderíamos chamar de *enactment*, a começar pelo próprio Freud no caso Dora. Betty Joseph (Feldman & Bott Spillius, 1992), embora não tenha usado tal nomenclatura, foi uma das primeiras a empreender uma descrição clínica em que o analisando recruta o analista para contracenar junto com ele papéis complementares de seu mundo interno.

Sobre o termo *enactment*, ocorrem questionamentos quanto à necessidade de um novo conceito para abordar uma questão antiga. No entanto, quem defende o uso do novo nome apoia-se em especificidades clínicas, como: o solo intersubjetivo onde tal fenômeno acontece; a função de comunicação do *enactment* e o papel outorgado ao analista a partir de uma necessidade específica do analisando; a finalidade simbolizante do *enactment*, pois este participa de um processo em curso, ainda que configure um elemento incipiente de simbolização; o manejo a partir do *enactment*, que pode incluir ou não uma interpretação. Desse

modo, o *enactment* se diferencia do *agieren* freudiano como condutas encenadas que substituem a rememoração, ou do *acting-out*, que acabou ganhando o caráter de impulso e descarga pulsional, fenômenos vinculados unicamente ao paciente pelo viés intrapsíquico.

Em publicações recentes sobre o conceito, o *enactment* é compreendido como um fenômeno de coencenação entre os dois participantes da situação analisante, configurando um modo de comunicação inconsciente nas trocas do par (Cassorla, 2016, 2017; Tamburrino, 2016; Ribeiro, 2017). O *enactment* se relaciona aos processos de simbolização e suas diversas formas de expressão no campo analítico, como um recurso inconsciente em que o recrutamento do analista se torna parte essencial da elaboração psíquica, pois ao trazê-lo para dentro de uma cena subjetiva, faz sentir no analista algo que não se conta com outros meios para comunicar. Por essa via, certos conteúdos em processo de simbolização podem ser elucidados e, na melhor das hipóteses, elaborados e integrados à experiência subjetiva do analisando.

Na leitura de Cassorla (2016), o *enactment* ganha uma dimensão importante no teatro dos sonhos e da análise. Pode ser compreendido em duas qualidades e temporalidades distintas: o *enactment* crônico e o *enactment* agudo. Ambos comportam uma dimensão de encenação conjunta, no entanto, o *enactment* agudo traz consigo a potencialidade de desfazer um *enactment* crônico, compreendido como um conluio entre mentes mais duradouro, de efeitos discretos, mas paralisantes. O agudo, por seu turno, geralmente se mostra por uma atitude enfática do analista, em um rompimento brusco que deflagra uma separação eu-outro, quebrando o padrão estabelecido. Com auxílio do autor:

Esse rompimento brusco (graças ao *enactment* agudo) seria um sinal de que o processo elaborativo já teria chegado a um ponto, em que é possível correr os riscos de se perceber que o analista é um terceiro, um ser independente, não mais um prolongamento narcisista do paciente.

[...]

Em resumo, embora o *enactment* agudo seja manifestação de um impasse, tem também um aspecto comunicativo, que exige decifração. Somente quando o *enactment* é compreendido, verificamos como ele pode nos ser útil. Neste texto efetuei também a especulação de que o *enactment* crônico, que ocorre de forma sutil, pode constituir-se não apenas como algo resistencial, mas também como uma fase de espera, de maturação, em pacientes frágeis, muito sensíveis. Seria esta outra função dos *enactments*.

Como assinalai, certamente existem aspectos contratransferenciais implicados no *enactment* crônico. (...). Esses aspectos contratransferenciais podem facilitar que se “enganchem” conteúdos projetados pelo paciente, e é possível que em algumas ocasiões isso seja inevitável, por algum tempo. O que importa é aproveitar esse “enganche” para compreender o que acontece e desfazer pontos cegos: para tal, o analista deverá estar sempre alerta, observando-se, tentando captar o que está acontecendo com ele e solicitando o auxílio de interlocutores. (Cassorla, 2016, p. 100-101).

Do imbróglio em que eu e Júlio nos encontrávamos, não foi um *enactment* agudo que desfez o conluio entre mentes, como Cassorla (2016) sugere ser possível em algumas situações. Foi a possibilidade de contar com um segundo olhar em supervisão que ajudou a desfazer o baluarte que perdurava entre nós. A contar com esse estranhamento vindo de fora da situação analisante, então já mais atenta ao que nos ocorria, precisei antes trabalhar para reinstalar uma situação em que eu pudesse voltar a pensar com mente própria (Caper, 2002).

Nesse período de elaboração e saída do baluarte, começaram a surgir formas de pesadelo por detrás das cortinas dos pseudosonhos⁴⁰: Júlio tentava me controlar por dentro ainda mais, de forma desesperada. Frente a muita angústia, progressivamente fomos nomeando o que se passava na relação transferencial. Em tal contexto, a interpretação teve papel primordial, uma vez que possibilitou a oferta de uma compreensão sobre a vivência atual de Júlio, vinculada a elementos de sua história de vida, de suas angústias e fantasias inconscientes no que tange à dinâmica de objeto interno. Lado a lado com as interpretações que se tornaram possíveis, minha compreensão sobre o que nos ocorrera foi me ajudando a reposicionar minha escuta, retomando a função terceirizante do campo e a assimetria necessária à continuidade da análise, a contar com longos questionamentos no trabalho de perlaboração da contratransferência em minha análise pessoal.

Reabrindo um pouco mais o circuito fechado em que nos encontrávamos, passei a sonhar a análise de Júlio também em termos fotográficos, desta vez em relação àquela fotografia capaz de fascinar e restringir o campo possível de experiências. Para além do traço belo e inebriante que capturou a analista, hoje eu poderia nomear essa vinheta clínica como “Nossas instantâneas e infinitas *Polaroids*”, visto que uma imagem era logo sucedida por outra, e outra, atestando a curta duração de seus processos.

John Berger (2017), acerca da ambiguidade da fotografia, destaca que as fotografias não preservam significado, mas oferecem aparências. As câmeras são caixas de transportar aparências, e os fotógrafos, por seu turno, não traduzem as aparências – eles as citam. O significado proveniente das aparências só pode advir das faculdades de compreensão, de outra narratividade possível que leve em conta a duração e alguma continuidade aquém e/ou além do instante fotografado. Nisto se inclui o valor da dúvida e da abertura para o desconhecido, lançando-nos além do que a própria imagem é capaz de revelar. Com o autor:

⁴⁰ Aqui chamamos de pseudosonhos, uma vez que não engendravam a experiência do sonhar. As imagens presentes nesses sonhos não animavam movimentos e transformações, mas operavam para manter um estado de coisas sem mudança possível.

E, na vida, significados não são instantâneos. Descobre-se um significado naquilo que se conecta com um desenvolvimento, e não pode existir sem ele. Sem uma história, sem um desenrolar, não há significado. (...) significado e mistério são inseparáveis, e nenhum deles pode existir sem o decorrer do tempo. A certeza pode ser instantânea; a dúvida requer uma duração; o significado nasce das duas. Um instante fotografado só pode adquirir significado na medida em que o espectador possa ler uma duração que se estende além dele. Quando achamos que uma fotografia é significativa, estamos atribuindo a ela um passado e um futuro. (Berger, 2017, p. 90-91).

Tal passagem de Berger relança o debate se uma *rêverie* por si só promove transformações – como Busch (2019) percebe ser, frequentemente, a posição de Ogden. Com a análise de Júlio, sublinhamos a necessidade do *working through* da *rêverie* para que esta possa ser utilizada para fins de manejo clínico, inventando formas de intervenção a partir do que tal fenômeno imagético poderá movimentar no campo analítico. Assim como na fotografia segundo Berger (2017), a *rêverie* do analista deverá atravessar processos e durações – e duração implica movimento, implica temporalidades e distâncias no espaço-tempo.

A epígrafe que abre este capítulo – “Entre o fotógrafo e seu tema, tem de haver distância” (Sontag, 2004 [1977], p. 23) – comunica-se com uma passagem de Winnicott sobre contratransferência⁴¹:

A atitude profissional é como um simbolismo, no sentido de que pressupõe uma *distância entre analista e paciente*. O símbolo está no fosso entre o objeto subjetivo e o objeto que é percebido objetivamente.

[...]

Quanto a mim, preferiria, antes, ser lembrado por sustentar a ideia de que entre o paciente e o analista está a atitude profissional do analista, sua *técnica*, o *trabalho que executa com sua mente*. (Winnicott, 2022 [1960c], p. 206-207. Grifos do autor).

Se não há uma distância mínima entre mentes, não há transicionalidade possível, ficando prejudicado o território onde analista e analisando poderiam juntos brincar e sonhar.

Em termos bionianos, a atitude profissional se dá por meio de uma escuta sem desejo, sem memória e sem compreensão prévia (Bion, 2006 [1970]). Nesse sentido, diferente de tudo compreender, é preciso que o analista busque uma posição de escuridão durante as sessões. A contar com sua capacidade negativa e uma opacidade em seu aparelho perceptivo-sensorial, o analista se abrirá para vias intuitivas de escuta, de onde emergirá o fato selecionado. Seguindo Bion:

⁴¹ A título de informação, nesse texto, Winnicott (2022 [1960c]) toma a seguinte posição acerca da contratransferência: afirma que o significado da palavra contratransferência deve ser preservado para os aspectos neuróticos do analista “*que estragam a atitude profissional* e perturbam o curso do processo analítico determinado pelo paciente” (p. 207, grifos do autor). Não obstante, diante de transferências psicóticas e *borderlines*, Winnicott afirma a necessidade de uma consideração mais abrangente de escuta e intervenção, relacionados ao “*papel do analista*” (p. 208), que inclui, entre outros aspectos, uma participação mais implicada do analista para o manejo da regressão em análise.

O que interessa é o desconhecido, e sobre ele é que o analista deve focalizar sua atenção. Portanto, “memória” é alongar-se no que não importa a expensas do que importa. De modo semelhante, “desejo” é uma intrusão no estado de mente do analista que encobre, disfarça e o deixa cego para o ponto em questão: aquele aspecto de **O** que está apresentando, naquele momento, o desconhecido e incognoscível, embora este se manifeste às duas pessoas presentes em seu caráter evoluído. Esse é o “ponto obscuro” que precisa ser iluminado por meio de “cegueira”. Memória e desejo são “iluminações” que destroem o valor da capacidade do analista para observar, do mesmo modo que uma infiltração de luz dentro de uma câmera fotográfica pode destruir o valor do filme que está sendo exposto. (Bion, 2006 [1970], p. 79).

Sendo assim, Bion alerta para o excesso de luz no encontro analítico, para uma implicação demasiada do analista capaz de prejudicar a abertura para o desconhecido e o inesperado de uma sessão – algo da ordem de **-K**, que mais se aproxima das transformações em alucinação e prejudica o aprender da experiência e o crescimento da mente.

Relembrando as fotos *Polaroids*, com frequência nelas também notamos um excesso de *flash*. Na linguagem dos fotógrafos, esse excesso faz a foto ficar “lavada”, embranquecida e sem profundidade de campo. Com Júlio, precisei ir baixando a luz, de tão iluminados que estávamos, e atentar para tudo o que já sabíamos, em que uma espécie de clarividência andava queimando o filme em meu aparelho de fotografar, obstruindo transformações em meu aparelho de pensar e sonhar.

Inaugurar certa penumbra neste encontro analítico foi o convite que faltava para a experiência do sonhar. Acredito que fomos, a partir dali, transitando do instantâneo das *Polaroids* para o universo mais artesanal das fotos *pinhole*, em que o fotógrafo tem de contar com a espera e o não saber. Além disso, na fotografia *pinhole*, o fotógrafo não dispõe de um visor para olhar através da câmera, sendo necessário relegar ao pequeno furinho da caixa preta praticamente toda a experiência de captura, cujas imagens produzidas são das mais oníricas que se tem notícia.

O tempo expandido, artesanal da fotografia *pinhole* nos oferece um importante contraponto pedagógico e existencial. Retoma uma possibilidade de contemplação, escuta e silêncio cada vez mais raros.

O tempo de exposição das câmeras à luz pode durar minutos, horas. O jovem acostumado com a tecnologia digital instantânea tem que fazer um grande esforço inicial para adaptar-se aos longos tempos de exposição. O ato fotográfico aqui não se dá por meio de instantâneos, tempos cada vez mais curtos conquistados pela tecnologia das câmeras com lentes. Pelo contrário, o ato se constitui em “duração fotográfica”, como nos primórdios da fotografia. A imagem não “congela” no *click*, mas dura segundos, minutos, formando-se aos poucos com a passagem de luz pelo furinho. É necessário contar o tempo e esperar.

[...]

As imagens produzidas com a câmera pinhole carregam em si algo de onírico, algo que parece ir além do real. Suas proporções distorcidas e textura nos lembram as imagens de nossos sonhos e criam assim uma espécie de descolamento do referente imediato. Essa não mimetização da realidade provoca um certo estranhamento que possibilita discussões sobre formas de ver, sobre a existência ou não do que chamamos de “real” e como cada um se relaciona com isso. (Altberg & Mão na Lata, 2015, p. 160-161).

4.3.2 Do gesto ao sonho

Com Fabiano, diferentemente, havia uma imagem que perdurava, mas a partir da qual eu temia deslanchar uma situação desastrosa. Ocorria-me uma *rêverie* em que eu lhe convidava para brincarmos no chão da sala, utilizando para isso os brinquedos disponíveis para atendimento infantil. Em minha compreensão à época, a *rêverie* que disparava a imensa vontade de fazer tal convite poderia configurar um tremendo impulso ou atuação de minha parte. Não obstante, o medo já se instalara em minha consciência – ajudava a mais conter meus impulsos –, mas não impedia que eu seguisse me perguntando sobre o que essa *rêverie* tinha o poder de comunicar.

Fabiano questionava a todo tempo “o meu método”. Dizia pouco acreditar em obter conquistas mais profundas por meio de nossa ritualística de falar e escutar. Na transferência, eu sentia o analisando frio e distante, o que por vezes também provocava a sensação de uma distância de minha parte. Tinha efeitos reais sua necessidade de não se aproximar tanto, e nossa relação era atravessada por uma espécie de bloqueio afetivo que incidia sobre minha espontaneidade para com ele. Sentia-me muito vigil, escolhendo demasiadamente as palavras para dizer, o que ia mantendo a atmosfera de seriedade que era tão cara a Fabiano, já que lhe protegia das vulnerabilidades e dos descontroles da ordem do infantil. Acontece que, dessa maneira, toda sua criatividade também ficava suprimida e era impossível brincar, ter prazer, sentir alegria nas pequenas coisas e desfrutar do inesperado nos encontros.

Suas reclamações quanto ao nosso modo de proceder invocavam uma espécie de “debater-se” diante de certos elementos do enquadre, sobretudo a regra fundamental de dizer o que lhe viesse à mente. Fabiano tinha dificuldade de falar como quem sonha, de falar em análise de modo descompromissado, e tudo ia se mantendo sério demais. A partir de suas reclamações e da *rêverie* que passei a ter sobre usarmos o espaço de outra maneira, eu me perguntava se seria possível inventar para nós outros modos de enquadre mais flexíveis: e se ele viesse sem hora marcada, por exemplo? Essas saídas imaginadas, no entanto, não me convenciam sobre uma mudança efetiva de posição, pois talvez configurassem uma adaptação que escamoteasse, justamente, a elaboração do sintoma. Precisei compreender minha *rêverie* por um outro viés, que não de forma tão vinculada à urgência de suas reclamações manifestas.

Como vimos, Racker (1981) nos fala da oscilação entre modos de contratransferência concordante e complementar. Através do que faz sentir no analista, também temos notícias de aspectos distintos da transferência do paciente, de onde parte o “convite” para que o analista se identifique ora com o sujeito, ora com o objeto, sendo que uma dessas identificações tende a se tornar mais explícita que a outra, a depender da situação.

Os dois aspectos da contratransferência a que me referi são, então, por um lado, a resposta contratransferencial à transferência *manifesta e atual*, e por outro lado, a resposta contratransferencial à transferência *latente e potencial*, porém reprimida ou bloqueada. (Racker, 1981, p. 97-98).

Com Fabiano eu precisava, antes, me desidentificar do bloqueio afetivo que nos enredava, a fim de acessar a experiência emocional junto à *rêverie* que me ocorria; precisava me desidentificar de uma transferência superegoica para entender se havia outras trilhas intersubjetivas fomentando a *rêverie* que me ocupava. Da posição subjetiva de Fabiano, havia a impossibilidade de brincar. Haveria outro lugar do qual eu poderia falar com ele, de modo a convidá-lo a começarmos juntos uma brincadeira? Sentar com ele no chão da sala parecia fora de cogitação. Outra grande dificuldade, portanto, dizia respeito a empreender um manejo clínico possível a partir daquela *rêverie*.

Com o auxílio de supervisão, análise pessoal e seminários clínicos e teóricos, fui entendendo que aquilo que eu temia como o risco de efetuar um *enactment* agudo na verdade trazia notícias de um *enactment* crônico que já vinha ocorrendo entre nós. O impasse não surgia com a *rêverie*, na verdade ele já se instalara muito antes da emergência da imagem da brincadeira. Pela via da contratransferência concordante, eu me encontrava identificada com o superego do analisando.

Robert Fliess (2007 [1942]), em *The metapsychology of the analyst* (um dos primeiros textos dedicados exclusivamente à metapsicologia do analista em sessão), aborda a temática de um superego técnico capaz de prejudicar o andamento do processo analítico. Reconhece que o analista tem de criar para si um estado de mente um tanto artificial, de onde advém seu *work ego* (“eu de trabalho”), e sublinha a necessidade de um manejo intrapsíquico no próprio analista, de modo a manter sua disponibilidade de escuta. Parte desse manejo interno diz respeito a utilizar o superego segundo suas funções de autorizar, proteger e liberar o “eu de trabalho” para brincar, sem que este perca totalmente os seus contornos, tal como acontece nos momentos de humor. Nos comentários de Figueiredo:

As relações peculiares do eu do analista enquanto trabalha [seu *work ego*] com o supereu serão contempladas a partir da aproximação com o que Freud falou (1926/2014b) sobre as relações do eu com o supereu no texto sobre o humor.

[...]

O mecanismo apontado por Freud é o do “deslocamento da catexia” entre o eu e o supereu, uma alteração provisória e normal (não patológica). Fliess não está afirmando uma equivalência entre o humor e as atividades da mente do analista em análise – embora possa haver algo de humorístico em muitas interpretações e construções psicanalíticas. O que ele sugere é que o supereu se mantém muito firme na exigência de uma fidelidade ao método psicanalítico, incluindo a abstinência de gratificações libidinais e narcísicas pelo analista, mas, ao mesmo tempo, concede ao eu uma grande liberdade pra experimentar as mais extremas fantasias (na contratransferência), “como se fosse sonho”, “como se fosse uma brincadeira infantil”. (Figueiredo, 2022, p. 104).

Minha identificação com os traços demasiadamente bem comportados de Fabiano sugeriam uma analista que não podia brincar, inventar moda para além das cartilhas institucionais – ou a contar com elas, mas animando movimentos possíveis a partir de seus contornos, transitando por vias travessadeiras sem perder de seu mapa de trabalho uma via principal. Certa vez, Fabiano falou: “Outro dia assisti uma palestra de psicanálise e quis sair correndo daquela sala cheia de senhorinhas de laquê no cabelo. Será que a psicanálise não teria que se reinventar? Não podia imaginar que você seria uma delas...”. Que reinvenções Fabiano esperava de minha parte? Com este analisando acabei sendo, por um bom tempo, uma analista que não podia lançar mão de novidades entre nós, paralisada mais nas ideias que nos cabelos.

Com Bollas (2015 [1987]), pude elaborar o provável convite intersubjetivo que a *rêverie* da brincadeira veiculava. Para o autor, paralelamente ao posto de observação interna na cisão induzida no funcionamento mental do analista, nosso ofício muitas vezes atravessa uma “regressão contratransferencial gerada dentro da sessão” (p. 235). Em tal contexto regressivo, o analista deve estar preparado para ficar doente junto com o paciente, mas é justamente por essa via que a transferência pré-verbal poderá evoluir, por meio da contratransferência do analista.

Sendo assim, entendo que o excesso de vigilância de Fabiano que passou a me habitar sugeria que o campo estava adoecido da doença do paciente, mas o que não podia ser experienciado por ele mesmo precisou se traduzir através de mim, por meio da *rêverie* como fruto das identificações projetivas comunicacionais ou normais (Bion, 1994 [1962a]). Com o auxílio de Bollas:

Com muita frequência somos usados por nosso paciente em nossos afetos, gerando o sentimento necessário dentro de nós. De muitas maneiras, esta é exatamente a forma com a qual um bebê “fala” com sua mãe. O bebê evoca um sentimento de percepção na mãe, que tanto inspira alguma ação nela em nome do bebê, como a leva a colocar

o uso do objeto do bebê na linguagem, envolvendo a criança no caminho rumo à representação verbal dos estados psíquicos internos. O elemento infantil no paciente adulto fala com o analista por este tipo de uso do objeto, *que é melhor “visto” na contratransferência do analista*. No entanto, a criança dentro do adulto não pode encontrar uma voz, *a menos que o clínico permita que o paciente o afete* e isso inevitavelmente significa que o analista deve tornar-se perturbado pelo paciente. (Bollas, 2015 [1987], p. 235. Grifos nossos).

Assim, entendo que a *rêverie* que persistia não consistia em uma vontade descabida ou produção exclusiva de minha parte, mas possibilitava o acesso a um tipo de experiência que não alcançava sucesso por outras vias. Como da ordem do terceiro analítico descrito por Ogden (2013a), a cena imaginada se dava na interseção de nossos inconscientes e ia na contramão da forma com que nossa comunicação estava habituada a se dar. Com que ferramentas a psicanálise pode contar em situações como essas? Novamente eu precisava ir em busca daquela *outra coisa* sugerida por Winnicott (2000 [1955-56], 1983 [1962b]). Fabiano me pedia ajuda para (re)aprender a brincar.

O temor que caminhava lado a lado com esse pedido era, em última instância, o de nos encontrarmos com o que é da ordem do infantil, do arcaico, da violência pulsional e seu traço desejanste. Fabiano inconscientemente me pedia que o levasse ao lugar do brincar e do sonhar, território mais lúdico com o qual ele flertava, mas seu próprio temor o impedia de adentrar. Com o que ele se encontraria, uma vez abandonadas as defesas? O medo assombrava a mim também, de minha parte por não ter garantias de que poderíamos dali voltar; por não saber se seria possível ocupar novamente minha poltrona e retomar a antiga e mais conhecida modalidade de escuta. Meu enquadre interno estava posto em questão.

Somente com o *working through* a partir da *rêverie* pude criar uma negociação possível entre os polos mais extremados de suprimir a *rêverie* ou tomá-la de impulso. A oferta das cartas parece ter chegado em boa hora, e a única observação que fiz – “*no hay reglas*” – foi útil para Fabiano e para a retomada dos processos transformacionais no campo. Assim fomos experimentando uma flexibilidade possível ao método, e eu pude assumir que minha escuta não estava somente guiada por um conjunto de regras provenientes de um superego técnico, topando um certo “*no hay reglas*” para mim também.

Ao método tradicional, acrescentamos outras ferramentas de escuta e manejo, que mais favoreceram transformações para além do que já sabíamos, e que a interpretação havia tornado, em grande medida, redundante, uma vez que Fabiano já estava bem ciente de seus processos, dificuldades, em suma, do seu sintoma. Pensando junto com Racker sobre interpretação e atuação:

(...) diferente é a situação, quando o impulso para atuar não surge de uma ansiedade promovida por determinado material, mas se origina na ineficiência mais ou menos crônica das interpretações. (...). O que me refiro aqui é um atuar diferente: não é exigir ou proibir, mas realizar, *muito passageiramente*, o papel induzido pelo analisando, para depois analisar o acontecido e atuado. Dessa forma é possível, em primeiro lugar, mostrar melhor (ou mais vividamente) ao analisando qual papel ele deseja ver desempenhado pelo analista e por que o deseja. Mas há algo mais importante aqui. Pois às vezes se tem a impressão de que esses analisandos usam inconscientemente os tabus que nos impomos (por exemplo, o de não fazer outra coisa que não interpretar) para seus métodos inconscientes de controle e manejo do objeto-analista. Ao quebrar tal tabu, o analista rompe com esses mesmos métodos defensivos. Em outras palavras: normalmente, a análise funciona como terapia justamente porque o analista não atua, ou seja, porque não entra no círculo vicioso do analisando, mas apenas interpreta. Mas em certos casos os mecanismos defensivos do analisando usam precisamente esse fato para seus fins, e ao mesmo tempo paralisam a influência da interpretação. (...). Nesses casos, a própria atuação do analista já pode funcionar como uma primeira interpretação, já que no fundo o é. Somente toma a *forma* de atuação.

No entanto, acredito que tais atuações do analista constituem uma muleta, até que possamos caminhar sem ela. Mas, enquanto isso, é melhor caminhar de muleta do que não caminhar nada, como acontece em certos casos. (Racker, 1981, p. 107-109. Grifos do autor).

No percurso de perlaboração contratransferencial, a temida atuação acabou encontrando a possibilidade do *gesto*. A oferta das cartas operou como um convite a mais trabalhos psíquicos, veiculando uma potencialidade simbolizante a partir do objeto (novo brinquedo) colocado entre nós. Com o auxílio de Gurfinkel (2008):

Segundo minha maneira de pensar, o conceito de gesto pode ser utilizado, no campo psicanalítico, como uma importante ferramenta para avançarmos nesta linha de pesquisa. Insatisfeitos em trabalhar apenas com a dualidade ação/pensamento – e cada vez mais atentos e sensíveis à questão da simbolização –, os analistas podem encontrar no gesto uma categoria de análise complementar que coloca em primeiro plano a teatralização inerente à ação, ou, mais especificamente, àquele tipo de “ação que representa”.

[...]

Se a inação caracteriza o dormir, a gestualidade é a marca do sonhar.

[...]

Assim, se a imobilidade do dorminte é o ponto de partida para uma metapsicologia do sono, ela não é, certamente, seu ponto de chegada. *Pois o sonhar põe em movimento o viver do sujeito, dando voz ao gesto que nasce no poço profundo do si-mesmo.* (Gurfinkel, 2008, p. 220-221; 228; 229).

Na situação com Fabiano, a *rêverie* não percorreu o caminho da simbolização que vai da imagem à palavra, como vimos acontecer com mais frequência no Caso Clara. Dessa vez, transformou-se em uma intervenção possível a partir do gesto, de onde podemos considerar que a oferta das cartas também veiculava o sonho da analista. O analisando, por seu turno, pôde sonhar o sonho da analista, como na melhor das hipóteses o faz a partir de uma interpretação.

A oferta das cartas favoreceu que Fabiano acessasse muitas memórias esquecidas, incrementando suas narrativas sobre criatividade, medo, confiança, solidão. Mas, para além dos conteúdos reencontrados, o analisando pôde inaugurar outras possibilidades de sonhar, rir, brincar, de onde emergiram sonhos que traziam notícias de novos circuitos afetivos, e nesses sonhos nos encontrávamos em muitos cenários distintos – mas o melhor era que seguíamos fazendo análise.

4.3.3 Não sonho

Com Petra, diferentemente, não foi possível seguir a análise. Chegamos a um ponto em que a construção de um encaminhamento cuidadoso foi a melhor intervenção que eu tinha a lhe oferecer. As dificuldades pelo caminho haviam se encontrado com barreiras intransponíveis, tanto a partir das defesas e resistências da própria analisanda – incidências de fortes traços melancólicos e masoquistas sobre o aparelho psíquico e as relações interpessoais –, quanto das dificuldades contratransferenciais disparadas por este encontro analítico, relacionadas a um momento específico que eu atravessava em minha vida pessoal.

Analisando a vinheta Petra por um viés bioniano, estivemos lidando com identificações projetivas maciças, projetadas por um aparelho psíquico com sérios prejuízos em sua capacidade de continência e tolerância à frustração. O trabalho de processamento das emoções ficava a cargo de uma segunda mente que pudesse sustentar a intensidade das evacuações, metabolizando e devolvendo os conteúdos digeridos, a começar pela *rêverie* enquanto atividade de base em um estado de mente disponível. Ora, isso é algo com o qual temos de nos acostumar em nosso ofício de um modo geral, e desde as formulações de Bion temos pensado esse tema no bojo da teoria do pensar (Bion, 1994 [1962a]).

Todavia, o cenário adquire tons mais críticos quando a própria capacidade de pensar é atacada (inclusive a do objeto/analista), e sobre isso Bion também dedicou seus estudos, no célebre artigo *Ataques à ligação* (Bion, 1994 [1959]). O autor destaca momentos em que a parte psicótica da mente toma a dianteira e promove ataques destrutivos a tudo o que possa fazer ligação, o que inclui o processamento dos pensamentos na esfera intrapsíquica, incidindo também sobre a dimensão intersubjetiva e a qualidade dos vínculos interpessoais. O próprio elo de ligação é atacado, o que acaba por prejudicar a capacidade criativa nos processos de simbolização. Em um contexto intersubjetivo, sobrevém a inveja pela capacidade criativa do outro, sem que dela possa fazer uso.

Considerando tal dinâmica, entendo que minha função alfa de processar pensamentos e sonhos ainda não sonhados foi sofrendo prejuízos nas sessões de Petra. A destrutividade presente no campo minimizava a capacidade de *rêverie* para metabolizar os elementos brutos da experiência emocional em curso, e assim íamos nos tornando incapazes de sonhar. Como sugere Ogden (2010):

Os elementos beta não podem ser ligados uns aos outros na criação de significado. Eles podem muito grosseiramente ser comparados a um “chuvisco” em uma tela de televisão que não está pegando bem, na qual nenhuma cintilação visual ou grupo de cintilações pode ser ligado a outras cintilações para formar uma imagem ou mesmo um padrão significativo. Os elementos beta (na ausência de função alfa para convertê-los em elementos alfa) só servem para evacuação ou para armazenamento – não como memória – mas como ruído psíquico.

[...]

Se uma pessoa é incapaz de transformar dados sensoriais brutos em elementos inconscientes da experiência que podem ser armazenados e disponibilizados para ligação, ela é incapaz de sonhar (o que envolve estabelecer ligações emocionais na criação de pensamentos oníricos).

[...]

O oposto de um sonho bom não é um pesadelo, mas um sonho que não pode ser sonhado: o que poderia ter-se tornado um sonho permanece indefinidamente suspenso em uma terra de ninguém onde não existe nem imaginação nem realidade, nem esquecimento nem lembrança, nem dormir nem acordar. (Ogden, 2010, p. 68-69, 77).

Com Petra, a experiência do sonhar sempre fora algo distante em nosso trabalho rotineiro, a não ser em momentos breves em que uma ou outra *rêverie* adquiriam lugar em minha mente. Esses raros momentos constituíam lampejos de uma saúde do campo e de uma ligação mais profunda entre nós, de onde eu depreendia alguma espécie de vitalização do campo, da analisanda e de minha própria escuta, nutrida um pouco mais de sonho e esperança. Por esse viés, a leitura de Ogden (2010, 2013b) sobre a *rêverie* fomentar possibilidades de vitalização faz todo sentido.

Os períodos breves que traziam a sensação de vitalização oscilavam com momentos ou fases mais longas de mortificação do campo, em que a balança pulsional tendia para o lado da destrutividade, do desligamento e da tendência ao zero. A compreensão psicodinâmica com a qual já contávamos parecia auxiliar em parte – Petra estava ciente de suas dificuldades e repetições, da permanência de um objeto interno perseguidor com sua voz barulhenta a causar estragos, menos nas pessoas ao redor do que dentro dela mesma. Porém, a tomada de consciência logo mostrava os seus limites, e minhas comunicações pareciam ser sugadas para um vazio que não promovia transformações além daquilo que já havíamos alcançado. O vazio não ecoava de volta algo que pudesse se construir criativamente.

A depender do quadro psicopatológico, desde os escritos freudianos (Freud, 2010 [1917], 2006 [1924]) vemos que a interpretação e até mesmo as construções em análise se encontram com limites intransponíveis. Quando bem marcados, certos traços melancólicos e masoquistas podem paralisar uma análise ou torná-la infértil, muito em função de uma viscosidade da libido e de um sentimento de culpa inconsciente que mantêm o sujeito aferrado a determinadas posições subjetivas. A comum incidência de um superego arcaico e cruel se torna um agravante, destituindo o eu de suas possibilidades transformadoras, impossibilitando mudanças e negociações que poderiam trazer crescimento psíquico e reposicionamentos subjetivos. Prevaecem, ao contrário, as reações terapêuticas negativas.

Sabemos que a clínica das patologias do vazio é atravessada por estados de agonia e demandam do analista um uso ainda maior de sua contratransferência e da capacidade imaginativa de seu aparelho de pensar (Figueiredo & Coelho Jr., 2018; Green, 2017 [1975]). Mais do que nunca, é preciso que o analista conte com espaços de “higiene mental” capazes de nutrir novamente sua disponibilidade de mente, mantendo vivas suas reservas (Figueiredo, 2022). Ao longo de toda a análise de Petra, eu sentia que minhas reservas oscilavam entre serem extraviadas e reencontradas. Com muito trabalho, eu ia realimentando minha disponibilidade de mente, nutrindo-me de espaços de discussão e de elementos da cultura que pudessem reinvestir nosso diálogo.

Somava-se a isso a afeição que eu tinha pela analisanda, pois apesar da destrutividade, Petra mantinha uma capacidade de vinculação importante, que eu destaquei ao final de nossos encontros como uma potencialidade imensa de prosseguir e conquistar novos processos. Certamente, isso foi fundamental para que pudéssemos construir nossa despedida com reconhecimento pelo trabalho que fizemos juntas e confiança na aposta que eu fazia. Nesse sentido, os ataques à ligação não mitigavam toda e qualquer possibilidade de análise. Embora pudessem se mostrar de forma bastante enfática, também contávamos com conquistas pelo caminho e com uma pluralidade afetiva na relação transferencial-contratransferencial. Onde residiam, portanto, os limites da analisabilidade?

Nas poucas vezes em que escreve sobre *rêverie*, Bion (1994 [1962a], 2021 [1962b]) sublinha que tal fenômeno de processar o que se passa com o outro está intimamente relacionado ao amor. Se, até então, eu conseguira encontrar vias de trabalho possível com esta analisanda, o que acontecera com minha disponibilidade interna, meu aparelho de pensar, que parecia curto-circuitado em sua capacidade de pensar, sonhar, brincar, esquecer para renovar? Tanto de sua parte quanto da minha, parecíamos congeladas em uma só imagem, em uma fotografia que aprisiona o tempo e não comporta duração entre um antes e um depois. Nesse ponto, uma vivência claustrofóbica havia me tomado.

Após longos anos de dificuldades, nesse período mais crítico Petra se mantinha irredutível, nutrindo certezas que não abriam margem para qualquer comentário meu que pudesse instalar uma diferença, provocar novos pontos de vista, promover tentativas de reflexão diante de algo que teimava em se manter sempre igual. Eu me perguntava (certa vez perguntei a ela também) o que, então, ainda fazíamos ali, já que ela estava plena de certezas e não demonstrava ter questões. O novo desafio que se colocava às minhas reservas era o de eu não ser sugada junto com ela para o buraco sem fundo, desta vez pela via da irritação, do cansaço e da desesperança.

Em termos de um encontro de mentes entre analisando e analista, Ogden (1994b) atesta que o mecanismo da identificação projetiva acaba por tornar o terceiro analítico, em algum grau, um terceiro analítico subjugador. O autor entende a identificação projetiva como um fenômeno ao mesmo tempo intrapsíquico e intersubjetivo que possui a característica de subjugar as individualidades. Em outras palavras, os limites do eu são borrados a serviço de fazer sentir no outro o inacessível em si próprio. Sendo assim, o próprio eu é negado, ao passo que o outro também o é em sua alteridade, já que passa a ser habitado pelo eu que operou as projeções.

Nesse sentido, o terceiro analítico é também um terceiro analítico subjugador, e mantém uma tensão dialética entre a sobreposição de subjetividades (levando à criação de uma terceira subjetividade, o terceiro analítico) e as subjetividades individuais de cada um. Ao longo do processo, será necessário “superar” o terceiro analítico subjugador, de modo a restituir as subjetividades individuais, transformadas e expandidas em algum grau pelo encontro intersubjetivo e pelo processamento das identificações e contraidentificações projetivas. Sendo assim, Petra pôde habitar meu espaço interno e reverberar a partir daí, porém, tornou-se uma imensa dificuldade levá-la de volta até sua própria “casa” com segurança ou, melhor dizendo, com todo o cuidado que eu tinha a lhe oferecer até então.

Em uma sessão muito difícil nesse período já árido, a analisanda dizia não estar aguentando mais morar dentro de sua cabeça, e por um desfecho contratransferencial eu vi subtraída minha capacidade para seguir acompanhando Petra em seus processos subjetivos. Nessa sessão específica, com maior pressão ela afirmava querer conseguir morrer o mais breve possível. Não estava mais aguentando, seguir viva demandava um trabalho que ela não conseguia mais cumprir. Era uma fala urgente, desesperada.

De minha parte, fui tomada pelo terror e por lágrimas que lutei para que não extravasassem pelo meu rosto, pois eram lágrimas de pavor. Naquele momento, tive certeza de que eu era atravessada por uma vivência contratransferencial que inundava o campo com

minhas próprias lembranças. Petra me levava de volta a uma pessoa muito próxima e muito importante para mim, que eu havia perdido de forma trágica há algumas semanas, também de forma até certo ponto acidental. Aterrorizada, eu pensava comigo: “não vou conseguir ‘testemunhar’ mais uma tragédia anunciada”.

Se reconhecemos que a contratransferência tem o poder de obstruir o prosseguimento de uma análise, acredito que, no caso Petra, minha reação contratransferencial teve justamente esse efeito a partir dali. Incrementando nossa compreensão sobre o uso da analista, se havia uma empreitada de paralisar o objeto – em um esvaziamento de sua capacidade de pensar e um empobrecimento da criatividade do par –, talvez Petra tenha obtido sucesso em seus anseios de fracasso. Sendo assim, acredito que naquele momento ocorreu uma combinação desastrosa entre o uso da analista e a reação contratransferencial que capturou a analista em um momento doloroso de sua história de vida. Nessa conjuntura, a violência das emoções saturou as possibilidades de sonhar aquela análise naquele momento específico.

Diferentemente do caso Júlio, cujas imagens que enfeitiçavam pela via do belo puderam ser elaboradas – recobrando o processo analítico –, Com Petra a imagem do terror transformou toda a análise não em um pesadelo (que ao menos poderia trazer turbulências férteis), mas em uma espécie de terror noturno de perplexidade e paralisação total. Como acrescenta Cassorla (2016), em casos ou períodos de prevalência do funcionamento psicótico da mente, o autor verifica a ocorrência de *enactments* crônicos com características similares às dos sonhos traumáticos:

Em ambos uma cena é repetida e repetida, sem ampliação de significado, como *não-sonho*.

[...]

Instala-se um buraco, vazio terrorífico, não-mental. Vive-se dor mental que reflete a ameaça do *nada*, inominável, o *terror sem nome*. O *não-sonho* traumático inclui a repetição da situação traumática, numa tentativa frustrada de sonhá-la.

[...]

No modelo proposto, o paciente traumatizado, para evitar retraumatismo, se “agarra” por dentro ao analista, estimulando-o a participar do *enactment crônico*. Esse *agarramento* lembra o de uma pessoa se afogando que se agarra a seu salvador com tanta força que ambos ficam paralisados. (Cassorla, 2016, p. 133; 135. Grifos do autor).

Em situações como essas – em que também o analista tem de salvar a si próprio –, muitas vezes é possível contar com uma função alfa implícita (Cassorla, 2016), que vai restaurando pouco a pouco a capacidade de simbolização da dupla, como uma ferida que vai cicatrizando das beiradas até o núcleo. No entanto, quando as feridas do analisando se somam a uma ferida do analista, teremos de observar, ainda com mais cautela, se os fenômenos vividos consistiram

em cocriações da dupla ou se a individualidade do analista se antepôs ao trabalho: “Nesse momento, o não-sonho do paciente não pode ser transformado em sonho pelo analista, e ambos passam a ‘não sonhar’, na verdade a ‘antissonhar’” (Cassorla, 2016, p.117).

Com muito trabalho em análise e supervisão, fui assumindo os limites com os quais passei a me encontrar e apostei na construção de um encaminhamento que pudesse configurar outro encontro de mentes mais favorável à analisanda. Nosso trabalho ainda seguiu por quase um ano após tal episódio, mas além da exaustão frente à dinâmica interna de Petra, acredito que meus sentimentos de frieza, distância, perplexidade e indisponibilidade não deixaram de operar como desdobramentos daquele acontecimento contratransferencial. Meu aparelho de pensar não conseguia mais sonhar; meu aparelho fotográfico estava rachado e por ali invadia uma luz excessiva a queimar todos os filmes que eu ainda tentava utilizar – era preciso tempo e distância para cuidá-lo.

Com muita conversa e sem pressa, ao longo de algumas semanas fomos construindo nosso percurso de despedida, em um encaminhamento feito progressivamente, construindo a possibilidade do fim. Tenho dúvidas se pudemos, com isso, elaborar possíveis mortes em vida, de separação construída, ou se, por outro lado, acabei atestando que Petra conseguiria destruir todos os seus vínculos. Nesse percurso, a analisanda pôde falar de suas fantasias de manter coisas do passado congeladas dentro de mim, como se a história dessa análise carregasse uma memória incapaz de ser modificada.

Ao longo de nossas conversas, ela concordou que seria bom recontar sua história para uma nova analista, apostando que poderia, ela mesma, já oferecer um novo ponto de vista aos acontecimentos passados de sua vida – implicitamente ela me comunicava que havia se transformado no período de nosso trabalho. Juntas passamos a apostar que a mudança de interlocutor favoreceria outras transformações e a mobilização do que se mantinha demasiadamente engessado na história dessa análise, perpassando outros circuitos afetivos em uma nova pessoa. Acredito que alguma gratidão pôde ser acessada nesse percurso de despedida, e nos falamos algumas vezes depois de iniciada a nova análise.

4.3.4 Sementes de pensamento

Como vimos ao longo desse último capítulo, impasses, baluartes e *enactments* obstruem ou paralisam o processo analítico. No entanto, quando são elucidados e investigados, constituem fonte singular de informação sobre o que se passou com o analisando e entre o par analítico ao longo de uma análise. Em tal contexto, os elementos cindidos do analisando

veiculam as maiores possibilidades de crescimento psíquico quando têm a chance de serem integrados à experiência e ao processo analítico, ganhando com isso movimento, visibilidade e possibilidades de transformação simbólica e reapropriação subjetiva.

Nem sempre, todavia, conseguimos atravessar os impasses que encontramos pelo caminho. Tal situação nos lança a novas tentativas de formulação de um pensamento clínico que considere o uso do analista e os atravessamentos contratransferenciais capazes de atravancar o andamento do processo.

No contexto de impasses e paralisias, a *rêverie* pode operar como elemento importante para a saída do impasse e a quebra do padrão instituído, favorecendo o acesso a elementos não representados do psiquismo – que não adquirem expressão pela via verbal da associação livre, mas produzem efeitos sobre o enquadre e a mente do analista. Por outro lado, as imagens que emergem na escuta podem contribuir para a formação das defesas e resistências compartilhadas, configurando uma função antianalítica da imagem.

Como vimos nos casos selecionados, isso pode ter a ver com o uso que o analisando está fazendo do analista, bem como das incidências contratransferenciais que capturam o analista em um dado contexto. Considerando essa conjuntura, cabe manter sempre vivo o questionamento: os fenômenos imagéticos experimentados nas trocas do par podem ser considerados *rêveries*? Ou, por outro lado, não promovem transformações e expansões dos trabalhos psíquicos, mas operam a serviço de um imaginário híbrido, capaz de esvaziar os processos de elaboração psíquica?

O encontro com pontos obscuros em nosso fazer clínico corrobora a necessidade da continuidade da pesquisa teórico-clínica em psicanálise, bem como da manutenção de interlocutores dispostos a pensarem junto conosco o impensável até então. A escolha por terminar a tese abordando um final de análise em que o sonhar compartilhado ficou comprometido traça, justamente, o objetivo de lançar no mundo sementes de pensamento na esperança de que sigam germinando em solo futuro, com uma abertura irrestrita a outras hipóteses clínicas.

Esperamos, com isso, seguir expandindo nossa capacidade de pensar, sonhar, esquecer, rir, brincar e conversar, incrementando cada vez mais nosso repertório e nossas reservas disponíveis ao trabalho, em uma reafirmação de nosso compromisso ético com a clínica. Sigamos!

FECHANDO O OBTURADOR

Ao longo do caminho percorrido nos capítulos que compõem esta tese, por tantas páginas perscrutei palavras que pudessem falar sobre imagens. Partindo de minha experiência clínica, lancei-me ao desafio de compreender e justificar a ocorrência de imagens mentais quando de minha escuta, encontrando para o conjunto de fenômenos imagéticos um possível lugar em termos teóricos e metapsicológicos.

Busquei entender se tais fenômenos poderiam ser considerados *rêveries*, segundo a concepção original de Bion, seguida de autores como Ogden, Ferro e Civitarese, que seguem dedicando grande parte de seus estudos às trocas intersubjetivas da dupla analítica e ao funcionamento mental do analista em sessão. Ao longo da pesquisa, fui percebendo que o conjunto imagético comportava especificidades clínicas a depender de cada encontro específico, tendo adquirido diferentes funções e percorrido diversos caminhos de processamento a partir da contratransferência e das idiossincrasias presentes nas trocas do par.

Atestei que uma *rêverie*, para ser considerada como tal, tem de percorrer, necessariamente, outros processos psíquicos de transformação da imagem ocorrida inicialmente. Só assim a *rêverie* pode trilhar caminhos a partir do que ela é capaz de *evocar/representar*, mais do que encerrar uma questão junto ao que ela pode simplesmente *mostrar/apresentar*. Nesse percurso, tornam-se indispensáveis o processamento da *rêverie* ou seu *working through*, bem como a perlaboração da contratransferência, de modo a compreender o uso que o analisando está fazendo do analista e da situação analisante como um todo, investigando também os pontos cegos do analista capazes de obstruir ou paralisar o processo.

Elaborando as situações relatadas em forma de pensamento clínico, constatei que as imagens surgidas em minha mente tiveram ora a função de promover transformações, ativações e expansões da capacidade de pensar e sonhar, ora uma função a princípio antianalítica, enredando-se em defesas e resistências compartilhadas, participando de impasses, paralisias e *enactments* surgidos ao longo do processo. Em todo caso, não deixaram de promover questões e desdobramentos posteriores, se não ao longo das análises enquanto elas se davam, certamente na elaboração desta tese como forma de conferir inteligibilidade aos fenômenos clínicos experimentados. Ainda que em diferentes temporalidades clínicas e teóricas, tais situações implicaram, necessariamente, o atravessamento mais ou menos afortunado entre palavra e imagem.

Um dos pontos de partida e embalo criador foi considerar um outro tipo de escrita que participa do meu modo de olhar para o mundo e de ser afetada por ele: a *foto-grafia* ou a arte

de escrever com a luz. Assumi que a prática fotográfica, desde há muito, passou a habitar uma espécie de matriz simbolizante em meu psiquismo e, por essa razão, também participa das reservas disponíveis à minha escuta no trabalho clínico cotidiano.

Entendendo que a feitura de uma imagem fotográfica não só se submete ao aparelho fotográfico, mas, antes, atravessa o aparelho de pensar do fotógrafo, este não se torna um mero funcionário do aparelho, mas insere intencionalidade humana no ato de fotografar. Antes de capturar uma fotografia, portanto, o fotógrafo é capturado por ela, e isso está intimamente relacionado à sua própria capacidade de brincar e sonhar cenas e processos em seu aparelho psíquico. Assim faz da prática fotográfica uma espécie de jogo, a contar com um dispositivo que vai se tornando, cada vez mais, um aparelho lúdico a revelar suas maiores potencialidades.

Por essa linha de raciocínio, comecei a articular afinidades poéticas e metafóricas entre fotografia e clínica psicanalítica. Propus aproximações entre imagem fotográfica, imagem mental e *rêverie*, não somente em termos de forma e conteúdo, mas de uma temporalidade necessária à dinâmica dos processos ali envolvidos. Na clínica, as imagens “vistas” nas *rêveries* adquirem mais comumente uma via de processamento e narratividade capaz de favorecer a elaboração da experiência emocional, os reposicionamentos subjetivos e as expansões da capacidade de efetuar trabalhos psíquicos conscientes e inconscientes – sobrepondo as dimensões intersubjetiva e intrapsíquica, ambas indispensáveis ao trabalho analítico. Nesse sentido, o trabalho de *rêverie* se aproxima do fazer fotográfico na medida em que comporta processos que transformam conteúdos brutos em elementos compartilháveis e assimiláveis, se não em uma imagem vista sobre um suporte plano e palpável, em uma imagem mental que abriga uma mensagem a ser decodificada para se tornar inteligível ao outro, em palavras.

Assim como o fotógrafo prepara seu aparelho fotográfico para com ele brincar, o analista que se empresta às vias relacionais do encontro e usa a contratransferência como instrumento também prepara seu enquadre externo com rigor e disciplina. Progressivamente, seu enquadre interno se torna cada vez mais confiável e maleável para que ele possa lançar mão de sua capacidade imaginativa e de técnicas variadas, sem perder as rédeas da escuta analítica e do posicionamento ético.

Todo o conjunto que envolve a formação, o cultivo e os espaços de “higiene mental” do analista ajudam a incrementar seu enquadre interno e a preservar ou reinstalar sua disponibilidade de mente para acolher o analisando e hospedá-lo em seu inconsciente. Ao se colocar a trabalho nas mais variadas circunstâncias, o analista vai expandindo suas reservas e seu repertório para pensar e sonhar, sentindo-se cada vez mais à vontade para convidar o analisando a brincarem juntos.

Na construção de um pensar/sonhar/brincar que não ocorre sem limites, mas cuja liberdade leva em conta preceitos de cuidado dentro de contornos bem estabelecidos, é justamente a ativação e a expansão das funções de pensar, sonhar e brincar que estão em jogo como tarefa primordial da análise, mais do que a interpretação dos conteúdos que habitam seus processos. Sobre isso, encontramos nesta reta final uma passagem de Civitarese (2018) que elucida bem o que intentamos fazer ao longo deste trabalho:

Na psicanálise contemporânea, essa capacidade de dar forma às emoções tornou-se o cerne do tratamento. Diz-se mesmo que a mãe ama o filho por sua capacidade de rêverie. Se existe um vínculo de amor, ela é capaz de sonhar, ou seja, de intuir suas necessidades e angústias profundas e contê-las. (...). Segundo Bion, é fundamental que os analistas possam ser pintores ou fotógrafos das emoções, que se iluminam na relação ou no campo analítico. É claro que isso não deve permanecer uma referência vaga e imprecisa. Fosse assim, não teria muito valor. Para um analista, ser artista significa ter um arcabouço teórico rigoroso e uma técnica coerente que lhe permita fazer uso disciplinado de momentos intuitivos. A ferramenta do analista torna-se a faculdade da imaginação e, como se supõe que a comunicação inconsciente entre as mentes está sempre ocorrendo, as fotografias que cada pessoa tira em sua mente são vistas como uma criação conjunta. É como se o casal estivesse o tempo todo engajado em uma dança em que está em jogo o reconhecimento mútuo e a digestão/representação da experiência emocional em curso. (Civitarese, 2018, p. 124-125. Tradução nossa).

Nesse interjogo, não é possível compreender a mente do analisando sem que se compreenda ao menos algo da mente do analista. Do mesmo modo, não é possível pensar o fazer clínico sem recorrer a metáforas que podemos encontrar-criar no rico solo da cultura, onde também nasce a poesia.

No ponto derradeiro de nossas incursões por entre vias principais e travessadeiras, do intrincamento não sem consequências entre palavra e imagem, recorremos novamente a Manoel de Barros, grande brincante de imagens erigidas sobre palavras. No livro *Ensaaios fotográficos*, o poema intitulado “O poeta” diz assim:

Vão dizer que não existo propriamente dito.
Que sou um ente de sílabas.
Vão dizer que eu tenho vocação pra ninguém.
Meu pai costumava me alertar:
Quem acha bonito e pode passar a vida a ouvir o som das palavras
Ou é ninguém ou é zoró.
Eu teria treze anos.
De tarde fui olhar a Cordilheira dos Andes que se perdia nos longes da Bolívia
E veio uma iluminura em mim.
Foi a primeira iluminura.
Daí botei meu primeiro verso:

Aquele morro bem que entorta a bunda da paisagem.
Mostrei a obra pra minha mãe.
A mãe falou:
Agora você vai ter que assumir as suas irresponsabilidades.
Eu assumi: entrei no mundo das imagens.

Da conclusão desta tese como uma importante travessia que nasce do meu percurso de formação e o revigora junto a um cultivo constante, assumo também aqui minhas irresponsabilidades.

Faz-se necessário agora fechar o obturador e deixar que as fotografias sejam reveladas no encontro com o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTBERG, T.; MÃO NA LATA. Mão na Lata: imagens e narrativas. *In*: COSTA, A. A. **Possibilidades da câmera obscura**. Rio de Janeiro: Projeto Subsolo, 2015.
- BARANGER, M. & W. (1961-62). La situación analítica como campo dinámico. *In*: BARANGER, M. & W. **Problemas del campo psicoanalítico**. Buenos Aires: Kargieman, 1969.
- BARANGER, M. & W.; MOM, J. (1982). Processo e não-processo no trabalho analítico. **Revista FEPAL**, São Paulo, p.114-131, Set. 2002.
- BARROS, M. **Biblioteca Manoel de Barros**. São Paulo: LeYa Brasil, 2013.
- BARTHES, R. (1980). **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BAUDELAIRE, C. (1859). **O público moderno e a fotografia**. Disponível em: https://fotografiaeteoria.files.wordpress.com/2015/05/a-trachtenberg_p2_baudelaire.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.
- BENJAMIN, W. (1936). **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2014.
- BERGER, J. **Para entender uma fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BION, W. R. (1959). Ataques à ligação. *In*: BION, W. R. **Estudos psicanalíticos revisados – Second thoughts**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- BION, W. R. (1961). **Experiências com grupos**: os fundamentos da psicoterapia de grupo. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.
- BION, W. R. (1962a). Uma teoria sobre o pensar. *In*: BION, W. R. **Estudos psicanalíticos revisados – Second thoughts**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- BION, W. R. (1962b). **Aprender da experiência**. São Paulo: Blucher, 2021.
- BION, W. R. (1965) **Transformações**: do aprendizado ao crescimento. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- BION, W.R. (1967). Notes on memory and desire. *In*: BOTT SPILLIUS, E. **Melanie Klein today**: developments in theory and practice. Vol.2: mainly practice. The New Library of Psychoanalysis. London: Routledge, 2005.
- BION, W. R. (1970). **Atenção e interpretação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- BLEGER, J. (1967). Psicanálise do enquadramento psicanalítico. *In*: BLEGER, J. **Simbiose e ambiguidade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BOLLAS, C. (1987). **A sombra do objeto**: psicanálise do conhecido não pensado. São Paulo: Escuta, 2015.

BOLLAS, C. **O momento freudiano**. São Paulo: Roca, 2013.

BOLLAS, C. **Forces of destiny**: psychoanalysis and human idiom. London: Routledge, 2019.

BOLLAS, C. **Forças do destino**: psicanálise e idioma humano. São Paulo: Escuta, 2021.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. **Irrepresentável**: mais além da representação. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul: Criação Humana, 2002.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. **The work of psychic figurability**: mental states without representation. London: Routledge, 2005.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. Figurabilidade psíquica e estados não representados. In: LEVINE, H.B., REED, G.S., SCARFONE, D. (Orgs.). **Estados não representados e a construção de significado**: contribuições clínicas e teóricas. São Paulo: Blucher, 2016.

BRINHOLLI, F; COELHO JR., N.E. **A importância do pensamento de Thomas Ogden para a psicanálise contemporânea**. Psicologia USP, 2020, v.31, p.1-9, e180009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642020000100222&script=sci_arttext. Acesso em: 11 jan. 2020.

BUSCH, F. **The analyst's reveries**: explorations in Bion's enigmatic concept. New York: Routledge, 2019.

CAPA, R. **Ligeiramente fora de foco**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

CAPER, R. **Tendo mente própria**: uma visão kleiniana do *self* e do objeto. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

CARDOSO, M. R.; MONTEIRO, R. de G. Construções e figurabilidade em análise: vias de abertura à representação? In: MARRACCINI, E. M. *et al.* **Limites de Eros**. São Paulo: Primavera Editorial, 2012.

CARTIER-BRESSON, H. **Ver é um todo**: entrevistas e conversas, 1951-1998. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

CASSORLA, R. M. S. **O psicanalista, o teatro dos sonhos e a clínica do enactment**. São Paulo: Blucher, 2016.

CASSORLA, R. M. S. Afinal, o que é esse tal enactment? In: CINTRA, E. M. U.; TAMBURRINO, G.; RIBEIRO, M. F. R. **Para além da contratransferência**: o analista implicado. São Paulo: Zagodoni, 2017.

CELES, A.; GARCIA, C. A. Limites da interpretação. In: GARCIA, C. A. & CARDOSO, M. R. (Orgs.). **Limites da clínica, clínica dos limites**. Rio de Janeiro: Cia de Freud: FAPERJ, 2011.

CINTRA, E. M. U. As funções anti-traumáticas do objeto primário: *holding*, continência e *rêverie*. **Tempo psicanalítico**. Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, v.35, pp. 37-55, 2003.

CIVITARESE, G. O inconsciente inacessível e a *rêverie* como um caminho de figurabilidade. In: LEVINE, H.B., REED, G.S., SCARFONE, D. (Orgs.). **Estados não representados e a construção de significado**: contribuições clínicas e teóricas. São Paulo: Blucher, 2016.

CIVITARESE, G. Vitality as a theoretical and technical parameter in psychoanalysis. **Rom J Psychoanal**, 11 (2), pp. 121-138, 2018.

COOPER, A.M. **Contemporary Psychoanalysis in America**: leading analysts present their work. Washington, D.C.: American Psychiatric Publishing, Inc., 2006.

DEBAIXO d'água – Agora. Intérprete: Maria Bethânia. Compositor: Arnaldo Antunes. In: MAR de Sophia. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2006. 1 CD, faixa 8.

DE M'UZAN (1976). Contre-transfert et système paradoxal. In: DE M'UZAN. **De l'art à la mort**. Paris: Gallimard, 1977.

DE M'UZAN (1978). La boca del inconciente. In: DE M'UZAN. **La boca del inconciente**: ensayos de la interpretación. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens-ocasiões**. São Paulo: Fotô Imagem e Arte Ltda., 2018.

DUBOIS, P. (1990). **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FELDMAN, M.; BOTT SPILLIUS, E. **Equilíbrio psíquico e mudança psíquica**: artigos selecionados de Betty Joseph. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

FERENCZI, S. (1928). **Elasticidade da técnica**. (Obras Completas – Psicanálise IV). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FERRO, A. **A técnica na psicanálise infantil**: a criança e o analista da relação ao campo emocional. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FERRO, A. Pensamento onírico e narração. In: FRANÇA, M.O.A.F.; PETRICCIANI, M. (Orgs.) **O pensamento clínico de Antonino Ferro**: conferências e seminários. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003a.

FERRO, A. Algumas reflexões sobre a técnica. In: FRANÇA, M.O.A.F.; PETRICCIANI, M. (Orgs.) **O pensamento clínico de Antonino Ferro**: conferências e seminários. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003b.

FERRO, A. **The bi-personal field**: experiences in child analysis. London and New York: Routledge, 2006.

FERRO, A. **Técnica e criatividade**: o trabalho analítico. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

FERRO, A. Transformações em sonho e personagens no campo analítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**, vol. 43, n.2, pp. 89-107, 2009a.

FERRO, A. **Mind Works**: technique and creativity in psychoanalysis. London and New York: Routledge, 2009b.

FERRO, A. Realidade e ficção. Pessoas (história), objetos internos (fantasias inconscientes), personagens (escolha de elenco). **Calibán Revista Latino-Americana de Psicanálise**, v.12, n.1, 55-75, 2014.

FERRO, A. **Reveries**: an unfettered mind. London: Karnac Books, 2015.

FERRO, A. Changes in technique and in the theory of technique in a post-Bion field model. In: LEVINE, H.; CIVITARESE, G. **The W.R.Bion Tradition**: lines of development, evolution of theory and practice over the decades. London: Karnac Books, 2016.

FERRO, A. **Tormentos de almas**: paixões, sintomas, sonhos. São Paulo: Blucher, 2017.

FERRO, A. **Na sala de análise**: emoções, relatos, transformações. São Paulo: Blucher, 2019a.

FERRO, A. **Psychoanalysis and dreams**: Bion, the field and the viscera of the mind. London and New York: Routledge, 2019b.

FERRO, A. Reverie. **Rivista di Psicoanalisi**, Vol. LXV, n.3, pp. 589-593, 2019c.

FERRO, A. **Fatores de doença, fatores de cura**: gênese do sofrimento e da cura psicanalítica. São Paulo: Blucher, 2021.

FERRO, A.; BASILE, R. O universo do campo e seus habitantes. In: FERRO, A. & BASILE, R. (orgs.). **Campo analítico**: um conceito clínico. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FERRO, A.; CIVITARESE, G. **The analytic field and its transformations**. Karnac Books: London, 2015.

FERRO, A.; CIVITARESE, G. Psychoanalysis and the analytic field. In: ELLIOTT, A; PRAGER, J. (Eds.) **The Routledge Handbook of Psychoanalysis in the Social Sciences and Humanities**. London and New York: Routledge, 2016.

FIGUEIREDO, L. C. M. Os casos-limite e as sabotagens do prazer. In: FIGUEIREDO, L. C. M. **Psicanálise** – Elementos para a clínica contemporânea. São Paulo: Escuta, 2003.

FIGUEIREDO, L. C. M. Presença, implicação e reserva. In: FIGUEIREDO, L. C. M. **Ética e técnica em psicanálise**. 2. ed. Ampliada. São Paulo: Escuta, 2008.

FIGUEIREDO, L. C. M. **As diversas faces do cuidar**: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2009.

FIGUEIREDO, L. C. M. Notas sobre os trabalhos psíquicos e saúde mental: os suplementos criativos. In: FIGUEIREDO, L. C. M. **Cuidado, saúde e cultura**: trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante. São Paulo: Escuta, 2014a.

FIGUEIREDO, L. C. M. Escutas em análise/Escutas poéticas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.48, n.1, 123-137, 2014b.

FIGUEIREDO, L. C. M. A clínica psicanalítica e seus vértices: continência, confronto e ausência. *In*: FIGUEIREDO, L. C. M. **Cuidado, saúde e cultura: trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante**. São Paulo: Escuta, 2014c.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A mente do analista**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Escuta, 2022.

FIGUEIREDO, L. C. M.; COELHO JR., N. E. **Ética e técnica em psicanálise**. 2. ed. Ampliada. São Paulo: Escuta, 2008.

FIGUEIREDO, L. C. M.; COELHO JR., N. E. **Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise**. São Paulo: Blucher, 2018.

FLIESS, R. The metapsychology of the analyst. **Psychoanalytic Quarterly**, 76(3), pp. 697-714, 1942.

FLUSSER, V. (1983). **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Sinergia Relume Dumará, 2009.

FONTCUBERTA, J. Ficções documentais. *In*: FONTCUBERTA, J. **A câmera de pandora: a fotografia@ depois da fotografia**. São Paulo: G. Gilli, 2012.

FRANÇA, M.O.A.F.; PETRICCIANI, M. **O pensamento clínico de Antonino Ferro: conferências e seminários**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

FREUD, S. **Estudos sobre a Histeria (1893-1895)**. Em coautoria com Josef Breuer. (Obras Completas, Vol. 2). Tradução: Laura Barreto. Revisão da tradução: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. (1900). **A interpretação dos sonhos**. (Obras Completas, Vol. 4). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1912a). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. *In*: FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. (Obras Completas, Vol. 10). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1912b) A dinâmica da transferência. *In*: FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. (Obras Completas, Vol. 10). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1913) O início do tratamento. *In*: FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. (Obras Completas, Vol. 10). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. (Obras Completas, Vol. 10). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1917). Luto e melancolia. In: FREUD, S. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. (Obras Completas, Vol. 12). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. (Obras completas, Vol. 14). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. In: FREUD, S. **Obras psicológicas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a Psicologia do inconsciente. Vol. 3: 1923-1940. Coordenação geral da tradução: Luiz Alberto Hanns. Tradução: Claudia Dornbusch *et. al.* Consultores da tradução: João Azenha Jr. e Susana Kampff Lages. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

FREUD, S. (1937). Construções na análise. In: FREUD, S. **Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**. (Obras completas, Vol. 19). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GREEN, A. (1975). O analista, a simbolização e a ausência no enquadre analítico. In: GREEN, A. **A loucura privada: psicanálise de casos-limite**. São Paulo: Escuta, 2017.

GREEN, A. (1987). A capacidade de *rêverie* e o mito etiológico. In: GREEN, A. **A loucura privada: psicanálise de casos-limite**. São Paulo: Escuta, 2017.

GREEN, A. (1993). **O trabalho do negativo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GREEN, A. Introdução ao pensamento clínico. **Jornal de Psicanálise**, v. 51 (95), pp.319-334, 2018.

GREEN, A. **Idées directrices pour une psychanalyse contemporaine**. Paris: PUF, 2002.

GREENBERG, J. Self-disclosure: is it psychoanalytic? **Contemporary Psychoanalysis**, v.31, n.2, pp.193-205, 1995.

GREENBERG, J. Ficção, realidade e o campo analítico. **Calibán Revista Latino-Americana de Psicanálise**, v.12, n.2, pp. 37-57, 2014.

GREENBERG, J. Introdução. In: BARROS NETO, A. M. R. & ROCHA BARROS E. M. (Orgs.). **O Psychoanalytic Quarterly: artigos contemporâneos de psicanálise**. Vol. I. Paulo: Escuta, 2016.

GRINBERG, L.; SOR, D. & de BIANCHEDI, E.T. (1973). Pensamento. In: GRINBERG, L.; SOR, D. & de BIANCHEDI, E.T. **Introdução às ideias de Bion: grupos**. Conhecimento. Psicose. Pensamento. Transformações. Prática psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

GROTSTEIN, J. **Um facho de intensa escuridão**: o legado de Wilfred Bion à Psicanálise. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GURFINKEL, D. **Sonhar, dormir e psicanalisar**: viagens ao informe. São Paulo: Escuta, 2008.

JACOBS, T. On countertransference enactments. **J. Amer. Psychoanal. Assoc.**, n.34, pp.289-307, 1986.

JOSEPH, B. (1985). Transferência: a situação total. In: FELDMAN, M.; BOTT SPILLIUS, E. **Equilíbrio psíquico e mudança psíquica**: artigos selecionados de Betty Joseph. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

KHAN, M. (1962). Psicologia do sonho e a evolução da situação psicanalítica. In: **Psicanálise**: teoria, técnica e casos clínicos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KLEIN, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In: KLEIN, M. *et al.* **Os progressos da psicanálise**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1982.

KLEIN, M. (1952). The origins of transference. In: **Envy and gratitude and other works 1946-1963**. London: Vintage, 1997.

MARTY, P. À propos des rêves chez les malades somatiques. **Revue Française de Psychanalyse**, v.48 (5), pp.1143-1161, 1984.

MCDUGALL, J. (1986). Apresentação. O teatro psíquico e a cena psicanalítica. In: MCDUGALL, J. **Teatros do eu**: ilusão e verdade na cena psicanalítica. São Paulo: Zagodoni, 2015.

MINERBO, M. Pensamento clínico. In: MINERBO, M. **Diálogos sobre a clínica psicanalítica**. São Paulo: Blucher, 2016.

NAVAS, A. M. **Fotografia e poesia**: afinidades eletivas. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

OGDEN, T. Analysing the matrix of the transference. In: OGDEN, T. **Subjects of analysis**. New Jersey: Jason Aronson, 1994a.

OGDEN, T. Projective identification and the subjugating third. In: OGDEN, T. **Subjects of analysis**. New Jersey: Jason Aronson, 1994b.

OGDEN, T. Thomas H. Ogden, MD. In: A. M. Cooper (Org.), **Contemporary psychoanalysis in America**: leading analysts present their work. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2006.

OGDEN, T. **Esta arte da psicanálise**: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OGDEN, T. O terceiro analítico: trabalhando com fatos clínicos intersubjetivos. In: FERRO, A.; BASILE, R. **Campo analítico**: um conceito clínico. Porto Alegre: Artmed, 2013a.

OGDEN, T. **Reverie e interpretação**: captando algo humano. São Paulo: Escuta, 2013b.

OGDEN, T. Três formas de pensar: pensamento mágico, pensamento onírico e pensamento transformador. In: BARROS NETO, A. M. R. & ROCHA BARROS E. M. (Orgs.). **O Psychoanalytic Quarterly**: artigos contemporâneos de psicanálise. Vol. I. São Paulo: Escuta, 2016a.

OGDEN, T. Thomas Ogden em conversa com Luca Di Donna. **Revista de Psicanálise da SPPA**, v.23, n.3, p.429-446, 2016b.

OGDEN, T. **Coming to life in the consulting room**: toward a new analytic sensibility. London: Routledge, 2022.

PINHEIRO, C. P. A. O universo das imagens no sonhar compartilhado em análise: aproximações entre psicanálise e fotografia. **Rabisco: Revista de Psicanálise**, v.7, n.1, pp.191-200, 2017.

PONTALIS, J-B. **A força de atração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

RACKER, H. **Estudios sobre técnica psicoanalítica**. Colección Biblioteca del hombre contemporáneo, vol. 216. Buenos Aires: Paidós, 1981.

RIBEIRO, M. F. R. Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado. In: CINTRA, E.M.U.; TAMBURRINO, G.; RIBEIRO, M.F.R. **Para além da contratransferência**: o analista implicado. São Paulo: Zagodoni, 2017.

RIBEIRO, M. F. R. Da identificação projetiva ao conceito de terceiro analítico de Thomas Ogden: um pensamento psicanalítico em busca de um autor. **Ágora**, v. 23, n.1, Janeiro-Abril 2020a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982020000100057&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 13 jan. 2020.

RIBEIRO, M. F. R. The psychoanalytical intuition and reverie: capturing facts not yet dreamed. **The International Journal of Psychoanalysis**. Open Peer Review and Debate, 7, pp.1-27, 2020b.

ROCHA BARROS, E. M. O processo de constituição de significado na vida mental: afeto e imagem pictográfica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.34, n.1, pp.55-68, 2000.

ROCHA BARROS, E. M. An essay on dreaming, psychical working out and working through. **International Journal of Psychoanalysis**, n.83, pp. 1083-1093, 2002.

ROCHA BARROS, E. M. Prefácio à edição brasileira. In: FERRO, A. (2021). **Fatores de doença, fatores de cura**: gênese do sofrimento e da cura psicanalítica. São Paulo: Blucher, 2021.

ROCHA BARROS NETO, A. M.; ROCHA BARROS, E. M. Apresentação da coleção. In: OGDEN, T. **Reverie e interpretação**: captando algo humano. São Paulo: Escuta, 2013.

RONIS, W. **Ce jour-là**. Collection Folio n.4801. Paris: Mercure de France, 2010.

SONTAG, S. (1977). **Sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

TAMBURRINO, G. **Enactments e transformações no campo analisante**. São Paulo: Escuta, 2016.

WINNICOTT, D. W. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D. W. (1955-56). Formas clínicas da transferência. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D. W. (1958). A capacidade para estar só. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. (1960a). Teoria do relacionamento paterno-infantil. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. (1960b). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self”. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. (1960c). Contratransferência. **Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. São Paulo: Ubu, 2022.

WINNICOTT, D. W. (1962a). A integração do ego no desenvolvimento da criança. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. (1962b). Os objetivos do tratamento psicanalítico. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. (1963a). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. (1963b). O medo do colapso (Breakdown). **Explorações psicanalíticas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

WINNICOTT, D. W. (1971). **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu, 2019.

WINNICOTT, D. W. (1971a). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. *In*: WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu, 2019.

WINNICOTT, D. W. (1971b). A localização da experiência cultural. *In*: WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu, 2019.

WINNICOTT, D. W. (1971c). O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. *In*: WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu, 2019.

WINNICOTT, D. W. (1971d). A criatividade e suas origens. *In*: WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu, 2019.